

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais



DISSERTAÇÃO

**Expurgos de docentes na lógica da
Doutrina de Segurança Nacional:
o caso da FURG (1969-1977)**

Leonardo Prado Kantorski

Pelotas, 2011

Leonardo Prado Kantorski

**Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de
Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881**

K16e Kantorski , Leonardo Prado
Expurgo de docentes na lógica da Doutrina da
Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977) /
Leonardo Prado Kantorski ; Orientador : Alvaro Augusto
de Borba Barreto . – Pelotas, 2011.
246f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal
de Pelotas.

1. Doutrina de Segurança Nacional. 2. Coerção. 3.
Docentes. 4. FURG. I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba,
orient. II. Título.

CDD 300

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (UFPel) - Orientador

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Lorena de Almeida Gill (UFPel)

Prof^a. Dr^a. Márcia Naomi Kuniuchi (FURG)

Para Luciane:

*Não se admire se um beija- flor
invadir a porta da sua casa e der beijo e
partir. Fui eu quem mandei o beijo... Vital
Farias*

Agradecimentos

Um trabalho de pesquisa acadêmica não é algo a qual podemos dar ao luxo de realizarmos sozinhos, ele é uma construção, em que muitas pessoas colaboram das mais variadas formas. Assim, tentando recordar dos principais colaboradores desta pesquisa eu gostaria de agradecer:

1) à minha família que, em todo o meu percurso acadêmico, sempre esteve presente com seu apoio e carinho. Por tudo agradeço e ofereço meu mais sincero amor. Obrigado à minha mãe pelo apoio e amor inabaláveis; ao meu pai; às minhas irmãs Luciane e Liziane sempre presentes; aos meus sobrinhos Júlia e Lourenço (meu eterno melhor amigo); ao meu cunhado Eder, este quase um irmão mais velho;

2) ao professor Alvaro Augusto de Borba Barreto, meu orientador no fiel sentido da palavra, sempre presente com suas ponderações e disponibilidade para analisar os meus textos, agradeço por seu acompanhamento constante e paciência com o estudo e pela rica experiência na prática docente;

3) a Karen Cantarelli, por sua imensa colaboração durante a trajetória do mestrado, mas principalmente por compartilhar comigo diversos sonhos;

4) aos meus amigos e colegas de militância: Hélio Ribeiro, Catarina Paladini, Leandro Haertel, Vitor Paladini, Manoel Robe, Antônio Elisandro, Ângela Souza e Silva, Fernando Martinelli, Jonathan Silva e Matheus Mirapalmete, pelas conquistas, conversas e risadas, mas principalmente por suas sempre alegres companhias;

5) aos meus colegas de mestrado: Affonso Aquiles, Bruno Garcia, Ticiano Pedroso e Felipe Wienke, por suas contribuições intra e extra-classe (estas, confesso, em maior escala);

6) aos professores da minha banca de qualificação Enrique Serra Padrós, Marcia Naomi Kuniochi, pela base, incentivo e contínua cooperação para o estudo;

7) aos professores do Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, que muito colaboraram para a execução deste estudo. Obrigado especialmente as professoras Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill, ambas excelentes historiadoras que, por meio de suas disciplinas, contribuíram muito com meu trabalho e futura postura profissional;

8) à velha guarda: Simone Müller, Marcelo Dutra, Felipe Lima, Leandro Schunemann, Diego Fonini, Gerson Fraga, Regis Lima, Nairana Schneider, Victor Costa, Herval Vieira, Maria de Fátima Silva, Luiz Laurino e Ricardo Rojas;

9) à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal (CAPES) pelo financiamento deste trabalho.

Por fim, ainda que esta pesquisa apresente insuficiências e estas sejam de minha total responsabilidade, durante a sua realização recebi inúmeras contribuições. Desta forma, agradeço a todos que, de alguma forma, colaboram para a realização deste trabalho.

"É um erro imaginar que os teóricos emancipatórios – os socialistas, feministas e outros – têm com suas crenças a mesma relação que budistas e vegetarianos. Enquanto estes provavelmente querem continuar fiéis a suas crenças a vida inteira, os primeiros querem se livrar delas o mais rápido possível. Seu objetivo é contribuir para a realização das condições materiais nas quais suas teorias não seriam mais essenciais ou até, após um certo tempo, sequer inteligíveis. Se ainda houver radicais daqui a cinquenta anos, isso será muito triste. Em uma sociedade justa não haverá necessidade de teóricos radicais".

Terry Eagleton

Resumo

KANTORSKI, Leonardo Prado. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**. 2011. 253p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A ditadura civil-militar no Brasil, por meio de sua política autoritária, provocou inúmeros impactos na estrutura social do país. Como não poderia deixar de ser, um dos setores da sociedade que não ficou imune às ações do Estado de violência legal foi o ensino superior público. O impacto desta interferência no campo educacional possui características diversificadas de acordo com as peculiaridades de cada instituição. Neste sentido, o presente trabalho aborda o processo de expurgo docente ocorrido na FURG, no recorte temporal compreendido entre 1969, ano de fundação da Universidade Federal do Rio Grande, e 1977, último ano de ocorrência dos expurgos em análise. O estudo, ao apresentar elementos cujos resultados foram o expurgo de professores na FURG, colabora para a compreensão da política autoritária da ditadura no meio intelectual. A grande importância da memória dos docentes para esta pesquisa é a constituição de uma expressiva fonte, capaz de auxiliar no entendimento das peculiaridades. Estas delinearam o processo de expurgo de professores na Universidade, contribuindo assim, para a exposição de acontecimentos que, atualmente, não fazem parte da História oficial da FURG.

Palavras-chave: Doutrina de Segurança Nacional, Coerção; Docentes; FURG.

Abstract

KANTORSKI, Leonardo Prado: **Purges of faculty members in the logic of the National Security Doctrine: FURG (1969-1977)**. 2011. 253p. Thesis (Masters). Post Graduation Program in Social Sciences. Federal University of Pelotas, Pelotas.

The dictatorship military-civil in Brazil, by means of your authoritarian politics, caused numerous impacts on the country's social structure. How could no longer be one of the sectors of society that has not been immune to the actions of legal state violence, was public higher education. The impact of this interference in the educational field has different characteristics according to the peculiarities of each institution. This paper addresses the process of purging occurred in FURG teaching in a time window between 1969, year of foundation of the Federal University of Rio Grande, and 1977, the purges year. The study, in adduce elements wich the results were the purge of teachers in FURG, contributes for the understanding the politics of authoritarian dictatorship in the intellectual circles. The great importance of the memory of the faculty for this research is to establish a significant source, capable of assisting in the understanding of the peculiarities. They outlined the process of purging of teachers at the University, thus contributing to the exposure of events that currently are not part of the official History of FURG.

Key Words: National Security Doctrine; Coercion; Teachers; FURG.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADUFRGS	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ADUSP	Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informações
AI-1	Ato Institucional [nº1], de 9 de abril de 1964
AI-2	Ato Institucional [nº2], de 17 de outubro de 1965
AI-5	Ato Institucional [nº5], de 13 de dezembro de 1968
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEIS	Comissão Especial de Investigação Sumária
CFE	Conselho Federal de Educação
CONSUN	Conselho Universitário
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEPREC	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
DL-477	Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOU	Diário Oficial da União
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPB	Estudos de Problemas Brasileiros
ESG	Escola Superior de Guerra
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FURG	Universidade Federal do Rio Grande

IPM	Inquérito Policial Militar
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NDH-UFPeI	Núcleo de Documentação Histórica - Universidade Federal de Pelotas
PCB	Partido Comunista do Brasil
PR	Partido Republicano
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul
SNI	Serviço Nacional de Informações
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UCPeI	Universidade Católica de Pelotas
UFGO	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1 – Ditadura civil-militar: a lógica de controle entra em voga	24
1.1 A Ideia de Segurança Nacional: nasce o “ <i>inimigo interno</i> ”	25
1.2 O Golpe de 1964.....	27
1.3 O Controle permanente: a Doutrina de Segurança Nacional	29
1.4 O Endurecimento do regime com o AI-5	38
Capítulo 2 – Ditadura e ensino superior	43
2.1 Intervenções da ditadura no ensino superior público no pós-1964	43
2.2 O Caso da Universidade de Brasília (UnB)	49
2.3 A Situação na Universidade de São Paulo (USP)	51
2.4 Os Acontecimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	52
2.5 Informações sobre a Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	54
Capítulo 3 – Rio Grande e a FURG no contexto da ditadura civil-militar	57
3.1 Caracterização do município de Rio Grande	57
3.2 O Processo de criação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	64
3.3 Papel da elite tradicional	69
Capítulo 4 – As Práticas autoritárias e o expurgo de docentes da FURG	73
4.1 O Cenário dos expurgos	73
4.2 O Medo como mecanismo	78
4.3 Os Expurgos	83
4.4 A Medicina Interna	90
4.5 “Projeto Atlântico”	95
4.6 Os Resquícios permanecem: o pós-expurgo	100
Conclusão	106
Referências	112
Apêndices	121
Anexos	125

Introdução

A partir do golpe de 1964 que instaurou a ditadura civil-militar¹, o Brasil começou a vivenciar um tempo de restrição das liberdades democráticas, pois o novo regime, seguindo as palavras de João Quartim de Moraes (2008, p.25), consolidou-se como forma de poder de Estado, reproduzindo continuamente o ato de força com que se instaurara. Por meio de sua política autoritária, o período ditatorial provocou inúmeros impactos na estrutura social do país. Os efeitos desse processo vêm sendo apresentados em diversos estudos sobre o regime pós-1964, em suas mais variadas vertentes interpretativas, a qual se soma o presente trabalho.²

É neste período de patrulhamento ideológico, de censura e de perseguição que se insere o objeto de estudo desta dissertação. Ela investiga o processo de expurgo³ de docentes, ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), tendo como recorte temporal o período compreendido entre a fundação da instituição, em 1969, e o último ano de ocorrência dos expurgos estudados, em 1977. Mais especificamente, a investigação está centrada no caso de 14 docentes afastados, os quais faziam parte de dois departamentos: Oceanologia (3) e Medicina

¹ Optou-se pela expressão civil-militar por entender que ela remete à importante participação da sociedade civil nas conspirações que antecederam a ditadura, no golpe propriamente dito e no processo decorrente dele.

² Na literatura a este respeito destacam-se, entre outros referenciais, os estudos de: Gorender (1987), Moraes (1987), Alves (1984), Dreifuss (1981), Reis Filho (1990), Ridenti (1993) e Fico (2001, 2004). No que tange ao Rio Grande do Sul, os impactos do regime ditatorial, foram bem debatidos no projeto “*A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*”, coletânea de textos organizada por Padrós et al. (2009), que deu origem a quatro volumes: “*Da campanha da Legalidade ao Golpe de 1964*”; “*Repressão e resistência nos ‘Anos de Chumbo*”; “*A Conexão repressiva e a Operação Condor*”; e “*O Fim da ditadura e o processo de redemocratização*”.

³ Entende-se expurgo como uma modalidade traumática tratando-se de uma ação seletiva utilizada pela ditadura como forma autoritária e coercitiva de violência em um setor que, no caso é a universidade, para tirar do seu caminho aqueles que, de uma maneira ou outra, atrapalhavam os interesses dos que se encontravam no poder.

Interna (11), e que foram oficialmente reconhecidos como demitidos indevidamente, razão pela qual compuseram a listagem dos primeiros anistiados da instituição, em 1987.⁴ Documento presente no Acervo Geral da FURG, como o Ofício no 262/86 (FURG, 08 set. 1986), sugere que o contingente de expurgados pode ter sido bem maior e atingido quase 30 docentes.

O problema de pesquisa procura compreender o expurgo de professores na FURG inserido no debate sobre o papel do intelectual em uma instituição vinculada ao Estado ditatorial. Orienta o estudo o questionamento: quais elementos político-institucionais delinearam o expurgo de docentes ocorrido na FURG durante a ditadura civil-militar brasileira? Foi adotada a perspectiva segundo a qual o “objetivo do historiador é identificar a concatenação completa dos fatores causais, reconstituindo assim, elo por elo, a cadeia dos antecedentes do processo em exame, buscando observar o fenômeno histórico de forma concreta” (Idem).

O presente trabalho enfatiza um princípio balizador apresentado por Moraes (1989, p.141) para quando se trata da causalidade histórica:

Um fenômeno histórico (seja ele um evento ou um processo) não se explica, em geral, apenas por uma série de antecedentes, mas constitui o efeito combinado do entrecruzamento, num determinado ‘ponto’, de múltiplos fatores causais, vale dizer, de múltiplas séries de antecedentes.

É primordial destacar que a intervenção estudada neste trabalho não foi exclusiva da FURG. Como não poderia deixar de ser, o ensino superior público como um todo não ficou imune às ações do Estado de violência legal ao longo do período ditatorial. Raul Carrion (2009, p.57) destaca que, a partir de “abril de 1964, o ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, instituiu as comissões especiais de investigação sumária, com o objetivo de expurgar das universidades os professores ‘subversivos’”. Portanto, esse tipo de prática repressiva ocorreu em diversas instituições, entre elas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB).⁵

⁴ Cf. despacho do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, datado de 21 de maio de 1987. Ver: Brasil, Diário Oficial da União, 03 jun. 1987, p.12.

⁵ Os estudos específicos referentes à intervenção em universidades e à relação Estado ditatorial-docentes existem em número reduzido. Entretanto, cada vez mais pesquisas voltadas à análise desses processos vêm sendo realizadas, logo paulatinamente vem sendo removido o manto de

A partir de tal problemática, define-se como objetivo geral: analisar os elementos político-institucionais que delinearão o processo de expurgo de docentes ocorrido na FURG durante a ditadura civil-militar brasileira. Desta forma, busca-se compreender se, independentemente do conteúdo político de uma ação deste, o expurgo na FURG foi decorrente de motivações pessoais, casuismo político ou teve implicações por desavenças ou divergências na disputa de poder institucional. Tal entendimento pode diferenciar o processo ocorrido na FURG do de outras universidades, cujos expurgos tiveram motivações políticas.

Na mesma medida, surgem como objetivos específicos: (1) entender o significado político-ideológico do expurgo de docentes na trajetória da FURG; (2) compreender a relação entre o Estado ditatorial e o ensino superior público brasileiro, a partir da especificidade da FURG; (3) identificar a experiência de vida dos docentes expurgados na FURG após tal fato.

É importante destacar que o interesse do autor pela temática iniciou-se ao desenvolver uma monografia sobre o movimento estudantil em Rio Grande (RS) para a conclusão do curso de licenciatura em História na FURG, em meados do de 2007. Com a pesquisa, intitulada “*O Controle Ideológico do movimento estudantil na Ditadura Civil-Militar Brasileira: Registros do DCE-FURG (1972-1977)*”, foi possível perceber as inúmeras práticas de controle ditatorial presentes no âmbito universitário naquele período. O referido trabalho adotou como fonte primária os registros internos do Diretório Central dos Estudantes da FURG e, por meio desta análise, ficou presumível a ligação da entidade estudantil com órgãos da ditadura de segurança nacional brasileira.

Inicialmente, o número reduzido de pesquisas locais que versassem sobre a temática do golpe de 1964 chamou a atenção e serviu como gênese desta dissertação. Até o fim do ano de 2009 existiam 7 trabalhos concluídos no Centro de Documentação de História da FURG que abordavam a questão da ditadura civil-militar, entretanto, boa parte apresenta um enfoque conservador, chegando ao ponto de tratar o golpe de 1964 como “Revolução de 1964.”⁶ Tal situação serviu como elemento motivador deste estudo.

silêncio em torno do tema, como demonstram os trabalhos de: Ramos (1994), Resende e Neves (1998), Salmeron (1999), Clemente (2005), Mansan (2009) e Amorim (2009).

⁶ Por exemplo, ver: Billa (2001), Oliveira (2001) e Pires (2001).

Durante o processo resultante do golpe de 1964, aconteceu a crescente polarização do confronto de ideias sobre o novo regime. O debate – por vezes aberto, outras vezes velado – tornou-se cada vez mais presente no meio intelectual e nas universidades brasileiras. Analisar o processo de expurgo ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande é uma contribuição importante para o registro de sua história, do regime ditatorial na cidade e da política ditatorial para o ensino superior público brasileiro.

O expurgo de docentes na Universidade constitui-se em uma proposta de estudo com ampla relevância para a percepção das relações entre o Estado ditatorial e o ensino superior público. Nessa perspectiva, o presente trabalho pretende contribuir com a construção de uma narrativa menos lacunar da ditadura civil-militar brasileira. E, ao apresentar elementos cujos resultados foram o expurgo de professores na FURG, colaborar para a compreensão da política autoritária da ditadura no meio intelectual.

Deve-se ponderar, também, que o expurgo de professores na FURG configura uma pesquisa de caráter exploratório e, por isto, justifica uma percepção significativa de fatores conjunturais do período. Em consequência do silêncio oficial instituído (Idem, p.33), a análise científica permanece limitada e fértil para novas interpretações. Assim, a memória dos docentes estudados apresenta-se como fator de grande importância para a constituição de uma expressiva fonte, capaz de auxiliar no entendimento das peculiaridades delineadoras do processo ocorrido na Universidade. Deste modo, ela contribui para a exposição de acontecimentos, os quais hoje não fazem parte da História oficial da FURG. E, como destaca Luis Fernando Veríssimo (2009, p.19):

A História, segundo um surrado e cínico adágio, é sempre a versão dos vencedores. Uma mentira oficial que se instala e se institucionaliza e com o tempo vira verdade. Mas o tempo nem sempre colabora. Com o tempo vem a resignação e a opção por não turvar águas passadas ou reabrir velhas feridas – mas também vem a distância necessária para reexaminar mentiras estabelecidas. O tempo traz o esquecimento – ou aguça a memória. E nada ameaça mais a versão dos vencedores do que memórias aguçadas.

Porém, justifica-se a elaboração de um estudo de caso, considerando-se que – promovida por grupos civis e militares que tomaram o poder à força, em um contexto no qual a hegemonia de sua classe encontrava-se ameaçada – a ação

repressiva do Estado ditatorial sobre o ensino superior público teve impacto e características diversas de acordo com a especificidade de cada instituição de ensino.

Salienta-se que são consideradas as peculiaridades dos expurgos ocorridos na FURG, as quais estão relacionadas à lógica da Doutrina de Segurança Nacional e cuja análise pode colaborar na concepção do funcionamento ditatorial nas Universidades brasileiras. Ressalva-se que o número de 14 docentes que constitui o primeiro grupo de anistiados da FURG é considerável, levando-se em conta a intensidade da ocorrência deste fenômeno em outras instituições, como: USP (23 docentes), UnB (15 docentes) e UFRGS (no ano de 1964, 17 docentes e em 1969, 24) (CARRION, 2009, p.57-58).

O trabalho, portanto, é um esforço no sentido de debater a ditadura instaurada no Brasil pós-1964, para que este importante período da História do país não caia no esquecimento e não se torne “*águas passadas*”. Vale destacar que não é objetivo desta pesquisa supervalorizar os professores expurgados na FURG. Porém, entende-se como fundamental apontar criticamente o período de expurgos na História da Universidade. Igualmente, que até mesmo o fim da ditadura não foi uma dádiva dos militares, tratou-se, na verdade, de um processo de constantes contradições vivido pelo próprio Estado. Exemplifica-se como propulsor da abertura para a democracia, o enfraquecimento dos diversos setores apoiadores do golpe, juntamente com as manifestações e os movimentos de luta.

* * *

A conjuntura política para a realização do trabalho de pesquisa muda com o passar do tempo. Hoje, embora com limitações, já se consegue desenvolver um trabalho mais apurado sobre a ditadura, especialmente quando há a possibilidade de análises documentais articuladas com depoimentos orais. Segundo Enrique Padrós (2009, p.43):

Se o cruzamento de fontes é uma necessidade do rigor metodológico da história, esta exigência deve ser muito maior quando se trata de analisar processos traumáticos recentes, pois é a única forma de evitar, também, o subjetivismo de protagonistas que estão disputando politicamente um

cenário ainda marcado por importantes lacunas e onde se confrontam opções, trajetórias, justificativas, interpretações, memórias e histórias.

As fontes textuais e orais utilizadas na pesquisa foram divididas em três grupos, conforme sua origem: (1) documentos oriundos do arquivo permanente da FURG (portarias, memorandos, circulares e correspondências internas); (2) documentos dos docentes cassados ou de pessoas que vivenciaram as práticas repressivas (processos individuais ou coletivos, cartas à Comissão de Anistia, Diário Oficial da União); (3) fontes orais e relatos de memoriais (entrevistas e depoimentos concedidos ao autor). A crítica das fontes foi utilizada como fundamento metodológico para a abordagem dos dados. Por se tratarem de diferentes tipos de documentações, buscou-se observar as especificidades de cada documento, assim como confrontá-los com os depoimentos daqueles que vivenciaram o processo de expurgo de docente.

O acesso a fontes primárias foi uma grande preocupação e um desafio constante deste trabalho. Em virtude de, ainda hoje, não haver acesso aos registros documentais da ditadura em sua totalidade, optou-se por analisar os acontecimentos a partir de documentações internas e individuais disponíveis.

O trabalho de busca às fontes iniciou com uma detalhada análise dos documentos individuais de docentes expurgados e com o acesso à documentação oficial da FURG, presente em seu arquivo permanente. As fontes primárias, aquelas que se referem ao contexto ditatorial, colaboram para a compreensão de fatos ainda não ilustrados, que necessitam de esclarecimento para que haja conscientização e consequente prevenção, pela população, sobre este período nebuloso da formação social brasileira. A lógica de silêncio institucional segundo Padrós (Idem, p.34):

Constrange os fundamentos básicos da democracia ao gerar impunidade e reforçar a sensação negativa de persistência da corrupção e do medo estrutural de uma sociedade onde o funcionamento da justiça parece não ter, como objetivo básico, a proteção dos cidadãos nem o tratamento igualitário destes diante da lei.

Acredita-se que, ao analisar a documentação oficial, esta pesquisa pode alcançar uma interpretação de como se constituíram as relações dos expurgos de docentes junto ao contexto da ditadura civil-militar brasileira.

Articulados aos documentos foram buscados colaboradores para a construção de depoimentos sobre o processo de expurgo, razão pela qual foram empregados os relatos dos docentes que vivenciaram o processo. Pondera-se que, ao entrevistar tais profissionais para entender sua atividade na FURG e seu afastamento sumário, o estudo conseguiu cumprir a tarefa para qual se propõe.

Os embates concernentes à luta pela memória configuram-se de maneira evidente em valores e referenciais que são também do presente. A partir do presente se buscam indagações sobre nosso passado, que é, em razão disso, inacabado. Entender estas implicações do passado pode ajudar a responder muitos elementos do cotidiano atual da instituição.

Na presente dissertação foram entrevistados quatro docentes, sendo que nenhum deles será identificado, a não ser apresentados no texto como “*Professor*” 1, 2, 3 e 4. O número reduzido de entrevistas relaciona-se à dificuldade de encontrar pessoas dispostas a colaborar com a pesquisa em reação aos traumas ainda presentes em suas memórias. Além disso, por se tratar de um tema polêmico, as maiores dificuldades encontradas no decorrer da construção do trabalho foram as desistências de professores que inicialmente se disponibilizaram a colaborar e, no meio do processo, renunciaram a participar.

Como destacado anteriormente, o estudo se centra no grupo de 14 docentes que tiveram o direito ao retorno à instituição no primeiro grupo de Anistia da FURG, dos quais foram contatados 12. Desses, dois recusaram-se participar no primeiro contato e 10 se comprometeram a dar entrevistas, estabelecendo-se conversas iniciais, até mesmo com dois que atualmente residem fora do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, seis desistiram devido à dificuldade de falar sobre o assunto, ao desinteresse ou ao medo, pois alguns dos favorecidos pelo regime ainda fazem parte do corpo docente da FURG. Assim, permaneceram quatro docentes dispostos a colaborar com a pesquisa, dos quais os dois primeiros foram entrevistados em dois momentos distintos, em consequência do aprimoramento do roteiro de entrevista ocorrido após a qualificação do projeto de dissertação.

Utilizou-se a História Oral híbrida como técnica de pesquisa, considerando que o acesso à documentação complementa os relatos. Adotou-se esta perspectiva metodológica, baseando-se na divisão proposta por José Carlos Sebe Bom Meihy (1994): História Oral híbrida e História Oral pura. A primeira associa a coleta de

depoimentos orais a documentos coletados diretamente dos atores sociais ou escritos. A segunda refere-se exclusivamente aos depoimentos e valoriza apenas o que foi dito.

Os depoimentos dos professores expurgados ofereceram material para a confirmação e o confronto de informações das documentações. Ou seja, como destaca Alberti (1990, p.5), a História Oral permite “recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza”. Continuando neste foco de análise, a História Oral abriga uma quantidade de depoimentos referentes a eventos não registrados por outros tipos de documentação ou, ainda, cuja documentação se deseja complementar. Essa é colhida por meio de diversas modalidades de entrevistas, registrando-se a experiência de um único ator social ou de uma coletividade (QUEIROZ, 1987). Neste sentido, pesquisas como é o caso desta, que estudam fenômenos políticos, ao privilegiarem a versão de pessoas envolvidas através da oralidade, conseguem uma abordagem com subsídios dos atores que participaram do processo e que a História institucional oficial até hoje não fez menção.

Considerou-se neste trabalho a proposta de Alessandro Portelli, na qual “História de vida é algo vivo”, pois ela depende do tempo, e novas questões são abordadas e dificuldades apresentadas, partindo da idéia de que “nenhuma estória é contada duas vezes de forma idêntica”. Entretanto, mesmo com os desafios de trabalhar com a memória de indivíduos, “a formalização do discurso é [...] uma arma contra o tempo”. Além disso, os relatos representam ao pesquisador uma subjetividade única sobre o acontecimento, a qual nenhum documento seria capaz de demonstrar (PORTELLI, 2004, p.297-298). Segundo o autor, a História Oral:

Tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos – a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido. Em última análise, essa também é uma representação muito mais realista da sociedade, conforme a experimentamos (Idem, 1997, p.16-17).

Como Amado e Ferreira (2001, p.14) descrevem na apresentação do livro “*Os Usos e abusos da História Oral*”, o “uso da história oral possibilita esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma”. Propõe-se, então, por meio das

entrevistas, obter informações para a compreensão de como ocorreu o expurgo dos docentes.

Para os fins deste projeto, os entrevistados foram considerados como sujeitos do estudo. Buscou-se por meio dos depoimentos uma contribuição acerca do passado, ou seja, um procedimento que, por mais subjetivo que seja, traz a possibilidade de conhecimento de fatos não presentes em documentos oficiais.

* * *

Na Universidade, as questões primordiais referem-se à postura do docente centrada no contexto político-institucional, assim como a relação desta instituição com a sociedade de modo geral. Desta forma, parte-se do pressuposto que, tanto na sociedade política como na sociedade civil, os intelectuais podem posicionar-se contra os interesses dominantes. E, quando não há ligação imediata com a lógica da produção, como defende Antonio Gramsci (1991), tem-se na sua organicidade uma maneira de interferir na dinâmica social.

Deste modo, considerando a consciência como produto do ser social, a atuação de um professor, no contexto da década de 1970 no Brasil, poderia ser conveniente aos desígnios do Estado ou contrária à determinada postura. Isso leva a entender a existência de posicionamentos contra-hegemônicos dentro das universidades no processo pós-golpe, mesmo estas instituições refletindo os interesses da ditadura civil-militar brasileira. Assim, baseando-se na perspectiva teórica do materialismo histórico, busca-se estudar o processo social em sua totalidade, ou seja, a fazê-lo quando surge não como mais uma História “*setorial*”, mas como uma História total da sociedade. Nela, segundo Edward Palmer Thompson (1978, p.83) “todas as outras histórias setoriais estão reunidas”. Mostra-se, assim, que, de modos determinados, cada atividade se relaciona com outra e atentando para o papel do homem na esfera social.

A visão dos professores expurgados traz mais um elemento para o entendimento da vivência dos atores sociais sobre o acontecimento. Para Thompson, compreender um processo histórico é buscar aprender, viaevidências históricas, como os homens agem e pensam dentro de determinadas condições:

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por 'relações determinadas' indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares (Idem, p.111).

A abrangência do processo histórico está na percepção da ação do homem na sociedade. Analisar um fenômeno social significa investigar, por meio das evidências, suas particularidades e, ao mesmo tempo, perceber como se expressam em condições materiais constituídas historicamente as ações humanas, as classes e os grupos sociais. Assim, os próprios valores de uma sociedade fazem parte da conexão relacional e, principalmente, se relacionam com as experiências humanas:

Os valores não são 'pensados', nem 'chamados'; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas idéias. São as normas, regras, expectativas necessárias e aprendidas no ato de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (Ibidem, p.194).

A partir da leitura da obra de Thompson, direcionou-se a atenção para refletir sobre a categoria de análise do trabalho em função da forma pela qual o referido autor discute a experiência. O autor aborda como todo um processo de homens comuns se torna sujeitos da História por meio de suas lutas cotidianas: a experiência significaria um processo contínuo de criação e de resistências dos quais se destaca a afirmação das singularidades culturais de cada grupo social. Como pesquisador, buscou-se a aproximação com o passado, situando autores, experiências de categorias ponderadas e experiências individuais em torno das questões políticas e educacionais na década de 1970 na FURG, referentes ao objeto de estudo.

Em “*Concepção Dialética da História*”, Gramsci (1986) ressaltou que a visão crítica da realidade social só seria possível por meio de uma análise que conseguisse apreender a atividade histórica e socialmente condicionada dos grupos e classes sociais a partir dos elementos objetivos e subjetivos. Para o referido autor, “o homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa – objetivos ou materiais – com as quais o individuo está em relação ativa” (Idem, p.47). Em toda sua obra, Gramsci insistia na necessidade de tomar a vida social como criadora de todos os valores e

de ser realizada uma forma de investigação que apreendesse as características históricas específicas de cada grupo social, tendo em vista seus interesses e valores sociais.

* * *

Compreende-se que, mesmo com as dificuldades para o ordenamento inicial das informações, este trabalho apresenta-se como um elemento auxiliar no debate da sociedade. Diante dos fatos, os acontecimentos começam a se tornar mais compreensíveis (PADRÓS, 2009, p.32). A sistematização e o mapeamento de fontes textuais passíveis de uso foram à maneira encontrada para enriquecer os depoimentos dos docentes. Concebe-se a articulação entre a análise documental e os relatos orais dos professores expurgados como fonte primária de estudo. Entende-se, portanto, a possibilidade de construção de um elemento primordial para a compreensão da história institucional da FURG e a trajetória docente durante o período.

Por fim, evidencia-se que a presente dissertação está dividida em quatro eixos principais. O primeiro aborda a Doutrina de Segurança Nacional, aquela que orientou teoricamente as ações da ditadura no período pós-1964, com intuito de discutir subsídios que influenciaram a ideia da necessidade de uma segurança interna constante. Assim, apresenta diversos elementos delineadores da lógica de segurança interna aplicada na FURG.

O segundo compreende a ocorrência de práticas autoritárias em outras instituições de ensino no Brasil. Na maioria dos casos as intervenções ocorreram nas duas fases da “*Operação Limpeza*” e, portanto, servem de panorama geral da influência ditatorial neste setor.

O terceiro abrange a FURG e o seu processo de fundação como requisito para compreensão das práticas autoritárias e dos consequentes expurgos de professores, os quais são abordados mais aprofundadamente no quarto e último capítulo. Neste sentido, se o trabalho possibilitar um caminho para futuras e mais aprofundadas discussões sobre a temática, seus objetivos estarão realizados.

Capítulo 1 – Ditadura civil-militar: a lógica de controle entra em voga

A literatura acerca da temática do Brasil pós-1964 é orientada por diferentes abordagens e oriunda de diversas áreas, tais como: História, Ciência Política e Sociologia. Bauer (2009, p.231), em referência a esses estudos, defende que “nos últimos 25 anos, não somente houve avanços historiográficos significativos em relação às ditaduras de segurança nacional do Cone Sul, mas, sim, que sua história propriamente dita passou a ser escrita”. A autora destaca ainda que “é a partir do fim das ditaduras que se iniciaram as pesquisas de História, obteve-se acesso a alguns arquivos documentais e houve maior liberdade de escrita”(Idem).

Seria inviável destacar todos os estudos que consolidaram o debate sobre as motivações e as consequências da ditadura civil-militar no Brasil. Em 1964, implantou-se um regime destinado a conter o avanço das forças sociais, as quais ameaçavam a reprodução do sistema econômico vigente. A ditadura também promoveu condições para uma nova e prolongada expansão econômica capitalista, e serviu de exemplo e de modelo para a onda de golpes militares que se seguiram na América Latina. Esses golpes visavam a conter os movimentos populares e a efervescência cultural presentes em todos os países, desde o final dos anos 1950 (WASSERMAN, 2004, p.27).

Realizar uma discussão sobre a vertente interpretativa mais correta sobre a História da ditadura civil-militar no Brasil seria uma ambição por demais abrangente. Portanto, optou-se por não aprofundar este debate historiográfico, e sim por apresentar alguns elementos norteadores da compreensão do golpe e do processo

dele decorrente, enquanto contextualização do problema a ser investigado. Neste sentido, prefere-se discutir algumas das implicações e motivações do golpe.

1.1 A Ideia de Segurança Nacional: nasce o "*inimigo interno*"

A inquietação com o "*inimigo interno*" tem seu início na década de 1930, mas apenas no período da ditadura civil-militar essa tese obteve expressividade (CAVAGNARI FILHO, 1987). Inicialmente, é imprescindível destacar a ameaça comunista, mesmo antes do golpe de 1964, como elemento de motivação às preservações por parte dos grupos dominantes, os quais controlavam grande parte do capital e da política brasileira. Como elemento balizador da perspectiva militar, o levante comunista de 1935 seria a exemplificação clara de que a população nacional não estava livre de ser seduzida por uma ideologia considerada perigosa (FARIA, 2009, p.1).

A Lei nº 38, de 04 de abril de 1935, denominada Lei de Segurança Nacional (LSN)¹, foi a primeira do gênero e preocupava-se com a influência estrangeira no país. Este movimento comprova que Getúlio Vargas, então governante no poder, bem como alguns segmentos da sociedade, desejavam prevenir o Brasil contra atividades subversivas de ordem política e social, contra os estrangeiros com atividades políticas prejudiciais ao interesse em voga. Como descreve a referida autora:

O levante, porém, acarretou mudanças na legislação do governo Vargas, ainda em dezembro do mês data da década de 1930, mas foi durante a ditadura civil-militar que essa tese ganhou força no ano as punições previstas na Lei de Segurança Nacional tornaram-se mais rigorosas e foram definidos novos crimes contra a Segurança Nacional, também tornava mais simples as regras para demitir funcionários públicos e militares filiados a partidos ou organizações clandestinas, fazia referência a medidas contra levantes armados, tornava obrigatório um cadastro de funcionários para todos os órgãos da imprensa escrita e da falada, pedia o controle das atividades políticas em escolas (Idem).

A autora destaca ainda que:

¹ Ver especialmente: art. 14, 15, 17, 30, 31, 37 e 44 (BRASIL, 04 abr. 1935).

Em setembro de 1936, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), cujos juizes eram nomeados pelo presidente, para julgar os presos políticos, temia-se que o judiciário não fosse rígido o suficiente na aplicação das penas aos comunistas (Ibidem).

Neste sentido, seguindo a lógica do processo, a Lei de Segurança Nacional instituída como a Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1953², manteve algumas semelhanças com a anterior no que tange à definição de crimes contra a segurança do Estado. Destaca-se que, em plena conjuntura da Guerra Fria, a ideia de um “*perigo vermelho*” valorizava no Ocidente uma perspectiva de alerta constante para a possibilidade de crescimento do comunismo, talvez por isso essa Lei tenha vigorado até 1967 (D’ARAÚJO, 2006).

Esses exemplos esclarecem que a preocupação e a perseguição às pessoas que aderiram à ideologia comunista no país (ou eram assim identificadas) existiam antes da implantação da ditadura civil-militar. No golpe, a tese do “*inimigo interno*” foi novamente redimensionada e adequada para ser mais do que uma simples lei que garantisse a segurança interna do país. De fato, o que ocorreu foi uma proposição, conhecida como a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Adaptada e preparada pela Escola Superior de Guerra (ESG)³, a doutrina foi aperfeiçoada na experiência prática da ditadura. A criação dos órgãos de informação e de repressão desenvolvidos, e por fim compartilhados, serviram como base para outros regimes ditatoriais estabelecidos na América Latina.

As leis foram sendo criadas na medida em que o regime se solidificava. A legislação nem sempre respondia aos interesses dos que estavam no poder e, assim, ocorriam alterações em resposta aos atos da oposição. No período do golpe, a politização da sociedade brasileira havia atingido seu ápice. O golpe civil-militar foi uma ruptura neste processo de organização política e social, e inaugurou a institucionalização efetiva do controle. Em nome da “*ordem*” e da democracia, os militares, com o apoio de parcelas importantes da sociedade civil, pretenderam com ele desmobilizar ou reprimir os movimentos sociais instalando no país um aparato legislativo de violência legal (FARIA, 2009).

² Ver: especialmente o art. 2, parag. 3 e 4, e o art. 3 (BRASIL, 05 jan. 1953).

³ Oficialmente criada por decreto do presidente Eurico Gaspar Dutra em 22 de outubro de 1948, a Escola Superior de Guerra foi criada nos moldes dos centros para treinamentos de militares existentes nos Estados Unidos, com o objetivo de tomar o Exército estadunidense como modelo e de absorver suas táticas e teorias. A ESG constitui um aparelho ideológico no interior das Forças Armadas, destinadas à formação de “*elites civis e militares*” (GERMANO, 1992, p.54).

1.2 O Golpe de 1964

O golpe de 1964 determinou-se como um marco decisivo na História da formação social brasileira. Esta hipótese tem sido aceita não somente pela forma como ficou conhecida a estrutura do Estado após a chegada das forças ditatoriais na cena política, mas também pela intensa atividade de oposição por parte da sociedade civil a partir da década de 1960.

Um golpe de Estado impôs gradualmente às instituições civis inúmeras restrições políticas e, ao longo do processo dele decorrente, foi reduzindo as liberdades individuais por meio da edição de atos institucionais e da desorganização dos espaços sociais de representação. Nesse contexto, a política nacional estava sendo delineada via ações autoritárias, tendo no aparato repressivo uma de suas formas de manutenção. Portanto, alguns autores partem da idéia de que o golpe de 1964 ocorreu em caráter preventivo às reformas sociais, pois:

As classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-1964, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão, e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças, etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro (TOLEDO, 2004, p.15).

Os liberais e os conservadores atribuem ao período e ao governo pré-1964 apenas características negativas: desordem política, deficiência de autoridade e caos administrativo; inflação descontrolada e recessão econômica; quebra da hierarquia e indisciplina nas forças armadas; “*subversão*” da lei e da ordem; e avanço das forças de esquerda (Idem, p.16). Então, o golpe de 1964 ocorreu com a intenção de reprimir os setores progressistas e os movimentos de esquerda. Desta forma, ele objetivava destruir as organizações políticas e, para isto, o pretexto utilizado baseava-se na tentativa de solucionar a crise que o país estava atravessando. Os governos militares se constituíram, naquele momento, na única solução possível para as classes dominantes da América Latina e também para o imperialismo norte-americano (GUAZZELLI, 2004, p.28-29).

No período pré-golpe, as reformas propostas pelo governo de João Goulart – todas elas nada socializantes, muito menos comunistas – procuravam arredondar o “*círculo quadrado*” de uma revolução burguesa incompleta, cuja direção de classe sempre propensa a tomar posição de “*sócia menor*” do capital estrangeiro. Contra esta perspectiva minimamente progressista, os controladores do capital apoiaram o movimento de 1964. Ao invés de estimular o mercado interno, tirar milhões da miséria social e repartir as riquezas do país, o golpe de 1964 reinseriu o Brasil sob tutela política norte-americana. Dessa forma, defendeu o latifúndio, monocultor e exportador, e o imperialismo ávido em manter estruturas colonialistas de dominação (KONRAD, 2009).

Este núcleo burguês da sociedade brasileira vinculado ao capital estrangeiro apoiou o golpe, pois acreditava na ameaça ao direito de propriedade e à estabilidade institucional de sua ordem, impulsionada pelo movimento esquerdista da época (GORENDER, 1987, p.66-67). Jacob Gorender defende que no pré-1964 ocorreu uma real “ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo”:

O período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [o século XX]. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse (Idem).

Na verdade, “golpes de Estado não eram novidade na história do Brasil e da América Latina”. Naquele momento, o Brasil encontrava-se numa encruzilhada. A crise econômica era a expressão mais visível das profundas contradições da nossa sociedade. Esta era repleta de diferenças de direitos e de renda entre as classes sociais, bem como as disparidades regionais (MORAES, 2004, p.297).

O movimento político de 1964 representa, de um lado, um golpe contra as reformas sociais, defendidas por amplos setores da sociedade brasileira. E, de outro, um golpe contra a incipiente democracia política iniciada em 1945 com a derrubada do Estado Novo getulista. E, assim, imediatamente a versão de “revolução de 1964”, a qual justificava o movimento, é desmistificada. Percebe-se que as forças armadas não buscavam mudanças estruturais para o país, mas sim o controle da tal “*subversão*” oriunda de uma esquerda heterogênea (TOLEDO, 2004, p.14). Essa configuração das tendências políticas e ideológicas das esquerdas no

momento do golpe é um dado primordial na consideração de como se constituíram as ideologias e os grupos de intelectuais, além da sua legitimidade e autonomia na esfera social neste contexto.⁴

O golpe de 1964 teve impacto direto sobre grande parte das instituições brasileiras, entre elas as universidades, e, também, sobre os militantes envolvidos no processo de politização da sociedade. Identifica-se, hoje, que a atuação política baseada no debate não foi capaz de articular inicialmente um contingente militante em torno de uma razoável unidade política para confrontar os golpistas já nos primórdios da ditadura. Após 1964, um novo quadro de problemas se coloca para aqueles que, até então, estavam dispostos a construir um projeto de nação e de identidade nacional, mas tinha sua atuação restrita ao campo das ideias.

1.3 O Controle permanente: a Doutrina de Segurança Nacional

A partir da década de 1960, vigoraram na América Latina ditaduras baseadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O golpe civil-militar brasileiro de 1964 inaugurou um ciclo de regimes que se instituíram na região, tendo como pilares básicos as práticas repressivas de domínio institucional.

Dentre os diversos papéis exercidos pelo aparelho militar, sobressaiu-se o repressivo. Esse foi organizado e implementado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI)⁵, com base teórica na DSN. O próprio general Golbery do Couto e Silva, um dos principais intelectuais orgânicos da ditadura, chamava-o de monstro, em virtude do seu crescimento desmesurado e das ações que ele praticou. Como enfatiza Nilson Borges (2007, p.23), as atividades desenvolvidas pelo órgão geraram “uma síndrome de tensão-pressão” no cerne do próprio aparelho militar entre os oficiais ligados à comunidade de informações e os demais, que não estavam comprometidos com os excessos praticados.

⁴ Buscar entender a complexidade conjuntural e pressupor uma heterogeneidade constituinte dos elementos que constroem um determinado contexto histórico ou grupo social é adotar uma perspectiva mais aberta, que admite as tensões e as contradições como dados relevantes no momento de investigação. Como na perspectiva de Gramsci na qual um determinado momento histórico jamais é homogêneo, para ele o momento é sim rico em contradições (GRAMSCI, 1978).

⁵ SNI se tornou um órgão militarizado que alcançou grande prestígio e funcionou como centralizador da repressão do estado, transformando-se em uma espécie de “força armada paralela” e bastante influente (REZENDE, 2001, p.36).

Desta forma, optou-se por abordar a seguir alguns elementos sobre a Doutrina de Segurança Nacional, pois esta dissertação a compreende como elemento fundamental para a ditadura civil-militar no Brasil. Esta doutrina balizou muitas ações e práticas de controle autoritário no cerne das instituições civis. Este aporte teórico serve para entender a forma como as ditaduras do Cone Sul atuaram de forma conectada e sem fronteiras geográficas.

O Estado de Segurança Nacional que se organizava a partir da DSN optou pela coerção, no sentido trabalhado por Gramsci: como caminho para difundir a sua concepção de mundo. Inicialmente, a *“limpeza de área”* foi dirigida contra os setores mais progressistas que, no governo anterior, tentaram alcançar a hegemonia em sintonia com as classes populares/subordinadas, no bojo das campanhas das reformas de base (CUNHA; GÓES, 1985, p.32). Assim, a forçosa alegação ideológica para a tomada do poder e a alteração de suas estruturas foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional. Essa foi ministrada na Escola Superior de Guerra (ESG), cuja implantação, ao final da década de 1940, contou com assistência técnica norte-americana e francesa, e tinha por objetivo treinar pessoal de alto nível com vista a exercer funções de direção e de planejamento da segurança nacional (BORGES, 2007, p.20).

Considera-se a segurança nacional como a capacidade dada pelo Estado à nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Trata-se, portanto, da força do Estado capaz de derrotar todos os movimentos adversos e de fazer triunfar os objetivos nacionais (COMBLIN, 1978, p.54). Ainda segundo o autor (Idem, p.17), é:

Uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção a guerra e a estratégia tornam-se única realidade e a resposta a tudo. Por causa disso, a Doutrina escraviza os espíritos e os corpos. Sendo um sistema muito aplicado na América Latina, ela ultrapassa esse continente para ameaçar todo o Ocidente. Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso na civilização contemporânea.

A tese de Comblin, a qual aponta influência da DSN na implantação prática das políticas repressivas no Cone Sul, é fundamental. Porém, faz-se necessário distinguir algumas limitações desta perspectiva. Os militares de cada região atingida, nesta percepção, aparecem mecanicamente direcionados a tomar uma atitude,

seguindo as orientações da doutrina de maneira não tão lógica, mas muitas vezes de acordo com situações locais.

Neste sentido, a doutrina adaptada pela ESG enfatizava um modelo de desenvolvimento econômico que era diferente das propostas progressistas em debate no Brasil no período pré-1964 (MENDONÇA; FONTES, 2004, p.14). Salienta-se que a ação política e a difusão ideológica promovidas pela ESG foram baseadas na DSN. Como destaca Padrós (2007, p.43):

Sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida nos bancos escolares da Escola Superior de Guerra, os militares assumiram o poder e passaram a ditar as ordens. A ESG foi responsável pela criação e difusão da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como alguns dos seus principais fundamentos a ideia da ameaça constante por parte dos países comunistas e a ideia da internalização do conceito de Segurança Nacional. A censura sobre meios de comunicação comprometidos com posições críticas, a intervenção no ensino, o controle dos programas de conteúdo reflexivo e a perseguição de docentes e de estudantes que se opunham a lógica dos novos regimes marcaram a expansão autoritária.

É primordial compreender a DSN no contexto histórico latino-americano da segunda metade do século XX, no qual as ditaduras implantadas no Brasil (1964), no Uruguai (1973), no Chile (1973) e na Argentina (1976) apoiaram-se ideologicamente em leituras da Doutrina. Essa nada mais era do que um produto da política exterior estadunidense no contexto polarizado da guerra fria⁶ (MANSAN, 2009, p.65). Para melhor compreensão desse expansionismo militarista do Cone Sul no processo decorrente dos golpes, “basta saber que, em 1979, dois terços da produção latino-americana, calculada na época em 400 milhões de habitantes, viviam em Estados dotados de regimes militares” (BORGES, 2007, p.15).

A DSN foi encampada como fundamento teórico e justificador da proteção da sociedade nacional por meio do aperfeiçoamento de um Estado que precisava esconder suas características e essência ditatoriais. Para sua legitimação, a DSN destacou a existência de um “*estado de guerra permanente*” contra um hipotético “*inimigo interno*”, que compreenderia todo sujeito ou organização política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente⁷ (PADRÓS, 2007, p.46). Assim, na

⁶ Como aponta Comblin (1978, p.66), a “extensão da doutrina e do sistema da segurança nacional, com todas as suas implicações políticas sociais, econômicas e outras, não teria sido possível se não houvesse a Revolução de Cuba”.

⁷ A alteração no conceito Segurança Nacional é perceptível na Constituição de 1967, pois, de acordo com a Constituição de 1946, a Segurança Nacional dizia respeito à defesa contra as agressões

perspectiva de uma Ditadura de Segurança Nacional “toda e qualquer manifestação política contra os atos praticados pelo regime militar era considerada uma forma de subverter a ordem” (REZENDE, 2001, p.181).

No cenário pós-1964, no qual ocorria um processo de disputas pela consolidação e pela perpetuação no poder, a ordem recém instaurada buscou na DSN subsídios teóricos para desenvolver na prática um conjunto de medidas para garantir a manutenção de seus interesses. Assim, surgiram as punições no decorrer do período da emergência de cada ciclo político e, como tal, apresentam-se como resposta, explícita e direta, às oposições “*naturais*” e às que se formaram no próprio processo (KLEIN; FIGUEREDO, 1978, p.145). Além de tudo, salienta-se a repressão como medida fundamental na tomada do golpe de 1964. A lógica, portanto, consistia em repressão a tudo e a todos aqueles que fossem considerados suspeitos de práticas ou mesmo de ideias contrárias ao novo regime (CUNHA; GÓES, 1985, p.36).

Entende-se, no presente estudo, que, para uma análise do processo decorrente do golpe de 1964, deve-se levar em conta a lógica do terrorismo de Estado. A violência legal e a cultura do medo, intrinsecamente relacionadas à institucionalização de práticas autoritárias, são fatores balizadores de todo período da ditadura civil-militar brasileira. Esta política de terror foi um mecanismo utilizado para aplicar as premissas da DSN. Essas visavam a defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro, além de destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares (PADRÓS, 2007, p.43). Ou seja, seguindo à risca os preceitos da Doutrina, as Forças Armadas manobram a sociedade civil por meio da censura, da repressão e do terrorismo estatal, com vistas a promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social (BORGES, 2007, p.21).

Nesta lógica, o terror é diretamente utilizado a fim de amedrontar o inimigo e dissuadir os indecisos. O uso contínuo pelos órgãos de segurança e informações de: tortura, assassinato, desaparecimento de pessoas e prisões arbitrárias, é forma de guerra psicológica colocada em prática pelo Estado de Segurança Nacional, quando:

externas e a preservação das fronteiras territoriais. Com o texto constitucional de 1967 ocorre uma mudança, assim e a lógica ganha um novo foco: o “*inimigo interno*” (GERMANO, 1992, p.64).

É impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou toleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na Constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional. Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência (ALVES, 1984, p.40).

No exercício da coerção, os ditadores utilizaram-se, de forma institucional, de práticas de: detenção, desaparecimento, medo, expurgo, tortura e morte. Outra característica marcante foi o conjunto de operações para controlar espaços de discussões, entre eles universidades, tais como: “*Operação Limpeza*”⁸ e “*Operação Gaiola*”. Segundo Mansan (2009, p.74):

A ‘Operação Limpeza’ não se restringiu a expurgos e cassações de representantes políticos e funcionários do aparelho do estado. Imediatamente após o Golpe, foi crescendo a pressão no meio militar, promovida por setores alinhados ideologicamente com a ‘linha dura’, por uma repressão intensa e direta sobre a sociedade civil, visando especialmente os líderes (efetivos ou assim percebidos pelos agentes repressivos).

Sobre a “*Operação Limpeza*”, Nilson Borges Filho (1994, p.105) destaca que ela atingiu, também, a área de educação, pois comissões de inquérito executaram uma devassa nas universidades brasileiras. O próprio processo de contratação de professores passava pelo crivo dos militares.

Além deste conjunto de operações, a atuação do aparato repressivo amparou-se em decretos-leis e em atos institucionais, e sua dimensão não ficou restrita às fronteiras políticas de cada país, evidenciando a colaboração e a cooperação desses aparatos no combate ao “*inimigo interno*”, estipulado pela “*fronteira ideológica*”.⁹ A ideia de um inimigo comum serviu para legitimar a colaboração entre as ditaduras do Cone Sul.

⁸ Operação Limpeza é o nome como ficaram conhecidas as primeiras medidas provocadas pelo AI-1, que promoveram expurgos nas burocracias civil e militar, e valeram-se de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para neutralizar qualquer cidadão que pretendesse opor-se às políticas em aplicação pelo golpe (ALVES, 1984, p.78).

⁹ Constata-se que a geopolítica dos militares latino-americanos em geral visa não somente a estabelecer os limites geográficos do Estado, mas trabalhar com as fronteiras ideológicas (DSN), um tipo de fronteira que não separa um estado - nação, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada Nação. Ocupando posições estratégicas no interior do Estado, os militares estabelecem os limites e restringem a ação civil (BORGES, 2007, p.27).

Na qualidade de aparelho repressivo de Estado, as Polícias Militares, como ramo especializado do aparelho militar, atuam enfaticamente pela violência, mas não deixam, também, de operar ideologicamente, reproduzindo a ideologia oficial (Idem, p.7). Nesse sentido, cabe destacar o papel das relações entre as instituições do Estado junto às instituições militares. Entidades representativas de segmentos sociais, por exemplo, dentro desta lógica de colaboração, repassavam as nominatas de seus representantes a órgãos fiscalizadores, sendo comum esta prática também nas universidades.

Segundo os militares, Inquéritos Policial Militar (IPM) eram necessários para erradicar a penetração de agentes comunistas. Eles acreditavam que estes utilizavam as instituições de ensino para conquistar as mentes do povo, sendo esta uma estratégia indireta da União Soviética (Ibidem, p.105). Como destaca Borges Filho, “a rigor, a ideologia dominante invade os Aparelhos de Estado, os quais têm, igualmente, por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia”(Ibid., p.29).

Ao articular o terrorismo aplicado pelo Estado e o contexto latino-americano das décadas de 1960, 1970 e 1980, pode-se afirmar que a promoção do terror como forma de dominação política foi realizada pelas ditaduras civil-militares, mediante o uso da violência institucional. A cooperação entre os regimes de segurança das ditaduras do Cone Sul é demonstrada pela atuação da FURG na época. A instituição mantinha parceria com forças de segurança de outros países e colaborava com outras instituições ligadas à ditadura por meio do controle sobre os docentes brasileiros e estrangeiros, como será demonstrado na continuidade do trabalho.

Neste sentido, trabalha-se na perspectiva da “*cultura do medo*” para tentar demonstrar, em certa medida, a forma como o regime ditatorial influenciou nos expurgos e nas perseguições ocorridas nas instituições de ensino superior no período ditatorial brasileiro.

A atividade extra-fronteiriça era legitimada pela concepção de “*fronteira ideológica*”, presente na Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual “o inimigo, o mesmo inimigo, está ao mesmo tempo dentro e fora do país; o problema, portanto, é o mesmo. Dependendo das circunstâncias, os mesmos meios podem ser empregados tanto para os inimigos externos quanto para os internos”(COMBLIN, 1978, p.56). Seguindo esta perspectiva, as fronteiras políticas que definiam os contornos dos países do Cone Sul deram lugar aos limites ideológicos entre os

apoiadores e os opositores dessas ditaduras. As Forças Armadas dos países do Cone Sul romperam com o paradigma de proteção territorial e assimilaram a percepção da região como um vasto território no qual uma batalha contra o comunismo era travada. Desta forma, pode-se definir a atuação extra-fronteiriça desses regimes e a colaboração e a cooperação entre eles (PADRÓS, 2005, p.679).

Os países da região do Cone Sul foram se transformando em Estados de Segurança Nacional. Estes utilizavam estratégias similares de perpetuação no controle político dentro de suas fronteiras. E tentavam garantir a sustentação da lógica de segurança interna por meio de mecanismos de cooperação, os quais funcionavam além das fronteiras territoriais. Para defesa dos interesses dos setores econômicos dominantes e a consecução dos objetivos da DSN na América Latina, o Estado desempenhou papel fundamental. Este foi instrumentalizado a partir da utilização racional de refinados mecanismos e tecnologias de controle, componentes do seu aparato coercitivo e ideológico, como terror de estado (Idem, 2007, p.45).

A perpetuação da DSN significou a consolidação da coerção como forma de controle dos interesses do Estado de Segurança Nacional. Percebe-se que este controle é usado, inicialmente, para afastar da vida política e pública as lideranças identificadas com o estilo político prevalecente até abril de 1964. E, posteriormente, recai sobre as oposições formadas pela própria dinâmica política pós-golpe. Portanto, a coerção implícita surge em decorrência da percepção de possíveis fontes de conflitos políticos e ideológicos, e não somente da simples resposta aos sucessivos conflitos (KLEIN; FIGUEREDO, 1978, p.195). Desta forma:

A coerção exercida pela ditadura deu-se a partir das instituições, pois o poder político é exercido nas instituições. O controle dos espaços sociais pode ou não começar pela prática da coerção explícita, mas ao longo do tempo acabará, necessariamente, criando uma situação histórica de coerção implícita (Idem, p.114).

Do ponto de vista teórico, a DSN foi fundamental para a aplicação ao longo da ditadura das redes de informações, das diferentes formas de coerção legal e do controle social. Uma de suas principais premissas está relacionada à rejeição da ideia de uma sociedade dividida em classes. Esta ideologia se chocava com a noção de unidade política, a qual representa um dos elementos basilares dessa doutrina. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realizava em função do seu

pertencimento a uma determinada classe social, a realização pessoal provinha de sua identidade e sua consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa, potencializando a satisfação das suas demandas (PADRÓS, 2004, p.45).

Conforme Borges Filho (1994, p.52) “a DSN é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de uma guerra permanente e total entre o comunismo e o Ocidente”. E considera DSN como “uma luta que não deixa nenhum espaço à negociação, uma luta que visa destruição das bases materiais e morais do poder adverso” (Idem, p.55).

É imprescindível entender que, no quadro ideológico dos militares, a DSN pressupõe a abolição de dois princípios fundamentais do regime democrático: a subordinação dos militares ao poder civil e a não-intervenção no processo político. Como defende o autor (Ibid., p.59): “a DSN supõe uma mudança radical no papel da profissão militar, onde defesa externa implica na defesa interna, isto é, a profissionalização da segurança interna e do desenvolvimento nacional”.

Um último elemento a destacar é a organização de uma coordenação repressiva de atividades de cooperação entre os aparatos repressivos da região. Esta tinha o intuito de trocar informações e experiências, organizar operações conjuntas contra alvos escolhidos e sistematizar um grande arquivo de informação. A Operação Condor foi o ápice deste projeto que realizou inúmeras ações, perseguindo e eliminando atores políticos “*incômodos*” (PADRÓS, 2004, p.52).

Para a garantia da segurança interna, a DSN aconselhava um eficiente aparato de informação e de repressão. Ainda mais importante que este aparato repressivo para uma guerra aberta contra o inimigo interno, seria a prática da “*guerra silenciosa*” travada cotidianamente no país, por meio de interrogatórios, investigações sigilosas, armazenamento e processamento de informações (BAUER, 2004, p.156). Conforme aponta Carlos Fico (2001, p.189), desta forma:

Professores também eram constantemente perseguidos, e a aposentadoria era a arma que as comunidades de segurança e de informações – mas também governadores – usavam contra aqueles que fossem tidos como ‘esquerdistas’, classificação que certamente serviu para encobrir perseguições as mais diversas.

Ainda seguindo as considerações do referido autor: “para o cotidiano dos que vinham do trabalho intelectual e que se contrapunham ao regime militar, a repressão foi extremamente prejudicial”. Segundo Fico: “bibliotecas longa e custosamente constituídas foram dispersadas; anotações meticulosas, destruídas, fatos outrora corriqueiros, como ter certos livros ou editar algumas publicações, passaram a ser incriminadores” (Idem, p.190).

Na aplicabilidade prática da DSN, destaca-se que a ditadura brasileira executou uma série de medidas para seu desenvolvimento. Por exemplo, como descreve Cláudia Wasserman (2004, p.41), nos primórdios do golpe de 1964:

Os atos institucionais que se seguiram à tomada de poder determinavam o fim das eleições diretas para a presidência da República, governadores de estado e prefeito, o aumento dos poderes do presidente da República, a possibilidade de decretação de estado de sítio, o poder de suspensão de direitos políticos e da garantia de habeas corpus, no caso de crimes políticos e crimes contra a segurança nacional.

Desta maneira, o Estado de Segurança Nacional legitima um conjunto de práticas autoritárias para sua perpetuação. Neste sentido, o uso social da coerção:

é a autonomia sobre o direito de seu uso e o seu uso efetivo como recurso político para a implementação e/ou preservação de normas, valores e padrões de comportamento que refletem mais os ideais e as vontades de um grupo social do que os ideais e as vontades da coletividade (KLEIN; FIGUEREDO, 1978, p.115).

E no âmbito extra-fronteiriço, a DSN foi um elemento norteador para o aprofundamento de relações que assegurassem a eficácia das práticas autoritárias e do regime. Assim, para combater qualquer possibilidade de instabilidade política na região, existente em Rio Grande, adotava-se o controle, o intervencionismo e a coerção legal como forma de neutralizar eventuais opositores.

Por fim, algumas considerações parciais são possíveis por meio do estudo de autores que abordam a DSN e sua aplicação no Brasil. Primeiramente, em consequência da importância dada pela Doutrina à questão de segurança interna, surgem os serviços de informação e as redes de colaboradores, ou seja, uma estrutura para garantir a Segurança Nacional e a manutenção da ditadura. Objetivamente, a DSN não passa de uma manifestação ideológica que se baseia na concepção de guerra permanente e total contra setores progressistas, identificados

como representantes do comunismo. Nesta linha, o controle político por parte dos militares é área de particular interesse para o Estado de Segurança Nacional (ALVES, 1984, p.64). Seguindo o que afirmou Alfred Stepan (1975, p.93), com o golpe de 1964 “os militares se dispunham a ser, não mais os moderadores, mas os dirigentes da política”, colocando as diretrizes da DSN em prática no país.

A estratégia de redes de colaboração desenvolvida no processo decorrente do golpe de 1964 demonstra o interesse direto da ditadura em controlar qualquer tipo de oposição. Um exemplo nítido disto é a retomada das Áreas de Segurança Nacional em cidades estrategicamente importantes para seu projeto, como Rio Grande – aspecto que será desenvolvido no decorrer do trabalho. Este contexto nacional de aplicação das diretrizes da DSN se reproduz, guardando suas proporções e especificidades, no contexto municipal após o golpe de 1964, como Área de Segurança Nacional.

1.4 O Endurecimento do regime com o AI-5

A ditadura civil-militar implantada em 1964 significou uma dupla reordenação, pois, além de alijar e de reprimir os movimentos populares, afirmava a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos (MENDONÇA; FONTES, 2004, p.15). Nesta perspectiva, desde o princípio do golpe, a lógica repressiva da ditadura foi estruturada com base nas existentes nesta área. Adicionou-se, então, o setor de informações, o SNI, em meados daquele ano (MANSAN, 2009, p.159-160). Durante o processo funcionaram inúmeros mecanismos de repressão. Entretanto, de fato, o avanço desta política ocorreu em 13 de dezembro de 1968, por meio do AI-5. Com este ato inicia-se um processo de endurecimento¹⁰, no qual foram restringidos os direitos individuais e intensificada a perseguição aos intelectuais, aos políticos, aos cientistas e aos artistas (CLEMENTE, 2005, p.49).

¹⁰ O AI-5 marcou também o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional (MENDONÇA; FONTES, 2004, p.46).

Segundo Carlos Fico, o pretexto para a edição do AI-5 foram alguns dos discursos de Marcio Moreira Alves¹¹, deputado pelo MDB da Guanabara. Este chamou o Exército, às vésperas do Dia da Independência de 1968, de “valhacouto de torturadores” e usou o termo “carrascos” (FICO, 2001, p.183). O referido parlamentar sugeriu que a população não participasse da parada militar do dia 7 de setembro e que as mulheres brasileiras se negassem a namorar oficiais “que silenciassem diante da repressão ou participassem ativamente de violências cometidas pelo Estado”.

Embora o discurso passasse despercebido na imprensa, os militares o escolheram como pretexto para provocar uma grande crise política. Como aponta Maria Helena Moreira Alves (1984, p.129), o discurso foi “particularmente útil aos seus [do regime] propósitos”, pois tocou em “um ponto sensível na estratégia geral de controle social do Estado”. Deste modo, ia ao encontro de um planejamento em andamento de um segundo golpe de Estado, o qual já vinha sendo preparado, que daria “mais liberdade na defesa da Segurança Interna”.

O AI-5 conferia poderes quase absolutos ao poder Executivo. Por meio dele, o presidente podia decretar o recesso do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores por ato complementar, em estado de sítio ou fora dele. No âmbito do “interesse nacional”, tinha liberdade para intervir nos estados e municípios, sempre com o apoio do Conselho de Segurança Nacional.

Ele deu início a uma nova série de cassações de direitos políticos, fortaleceu a censura e reendureceu todo o conjunto de práticas autoritárias. Após este marco do endurecimento político, o regime incorporou sua estrutura repressiva e deu vazão a aquilo que seria mais sombrio da ditadura: as prisões, as torturas e as perseguições que, a partir desse momento, tornaram-se mecanismos constantes de manutenção por aqueles que se encontravam no poder.

O ano de 1968 pode ser destacado como fundamental na política do regime ditatorial brasileiro. Neste período ocorrem dois eventos representativos da polarização ideológica e luta de interesses: a “Passeata dos Cem Mil” e o “AI- 5”.

¹¹ Conforme Konrad (2009), Márcio Emmanuel Moreira Alves nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 14 de julho de 1936, pouco menos de um ano antes da Ditadura do Estado Novo. Filho e neto de importantes famílias de políticos mineiros e cariocas, iniciou-se profissionalmente aos 17 anos, como repórter do “*Correio da Manhã*”, jornal carioca, sendo correspondente de guerra do jornal, em 1956, no conflito anglo-egípcio, resultante da nacionalização do canal de Suez pelo presidente do Egito, Gamal Nasser.

Pode-se fazer entender que, em resposta a uma atitude a parte da sociedade civil, o Estado usa da institucionalização autoritária para conter o seu “inimigo interno”. A Passeata, no mês de junho, no Rio de Janeiro, resume a disposição de vários setores sociais para confrontar o processo ditatorial. O estudo de Alves (1984, p.315) comprovou que formas específicas de controle tiveram de ser criadas em resposta aos desafios apresentados pela sociedade civil. Estes períodos, de intensificação do movimento oposicionista, determinaram em muitas situações a reorganização das estruturas de Estado para garantir o controle interno. Objetivava-se, então, combater os setores críticos, de modo a desenvolver novos mecanismos de domínio e impor novamente a conformidade, conseguindo assim, a manutenção do projeto ditatorial no poder.

Percebe-se, então, que a ditadura foi aprimorando sua forma de controle sobre a sociedade ao longo dos anos. Neste sentido, o AI-5 simboliza o ponto decisivo do regime no processo centralização do poder de Estado para garantir os interesses do grupo dominante. João Roberto Martins Filho defende que:

Ao mesmo tempo em que surgiam os primeiros sinais de radicalização da luta popular e das práticas da esquerda, em 1968, setores significativos das Forças Armadas, designados em geral como a linha dura e que ocupavam postos-chave no governo Costa e Silva, já pareciam ter-se definido por uma estratégia de pressão em favor do endurecimento político. O movimento estudantil parece ter fornecido os principais pretextos para sua função. Assim, a radicalização da direita militar mais extremada parece ter-se antecipado a acontecimentos como as greves operárias de Contagem e Osasco, o emprego de táticas ‘foquistas’ pelo movimento estudantil e o anúncio da adesão da esquerda à ‘luta armada’ (MARTINS FILHO, 1987, p.139).

As consequências do AI-5 eram notórias: o ato fechava o Congresso Nacional por tempo indeterminado e suspendia todas as garantias constitucionais e individuais. Ele foi à forma encontrada pelo Executivo para adquirir poderes muito maiores sobre a sociedade (MANSAN, 2009, p.167). Aponta-se que o ato restabelecia as cassações de mandatos eletivos e as suspensões de direitos políticos, e criava a possibilidade de confisco de bens de todos que houvessem “enriquecido ilicitamente”. Este ato inovou em relação ao AI-1 e ao AI-2, pois não definia um prazo final para sua vigência (FICO, 2001, p.183).

Desta forma, com o decreto do AI-5, a imagem de qualquer possibilidade de restauração da democracia ou de oposição "consentida" ao regime foi eliminada. Hoje, percebe-se que após o AI-5 centenas de jovens foram jogados na clandestinidade, muitos abandonaram suas universidades e se engajaram na resistência a ditadura (CLEMENTE, 2005, p.51). Segundo Carlos Fico (2001, p.65), o movimento para a implantação do AI-5 ocorreu como uma espécie de "golpe dentro do golpe", e "deveu-se a duas ordens de fatores: os anseios punitivos do grupo radical e a decisão de Costa e Silva de completar a 'operação limpeza"¹².

O ciclo de maior repressão durante a ditadura teve início com o referido ato e se estendeu por todo o governo Médici (1969-1974). Por meio dele, o Estado tentou conter a sociedade civil, em especial os segmentos opositores a ditadura. Assim, estudantes, intelectuais e trabalhadores progressistas tornaram-se alvos preferenciais (GERMANO, 1992, p.94). Após o AI-5, crescentes medidas repressivas comprimiram toda e qualquer forma de contestação ao regime. Por exemplo, no dia 26 de fevereiro de 1969, o Decreto-Lei nº 477 passou a considerar infração disciplinar de professores, alunos e funcionários qualquer manifestação contrária à ordem política vigente, seja em estabelecimento de ensino público, seja em particular (CLEMENTE, 2005, p.52). Esta leva de punições no interior do Estado, com base no AI-5 e na legislação decorrente do ato, caracteriza-se pela rotina repressora da ditadura. Segundo Klein e Figueiredo (1978, p.162), neste contexto "foram punidos 1.112 servidores, civis e militares". Portanto, a coerção exercida pela prática do expurgo de opositores e das punições por postura política, surge com abrangência total no país e assim permanece em todo o período (Idem, p.195).

No processo decorrente do golpe de 1964, o aparato repressivo crescia rapidamente. Sua estrutura organizacional ia ficando cada vez mais complexa. O SNI atuava de forma coordenada com os demais órgãos do aparato. Assim, a ditadura ampliava-se e reestruturava a burocracia da forma mais interessante para sua perspectiva de controle (MANSAN, 2009, p.191). Ainda que os gerenciadores da ditadura trabalhassem para mostrar que a sua noção de ordem social era produto dos anseios da maioria da população, a crítica social às práticas de controle era algo constante no país (REZENDE, 2001, p.4).

¹² O AI-5 conhecido como "*golpe dentro do golpe*" oficializou e legalizou um sistema baseado tanto na violência como na repressão, representando a concretização da ditadura (FERNANDES, 2004, p.195).

Após a radicalização da repressão, a ditadura jogou por terra qualquer possibilidade de diálogo com a sociedade civil. Sindicatos, partidos, movimentos sociais autônomos e a imprensa foram esvaziados. À truculência da ditadura, opuseram-se as esquerdas em seus vários matizes, desde os que acreditavam na via institucional como forma de retorno ao Estado de direito até aqueles que defenderam a luta armada. Embora a crença nesta forma de luta não tenha surgido nas esquerdas brasileiras, neste momento, a partir do AI-5, as organizações de vanguarda, surgidas desde 1961, foram capazes de atrair um maior número de militantes.

Considera-se que o AI-5 legitimou práticas de perseguição, tortura, expurgo e censura aos “*inimigos*” da ditadura em nome da segurança nacional. Este ato foi segundo Diorge Konrad, “a alternativa mais despótica que civis e militares da ditadura encontraram para aprofundar o projeto de entreguismo que assolou o país a partir de 1964”. No início da década de 1970, baseando-se neste ato e com a consequente eliminação direta de seus oponentes, juntamente ao “*milagre econômico*” e sustentado na poupança externa, a ditadura consolidou ainda mais seu projeto (KONRAD, 2009). Então, por meio do AI-5, a censura ganhou traços mais cotidianos e o regime consolidou sua lógica de controle (FICO, 2001, p.189).

Em meio a uma competente propaganda institucional, que apresentava o país em ritmo de franca expansão econômica, destaca-se a censura como um instrumento eficaz de controle para que a população não se opusesse ao regime e à segurança nacional. Porém, o controle das instituições e o aparato repressivo não garantiram o fim dos setores oposicionistas e também não fizeram com que os projetos discutidos antes do golpe fossem totalmente abandonados ou desencorajados.

A fundação da FURG ocorre em meio a este processo de consolidação e de legitimação das medidas repressivas após a promulgação do AI-5. Este período no qual a Universidade começa a ser estruturada se refere à segunda fase da “*Operação Limpeza*”. Esta fase é considerada no presente estudo como a continuidade de um processo de eliminação de opositores na administração pública, tendo sido influenciada na DSN. No capítulo a seguir, apresenta-se o impacto das práticas em outras instituições de ensino superior público para assim compreender as especificidades deste conjunto de medidas na instituição pelo estudo focada.

Capítulo 2 – Ditadura e ensino superior

O capítulo enfoca o modo o período da ditadura civil-militar modificou o cotidiano do ensino superior no Brasil, em especial por meio de uma legislação autoritária e que vedava a autonomia universitária, assim como a partir de intervenções violentas, as quais substituíram dirigentes, cassaram ou expurgaram docentes. Tais situações serão ilustradas pelo caso de algumas instituições do país, como as universidades de: Brasília, São Paulo e Federal do Rio Grande do Sul, além de informações sobre a Federal de Pelotas, que está localizada a poucos quilômetros da FURG e foi criada no mesmo período (final dos anos 1960, durante o regime ditatorial).

2.1 Intervenções da ditadura no ensino superior público no pós-1964

As práticas de expurgos ocorridas no período da ditadura foram realizadas majoritariamente em dois momentos principais: no ano de 1964, com vistas a uma primeira “limpeza” dos opositores ao golpe, e no ano de 1969, muito em decorrência do AI-5. Assim, as marcas deixadas pelo regime ditatorial na formação social brasileira são intensas e estão presentes até hoje. Em um estudo acerca da interferência da ditadura civil-militar brasileira sobre o ensino superior ao longo dos seus 21 anos de duração, percebe-se que a interferência na política educacional abrangeu todos os níveis de ensino.

Com o início da ditadura, a fisionomia crítica da Universidade brasileira foi alterada e, por consequência, mudanças foram provocadas, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2006, p.13). Esse autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil. Segundo Germano (1992, p.55): “intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política”.

Desta maneira, por determinação governamental, foram criadas nas universidades brasileiras as Assessorias de Segurança e Informações (ASI). Estas, eventualmente, foram designadas como Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). As ASI ou AESI estavam subordinadas aos ministérios civis, à DSI do respectivo ministério a que estivesse vinculado o órgão da administração pública vigiado pela “*assessoria*”. Porém, essa institucionalização do autoritarismo não foi uma especificidade do campo educacional, pois Carlos Fico (apud MANSAN, 2009, p.199) assinalou que “em cada órgão importante da administração pública” teria sido criada uma ASI ou AESI. Com a criação de instrumentos repressivos no cerne das instituições, as denúncias de professores às comissões de investigação passaram a ser um instrumento a mais da política interna do ensino superior¹ (CUNHA; GÓES, 1985, p.32).

Tais instrumentos de controle nas Instituições de Ensino Superior (IES) têm relação direta com o papel que os intelectuais podem exercer na dinâmica social. A Universidade como uma instituição problematizadora:

Constitui uma instituição fundamental em qualquer sistema político-econômico na formação dos quadros técnicos e ideológicos. É um aparelho ideológico do Estado e, para os regimes autoritários em especial, seu componente repressivo passa a ser vital para o fechamento dos espaços e sua proteção permanente da ‘contaminação’ por ideologias não domesticadas pelo poder (ADUFRGS, 1979, p.57).

¹ Para pôr em ação o controle impositivo sobre a sociedade civil, o regime civil-militar tratou logo de aparelhar o Estado com um conjunto de órgãos encarregados de promover um processo metódico de repressão a todos os brasileiros que se colocavam em oposição (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2006, p.13). Cabe destacar as AESI entre outras comissões internas.

No período abordado por este estudo, muitos professores e estudantes universitários foram expulsos das instituições nas quais lecionavam e estudavam. Com a criação de mecanismos repressivos no cerne das instituições, a política interna do ensino superior ganhou mais uma arma: as denúncias de professores às comissões de investigação (CUNHA; GÓES, 1985, p.32).

Uma das primeiras medidas levadas a cabo pelo regime recém implantado abordava o combate à oposição na sociedade política e na sociedade civil, sendo chamada de “*Operação Limpeza*”. Os intelectuais opositores, acompanhando a tendência de expansão da oferta no ensino superior público e da Reforma Universitária de 1968, tornaram-se inimigos do Estado, ao mesmo tempo em que os militares apresentaram sua proposta para as instituições de ensino superior.

Salienta-se que as propostas do regime pós-1964 para o ensino superior são consequência da relação dos governos ditatoriais como os Estados Unidos. Segundo Minto, “o golpe militar representava a tentativa de recompor uma hegemonia que entrara em crise nos anos 60”. Entretanto, para o autor, “a hegemonia seria reconstruída sob novas bases, não aquelas ‘liberais’ de 1946”, mas com base “na violência e na repressão do ‘Estado de segurança nacional’, política e amplamente apoiada pelos Estados Unidos no contexto da chamada Aliança para o Progresso na América Latina”. Seria desta forma, “uma política de Estado deliberadamente repressora com vistas a defender os interesses do capital” (MINTO, 2005, p.106).

Neste sentido, entende-se que o aparato repressivo tem como finalidade principal prevenir-se das idéias dos setores progressistas e resistentes à ditadura. No decorrer do regime, este buscou estabelecer uma rede de controle sobre as instituições de ensino por meio do DL-477(BRASIL, 16 fev. 1969) e estipulou a forma como, a partir daquele momento, ocorreria a intervenção junto ao setor educacional. Este DL representou a expressão mais precisa das ameaças de repressão política e ideológica à Universidade brasileira.

Esta normatização repressiva descrevia que cometeria “*infração disciplinar*” o professor, o aluno ou o funcionário de estabelecimento de ensino público ou privado que se enquadrasse em diversos casos, entre os quais: aliciar ou incitar a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participar nesse movimento; praticar atos destinados à organização de

movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir ou realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito e distribuir material subversivo de qualquer natureza.

Entende-se que, na verdade, o decreto institucionalizou a repressão às manifestações estudantis e docentes, e a qualquer ato de contestação ao regime dentro ou fora dos estabelecimentos de ensino (CLEMENTE, 2005, p.52). Se o infrator fosse:

Professor ou funcionário seria demitido (ou dispensado), e proibido de ser nomeado (ou admitido ou contratado) por qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de cinco anos. Se fosse estudante, seria desligado do curso, e proibido de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por três anos (CUNHA; GÓES, 1985, p.40).

A apuração das acusações de infração deveria ser realizada por processo sumário e o acusado teria 48 horas para apresentar a sua defesa. Todo este processo era conduzido por funcionário do estabelecimento de ensino, por iniciativa do dirigente do estabelecimento, da Divisão de Segurança e informação pelo MEC ou “de qualquer outra autoridade ou pessoa” ligada à segurança interna da instituição (Idem). Desta forma, com o aprofundamento da institucionalização repressiva, o professor que não se adequasse às diretrizes do Estado deixava de ser visto como funcionário de uma instituição pública e passava a ser definido como inimigo, comunista. Como diz Giannotti (1975, p.20): “o intelectual autêntico passou a ser um suspeito”.

Com o DL-477, todas as instituições do setor educacional foram atingidas. Este espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos e alguns mortos em confrontos com a polícia:

A política educacional do regime militar abrangeu, ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual. Pautado pela repressão, o Estado editou políticas e práticas que, em linhas gerais, redundaram no tecnicismo (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2006, p.161).

Na mesma medida, o DL-477 implantou uma lógica a partir da qual todos os professores ou candidatos ao magistério eram considerados suspeitos de subversão, até que mostrassem o contrário. Tinham que provar que sobre eles não recaía culpa de subversão. As universidades passaram a exigir dos candidatos ao magistério, mesmo a precária categoria de colaborador, a apresentação do “*atestado de ideologia*”, emitido pelas delegacias de ordem de política e social das secretarias estaduais de segurança pública.

Exemplifica-se essa situação, com a apresentação do Ofício nº 0016/1862/77/SICI/2/DSI/MEC/BSB, descrito como confidencial. Ele foi encaminhado para o Reitor da FURG pelo diretor da Divisão de Segurança Interna do Ministério de Educação e Cultura (DSI-MEC), Armando Menezes, “com a finalidade de preservar os interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública”. Esta consiste solicitação de “dados esclarecedores” do professor Israel Korc Markowicz, de nacionalidade polonesa e naturalização uruguaia, admitido na Faculdade de Medicina da instituição. Em anexo ao documento está a resposta institucional da FURG, a qual apresenta o docente como de renome internacional, com diversos trabalhos publicados em congressos, além de indicar os dados individuais do referido professor (BRASIL, 18 mar. 1977).

Em sua pesquisa sobre a UFRGS, Jaime Valim Mansan relata que, ao longo da primeira fase da ditadura civil-militar, havia uma cobrança no sentido de que os dirigentes universitários colaborassem com o controle político-ideológico e com a repressão aos segmentos universitários que adotavam uma postura crítica ao regime. Assim, órgãos do aparato repressivo forneciam informações aos referidos dirigentes (MANSAN, 2009, p.191).

As universidades enxertaram nas suas estruturas as assessorias de segurança interna, ligadas ao Ministério da Educação e às agências locais do serviço nacional de informação. Com base nos pareceres dessas assessorias, aos professores eram negados pedidos de bolsa de estudos e de licenças para comparecer a congressos técnicos, assim como vetadas visitas de professores oriundos de outras instituições, além de outras arbitrariedades do gênero que foram abundantemente cometidas (CUNHA; GÓES, 1985, p.40).

Mansan destaca que as formas repressivas e de controle possuíam, fundamentalmente, o objetivo preventivo:

As leis não surgiram para legitimar as práticas repressivas existentes, mas para determinar os limites da ação de oposição (obviamente, extremamente estreitos) tolerados pelo próprio grupo no poder. Nesses casos, a busca de legitimação para a repressão procedia à própria repressão. É possível citar, com exemplos, as proibições de greves, de manifestações públicas de conteúdo político (incluindo distribuição de material de divulgação), bem como as proibições de exercício profissional ou discente e a cassação de direitos políticos em seu aspecto preventivo. Nesses últimos casos, o impedimento do direito de exercer certa atividade profissional (MANSAN, 2009, p.35).

Nas pesquisas relacionadas à ditadura civil-militar no Brasil, as obras de memória e as entrevistas orais constituem importantes fontes para a compreensão deste momento da história do país. Os militares brasileiros desencadearam uma “caça as bruxas”. Organizaram e executaram um verdadeiro “arrastão” nas universidades, nos sindicatos, nos partidos de esquerda e nas entidades estudantis. O clima de “*terror cultural*” pelo qual o país passou, a partir de 1964, deixou marcas por todos os lados: “universidades foram invadidas e ocupadas, professores e alunos presos, editoras saqueadas, livros apreendidos e bibliotecas destruídas” (CLEMENTE, 2005, p.20).

O clima de insegurança nas universidades brasileiras, devido aos expurgos, demissões e invasões, fazia do mundo acadêmico mais um alvo a ser extirpado pelos militares que assumiram o poder. Como destaca Clemente:

Na Faculdade de Rio Claro, interior de São Paulo, nove professores foram demitidos, sete foram presos e a professora Maria Edite do Amaral Carbogine foi obrigada a sair da cidade para não ser presa. Ainda no Estado de São Paulo, na Faculdade de Filosofia de Marília, foram demitidos dois professores, dentre eles o teólogo Ubaldo Martini Puppi. Na Faculdade de Filosofia de Assis, o professor Onozor da Fonseca foi preso e a biblioteca foi invadida. Foram apreendidos vários livros de professores daquela Faculdade. Em Araraquara, o professor Fausto Castilho saiu da cidade fugindo da polícia (Idem, p.22).

Em 1964, o Conselho Federal de Educação (CFE) nomeou por inúmeras razões, reitores *pro tempore* em diversas instituições, por exemplo: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Goiás (UFGO). Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Reitor Mário Moacyr Porto foi destituído de suas funções no dia 14 de abril pelo Coronel Arthur Duarte Candal da Fonseca, então comandante da Guarnição Federal de João Pessoa.

No começo dos anos 1970, foi a vez da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) ter o seu Reitor militar. O nomeado foi Genário Alves da Fonseca (oficial da Aeronáutica), que dirigiu a UFRN durante quatro anos. Nesta conjuntura, outras intervenções militares aconteceram: na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), quando o general Carlos Luis Guedes (Comandante da 4ª Região Militar) interveio na Faculdade de Filosofia, no dia 9 de julho de 1964, e depôs o Reitor Aluísio Pimenta, tendo nomeado para o seu lugar o coronel Expedito Orsi Pimenta, professor do Colégio Militar de Belo Horizonte (GERMANO, 1992, p.107-108). Cabe destacar que, na UFMG, a ordem de intervenção não partiu do Ministério da Educação, mas sim do General Carlos Luis Guedes. O expurgo na UFMG alcançou, aproximadamente, 400 docentes (BORGES FILHO, 1994, p.105).

O panorama geral demonstra características comuns entre as práticas autoritárias nas diferentes instituições ao longo dos anos da ditadura. Por meio da breve inserção em estudos mais referentes a outras universidades, procurou-se destacar alguns casos. Em específico, visando buscar elementos que facilitem a compreensão da ocorrência dos expurgos da FURG enquanto parte da continuidade de uma lógica vigente já no ano de 1964 e que foi intensificada ao longo da ditadura civil-militar, especialmente até 1974.

2.2 O Caso da Universidade de Brasília (UnB)

A Universidade de Brasília (UnB) iniciou suas atividades em 9 de abril de 1962. Darcy Ribeiro foi seu primeiro Reitor, seguido por Anísio Teixeira, que permaneceu à frente da Reitoria até abril de 1964, sendo, então, destituído pelos militares.

Salienta-se inicialmente a UnB, pois esta foi por três vezes ocupada por tropas da ditadura. A primeira invasão ocorreu logo no dia 9 de abril de 1964, tendo sido realizada por um contingente de 400 homens da Polícia Militar de Minas Gerais, além de tropas do exército oriundas do Mato Grosso. Nesta ocasião, foram efetuadas prisões de professores e de estudantes, instaurado um Inquérito Policial Militar e o interventor demitiu, imediatamente, 13 professores sem que sequer eles tenham recebido qualquer acusação (GERMANO, 1992, p.107-108).

No dia 9 de abril, o Campus da UnB foi invadido por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais, numa verdadeira operação de guerra constituída de quatorze ônibus e três ambulâncias. Procuravam armas, material 'subversivo' e doze professores. Os professores foram presos e, conjuntamente com alguns estudantes e funcionários, levados para o quartel do Batalhão da Guarda Presidencial. As bibliotecas e os escritórios dos professores foram vasculhados e interditados por duas semanas. A lista de demitidos, logo após a invasão, incluía o reitor Anísio Teixeira e o vice Almir de Castro, além de todo o Conselho Diretor da Universidade formado por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Hermes Lima e Abgar Renault, membros do Conselho Federal de Educação; Oswaldo Trigueiro, procurador Geral da República; o frei Mateus Rocha e, como suplentes Alcides da Rocha Miranda e João Moojen de Oliveira, da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. (CLEMENTE, 2005, p.32).

A segunda invasão ocorreu em 1965, na gestão do professor Laerte Ramos de Carvalho. Ele havia sido indicado pelo seu antecessor, Zeferino Vaz, também professor da USP, e que seria nomeado, a seguir, Reitor *pro tempore* da Unicamp, fato este que demonstra a rotatividade no controle político do poder por intelectuais orgânicos dispostos a assegurar a hegemonia do projeto ditatorial.

Com o objetivo de reprimir uma greve de professores e de alunos contra os atos autoritários da Reitoria, o Reitor Laerte Ramos de Carvalho solicitou a presença da Polícia Militar, que ocupou o campus por mais de uma semana, prendendo e espancando professores e alunos. Nesta ocasião, mais de 15 professores foram demitidos pelo Reitor ou devolvidos à repartição de origem. Diante da situação reinante na UnB, em sinal de protesto, 210 professores se demitiram coletivamente, em 19 de outubro de 1965 (GERMANO, 1992, p.107-108). Destaca-se esta situação, pois no caso dos docentes da Medicina Interna da FURG (ver Capítulo 4) ocorreu um movimento semelhante, embora em menor escala.

Em 1968, José Carlos de Azevedo foi nomeado Vice-Reitor e, a seguir, Reitor da UnB, passando cerca de 15 anos na direção da Universidade. A terceira invasão ocorreria exatamente neste ano. Sobre uma dessas invasões, o general Hugo Abreu descreve que:

A colocação da força policial no campus da UnB não foi uma invasão. Ela foi feita por proposta do reitor e em cumprimento ao habeas-corpus requerido por um grupo de estudantes e deferido liminarmente pela Justiça Federal, de acordo com o parecer do Procurador Clayton Rossi, que, por sinal, teve atuação muito firme no problema. As notícias, as fotografias, as manchetes dão maior repercussão ao problema, e a falta de repercussão ajuda, a serenar os ânimos (ABREU, 1979, p.66).

Assim, nas condições da época, como descreve em suas memórias, o general procurou o máximo de contato com os jornais e conseguiu a cooperação dos principais órgãos de divulgação de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo, no sentido de minimizarem os acontecimentos (Idem).

2.3 A Situação na Universidade de São Paulo (USP)

Caso clássico no que tange ao expurgo de docentes durante a ditadura, a Universidade de São Paulo (USP), em especial a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH), foi invadida duas vezes no período ditatorial.

Na lógica da “*Operação Limpeza*”, no ano de 1964, forças policiais depredaram as instalações e destruíram máquinas e equipamentos, o que acarretou um imenso prejuízo para Universidade (GERMANO, 1992, p.107-108). A partir do golpe, o Reitor Gama e Silva nomeou uma comissão especial para investigar atividades subversivas na instituição, formada pelos professores: Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito; Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina; e Theodureto de Arruda Souto, da Escola Politécnica. A existência dessa comissão foi mantida em segredo e ela não foi informada ao Conselho Universitário (MANSAN, 2009, p.83-84).

É interessante registrar que na USP não se trata de um simples deslocamento de personalidades individuais para controlar a Universidade. Diferentemente do ocorrido em outras instituições, aconteceu à adesão de grupos de professores ao regime ditatorial e ao controle implantado na vida universitária, o que demonstra a existência de uma quantidade imensa de colaboradores civis e intelectuais orgânicos do regime.

Assim, imediatamente após o golpe, segundo a publicação “*Livro Negro da USP*”:

A Congregação da Faculdade de Medicina [...] reuniu-se em sessão extraordinária para apresentar um voto de confiança ao exército. Professores que nunca compareceram às sessões estavam lá nesse dia. Declara Isaiás Raw que tal voto de confiança foi aprovado com a restrição de apenas duas pessoas (ADUSP, 1979, p.22).

A literatura sobre este período na Universidade evidencia a colaboração e a participação de docentes da Universidade na ditadura. A USP forneceu: os ministros da Justiça de parte do governo Costa e Silva, da junta Militar e do Governo Médici, nas pessoas dos seus ex-reitores Gama e Silva e Alfredo Buzaid; os dois primeiros interventores da Universidade de Brasília (os já citados professores Zeferino Vaz e Laerte Carvalho); e o intelectual do “*milagre econômico*”, Antônio Delfim Netto.² O professor Gama e Silva assumiu o Ministério da Justiça imediatamente após o golpe. Fazem parte da sua lavra: o AI-5 e o DL-477. Alfredo Buzaid foi ministro da Justiça durante a gestão do general Médici, o mais repressivo dos governos militares (GERMANO, 1992).

Por fim, sobre as intervenções diretas e indiretas na USP, informa-se que, em 28 de abril de 1969, três professores foram expurgados. Um dia depois, repetiu-se a arbitrariedade contra outros 24 professores. Em 1972, foi expurgada mais uma professora. Salieta-se que durante os primeiros cinco anos da década de 1970, muitos professores e alunos da Universidade foram presos e torturados (Idem, p.113).

2.4 Os Acontecimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Com a revisão da literatura, observa-se que o controle político-ideológico dos ambientes universitários do país e a repressão aos oponentes da ditadura transformavam-se de 1964 para 1969, acompanhando as mudanças pelas quais passava o regime desde sua criação. Esse movimento apoiou-se em uma significativa ampliação da estrutura repressiva e de informações. Inicialmente, o autoritarismo político inaugurou um período de arbitrariedades, a partir do qual muitos dos melhores cientistas do Brasil foram impedidos de desenvolver suas atividades e, com isso, foram obrigados a sair do país (CLEMENTE, 2005, p.49). No segundo momento, a institucionalização toma o lugar da lógica de varrer os inimigos internos.

² Delfim Netto foi ministro da Fazenda (Governo Médici), Embaixador na França (Governo Geisel) e Ministro da Agricultura e do Planejamento (Governo Figueiredo) (GERMANO, 1992, p.112).

Como aponta Mansan, no Rio Grande do Sul, 92 intervenções foram decretadas nos primeiros dias após o golpe, sendo 61 delas em Porto Alegre. Salienta-se que, seis meses depois, a maioria dessas ações de controle e de repressão já havia sido encerrada “por nomeação de titulares e conclusão de inquéritos”, restando seis entidades sob intervenções na capital e 11 no interior do estado. De fato, após o golpe, existiu intervenção ditatorial nas instituições que a coalizão civil-militar acreditava estar presente a “*subversão*” (MANSAN, 2009, p.79).

As Assessorias de Segurança e Informação viabilizavam o controle permanente da Universidade efetuado desde a cúpula dominante, com a disseminação do medo, da desconfiança e da delação. Tornaram-se rotina: a exigência do “*atestado ideológico*” para os candidatos à carreira docente; a “*triagem ideológica*” desses candidatos por meio de processos sigilosos e verbais; as “*cassações brancas*” para docentes considerados “*inconvenientes*” (Idem, p.200).

Conforme a publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS):

O expurgo de professores e estudantes na UFRGS em 1964 (e, posteriormente, em 1969) foi programado e executado tal como o foram as ‘punições’ que atingiram cidadãos civis e militares em outras instituições nacionais. Os atos de repressão política e cultural que tantos viveram diretamente, e que, num certo sentido, e sob formas diferentes, a todos atingiu – professores, pesquisadores, funcionários e estudantes –, fazem parte do processo político mais geral desencadeado pelo Poder que se instalou no país em 1964 (ADUFRGS, 1979, p.56).

Na UFRGS, desde 1964, tais ações foram alternada ou conjuntamente implementadas por interventores, pelo Reitor, pelo Conselho Universitário e por alguns diretores de unidades de ensino, em alguns casos devido a afinidades político-ideológicas com o regime implantado, em outros por coações diversas (MANSAN, 2009, p.204). Neste sentido, segundo a ADUFRGS (1979, p.57): “os traços específicos e circunstanciais sob os quais se manifestaram os fenômenos opressivos nas diferentes unidades universitárias da UFRGS são exteriorizações concretas dos objetivos essenciais propostos pelo sistema”.

A instituição vivenciou todas as consequências do controle ditatorial, os casos de expurgos aconteceram em maior parte pelo aspecto ideológico, embora dentro deste contexto de intervenções ditatoriais, as situações carreiristas

estivessem presentes. O estudo de Mansan (2009) apresenta diversas situações de expurgo em consequência de posicionamentos ideológicos, como o do professor Manuel Coelho, militante comunista, que começou nesta instituição e, num segundo momento, exerceu atividades na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), como será apresentado a seguir.

Na perspectiva de controle permanente como forma de garantir a segurança interna, a ditadura espelhou suas práticas autoritárias, anteriormente desenvolvidas e aplicadas na sua fase inicial em universidades que já nascem sob a tutela ditatorial.

2.5 Informações sobre a Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Não há um estudo sistemático sobre a ação da ditadura civil-militar na UFPel, instituição localizada em um município a apenas 60Km de Rio Grande, e que foi federalizada praticamente ao mesmo tempo que a FURG. No entanto, dadas essas proximidades, agregada ao fato de existirem alguns informações – especialmente depoimentos – sobre a repressão sobre o corpo docente, ocorrida na UFPel, levam a que a pesquisa a inclua dentre as instituições aqui abordadas para demonstrar a importância regional da metade sul do Rio Grande do Sul para a segurança nacional.

Criada como instituição federal em 1969, a partir de instituições de ensino superior existentes anteriormente na cidade, como a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Medicina, a UFPel, logo no início de sua atividade já foi dominada pelos ditadores. Seu campus universitário, onde se localiza a Escola de Agronomia, foi invadido por militares para prender professores ligados ao PCB e ao PTB. Segundo Ari Costa, morador do antigo campus, na época ocorriam muitas reuniões, panfletagens, assim a fiscalização dentro da Universidade era intensa (COSTA, 1992, informação verbal). Conforme o entrevistado, durante a invasão que durou cerca de duas semanas um dos presos foi o então diretor da Escola, Paulo Tosolam Dias da Costa:

Até que houve aquela derrota e eles chegaram a dizer que quem era do PTB era comunista. Ai o quartel entrou lá e começou a levar o pessoal [...] tinha um jipe que ia lá, levaram o Paulo Tosolam que era diretor, botaram um interventor do quartel; o coronel Bento de diretor interventor e trouxeram o Tosolam preso. E começaram a trazer aqueles que eram que faziam reuniões, traziam a varrer tudo. Desde o agrônomo até o trabalhador do campo (Idem).

Como na UFRGS, na UFPel foi constituída uma AESI que era responsável pelo controle interno sobre os docentes. Pouco existe de documentação sobre este órgão interno, mas, atualmente, no Núcleo de Documentação Histórica da instituição pode-se ter acesso a algumas fontes. Em entrevista concedida a Eliana Fernandes, o professor da Agronomia, Manuel Coelho, relata que:

Durante todo o processo que fui perseguido [...] respondi um inquérito administrativo, algo assim, não me lembro bem, como era na época, a nível interno de Universidade. [...] depois passei a responder processo, inquérito do IPM, famoso IPM que era um recurso militar (COELHO apud FERNANDES, 2005, p.221).

Sobre o período da invasão da Agronomia, Coelho, ao responder sobre os IPMs, descreve que:

Olha, alguns tiveram que responder. Sim alguns tiveram presos logo que se instalou a ditadura, professores da Universidade de Agronomia, na época alguns pesquisadores da EMBRAPA, responderam sim, alguns foram afastados (Idem).

É interessante esta observação, pois o principal objeto deste estudo, a FURG, recebeu muita influência das universidades vizinhas: UFPel e UCPel. Em entrevista concedida para a professora Beatriz Ana Loner, Carmem Duarte da Silva, uma das fundadoras da Faculdade de Educação da UFPel, conta que inicialmente a Universidade vivia um período político conturbado e “na Universidade, já em 1964, uma situação difícil com IPMs, com soldados que tomaram o campus, que entravam na biblioteca” (SILVA, 1992, informação verbal). Esse processo era visto pelos professores como de grande risco:

A gente vivia um clima de terror muito grande. E até lembro que a gente estava dando aula e, daqui a pouco, um pé na porta... abria violentamente e entravam sargentos fardados. Aquilo era um terror para os professores, para os alunos; a gente não sabia o que ia acontecer, não sabia quem era quem... Isso tinha deixado um trauma muito grande (Idem).

O clima aliviou nos anos seguintes, segundo a referida professora, “mas aí em 1968, 1969, a coisa começou a ficar difícil de novo e, então, voltou aquele clima muito forte de ameaças, de terrorismo, de denúncias” (Ibidem).

Percebe-se com a resposta de Carmem Silva que a lógica de nível nacional da “*Operação Limpeza*” de ocorrer com ênfase logo em 1964 e depois em 1969 de acordo com o relato se deu na UFPel. Como destaca Jaime Mansan (2009, p.202):

Em fevereiro de 1979, o Coojornal denunciou a ocorrência de expurgos na UFPel. Na reportagem, mencionava-se o papel ativo da AESI que funcionava naquela Universidade federal, chefiada pelo gen. Edson Vignoles. Segundo professores do curso de Arquitetura de lá, o militar tinha 'mania de arquiteto'. Isso porque, quando um dos professores soube que o pórtico do campus, então recém construído, havia sido uma idéia do militar, teria comentado ironicamente que 'seria interessante se os arquitetos ficassem com mania de generais'. O comentário teria rendido a esse professor uma denúncia de órgãos de segurança, lida pelo Reitor diante de uma comissão de docentes do referido curso.

Com base nestas três entrevistas, disponíveis no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel e em Fernandes (2005), e em breve inserção na História institucional, nota-se que, assim como a FURG, a UFPel passou por intervenções diretas e indiretas da ditadura, seja em sua formulação até a federalização, seja na lógica de controle interno pós-1969 (colaboradores, cultura do medo, IPMs).

* * *

Para encerrar este capítulo, é importante destacar que com esses exemplos de afastamentos sumários, adotados como uma prática contínua durante o regime, ocorreram como uma medida para “*limpar*” as universidades. Assim, procurou-se indicar que as práticas ocorridas nas universidades brasileiras estão inseridas na lógica de atuação ditatorial já nos primórdios do golpe de 1964 e que elas não cessaram ao longo da trajetória do regime, quando as práticas de controle interno foram aprimoradas. Com base neste panorama geral, buscaram-se elementos para consolidar o panorama geral dos expurgos ocorridos na FURG, e que serão objeto de análise no capítulo 4.

Capítulo 3 – Rio Grande e a FURG no contexto da ditadura civil-militar

Neste capítulo, a consolidar o estudo específico proposto pela dissertação, o foco se centra no município de Rio Grande, com vistas a demonstrar que ele possui uma tradição de contestação política e de organização operária, além de estar localizado em uma posição estratégica, fatos que contribuíram para que tivesse destaque para os interesses do projeto ditatorial. É nesse contexto, como também pretende se explicitar, que a FURG foi criada pelo regime militar, fruto da articulação do General Golbery do Couto e Silva e de uma elite tradicional muito presente (representada especialmente pela Empresa Ipiranga) que influencia diretamente nos rumos do município e da instituição.

3.1 Caracterização do município de Rio Grande

Localizado a 300 Km da capital Porto Alegre, no sul do Rio Grande do Sul, entre as lagoas dos Patos e Mirim, e o Oceano Atlântico, o município de Rio Grande é o mais antigo do estado, tendo sido fundado em 1737 e se tornado vila em 27 de julho de 1835.

A sua origem remonta à construção do Forte Jesus Maria José, sob o comando do brigadeiro José da Silva Paes. Colaborou decisivamente para isto a sua condição natural, pois poderia servir como porto e rota de ligação entre Laguna, em Santa Catarina, e Colônia do Sacramento, no hoje território do Uruguai. Nesse sentido, a formação do núcleo urbano está diretamente relacionada à intenção da

Coroa portuguesa de garantir o controle sobre uma área estratégica da região, então em disputa com a Coroa espanhola.

Como se vê, a trajetória do município está diretamente vinculada ao fato de possuir um porto natural, que constitui ambiente propício e consolidado na exploração portuária e industrial. Rio Grande representa, em síntese, ligação de um espaço portuário e urbano que, por meio da acumulação comercial derivada das atividades de importação e de exportação, consegue criar um parque fabril importante em termos nacionais já a partir do final do século XIX (PELLEJERO, 2009, p.49). Esta localização geográfica é uma das determinações para a estruturação da sociedade que ali se instaurou, sujeita à implantação de projetos e à execução de ações que conectam a escala local com os processos regionais, nacionais e mundiais.

Neste sentido, a partir das primeiras décadas do século XX são implantados grandes investimentos de capital internacional, como o frigorífico da Swift, e de capital nacional associados, como a Refinaria Petróleo Ipiranga¹(MARTINS, 2010, s/p). As indústrias eram formadas em grande parte de imigrantes e de comerciantes de exportação e importação, como: Rheingantz e Ítalo-brasileira (têxteis), Leal Santos e Cunha Amaral (alimentos), e a recém citada Refinaria de Petróleo Ipiranga (Idem). O desenvolvimento do município foi consideravelmente acelerado durante a primeira década republicana, com a instalação de várias fábricas e o incremento da imigração, fazendo com que Rio Grande, juntamente com o município vizinho de Pelotas, formassem uma forte região econômica, e, ao lado de Porto Alegre, estes figurassem como as cidades de maior concentração de trabalhadores urbanos (LONER, 2001, p.50).

Considera-se um aspecto fundamental para a compreensão da lógica da cidade e do papel que ela desempenhou no desenvolvimento industrial do país e do estado, bem como a formação de bairros e vilas operárias, o fato de, no Rio Grande do Sul, existir um parque industrial voltado não somente para o mercado regional, mas principalmente para o mercado nacional (o que inclui Rio de Janeiro e São Paulo) e também para o exterior. O município, por ter localização estratégica (junto a

¹ A atração resultante da estrutura portuária de Rio Grande e do seu entorno foi um dos motivos principais da vinda da Refinaria Ipiranga para a cidade. Destaca-se que as “primeiras tratativas intencionavam que esta fosse localizada em frente ao porto junto a já consolidada Cia Swift”(PELLEJERO, 2009, p.54).

um porto marítimo) e uma crescente organização fabril, tornou-se importantíssimo para qualquer projeto político de poder ou de desenvolvimento nacional (PELLEJERO, 2009, p.50).

Desde o final do século XIX, a disputa acirrada entre capital e trabalho fez parte da vida do município. Assim, a tendência de organização reivindicativa de parte da população criou a imagem de uma cidade com tendência revolucionária.

Constata-se, nesses acontecimentos, a capacidade de mobilização que exercia o movimento operário na cidade do Rio Grande. A dura repressão aos participantes, com a necessidade de realizar uma intervenção militar federal, e a fidelidade dos manifestantes aos companheiros presos, atesta a gravidade dos confrontos e o caráter mobilizador junto ao operariado. Nesse período, divulgou-se em âmbito nacional que Rio Grande havia passado ao controle dos comunistas, consolidando o imaginário ligado à cidade vermelha, devido à participação sindical e partidária socialista e comunista na vida política local (TORRES, 2010, p.130).

As origens da organização operária na cidade de Rio Grande remontam às últimas décadas do século XIX. A concentração operária do município impôs uma forte presença de sindicatos, de associações mutualistas, culturais e classistas dos mais variados tipos. Como destaca Mario San Segundo (2009, p.16), “seria bastante difícil pensar a história de Rio Grande [...] ignorando a presença dos trabalhadores, suas organizações e lutas travadas desde o início da República”. Com bases nas influências das perspectivas: socialista, anarco-sindicalista ou comunista das primeiras décadas do século XX manteve-se acesa essa chama da luta de classes entre proletários e burgueses.

No Rio Grande, greves operárias, passeatas, confrontos com a polícia e organização sindical fizeram parte da formação social da cidade e, segundo Luiz Henrique Torres (2010, p.120), “se manifestaram com maior gravidade em certas conjunturas, como na grande greve de 1917 e no massacre da Linha do Parque (1950)”. O referido conflito ocorreu no dia 1º de maio de 1950, quando da comemoração do Dia do Trabalhador. Um grande número daqueles que participaram das atividades comemorativas deslocaram-se em passeata pela Presidente Vargas com o intuito de reabrir a Sociedade União Operária, fechada por ordem policial em razão da suspeita de ser uma organização comunista. A multidão, nas proximidades das atuais capelas mortuárias do Cemitério Católico, entrou em conflito com uma força policial que abriu fogo contra a multidão. Como resultado, houve quatro mortos

e vários feridos, inclusive foi morta a militante operária e tecelã Angelina Gonçalves, e sofreu graves ferimentos que o deixaram paraplégico, o vereador Antônio Rechia. É um episódio que constitui parte do imaginário riograndino nas suas diversificadas versões dos acontecimentos. Reflete também a capacidade da mobilização operária na cidade que possuía uma tradição de militância (Idem, p.120-121).

Segundo San Segundo (2009, p.14): “o período de 1945-1964 em Rio Grande foi marcado por momentos de conflitos entre a classe operária, com seus sindicatos e representantes partidários de um lado, e os empresários e governo de outro”. Seguindo a perspectiva do referido autor, os embates ocorreram também no parlamento local, devido à forte presença de vereadores classistas.

Entre outros aspectos, a questão das greves e da repressão policial foram elementos que marcaram as características da organização dos trabalhadores desta cidade desde seus primórdios. Na perspectiva de Beatriz Ana Loner (2001, p.412):

Rio Grande apresentou um movimento operário de cunho diferenciado, mais radical, embora menos organizado, com características mais classistas, embora menos brilhante culturalmente. A repressão foi maior, o que resultava em enfrentamentos duros com a polícia, perda de entidades, necessidade de migração de militantes. Devido a isso esta cidade enfrentou maiores dificuldades de reorganização e mobilização inicial em cada conjuntura, porque a repressão desarticulou mais profundamente o movimento.

A dominação de classe em Rio Grande, segundo a pesquisa do historiador Mario San Segundo se garantiu por meio da “repressão policial estatal e do anticomunismo como justificativa”. Segundo o referido autor (2009, p.208):

Com isso não se desenvolve nenhuma teoria original sobre dominação de classe, mas evidencia um pouco mais como ela ocorreu no Brasil, principalmente ao controlar o movimento operário em expansão no período entre ditaduras, limitando assim, algumas alternativas de poder político ao mesmo tempo que construía outras.

A importância das manifestações dos trabalhadores e de sua atuação nos espaços de disputa política na cidade de Rio Grande ocorreu, em muitos momentos, em consequência da inserção que teve a classe na correlação de forças local. O considerável número e a organização dos trabalhadores fizeram com que se constituísse em uma tarefa impraticável participar da política do município sem um

diálogo com o setor. Desta forma, na formação social de Rio Grande percebe-se que:

O porto exerce a função de acelerador da cidade, pois a dinâmica e a prosperidade desta depende diretamente da movimentação do cais, elemento que tornou a cidade um pólo de concentração de trabalhadores, principalmente de operários urbanos (Idem, p.14).

Durante a década de 1950 – descrita como decênio de ouro da economia local –, o número de empregos era grande, o que não se manteve no início da década de 1960, pois, durante este período, começaram a aparecer os primeiros sinais da crise econômica que estava por vir. Em consequência deste processo, ocorreu o fechamento de algumas importantes indústrias no município, tais como: a Swift e a Companhia Ítalo-Brasileira de Fiação e Tecelagem (Ibidem, p.16).

O decorrer da década de 1960 ficou caracterizado como um processo de estagnação e de decadência econômica da cidade. Este fato gerou um grande empobrecimento da população fabril, com o fechamento de um maior número de fábricas.

Desse modo, em Rio Grande, o golpe de Estado de 1964 incidiu sobre uma realidade caracterizada pelas contradições e pelos conflitos típicos de uma sociedade de base essencialmente tradicional, em um momento de crise de seu processo de modernização. A própria ocorrência do fenômeno no plano nacional e seu desdobramento na cidade representaram uma alternativa aos dilemas gerados no cerne de uma formação social confrontada por alternativas diversas. Essas eram representadas pelo desenvolvimento industrial forte, socialmente limitado e politicamente dependente de uma elite tradicional com atuação cotidiana nos rumos políticos locais.

De sua parte, a ditadura civil-militar percebia a localização estratégica do município e o valor do seu porto para a política econômica do país, assim como o histórico de reivindicações operárias da conhecida “*cidade vermelha*”, que faziam dela um possível centro de revoltas e de resistências. Em virtude disso, o município não estava à margem do projeto ditatorial, ao contrário, era estrategicamente importante. De acordo com os princípios da DSN e a grande presença de militares

na região, a cidade foi novamente “condecorada” como Área de Segurança Nacional, tão logo foi instalada a ditadura, em 1964.²

Rio Grande, já nos primeiros dias da ditadura começou perceber as consequências da política do novo regime. No dia 7 de abril, iniciavam-se na cidade as “operações limpeza e gaiola”. Essas eram denominadas justamente por terem como desígnio “libertar” o município de perturbadores, em especial, os pertencentes ao Partido Republicano (PR) e ao Partido Comunista do Brasil (PCB). A imprensa noticiou que: “na noite de domingo orientada pela Delegacia da Ordem Política e Social, teve início em Rio Grande a chamada ‘Operação Limpeza’, complementada pela ‘Operação Gaiola’”(RIO GRANDE, 07 abr. 1964, p.1).

A consequência prática, portanto, foi à repressão física do movimento operário e dos trabalhadores em geral, por meio do uso de práticas autoritárias de coerção, do controle de instituições estatais como o Exército e a Polícia (SAN SEGUNDO, 2009, p.17).

Salienta-se que, no período pré-golpe de 1964, a administração municipal era ligada ao PTB. O prefeito Farydo Salomão buscava cumprir um programa trabalhista e, por isso, recebia apoio da classe trabalhadora e de parte considerável da população. Mesmo assim, esta parcela da sociedade não resistiu. E, com o golpe, o prefeito acaba sendo destituído e preso junto com outros políticos da cidade:

[...] diante dessa disposição do Governo Federal de suspender os direitos políticos do prefeito Salomão, caberá a Câmara de Vereadores, o que se poderia chamar de golpe de misericórdia: a cassação do mandato (RIO GRANDE, 08 maio 1964, p.2).

Com a destituição de Salomão, assumiu o seu vice, Álvaro Pereira, que renunciou após poucos dias de mandato. A decisão sobre o nome do novo prefeito tornou-se responsabilidade da Câmara Municipal, já reformulada devido às cassações de alguns vereadores. Esta estava sob controle do Capitão Mário Rodrigues da Costa e escolheu o capitão reformado do Exército, Martiniano de Oliveira (KANTORSKI, 2008, p.20).

² Fala-se em novamente porque até 1951 ela era considerada Área de Segurança Nacional.

Cabe enfatizar que, além da prefeitura, vários outros departamentos passaram ao comando de interventores, garantindo, assim, a manutenção dos espaços políticos para os interesses militares. Entre eles, podem-se citar os principais departamentos, como: DEPREC, Viação Férrea, administração da Alfândega. Por meio de um estudo anterior foi possível constatar a rotatividade da elite tradicional nos postos indicados pela ditadura (Idem, 2008). Esta rede de colaboração constituída pelo aparelhamento das entidades possibilitou trocas de informações sobre os acontecimentos políticos do município, além de um controle efetivo sobre qualquer tipo de manifestação.

Segundo Renato Tubino Lempek, uma fonte ligada à ditadura, no dia 31 de janeiro de 1969, assumiu a Prefeitura do Rio Grande, nomeado pelo governador Walter Peracchi Barcellos e chancelado pelo presidente Arthur da Costa e Silva, o Tenente-Coronel riograndino Cid Scarone Vieira.³ Ainda em seu artigo, o autor relata que Vieira havia sido designado para assumir a Prefeitura de Santa Vitória do Palmar, porém, devido a brigas internas naquele município, foi informado para apresentar-se na cidade do Rio Grande (LEMPEK, 2005, s/p).

No ano de 1969, o editorial do jornal *“Rio Grande”* abordou a situação municipal de forma crítica:

Hoje, quando analisamos a estrutura do Município e acompanhamos a sua perspectiva política, sentimos um aperto no coração. Lembramos o Município de antanho e compreendemos que estamos contemplando em espectro, uma sombra que se vai diluindo aos poucos e fatalmente será destruída, conservando-se na memória daqueles que ainda percorrem com olhos as crônicas do passado, em busca da grandeza perdida e das origens esquecidas (RIO GRANDE, 21 jan. 1969, p.2).

Como a outra face da mesma moeda, a ditadura civil-militar também procurou valorizar a condição estratégica do município de Rio Grande, o que implicou realizar investimentos estruturais e qualificar o acesso rodoviário ao município, com o intuito de atrair indústrias para que estas se instalassem nas regiões portuárias (PINTO, 2009, p.25). Em 1969, no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), segundo Nadia Pellejero (2009, p.56) “foi apresentada uma nova proposta econômica para área de expansão portuária, denominada

³ Cid Scarone Vieira é primo do Reitor da FURG, Eurípides Vieira. Como será aprofundado na sequência, ele foi uma das forças articuladoras da criação da FURG e, na condição de prefeito, foi quem doou a área em que hoje está instalado o Campus Carreiros.

'Superporto' da cidade do Rio Grande". Durante este período havia uma grande preocupação com a circulação de mercadorias nas regiões e com o potencial de produção para exportação e, dessa maneira, foi criada a política dos chamados corredores de exportação, constituídos em quatro pontos estratégicos para a viabilização da proposta. No Rio Grande do Sul, a base era o Porto do Rio Grande, que rapidamente superou em movimentação de carga ao porto da capital, ganhando uma relevância muito grande para o regime no país (Idem).

Um fragmento do depoimento do Professor 1 mostra como tais investimentos marcaram a memória da população local e serviram para apagar ou minimizar a forte repressão que a própria sociedade riograndina vivenciou no período:

Até mesmo hoje quando se fala dos mandos e desmandos ocorridos na Universidade, da cooperação entre prefeitura, Universidade e ditadura, a maioria das pessoas não tem o mínimo conhecimento, e por mais surpreendente que possa parecer boa parte da população lembra da época do regime militar como um período de altos investimentos do município, de um período bom para o município (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

Assim, Rio Grande experimentou de forma dramática e contraditória os efeitos do movimento civil-militar de 1964 e, paralelamente à restrição dos direitos políticos, recebeu grandes investimentos financeiros do regime ditatorial, muito em função da influência de sua elite tradicional. A FURG é um exemplo desses investimentos, logo sua criação está inserida no contexto da segunda fase das operações de segurança interna da ditadura, como será apresentado no decorrer do trabalho.

3.2 O Processo de criação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Apresentam-se a seguir alguns aspectos relacionados à História da FURG, com ênfase ao contexto geográfico e político no qual a instituição está inserida e ao seu funcionamento no período em análise. Este esforço permite entender a importância institucional da FURG e verificar como o projeto nacional se desenvolveu em âmbito local e regional. Na mesma medida, possibilita verificar que

a fundação da instituição tem ligação direta com a ditadura, ou seja, a criação da FURG ocorreu sob a tutela do regime.

As discussões sobre a criação de uma Universidade no município de Rio Grande aconteceram em pleno regime ditatorial. Pires destaca o quão “era pouco significativa” a preocupação com a área educacional no contexto, não havendo “democracia para que todos participassem das decisões nacionais nem, portanto das educacionais” (PIRES, 2001, p.33). Fato esse que não se comprova na cidade de Rio Grande, pois “os investimentos em educação insuficientes em boa parte do Brasil não prejudicaram o crescimento da FURG” (KANTORSKI, 2008, p.21). Com o golpe de 1964, ocorreu um processo de “interiorização do ensino superior”, este caracterizado pela criação de universidades e, posteriormente, pelo surgimento de faculdades isoladas em municípios mais distantes (MANSAN, 2009, p.55).

De acordo com seu sítio institucional, a realidade do município do Rio Grande, na segunda metade do século XX, revelava a carência total de escolas de nível superior. Este fator gerava a evasão de significativo número de estudantes da cidade, os quais se dirigiam a outros centros em busca de continuidade para seus estudos. Essa força jovem, concluídos os cursos, raramente retornava para a cidade de origem a fim de participar do seu processo histórico, cultural e socioeconômico. Com base nesta realidade, aliado ao propósito de modificá-la, resultou um movimento cultural, cuja finalidade precípua era a criação de uma Escola de Engenharia em Rio Grande, justificada pelo elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que existia no município (FURG, 2010).

Um movimento foi desenvolvido na cidade com o objetivo de criar uma instituição que colaborasse para produzir o número elevado de profissionais que a área industrial necessitava. Neste sentido, no dia 8 de julho de 1953 foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande⁴, cuja meta era a de gerenciar e financiar os cursos superiores que, a partir deste movimento, seriam criados. De fato, surgiram a: Escola de Engenharia Industrial (1953), Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (1956), Escola de Direito (1959), Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1960), instituições que alicerçaram o movimento de fundação da FURG. A existência de um vínculo permanente entre Rio Grande e o município vizinho de

⁴ Estatuto aprovado pelo Ministério Público, em 26 de agosto de 1953, e publicado no Diário Oficial do Estado, em 19 de setembro de 1953 (FUNDAÇÃO CIDADE DO RIO GRANDE, 19 set. 1953).

Pelotas possibilitou a colaboração da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) neste processo.

Quem atuou de modo decisivo nesse processo foi a empresa Ipiranga. Além do aporte técnico de seus profissionais, dos postos de trabalho aos futuros profissionais e de sua influência no poder local, a instituição garantiu muitas vezes os recursos financeiros:

Em janeiro de 1966, com uma doação de cem milhões de cruzeiros, a Ipiranga, através da Refinaria do Rio Grande, garantiu a realização de um antigo sonho da cidade: a construção da Faculdade de Medicina. A entrega do cheque, realizada pelo Dr. Francisco Martins Bastos aconteceu no dia 18 de janeiro, no salão nobre da Refinaria. Na presença de vários representantes do nosso corpo médico, de entidades de classe, clubes de serviço, jornalistas e diretores do Grupo Ipiranga e da Fundação Cidade do Rio Grande (REVISTA NOSSA GENTE, 2003, p.10).⁵

Em 1967, diante da expansão dos cursos, começou a ser pensada a criação de uma Universidade que abrangesse todas as escolas e faculdades de nível superior em funcionamento na cidade. Para efetivar a criação da instituição, a Fundação Cidade do Rio Grande nomeou uma comissão de seis membros: Alair Almeida, Ivo Braga, Jorge Amaral, João Torrales Leite, Enio Fernandez e Flávio Figueredo (REVISTA IPIRANGA, 1967, p.5).

O movimento político para criação da Universidade era intenso. Foi em meio à Reforma Universitária de 1968, a qual preconizava a aglutinação dessas unidades em complexos estruturais maiores, que foi iniciado o debate sobre a criação da FURG. Por fim, o “Rio Grande”, principal periódico do município, apresentava como manchete, no dia 21 de agosto de 1969: “Universidade de Rio Grande: Povo na rua para manifestar regozijo” (RIO GRANDE, 21 ago. 1969, s/p.). Na reportagem é relatado que o primeiro a ser comunicado do fato foi o presidente de honra da ARENA local, Izidio Correa da Fonseca, por meio de telegrama enviado pelo Ministro da Educação Tarso Dutra. No dia seguinte, matéria de “Zero Hora” expressou que:

A criação da Universidade Federal de Rio Grande é tida como fato consumado. O presidente do grupo Ipiranga, engenheiro Francisco Martins Bastos, recebeu telegrama do deputado federal Clóvis Pestana, informando que foi criada a Universidade e que o reitor nomeado é o diretor da Escola de Engenharia Industrial Adolpho Pradel (ZERO HORA, 22 ago. 1969, s/p.).

⁵ Na sequência do capítulo, há referência a desdobramentos desse fato, quando da formatura da primeira turma de Medicina, já sob a administração da FURG.

De fato, alguns dias depois, foi publicado no Diário Oficial, o Decreto-Lei nº 774, que criava a Universidade do Rio Grande (BRASIL, 20 ago. 1969). Em 21 de outubro de 1969, por fim, foi aprovado o Estatuto da entidade, por meio do Decreto nº 65.462 (FURG, 2010).

A imprensa local deu ênfase à participação da elite tradicional riograndina no processo. O periódico “O Peixeiro”, em edição comemorativa sobre a Universidade, destacou a colaboração de Adolpho Pradel (Reitor *pro tempore*), do Prefeito, Cid Scarone Vieira, e de Francisco Bastos, presidente da Fundação Cidade do Rio Grande e da empresa Ipiranga. O general Golbery do Couto e Silva, nascido em Rio Grande, é outro nome que cumpriu papel importante, pois era um dos homens de confiança das lideranças militares, os generais Castelo Branco e Ernesto Geisel, condição que também contribuiu para a realização de importantes obras no município (KANTORSKI, 2008).

Como destacado anteriormente, este acontecimento foi bastante veiculado pela imprensa. Em nível nacional, quem notificou foi o periódico carioca “O Globo”. No dia 26 de dezembro de 1969, é chamada a atenção com a manchete “Universidade nova no RS”. De acordo com a matéria, na solenidade pública de criação da instituição, estavam presentes coordenando os trabalhos: Gilda Russomano (representante da União) e Adolpho Pradel (Reitor), os fundadores Francisco Martins Bastos e Cid Scarone Vieira (O GLOBO, 26 dez. 1969, s/p.).

A FURG foi instalada com cursos que absorveram aqueles que já vinham sendo oferecidos na cidade em faculdades isoladas, casos de: Engenharia Mecânica e Química, Matemática, Oceanologia⁶, Ciências Biológicas, Medicina⁷, Ciências Econômicas, Administração, Direito, Filosofia, Estudos Sociais, Pedagogia e Letras (DIÁRIO POPULAR, 06 set. 1970, s/p.).

Em 1972, em eleição muito retratada na imprensa regional, assumiu como Reitor, Eurípedes Falcão Vieira, e na função de Vice-Reitor, João Marinômio Carneiro Lages. Conforme destaca o jornal “Diário Popular”:

⁶ Foi criado em 1970, sendo pioneiro no Brasil em nível de graduação, formando profissionais nas linhas biológicas e geológicas (FURG, 2010).

⁷ Em 1971 foi reconhecida a Faculdade de Medicina do Rio Grande, por meio do Decreto nº 68.306, de 2 de março. Em 29 de outubro do mesmo ano, passou a integrar o complexo universitário, conforme rezava o DL-774, que instituiu a Universidade (FURG, 2010).

No dia 27 de outubro passado, o Conselho Universitário esteve reunido para indicar os nomes do Reitor e do Vice-Reitor tendo manifestado sua preferência no primeiro caso, para o prof. Eurípedes Falcão Vieira que totalizou 17 votos, seguido pelo professor João Marinômio Carneiro Lages e o prof. Mario Alquati, aos quais concedeu 16 sufrágios. Para Vive-reitor, o mais votado foi o prof. Mario Riet Correa Jr. (16) também seguido pelo prof. João Marinômio Carneiro Lages ao qual foram dados 15 sufrágios (Idem, 14 nov. 1972, s/p.).

Antes de ser Reitor, ele exercia o cargo de Secretário Municipal de Educação do Rio Grande e tinha ligação direta com o movimento estudantil das faculdades da cidade.⁸ Vieira e Marimômio permaneceram à frente da administração da FURG até 1977 e foi nesta gestão que aconteceram os expurgos dos docentes enfocados por esta pesquisa.

Logo após a escolha, o Reitor Eurípedes Vieira, em colaboração para o jornal “Diário Popular”, em 20 de novembro de 1972, já destacava a necessidade de reformulação do Estatuto e do Regimento Interno da instituição, e de organizar a entidade por meio de cinco centros de ensino (DIÁRIO POPULAR, 20 nov. 1972, s/p.). Efetivamente, durante o seu mandato, foi realizada uma reforma administrativa que definiu a estrutura da FURG, a qual é apresentada no quadro a seguir.

Cargo	Titular
Reitor	Eurípedes Falcão Vieira
Vice-Reitor	João Marinômio Carneiro Lages
Sub-Reitor para Assuntos de Ensino e Pesquisa	Paulo Sérgio Gonçalves
Sub-Reitor para Assuntos Administrativos	Raimundo Modesto Queiroz
Sub-Reitor para Assuntos Estudantis	Fernando Lopes Pedone
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia	Sellby Love Prehn
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	Luiz Gonzaga Cardoso Dora
Centro de Ciências Humanas e Sociais	Luiz Arthur Corrêa Dornelles
Centro de Ciências do Mar	Milton Luiz Simões Piragine
Centro de Letras e Artes	Nilza Rita Lourenço da Fontoura

Fonte: Diário Popular. Pelotas, 20 dez. 1972, s/p. FURG/Acervo Geral

Quadro 1 – Estrutura administrativa da FURG, após a reforma realizada na gestão do Reitor Eurípedes Falcão Vieira

⁸ Por meio do Ofício nº 288/71, da Secretária Municipal de Educação e Cultura de Rio Grande, o então secretário Eurípedes Falcão Vieira, primo do Prefeito, agradeceu a João Pomar, do Diretório Acadêmico Ruy Barbosa, o recebimento da relação dos empossados no Diretório (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, 09 nov. 1971).

Esta estrutura obedecia aos preceitos da Reforma Universitária de 1968. As suas consequências mais importantes para a graduação foram à adoção do sistema de matrícula por disciplina e o surgimento dos colegiados de coordenação didático-pedagógicas dos cursos (FURG, 2010). Em dezembro de 1972, segundo matéria publicada no “Diário Popular”, o Reitor Eurípedes Vieira apresentou a nova relação de diretores:

Diz o ato que de acordo com a nova estrutura da Fundação Universidade do Rio Grande nomeia pelo prazo de 12 meses a contar de hoje, os seguintes professores: Miguel Riet Correa Júnior (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde), Julio Carlos Reguly (Centro de Ciências Exatas e Tecnologia), Vera Bandeira Villamil (Centro de Ciências Humanas e Sociais), Ubirajara Vaz Senna (Centro de Letras e Artes) e Carlos Alberto Fossati Dutra Pereira (Centro de Ciências do Mar) (DIÁRIO POPULAR, 20 dez. 1972, s/p.).

Outra mudança perceptível na dinâmica administrativa da FURG adveio por meio da Portaria nº250/73 (FURG, 17 dez. 1973). Com ela, neste segundo momento, o Reitor nomeou para mandato de três anos, seguindo a prerrogativa das listas sêxtuplas, os diretores dos Centros. Houve alteração no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, no qual ingressou o prof. Sellby Love Prehn.

3.3 O Papel da elite tradicional

Como foi indicada na seção precedente, a criação da FURG tem relação direta com o fato de Rio Grande ser uma região importante para a ditadura. Nesse sentido, a participação dos grupos civis e militares que apoiaram o golpe de 1964 fortaleceu o controle político das instituições da cidade. Foi, então, possível a criação de uma rede, com a qual era viável dominar posicionamentos políticos e favorecer os apoiadores, colocando-os no poder. Um dos episódios que revela essa teia de relações, bem como revela como pensa e atua a elite tradicional da cidade, é que será abordado na sequência.

Ainda em sua época de estudante, período que se remete aos primórdios da instituição, o Professor 4 relata que a administração da Universidade tentou impor o presidente da Refinaria Ipiranga, Francisco Bastos, como paraninfo de sua turma (PROFESSOR 4, 2011, informação verbal). Esta era a primeira a ser formada pelo

curso de Medicina e a homenagem corresponderia a uma carga simbólica imensa para os padrões da época, ainda mais porque a empresa havia colaborado financeiramente para a formação da Faculdade e participara da mobilização em prol da criação da FURG. O fato gerou desconformidade entre os alunos e uma série de conflitos dentro do curso.

A situação descrita serve para a compreensão do papel desta elite tradicional riograndina nos rumos da instituição:

Na época da formatura quando houve uma forte pressão da direção da faculdade para que o paraninfo da primeira turma, que era uma coisa assim importante, fosse o diretor presidente da Ipiranga, da refinaria [...] Francisco Bastos, e a nossa turma por voto tirou o Nilton Azevedo, que era professor nosso, tinha sido professor, médico e tudo [...] ele era da fundação que mantinha, manteve até a Universidade, a faculdade e as faculdades, engenharia, medicina principalmente e a faculdade foi privada, foi paga até acho o nosso quarto final do quarto ano, início do quinto ano, era mantido pela fundação, a gente pagava mais a fundação é que certamente pagava a parte maior, antes de se federalizada (Idem).

Este episódio é interessante para aprofundar o debate sobre as origens das práticas autoritárias. O Professor 4 relata que sua turma não possuía vínculo com os “setores tradicionais” do município e, por ter no seu grupo de alunos jovens experientes, comprou o debate:

A nossa turma tinha uma característica muito interessante [...] de 45, eram 40 alunos de fora daqui [...], ou seja, não tinham a influência, a questão familiar, a questão de relacionamento e tal, e depois era só cobra criada. Nós tínhamos na turma dois Severo, o chamado Severão que tinha sido capitão do exército aqui em Bagé e foi por desentendimento lá na época de 1964, acho que ideológico [...] ele era vamos dizer assim legalista, ele foi contra a condução, contra o golpe. Disseram na época que ele tentou tomar o quartel. Em resumo foi expurgado, como se dizia na época, eu me lembro bem disso aí, ele brincava tudo, às vezes a gente tava junto, quando a esposa dele ia receber no banco porque ele era considerado, sei lá: proscrito, morto, qualquer coisa assim. O outro era o Severinho, Severinho que voltou pro Brasil porque tinha sido expulso pela polícia do Salazar em Portugal [...] Ele era do Partido Comunista Português, então, além disso, tinha um colega nosso, o Exedito que era do PL e enfim era a turma toda assim mais, não eram e não tinham ligações necessariamente com a cidade. O Severinho, por exemplo, era de Uruguaiana. O Bastos conhecia muito a família dele, sabia que ele tinha ido pra Portugal, já tinham corrido ele de Uruguaiana por que ele era comunista. Era irmão de um cara que foi ministro da ditadura, o Cloraldino Soares Severo, que foi ministro dos transportes. Então era uma família conhecidíssima em Uruguaiana (Ibidem).

A situação da escolha do paraninfo foi marcante, tanto que a administração quis compensar a personalidade local, a qual teve papel importante na articulação da então nova Universidade. O mecanismo de coerção foi amplamente utilizado:

Eles fizeram uma pressão muito forte, não aceitaram a escolha, as ameaças eram constantes. Constrangeram o paraninfo que era um cara que se dava com todo mundo também inclusive com o Bastos, com o doutor Miguel, que era o diretor da faculdade, tentaram, pressionaram o Clube do Comércio, para o clube não ceder o local para a formatura, que era tradicional aqui [...] nos obrigaram a fazer uma coisa que foi muito criticada naquela época pela sociedade, foi considerada um deboche, a primeira formatura na Sociedade Amigos do Cassino, que, na época, era mais vista como uma sociedade de praia é um desrespeito. Tipo estão cuspiendo no prato que comeram e tal, e aí, na formatura, se tu pegar as fotos não tem diretor da faculdade (Ibid.).

Por fim, ao terminar o relato deste episódio o Professor 4 destaca que:

Ele não foi à formatura, foi feito um jantar de desagravo para ele, na mesma noite que nós fizemos o nosso jantar de despedida da turma de véspera da formatura aqui no Cruzeiro. Eles fizeram vamos dizer assim, as forças vivas da Cidade de Rio Grande homenagearam o Bastos no Clube do Comercio com uma janta e consideração ao fato dele ter sido preterido na escolha. No mesmo dia, na mesma noite, na mesma hora (Ibid.).

O professor concluiu, muitos anos após, que esta série de fatos foi determinante para os obstáculos encontrados durante seu período na prática docente na Universidade – e que serão apresentados no capítulo seguinte. Entre as polêmicas causadas por esse grupo de estudantes, estavam as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE), as quais a Reitoria buscava intervir de forma direta (KANTORSKI, 2008). O professor descreve que:

Bom e era essa turma aí, e essa turma na eleição que teve do DCE quase matou do coração o velho Bastos aqui por que a ditadura cobrava como é que eles controlavam ou não seus estudantes. Não confirmei isso, mais teria sido a única faculdade isolada aqui onde ganho o candidato da esquerda aqui e o Bastos subia pelas paredes (PROFESSOR 4, 2011, informação verbal).

Salientam-se estas ocorrências, pois o docente entrevistado fez questão de destacá-las como extremamente marcantes na sua trajetória acadêmica e na sua postura como profissional defensor de valores democráticos, defendendo como elemento importante nas relações internas presentes na História institucional da FURG. Além de que “o curso de medicina , por tudo que representava na cidade

durante aquele tempo, possuía uma grande influência da elite local” (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal).

* * *

Neste capítulo foram apresentadas de modo panorâmico algumas das características e peculiaridades histórico-geográficas de Rio Grande, como a sua vinculação portuária e a forte tradição de lutas operárias, o que contribuiu para uma forte ação repressão do regime militar, assim como o incremento de investimentos federais. Igualmente, seguindo este contexto, foram apontadas as circunstâncias que redundaram na criação da FURG, em meio ao período ditatorial, e o modo como a instituição se organizou desde então, especialmente na gestão do Reitor Eurípides Falcão Vieira. Completado este cenário, o próximo capítulo busca caracterizar o cotidiano da instituição, especialmente a partir da ótica dos docentes e, mais especificadamente, daqueles que foram expurgados.

Capítulo 4 – As Práticas autoritárias e o expurgo de docentes da FURG

Neste capítulo pretende-se apresentar o modo como se deram os expurgos dos docentes, bem como analisar os significados destes acontecimentos. Antes, porém, serão caracterizadas as práticas autoritárias que configuravam a rotina da FURG durante a ditadura civil-militar, mais especificamente durante a gestão do Reitor Eurípides Falcão Vieira, nas quais os docentes vivem cotidianamente as consequências do controle institucional e do sempre presente medo. É importante antecipar que, diferentemente de outras universidades, a FURG foi criada em um momento em que os golpistas já tinham consolidado suas táticas de limpeza de área e de controle interno.

4.1 O Cenário dos expurgos

Para construir o cenário em que ocorreram os expurgos, vai-se trabalhar, inicialmente, com algumas categorias utilizadas por Antônio Gramsci, uma perspectiva de análise que se considera interessante e útil, quando se parte do pressuposto que a FURG é uma instituição do Estado. Assim, essas definições são necessárias para entender as relações dos atores sociais, em suas diferentes manifestações, na busca por determinado controle político.

Por meio do Estado, classes ou grupos sociais estabelecem relações de hegemonia que lhes garantem a “perpetuação” das relações sociais materiais e ideológicas. Dessa forma, o Estado é entendido como o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais o grupo dirigente justifica e mantém a sua dominação.

Uma das faces dessa dominação é a coerção, no caso, aquela aplicada em uma instituição de ensino sobre os profissionais responsáveis pelo desenvolvido de uma das atividades-fim da Universidade, ou seja, os docentes. Como destaca Maurício Dias, na reportagem da revista Istoé, intitulada “O crime foi pensar”, o direito de executar as punições, aplicado como recurso de fácil aproveitamento para a manutenção do poder político, foi especialmente intolerante com a inteligência (DIAS, 1978, p.26-31).

O impacto desta interferência no campo educacional possui características diversificadas, como o capítulo 2 procurou demonstrar a partir do caso de algumas universidades. Este conjunto de ações está relacionado ao desenvolvimento de um sistema de controle ligado à lógica da coerção legal. A coerção existe quando um órgão específico da sociedade constrange os indivíduos a se comportarem de maneira específica, e ela pode assumir diferentes facetas, conforme o grau de severidade neste constrangimento. Já a coerção implícita, ela se manifesta quando as estruturas e os valores simbolizados pelas instituições sociais restringem o comportamento coletivo, com grau de severidade relativamente uniforme (KLEIN; FIGUEREDO, 1978, p.113).

A origem da relação coercitiva pode estar no poder público ou na estrutura do poder de um determinado espaço comum. No primeiro caso, o governo pode passar a controlar coercitivamente as atividades políticas de um sindicato de trabalhadores ou de um partido político. No segundo caso, a estrutura de poder deste sindicato ou partido, implementada há tempos, por consenso ou pela força, pode passar a controlar coercitivamente as atividades ou aspirações políticas de parte de seus filiados (Idem, p.114).

No caso da FURG, uma entidade fundada já na vigência da ditadura civil-militar, as práticas autoritárias e coercitivas contra alunos, funcionários e professores existiram desde o início de suas atividades. Os apoiadores e sustentadores diretos e indiretos do golpe e do novo regime ocupavam postos centrais, tanto no poder local quanto na FURG, tendo sido, nessa condição, figuras importantes no processo de criação da instituição, em uma relação intensa de apoio mútuo, quando não de laços diretos de parentesco, como foi desenvolvido no capítulo 3. Esta situação é facilmente constatável pelo simples fato do próprio Reitor Eurípedes Vieira ser

parente do Prefeito interventor, Tenente-Coronel Cid Scarone Vieira. O Professor 1 relata alguns dos elementos dessa ligação entre instituição, Prefeitura e ditadura:

O terreno onde hoje funciona o Campus Carreiros da FURG, ele foi doado pela Prefeitura, cujo interventor da época era Cid Scarone Vieira, primo do Reitor da época. Existia todo um alinhamento com o riograndino que na época era conhecido como a iminência parda da ditadura, chamado general Golbery do Couto e Silva, e a partir desse alinhamento o Reitor da época, com o interventor da época, com outras lideranças chamadas forças vivas de Rio Grande compuseram esse perfil de autocracia nessa gestão do Reitor da época (PROFESSOR 1, 2011, informação verbal).

Nessa perspectiva, por conveniência, por convicção ou por necessidade, quando não por todas essas razões, as ações em que se baseava a ditadura civil-militar foram reproduzidas, sem dificuldades, no âmbito da FURG. Os dados e os depoimentos apontam o Reitor Eurípides Falcão Vieira como o principal executor das práticas autoritárias.

Foi na gestão dele que ocorreu a quase totalidade das demissões de professores sem justa causa, conforme indica o levantamento realizado pela Superintendência de Administração de Pessoas da FURG, a partir do trabalho da Comissão Nacional de Anistia. No período compreendido entre 16 de novembro de 1972 e 15 agosto de 1979, houve 29 dessas demissões, conforme informa o ofício nº261/86, datado de 8 de setembro de 1986 e assinado pelo responsável do setor, José Martins Ávila, encaminhado ao então Reitor, Jomar Laurino.

Nome do docente	Dia do Afastamento Sumário
AtenéaFellistoffa	S/D Reintegrada pela justiça
Lucia Ayala	S/D Reintegrada pela justiça
Vera Bandeira Villamil	S/D Reintegrada pela justiça
Raymundo Paulo Tomkowski	20/03/1973
BrazilioCezimbra Ruiz	29/08/1973
Mario José Simon	30/04/1974
FaridButrosYonan Nader	31/05/1974
José Carvalho Freire	31/05/1974
José Renato Amaral	27/06/1974
Luiz Carlos CrescentiFaleiro	31/08/1974
Alberto Garcia de Figueredo Junior	28/02/1975
Jorge Lopes da Silveira	31/07/1975
Oswaldo Cruz Felizolla	20/09/1975
Lenio Jones Borsato	13/11/1975
KiokoYamasaki	16/02/1976
Hilda Maria Fogaça Stein	04/03/1976
Walter Pool Rodrigues	17/07/1976
Oscar Edmundo KoFreitag	12/04/1976
Irene Dupuy de Araújo	09/08/1976
Neusa Marchand Pinho	03/09/1976
Claudete Duarte Botelho	13/02/1977
Luiz BassouatLaurino	28/02/1977
Maria Dias Blis	28/02/1977
Maria Helena da Silva de Magalhães	28/02/1977
Adolpho Roberto Brum	14/01/1978
Hilton Corrêa Lampert	30/01/1979

Fonte: FURG. Superintendência de Administração de Pessoas. Ofício nº261/86. Rio Grande, 08 set. 1986. FURG/Acervo Geral.

Quadro 2 – Professores da FURG demitidos sem justa causa, entre 1973 e 1979¹

A versão dos professores expurgados confirma a ação do Reitor Eurípides Vieira. Este se encontrava em situação confortável com o regime:

Sobre esse controle ditatorial a gente pode se referir como sendo um ditador que passou pela Reitoria da Universidade e esse ditador ele não era por si só um ditador, ele era ditador porque ele tinha um respaldo para ser ou para se comportar como tal, então. No contexto da época eram situações de mando excessivo. Eram perceptíveis. E, esse ditador assim agia porque assim o tornaram (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

Sobre o tipo de gestão implantada, o Professor 1 destaca que “as práticas repressivas eram devido a esse centralismo, essa autocracia desenvolvida pelo Reitor da época que centralizava tudo em si e acreditava ser o único senhor do saber, centralizador que tudo tinha que ser como ele queria” (Idem).

¹ Dessa listagem constam os 14 docentes expurgados que compuseram a primeira relação daqueles que foram anistiados em 1987, nos quais está enfocada a pesquisa.

Como destaca, o Professor 3, “a conjuntura local era a mesma que em todo país. O clima era de censura, era o cotidiano, ou seja, a ditadura estava presente dentro também da FURG, nossa Universidade vivia o regime” (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal). Portanto, como se observa mais adiante, a lógica de punir, repreender ou utilizar qualquer outro recurso autoritário para a manutenção do controle político de determinada instituição foi especialmente empregada com os docentes da FURG.

O fato dos interesses da elite que permanecia no poder, serem colocados em cheque acelerou o embate nos diferentes espaços de luta, como a Universidade.

Na década de 1970, a Universidade ainda em processo de fundação, mesmo com o intervencionismo direto da ditadura que indicava não só o Reitor como o Prefeito municipal, existiam professores que por se tratarem de cientistas adotavam uma didática mais progressista e isso já chamava atenção (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

As estratégias da ditadura para sua perpetuação têm relação com a repressão por meio de instituições, como se fosse um fenômeno autoritário totalmente ligado à estrutura, no qual não existem culpados. Ou, então, o culpado é uma instituição. Na verdade, isso corresponde a uma ficção, pois foram atores sociais que sustentaram e buscaram a consolidação do regime. Neste sentido, como aponta um dos depoentes:

Precisa ficar claro que quem perseguiu os professores não foi a instituição FURG, foram pessoas que amparadas por uma ditadura se aproveitaram das circunstâncias para tirar do seu caminho docentes que pensavam uma Universidade mais progressista, pessoas estas que queriam concentrar o poder local e transformavam em inimigos da ditadura qualquer um que estivesse frente a seus objetivos. No caso da FURG, o Reitor era o ditador (Idem).

A fala do docente, mesmo carregada de mágoa, demonstra o papel de intelectuais orgânicos na manutenção do controle institucional interno. As práticas autoritárias faziam parte do cotidiano dos professores e o medo era um dos instrumentos mais comuns para o domínio dentro da FURG.

4.2 O Medo como mecanismo

A cultura do medo, disseminada por meio do novo regime, intrinsecamente ligada à lógica da “*Operação Limpeza*”, atingiu a FURG em diferentes proporções. Imperavam práticas repressivas desenvolvidas pela administração institucional e amparadas pela ditadura, as quais objetivavam assegurar um ambiente em que não se encontravam posições contra-hegemônicas.

Uma das faces dessas práticas, como procura expor esta seção, visava a garantir a obediência e a coibir qualquer tipo de contestação ao seu poder e a suas ações, bem como eliminar determinados comportamentos tidos como indesejáveis ou perigosos. O mecanismo por excelência era o medo, a intenção de incutir receio e preocupação nos docentes, pois eles não tinham quaisquer garantias sobre qual comportamento era aquele efetivamente esperado pela administração da FURG e qual ação (ou ausência de ação) poderia redundar em punição mais grave, como a demissão sumária. Logo, qualquer um poderia ser atingido, por isso todos deveriam obedecer sempre e estar permanentemente atentos aos riscos.

A perspectiva de construir uma instituição de qualidade na cidade e, principalmente, a relação com os alunos era a motivação dos jovens docentes, da recém criada Universidade. Ela fazia com que se submetessem a esse ambiente autoritário de trabalho.

Os alunos eram minha inspiração, talvez o fato de levá-los a aulas fora da Universidade, de tentar criar novas técnicas de ensino teria incomodado muita gente. Quem me conhece sabe, eu nunca fui de esquerda, nunca tive militância política, apenas dava aula e por não concordar com mandos e desmandos da administração ocasionou nossa demissão (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal).

Desta forma, descreve:

Na época na Universidade não havia um movimento orgânico por parte dos professores contra o regime. Penso que pelo fato da gente já ingressar na Universidade sabendo de como funcionava o nosso país e o controle que existia sobre a instituição inicialmente gerou um processo de adaptação. Minha concentração era em dar boas aulas. O curso tinha contato direto com a população e nossa demissão gerou um desconforto em consequência do atendimento que prestávamos a população (Idem).

O medo era um condicionante da prática docente:

O ambiente era de muito medo. Vivia-se o medo em função da ditadura se ouvia falar sobre tortura, sumiços e o medo colocado pelo Reitor da época na Universidade foi muito grande, tanto que quando comecei nessa fase de maior crítica ao Reitor em algumas das situações a que já me referi, Po exemplo, da repreensão que levei do colegiado da minha unidade, de todos os meus colegas da época nenhum quis opinar nem a favor nem contra. Todos com medo da consequência de que se eles fossem partidários da minha versão ou se aceitassem a minha versão ou se eles reconhecessem que eu não estava errado eles seriam atingidos pela repreensão (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

O controle permanente, característica herdada da DSN, foi aplicado em grande escala pela ditadura no Brasil. Tratava-se de um instrumento aperfeiçoado ao longo dos anos. Os docentes tinham dificuldades de reconhecer quem estava ao seu redor com o objetivo de fazer a fiscalização:

É difícil, muito difícil, na época a gente sabia quem era do SNI, mas eu me recordo que em uma reunião que nós tivemos na casa de um colega pra fazer análise do reflexo desses ápices autoritários do Reitor, terminamos a reunião vamos supor 11 da noite, meia-noite, às 7 da manhã o pai de um colega que era do exército pertencia ao SNI acordou ela dizendo que ela estaria em numa reunião de contra o Reitor, então era uma coisa que achávamos que nossa reunião eram todos adeptos da mesma ideia e surpresos ficamos que tinha dentro da nossa reunião algum informante, tanto que levou essa informação pro SNI que, em poucas horas, eles já sabiam de toda a nossa conversa o que nós tínhamos tratado nessa reunião (Idem, 2011, informação verbal).

Como nos mais diversos locais do país naquele período, o ambiente da FURG não era propício ao debate, mesmo que este fosse simplesmente para críticas construtivas em favor da instituição:

Isso nós estamos falando no ano de 1971. Quando eu iniciei o curso, em 1971 não se tinha possibilidades no Brasil de se ter posturas ideológicas, nessa época ou se era a favor ou era contra o governo colocado na época. Então não tínhamos posturas ideológicas dentro da Universidade, não nos eram permitidas muitas coisas e através da relação da Universidade e a ditadura, relação da FURG com a ditadura houve de forma bem explícita porque tudo que aconteceu de desmandos, de exagero nesse período na Universidade foi decorrente do poder exagerado colocado pela ditadura na mão do Reitor da época. Não existia nada, não existia espaço de diálogo e não existia a mínima possibilidade de contestação de nada, e o Reitor da época usou esse poder para aplacar, para abafar qualquer contestação, qualquer questionamento, qualquer análise crítica que se fizesse com o intuito de crescimento de engrandecimento da instituição (Idem).

Em uma situação de coerção, ao agir contrário às normas de conduta administrativa da Universidade, o professor torna-se parte de um processo de oposição aos interesses do Estado ditatorial, o qual busca sustentação no poder. A ideia de hegemonia não significa apenas linhas de força ou relações de poder, porém nela subjaz uma premissa, qual seja: a heterogeneidade social. Na FURG, os debates internos eram alvos da administração e discordar dos hierarquicamente mais poderosos era um delito grave.

E, no meu entendimento o que justificou meu afastamento foram as questões do departamento. Eu era professor há pouco tempo e tinha um anseio por polemizar o papel da Universidade e quando não concordava com algo não sossegava enquanto não deixava minha visão bem argumentada. Este fato incomodava muita gente (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal).

Um dos mecanismos utilizados como perseguição aos docentes vistos como empecilhos à Reitoria era prejudicar as condições do desenvolvimento da docência. Por exemplo, para dar um “aviso”, a administração interrompeu as atividades de pesquisa, no Núcleo de Avaliação Pesqueira, de um dos docentes que seria expurgado após algum tempo.

Nesta lógica, o convite a algum professor de fora da FURG para ministrar curso ou palestra também passava pelo aval da Polícia Federal. Por exemplo, no memorando nº 93/73, descrito como confidencial, o Reitor em exercício, João Marinômio Carneiro Lages, descreve aos sub-reitores e diretores que:

Alertados de que o Sr. Domar Singh Avadhuta Chidrupananda, conferencista indiano, vem se propondo a realizar palestras em universidades do Sul do Brasil, levamos ao conhecimento de V. S^a., que não deverão as mesmas serem autorizadas sem o prévio consentimento da Polícia Federal (FURG, 05 out. 1973).

Nesse contexto, é importante lembrar que um processo ditatorial não se sustenta somente por meio da coerção. Ele também precisa do consenso ativo dos governados. Como explicita Gramsci (1976, p. 96):

O Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim.

Tais apoiadores do regime, por sua vez, atuam como um elemento importante para sustentar a repressão. No caso da FURG, as condições favoráveis propiciadas pelo regime à administração facilitaram a instalação de uma rede de informantes dentro da instituição. Essa rede interna demonstra que, durante a ditadura, além de docentes comprometidos com uma perspectiva democrática, existia a forte presença de intelectuais orgânicos comprometidos com o regime, que atuavam de forma constante para a fiscalização e a manutenção da dinâmica ditatorial.

Logo, as proibições e as fiscalizações de conduta docente, de concursos, de projetos eram realizadas por meio dos interventores ou de professores colaboradores da administração institucional. Por exemplo: a disciplina de “Estudo dos Problemas Brasileiros” (EPB) foi implantada em todos os cursos da Universidade, seguindo as orientações da ditadura. Segundo o Professor 3 (2010, informação verbal), a própria “disciplina de EPB além de direcionar a formulação do conhecimento era desenvolvida como um braço do controle interno”.

Conforme o Ofício nº 294/76, o Reitor Eurípedes Falcão Vieira apresentou ao Presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo Geraldo Bezerra de Menezes, o nome de Luiz Arthur Correa Dornelles como coordenador geral dessa disciplina (FURG, 08 set. 1976), a qual depois passou a ser exercida pelo professor Antonio de Pinho Maçada, de acordo com o memorando nº 43/78 (FURG, 01 ago. 1978). Com base na documentação, é possível afirmar que eles fiscalizavam os concursos de docentes da FURG.²

Esses apoiadores também funcionavam como linha direta de informações da Reitoria. Nas palavras do Professor 1 (2010, informação verbal): “não cabia ao docente apenas se preocupar com sua postura de cunho político, as punições e denúncias ocorriam também por finalidades pessoais ou carreiristas, inclusive na maioria dos casos”. Muitas vezes por favores internos, eles levavam à administração central determinadas situações ocorridas nos departamentos, nas reuniões ou nas salas de aula.

² O ofício do Centro de Ciências Humanas e Sociais nº 179/75 (FURG, 28 jul. 1975), encaminhado pelo professor Luiz Arthur Correa Dornelles ao Sub-Reitor para Assuntos de Ensino e Pesquisa leva “ao conhecimento de V. S^a. que o médico Álvaro Joaquim Luongo Cespedes foi examinado na disciplina de EPB”.

Na época eu não tinha alcance nem malícia para isso, porém, mais tarde, lembrando da atuação do Prof. Norton como Coordenador Científico do 'Projeto Atlântico'³, que nunca me perguntou sobre o andamento do meu trabalho, mas ficava contando quantas vezes os pesquisadores saíam de sua sala para tomar cafezinho durante o expediente e reclamando de que assim não produziram o esperado, cheguei à conclusão de que seu principal papel deveria ser o de informante do Reitor, e não o de responsável pela produção científica do grupo (Idem).

A lógica de colaboradores internos da administração universitária levava até o próprio Reitor os posicionamentos críticos ou os conflitos presentes dentro nos departamentos. Como define o Professor 2, em descrição produzida por ele próprio, em 2008:

O Reitor fez um discurso que a FURG havia investido em nós e que esperava que 'vestíssemos a camiseta', e que não poderia continuar investindo em pessoas que não defendessem as causas da Universidade e que a administração não considerasse 'confiáveis'. Finalizou dizendo que voltaria a conversar com a pessoa que havia informado sobre o que eu andava dizendo a respeito da administração e que se esta pessoa estivesse mentindo, seria punida, e caso chegasse à conclusão de que eu estava mentindo, eu seria o punido. Na saída, apertou-me a mão! (PROFESSOR 2, 2008, informação por escrito).

Em carta ao Professor Anizio Machado da Costa, então Presidente da Comissão Interna de Anistia, o Professor 2 descreve o papel dos informantes:

O senhor Reitor deve ter sabido também que na época recusei o convite de pessoas ligadas à sua administração para ingressar no partido situacionista. E que, em reuniões de serviço, nunca furtei em emitir opiniões sobre a Reforma Universitária elaborada pelo governo da época [...] o Sr. Reitor declarou simplesmente que tinha sua 'REDE DE INFORMANTES' nas quais confiava plenamente (PROFESSOR 2, 2010, informação verbal).

Os professores "*dedo duro*" que participaram efetivamente dos expurgos também são considerados intelectuais orgânicos. Esses, dentro deste processo, trabalhavam para defender e manter a ditadura interna e externa à instituição. Assim, colaborando com práticas de denúncia para a criação de um clima de medo, no qual a pressão objetivava eliminar a inexistência de opiniões divergentes:

³ Este projeto será analisado na continuidade do texto.

A pressão era direta, bem explícito que todos tinham que concordar com o que era dito e exteriorizado pela administração da FURG. Quem não concordava recebia uma pressão, eu recebi uma repreensão mesmo tendo dito que era mentira o que na época foi dito, da minha parte. Mesmo tendo provado, o Reitor resolveu me dar uma repreensão e o diretor da unidade onde eu estava lotado na época assinou essa repreensão mesmo todos sabendo que era injusto e que era falsa a acusação (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

Neste clima tenso de trabalho, os docentes eram obrigados a conviver com o autoritarismo administrativo da Reitoria. A repressão intensa ocasionava um contexto de intraquilidade para aqueles que apontavam os rumos errados de decisões tomadas pelos administradores da FURG. Este fato ocasionou os expurgos.

4.3 Os Expurgos

Além do medo disseminado pelo ambiente universitário e que deveria servir para garantir o poder dos administradores da FURG naquele período, havia a possibilidade, sempre disponível, de simplesmente punir aqueles docentes que não se comportassem como o esperado, que representassem algum tipo de ameaça ou, simplesmente, que tivessem apresentado, em algum momento, algum tipo de desconformidade (posicionamento contrário, reclamação contra alguma decisão, argumentação de que o processo decisório ou a própria decisão deveriam ter sido outras, não disposição para tomar determinada atitude etc.). Como a época era de suspensões de garantias individuais, constitucionais ou legais, essas punições efetivas compreendiam instrumentos diversos: demissão sumária, dispensa e aposentadoria (KLEIN; FIGUEREDO, 1978, p.146). Enfim, expurgo, o afastamento dessas pessoas do convívio na instituição. Esta seção pretende abordar tais situações.

O impedimento do ato de exercer sua atividade profissional, por meio do expurgo, está relacionado a uma política preventiva. Essa permite à instituição neutralizar qualquer possibilidade de constituição de um bloco contra-hegemônico. Sobre as condições favoráveis da administração em executar o expurgo:

A cúpula ditatorial não apenas tinha pleno conhecimento da existência de tais mecanismos coercitivos, mas ordenava sua aplicação sistemática para reprimir a oposição e delegava, a determinados setores especializados, a tarefa de planejar, com alto grau de detalhamento, os métodos mais eficazes de aplicação de tais medidas repressivas (MANSAN, 2009, p.36).

No documento destinado ao Presidente da Comissão Nacional de Anistia do Ministério da Educação, Ronaldo Poletti, os docentes expurgados descrevem em conjunto as práticas autoritárias ocorridas na instituição:

Inúmeros foram os desmandos, coações, ameaças e perseguições por parte do então Reitor da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), culminando com a sequente evasão de mais de 30 docentes no período acima referido, prejudicando o Ensino e a Pesquisa. Que a maioria das demissões, dispensas, ou pedidos de demissão, caracterizaram-se ou tinham como reflexo, a PERSEGUIÇÃO POLÍTICA efetuada pelos membros da Reitoria. Que estes docentes, perseguidos que foram, até o reduto de seus Departamentos, eram constrangidos ou compelidos; primeiramente, a pedir demissão de seus cargos ou funções, e/ou, aqueles que ainda tentavam resistir às graves ameaças ou delações, secundariamente, eram demitidos de maneira sumária (COMISSÃO NACIONAL DE ANISTIA, 06 nov. 1986).

Em um desses casos, a administração da FURG, antes de afastar determinado professor, realizou uma sindicância sobre o seu comportamento. O alvo era Thomaz Lucia, do Departamento de Economia. Depois de expurgado, ele tentou apresentar defesa e contestar a ação no Conselho Universitário e também na justiça, em ambas as instituições sem sucesso. Outro professor em situação similar relata que:

Quando eles me botaram para a rua da Universidade eu entrei na justiça para tentar anular essa decisão do Reitor da época judicialmente, mas infelizmente meu advogado na época deixou prescrever o processo na justiça e o meu reingresso se deu via processo da anistia (PROFESSOR 1, 2010).

O Professor 2, em fevereiro de 1977, recebeu por meio do memorando nº 145/77, a convocação “com a máxima urgência” do Sub-Reitor para Assuntos Administrativos em exercício, Alberto Meirelles Leite, “para tratar de assuntos de seu interesse” (FURG, 15 fev. 1977). Esta chamada na verdade seria para o momento no qual o docente foi demitido sem justa causa.

O conjunto de medidas autoritárias está intrinsecamente relacionado ao amparo da ditadura para os que estavam no controle institucional da Universidade:

Foram vários pontos. Acho que eu me referi a esse excesso de mando a todas as colocações da administração da FURG na época. Nada podia ser contestado e eu fiz parte de um grupo aonde contestamos várias coisas, questionamos outras e por todas essas adoções, a não adoção das políticas por nós consideradas erradas do Reitor da época levou a essa cassação (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

O controle não tinha crivo para diferenciar a postura ideológica, tampouco interesse em fazê-lo. Desse modo, as condições dos expurgos possuem características muito parecidas: em sua maioria, são decorrentes da conduta docente e do debate, por vezes velado, por vezes aberto. Os inimigos da tão almejada segurança interna, na verdade, eram pedras no sapato de uma administração que se utilizava do contexto para basear seus atos.

Os reais motivos foi o que eu já me referi, foi uma postura crítica, crítica construtiva da Universidade por todos os desmandos que o Reitor da época fazia, por toda a sua autocracia, por todo esse ingresso de pessoas questionáveis tanto na parte científica técnica de conhecimentos como também na parte política, o que se queria com o ingresso de estrangeiros em detrimento dos brasileiros, não só isso, toda a administração autocrática que fazia esse Reitor. Na época nós fizemos uma listagem das irregularidades do Reitor e me parece que somava ou 52 ou 72 itens dos mais relevantes que este Reitor na época adotou. Recebi muitas pressões, recebi muitas, muitas, muitas pressões, inclusive do Sub-Reitor na época que foi a uma reunião de departamento aonde, infelizmente, os meus colegas de departamento se omitiram por medo. Porque vivia-se na época a época do medo, todos sabiam que se fossem contra a administração eles corriam o risco de sofrer penalidades. Até então nenhum tinha sido colocado na rua, acreditava-se que isso era uma medida que não seria adotada, eu acreditei nisso e infelizmente me dei mal porque fui colocado na rua, as pressões foram várias inclusive eles tiveram o descaramento de me dar uma repreensão, consta na minha ficha funcional, por um ato que eu não cometi, e eu levei com provas testemunhais abertas na hora porque eles diziam que eu tinha assumido um compromisso financeiro em nome da Universidade com um auxiliar, um assistente que eu tinha na disciplina que eu ministrava. Esse senhor foi perante o colegiado e departamento e disse que eu não tinha me comprometido a nada com ele, mesmo com isso eu recebi uma repreensão por ter supostamente feito compromissos financeiros com essa pessoa (Idem, 2011, informação verbal).

O Professor 1 argumenta que:

O meu delito mais grave foi tentar participar de discussões, desenvolver um sentimento crítico, ajudar na criação da Universidade já que ela era tão recente ela foi fundada em 1969, meu curso foi fundado também em 1969 e tenta ajuda a construir essa Universidade, por tentar ajudar na construção, por divergir com o reitor da época aconteceu tudo. [...] Simplesmente o Reitor resolveu me punir por divergências que estavam surgindo, pela maneira que eu estava me colocando ou que estava apontando erros na sua administração ou apontando algumas coisas ele resolveu me punir me tirando dessa área que estava iniciando na FURG, que é a área de pesquisa que eu gostava. [...] Acho que não foram um, foram vários, foram vários pontos acho que eu me referi a esse excesso de mando a todas as colocações da administração da FURG na época, nada podia ser contestado e eu fiz parte de um grupo aonde contestamos várias coisas, questionamos outras e por todas essas adoções, a não adoção das políticas por nós consideradas erradas do Reitor da época levou a essa cassação (Ibidem, 2010, informação verbal).

Nas descrições dos docentes percebe-se a conduta autoritária de exceção da Reitoria:

Nessa época do departamento acho que quatro foram colocados na rua, e de um outro departamento foram sete colocados, sete professores no mesmo dia na mesma hora colocados, acho que isso demonstra tudo que nós estamos nos referindo, é o poder discricionário, autoritário, autocrata desse Reitor da época. E isso ele não fazia sozinho, obviamente que ele não fazia sozinho, ele fazia porque tinha o respaldo de toda uma estrutura de informantes de alinhamento de pensamento de não contestação de não questionamento (Idem).

Nas entrevistas, os colaboradores relatam a existência de um número considerável de expurgos:

Inúmeros, mas a gente não conhecia os detalhes, a professora Atenéia Gallo, o professor Ubirajara, esqueci o sobrenome dele agora, a professora Vera, que tinha sido diretora, a professora, inúmeros professores, quer dizer havia assim um consenso, as pessoas comentavam na FURG que todo mundo que se opunha as idéias dele, a forma dele conduzir a Universidade, ele simplesmente demitia (PROFESSOR 2, 2010, informação verbal).

Na Medicina Interna, todos os docentes que brigaram em consequencia das eleições fechadas para o departamento terminaram ou sendo demitidos ou pediram demissão. Naqueles moldes administrativos era impossível continuar na Universidade. Mesmo, tendo consciência que a decisão de sair não era algo fácil na perspectivas de jovens recém formados (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal).

Olha isso é assim eu não sei se vou me lembrar de todos, mas todos os que foram pra rua da Universidade de uma maneira ou de outra. Não sei se o Reitor da época se sentiu ameaçado, mas ele se sentiu tocado, pois não gostava de sofrer críticas ou ser avaliado e todos os que foram na rua nesse período na década de 1970 eram professores que estavam ligados a esse setor crítico da FURG (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

Na época, não havia organização de professores em associações docentes, as quais somente no fim da década de 1970 começam a ser criadas.⁴ Desta forma, a desorganização da classe facilitou a execução dos expurgos. Como aponta o Professor 1 (2011, informação verbal): “lembro que após ser expulso da FURG, os meus antigos colegas eram proibidos de falar da minha situação e eu de entrar na Universidade”. Situação comprovada por dois memorandos dos anos de 1976 e 1977. Nesses, a Reitoria comunicou ao Diretor do Centro de Ciências do Mar, Milton Simões Piragine, sobre a proibição da entrada dos professores Lênio Jones Borsato e Carlos Alberto Fossati Dutra Pereira nas dependências da Universidade. Ao mesmo tempo, alertava a importância operacionalizar essa ordem e de não estabelecer qualquer tipo de conversa, pedindo cuidados especiais no cumprimento destas determinações. Sobre esta prática, o Professor 2 escreve:

A esse respeito, cabe contar um episódio que revela como era vista pela administração o fato de servidores se relacionarem com desafetos da Reitoria. Uma colega de turma, admitida como professora junto comigo em março de 1975, foi chamada certa ocasião ao gabinete do Vice-Reitor que disse a ela que havia sido vista mais uma vez conversando nos corredores da Universidade com o Prof. Dutra, que, na ocasião, já havia sido demitido, e que este fato desagradara ao Reitor. Foi então advertida de que se isso voltasse a ocorrer, seria demitida (PROFESSOR 2, informação escrita).

Os mecanismos de intimidação desenvolvidos e aplicados na instituição geram nos docentes um sentimento de conformismo, de adaptação e, principalmente, de frustração. O fato de conviver com aqueles que vivenciaram ou até mesmo tiveram participação no seu expurgo, criou um ambiente de constrangimento/contenção na conduta docente.

Sobre as proibições de frequentar a Universidade após o expurgo, o Professor 2 conta:

Eu mesmo, depois de demitido, num dia em que estive na Universidade não lembro por que motivo, provavelmente para falar com alguém, recebi de um colega responsável por um dos laboratórios, extremamente constrangido, o recado da Reitoria de que meu acesso as dependências da FURG estava proibido! (Idem).

⁴ No período dos expurgos, não só os professores estavam desarticulados. Os estudantes, que em geral tem um espírito mais reivindicativo, também viviam um clima de pouco entusiasmo, sendo reflexo do medo cotidiano (KANTORSKI, 2008).

O fato de proibir conversas entre os docentes expurgados e os que permaneciam criava uma situação constrangedora. Desta forma, até mesmo o direito de ter uma opinião própria era negado:

Eu queria me referir a essa coisa como é que foi, quando fui chamado para ser avisado que estava despedido poucos me procuraram para alguma coisa, até pra dizer 'que bom que te botaram na rua' ou até 'que pena que te botaram na rua'. Sempre foi o medo, ele impedia as pessoas de agirem coerentemente e demonstrarem seus sentimentos e esse medo que ficou muito forte na saída e no meu reingresso. No reingresso também eles (colegas) tinham parece que medo ou eles não sabiam se ainda poderiam conversar comigo ou não, quando eu saí fui proibido e proibiram as pessoas de falar comigo dentro da FURG. Se alguém fosse pego falando comigo receberia uma repreensão, e quando eu retornei esse sentimento ainda continuava presente, um sentimento assim que parece estão te tratando como alguém com uma doença contagiosa (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

Ao analisar a postura desses professores, com o intuito de entender o expurgo que eles sofreram, Sartre proporciona os seguintes argumentos:

O pensamento do intelectual deve se voltar todo o tempo para si mesmo, para se apoderar sempre como universalidade singular, quer dizer, singularizada secretamente pelos preconceitos de classe inculcados desde a infância, mesmo que acredite ter deles se desembaraçado e ter chegado ao universal. Não basta (para citar apenas um exemplo) combater o racismo (como ideologia do imperialismo) com argumentos universais, tirados de nossos conhecimentos antropológicos: esses argumentos podem convencer no nível da universalidade; mas o racismo é uma atitude concreta de todos os dias; em consequência, pode-se acreditar sinceramente no discurso universal do anti-racismo e, nas longínquas profundezas ligadas à infância, continuar racista e, ao mesmo tempo, se comportar, sem saber, como racista na vida cotidiana. Assim, o intelectual nada terá feito, mesmo que demonstre o aspecto aberrante do racismo, se não se voltar todo o tempo para si mesmo e dissolver um racismo de origem infantil através de uma pesquisa rigorosa sobre 'esse monstro incomparável', o eu (SARTRE, 1994, p.35).

Os comportamentos dos intelectuais propagam contradições relacionadas com sua incapacidade de agir, considerando interesses e objetivos contrários aos de sua classe de origem ou formação. Isto acontece devido à dificuldade de livrar-se, na prática cotidiana, de uma determinada formação de classe fortemente arraigada.

A consecução da tarefa de crítica radical a que se propõem depende de uma constante e profunda revisão interna, ou seja, uma luta eterna contra si mesmo. Assim, em um ambiente autoritário e de controle permanente, o professor pode se adaptar à lógica vigente ou se contrapor das mais variadas formas aos que têm a

autoridade política e permanecem alocados no poder. Em sua versão dos fatos, o Professor 2 conta que:

Embora nunca tenha recebido qualquer explicação a respeito do que teria motivado minha demissão, tomei conhecimento de alguns fatos que, somados ao comportamento de algumas pessoas, permitiram-me chegar a certas conclusões. Primeiramente, é importante dizer que de todos os colegas que encontrava, mesmo alguns com quem praticamente não tinha qualquer relacionamento, perguntavam o que havia acontecido, o que motivara minha demissão, e se mostravam surpresos com o fato (PROFESSOR 2, 2010, informação verbal).

O instigante desafio de saber os reais motivos do seu expurgo, de conversar com seus colegas, foi mantido presente na memória do Professor 2. Ele se motivava a buscar elementos que auxiliassem a compreender como a administração descobriu suas críticas a determinadas posturas. Ao descrever sua trajetória, o professor falou sobre o enigma permanente de descobrir e falar com seu superior do período docente.

Apenas algumas pessoas da Oceanologia, justamente aquelas mais diretamente ligadas à administração e ao Reitor Eurípedes, me falaram a respeito, essa censura também fazia parte do âmbito interno da Universidade. Chamou-me a atenção em especial o comportamento do professor Nortom Gianuca, a quem estava subordinado em relação a minha atividade de pesquisa, e com quem sempre mantive um relacionamento muito bom. Pois este professor não apenas nunca me procurou para falar a respeito do ocorrido, como passou a evitar encontrar-se comigo (Idem).

O Professor 2 segue:

Tive também uma conversa bastante elucidativa com o Prof. Piragine, na época Diretor do Centro de Ciências do Mar. O Milton Piragine contou-me que, ao tomar conhecimento de minha demissão, procurou o Reitor e perguntou a ele o que teria acontecido para motivar sua atitude, já que não tinha conhecimento de nada que desabonasse meu desempenho profissional ou meu comportamento pessoal e ficara surpreso com minha demissão. A resposta do Reitor foi que eu não havia ‘vestido a camiseta’ da Universidade (Ibidem).

Os expurgos têm relação direta com os interesses administrativos da FURG. Quem definia se, de fato, o docente estava diariamente a “vestir a camiseta” da instituição ou a agir de acordo com “os interesses da Universidade” eram os

administradores da FURG. A seguir volta-se a atenção para o caso dos autoritarismos na Faculdade de Medicina.

4.4 A Medicina Interna

Nesta seção, o foco estará voltado ao setor de Medicina Interna, que compõe o curso de Medicina, da Faculdade de mesmo nome da FURG. A escolha de desenvolver um tópico específico sobre o clima e os acontecimentos neste setor da Universidade decorre diretamente das fontes, em especial o depoimento de professores expurgados que aceitaram colaborar com esta pesquisa.

É importante informar que as instalações do setor de Medicina Interna sempre se localizaram longe de onde se encontra o restante da instituição, incluindo a Reitoria (Campus Carreiros), o que criou certo afastamento e certa autonomia em relação ao conjunto dos setores que estão sediados neste campus, bem como propicia o desenvolvido de uma série de relações, interesses e práticas também dissociadas. Não há como atestar que esta tenha sido a razão para que este setor fosse alvo preferencial para as práticas autoritárias oriundas da administração da FURG, porém, igualmente, não há como deixar de mencionar esta peculiaridade.

O fato é que, apesar da distância (ou justamente por causa dela), a rede interna de controle se ramificava pelos corredores, pelas salas de aula e pelo Hospital Universitário. Sobre a estrutura interna do curso, o Professor 4 descreve:

A faculdade era dividida basicamente em medicina interna que é a clínica, clínica cirúrgica, cirurgia, clínica, materno-infantil na época acho que era pediatria, ginecologia e eram essas as três básicas, talvez algum outro departamento que me escape, mas os principais que se movimentavam eram esses (PROFESSOR 4, 2011, informação verbal).

Como descreve o Professor 3:

As nossas conversas eram simplesmente no intuito de melhorar as condições de trabalho. Um curso com importância regional não poderia continuar com limitações tão precárias. O próprio número docente era reduzido frente às demandas (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal).

O ápice do conflito administrativo, de acordo com os dois relatos, foi a eleição para a chefia do departamento. A principal divergência era sobre a saída de professores para o exterior, objetivando cursar mestrado ou doutorado. O referido processo eleitoral contava com a candidatura já expressada de Jaime Palácio, que era apoiado pela administração da Universidade. O ano de 1973 caminhava para seu fim e a eleição não havia sido chamada pela direção, fazendo com que o grupo de professores, posicionados contra o então diretor, concluísse que não haveria eleição:

Então não vai ter eleição, a eleição vai ficar pro ano que vem, e aí fomos surpreendidos por uma convocação cuja cópia eu tenho aqui, uma convocação para o dia 31 de dezembro. A gente combinou que não ia porque isso evidentemente não iria valer e então foi eleito, foi escolhido, eleito por um ou dois votos o Jaime Palácio. Que a gente sabia que ele era contra, já tinha havido discussões e tal que ele se manifestava sempre contra liberar a saída para curso de mestrado, então essa passou a se a ser a divergência maior (PROFESSOR 4, 2011, informação verbal).

Mesmo com este episódio os professores retomaram suas atividades e tentaram levar essa questão divergente para os debates internos. Porém, como relata o Professor 4, “ele numa discussão, levou sei lá, se tinha 11 professores ou 10, ele levou um 8 a 1, ou 9 a 1. Então resolvemos fazer a ata para registrar. Ele retrucou: ‘não, não, eu não, comigo é assim é a minha vontade e deu!’ (Idem). A postura autoritária era com intuito de tornar a situação insuportável:

O troço era assim, para provocar uma ruptura mesmo depois a gente foi chegando a essa singela conclusão, e aí terminou o ano, começou o ano seguinte e o pessoal tentando sair, tentando reverter a situação, cada uma a sua maneira, tentando contatos dos mais variados (Ibidem).

A referida postura “abortou essa perspectiva de estudo [...] a gente apelava informalmente cada uma a sua maneira tentando se aproximar do Reitor e na época o contato era com Vice-Reitor eu acho” (Ibid.). Em resumo, “o fato de entrarmos em conflito por causa das disputas internas da Medicina está muito mais relacionado com as arbitrariedades comuns do que qualquer posicionamento revolucionário de algum professor do nosso Centro” (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal). Segundo o Professor 3:

O que mais marcou nossa demissão foi o fato da própria imprensa divulgar que entramos em conflito com a Reitoria. Essa divulgação foi fruto da debilidade que nosso afastamento gerou no atendimento direto a população. Esse fato juntamente com apoio dos alunos foi muito motivador. (Idem).

Com condições ruins de trabalho e autoritarismo insuportável, as repreensões foram o meio encontrado pela administração para tentar solucionar os conflitos destes docentes com o diretor do Centro:

O Farid foi reprimido e demitido [...] isso tem aqui, é tem, e aí esse sim foi o estopim mesmo. Tem que vê as datas, mas eu acho que precedi os dias um pouco este fato, e aí como esse movimento estava muito forte na cidade embora não divulgado pela imprensa local, tanto o Marco Aurélio que era o cardiologista como o Farid, esses dois professores foram visitados por oficiais. Eram oficiais ou sargentos, mas acho que eram oficiais da brigada que interrogavam eles lá nos consultórios (PROFESSOR 4, 2011, informação verbal).

Então, continua o relato do Professor 4:

Chegou num ponto que lá por 24 por aí 23 de maio o ambiente era péssimo, as condições terríveis dentro do departamento, eu disse olha vamos fazer o seguinte, vamos fazer uma demissão coletiva, e aí a coisa vai explodir, o Reitor vai nos chamar. Paramos o curso de medicina em pleno período letivo. Entregamos os pedidos no mesmo dia, na mesma hora, pela mesma pessoa, e começamos a esperar. Não deu 24 horas o Reitor já tinha aceitado os pedidos e aí começou uma nova etapa, e agora os alunos começaram a pressionar. [...] Ficava bem claro o pedido de demissão e todos os pedidos foram iguais, aludia à maneira de se comportar do professor Palácio. Se tu é Reitor e recebe numa Faculdade que tem 20 ou 30 docentes, sei lá, de 20 professores tu recebe 6 pedidos de demissão, os 6 dizendo a mesma coisa, o mínimo que o cara vai fazer é chamar o grupo para conversar (Idem).

Após este processo, outros docentes, que deveriam assumir os cargos dos professores demitidos, negaram-se, ao tomarem conhecimento das condições das demissões:

Aí teve uma outra etapa que é interessante, que a gente ficou sabendo por telefone, pelo menos 3 colegas da minha área e isso aconteceu com os outros, foram sondados e convidados por professores e médicos que defendiam vamos dizer assim, tinham um compromisso com a ditadura ou por serem funcionários da Ipiranga também. Eles acabaram trazendo do Uruguai porque aqui não conseguiram, os colegas me diziam olha PROFESSOR 4 me ligaram. O Pizarro de Pelotas, o Eduardo de Pelotas e o Saiani me ligaram dizendo: PROFESSOR 4 entraram em contato comigo aqui, fulano entrou em contato comigo convidando para te substituir, mas eu avisei que não, pela circunstância. E assim aconteceu com outros colegas também, e isso repercutiu aqui, em Pelotas e no meio médico estudantil das faculdades (Ibid.).

Um dos professores do curso de Medicina, ao descrever o início das brigas internas no seu Departamento, relatou à Comissão de Anistia da FURG, formada pelos professores Anizio Machado da Costa, Jose Roberto Mansur Daoud e Helio Martinez Balaguez, que: “em 26/12/1973 foi feita a convocação para uma reunião na qual seria escolhida a lista tríplice para chefia do Departamento de Medicina Interna, tendo sido essa reunião marcada para o dia 31/12/1973” (FURG, 1987). De acordo com a descrição apresentada pelo referido professor, o intuito de marcar o evento para esta data está relacionado com o fato de a convocação ocorrer no intervalo entre as datas festivas do Natal e do Ano Novo, razão pela qual os docentes não teriam conhecimento da reunião. Como descreve o Professor 4 (2011, informação verbal), “em cima deste fato, um grupo de professores lavrou protesto, por escrito, tendo sofrido como resposta uma repreensão, por escrito, assinada pelo então Reitor Eurípedes Falcão Vieira”.

Seguiram-se com o reinício das aulas dois fatos que corriam paralelos: 1º) a criação de um clima hostil, comandado pelo Doutor Jaime Cuartas Palacio, então Chefe do Departamento, procurando jogar os alunos contra o grupo de professores do qual o declarante fazia parte, assim como, os professores Gustavo Adolpho Primo Penna, Farid Butros Yonan Nader, Abel Carlos Avancini, Marco Aurélio Magalhães Fonseca, Jorge Alexandre Silvestre e Sueli Cecília Rauber Feldens; 2º) o desrespeito e os desmandos dentro do Departamento, quando entre outros fatos, o Doutor Jaime Cuartas Palacio determinou que não fossem feitas atas durante as reuniões, após decisões tomadas pelo grupo, reunidos no Departamento. Ignorava essas decisões, tomando esse professor atitudes contrárias as votadas e decididas pela maioria (FURG, 1987).

No mesmo documento elaborado, o professor 4 aponta ainda que, após o expurgo, dois dos seus colegas receberam visitas de representantes da ditadura (oficiais da Brigada Militar), destacando ainda que:

Um grupo de alunos que se colocara a favor dos professores já demitidos, tentando fazer com que as demissões fossem tornadas sem efeito, tiveram seus líderes ameaçados através de repreensão por escrito, assinada pelo Sub-Reitor Estudantil, na época, professor Fernando Lopes Pedone, e outras ameaças muito próprias do regime então vigente (Idem).

A repreensão aos docentes da Medicina pode ser comprovada por meio das Portarias n^{os} 10, 11, 14, 15 e 16, todas de 1974. Em comum, elas tinham o intuito de “REPREENDER por atitude incompatível com os padrões de comportamentos, com os princípios éticos de observância de determinações e desnecessária posição de resistência as normas do sistema, na Universidade” (FURG, 10 jan. 1974).

Mesmo com a falta de uma organização estudantil efetiva na Universidade, a situação da Medicina após as repreensões aos docentes ficou extremada. Dois estudantes se solidarizaram com o ocorrido e organizaram um abaixo-assinado, que contou com a adesão da grande maioria dos estudantes do curso. Suzana Pereira e Ricardo Daoud, por meio de portarias oficiais da Reitoria, foram advertidos por terem conduzido o movimento em defesa dos professores repreendidos. Na sequência desta suspensão, Flávio Alcione da Silva e Paulo Machado, outros dois estudantes do mesmo Departamento, receberam, por meio do Ofício n^o176/74, a suspensão de suas atividades acadêmicas, “até que seja[m] perfeitamente, esclarecida as denúncias que sobre os mesmos foram feitas pela imprensa local na crônica policial” (FURG, 20 maio 1974).

As práticas constantes de intimidação desenvolvidas na FURG serviam como forma de consolidar uma espécie de “cultura do medo” no interior da instituição. Este conjunto de acontecimentos foi noticiado pelo jornal “Zero Hora”, com a manchete “Professores de Rio Grande já romperam com a sua reitoria”. A reportagem destaca que “o desentendimento de cinco professores com a direção da Faculdade de Medicina de Rio Grande, originou a sua demissão por uma alegada ‘incompatibilidade com a política interna’ (ZERO HORA, 28 abr. 1974, s/p.).

Os desmandos no Departamento de Medicina Interna têm ligação direta com a política administrativa da Reitoria. E esta, por sua vez, agiu de acordo com as regras vigentes e utilizou-se delas para firmar seu poder.

Por fim, um conflito interno relacionado à liberação ou não para continuidade de estudo foi o elemento que gerou as repreensões, expurgos e demissões coletivas na Medicina Interna. Sabe-se que dois docentes foram expurgados, enquanto outros oito pediram a demissão. Segundo o professor:

Uma coisa que tinha começado, cujo início tinha sido interno, administrativo, da birra do Palácio que não queria abrir mão, mais pela questão de exercer o poder foi um grande componente [...] lembrando que, o sistema amparava até o guarda da esquina para ser autoritário (PROFESSOR 4, 2011, informação verbal).

4.5 Projeto Atlântico

Nesta seção, será abordado especificamente o curso de Oceanologia, ou melhor, o “Projeto Atlântico”, um projeto de pesquisa que recebeu significativo aporte de recursos e foi o mote de mais alguns expurgos, especialmente o de professores colaboradores desta dissertação, que se dispuseram a apresentar a versão deles acerca do processo de afastamento sumário da FURG, assim como a evidenciar o referido projeto.

O curso de Oceanologia da FURG foi pioneiro no Brasil. Em relato descrito em 2008, o Professor 2 diz que:

Bom, como tu já deve saber, o curso de Oceanologia da FURG foi criado em 1970, tendo a primeira turma, da qual eu fazia parte, ingressado em março de 1971. Em 1972 houve a troca do coordenador do curso, tendo assumido a coordenação o Prof. Carlos Alberto Fossati Dutra Pereira, recentemente chegado da França, onde fizera doutorado em Oceanologia Biológica. O Prof. Dutra, que desde a época em que se encontrava na França fazendo sua pós-graduação colaborou com a criação do curso (PROFESSOR 2, 2008, informação escrita).

A primeira turma do curso, da qual os docentes entrevistados faziam parte, formou-se em dezembro de 1974. Pelo fato de o curso ser novo, havia carência de profissionais aptos a lecionarem e, segundo o Professor 2, “esta dificuldade de contratar professores para o curso levou a FURG a recorrer aos egressos do próprio curso, promovendo a contratação de vários alunos formados nas primeiras turmas”(Idem). No curso de Oceanologia, “a partir de 1975 foram trazidos do

exterior, especialmente da Argentina, professores com experiência em pesquisa oceanográfica e com isso teve início os primeiros projetos de pesquisa” (Ibidem).

No Centro de Ciências do Mar, um dos pontos mais polêmicos foi o “Projeto Atlântico”, pois, por possuir verba expressiva, era um alvo de disputa muito grande (Ibid.). Neste sentido, segundo o Professor 1:

O ‘Projeto Atlântico’ acho que foi o primeiro projeto de vulto a ser criado na área da Oceanologia após a criação do curso, e por ser um projeto muito grande, muito ambicioso, ele gerou em função disso muita polêmica em função dos seus autores, teve alguns que quiseram para si o mérito da criação do ‘Projeto Atlântico’, e o ‘Projeto Atlântico’ foi um grupo de pessoas que se reuniram, alguns mais outros menos, não saberia agora colocar, mas sei de alguns que tiveram grande participação no ‘Projeto Atlântico’ e outros não tanto (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

Conforme o relato do Professor 2:

É importante destacar o ‘Projeto Atlântico’, pois ele foi uma das principais motivações do Reitor Eurípedes pressionar e demitir os docentes da Oceanologia. A partir de 1973 começou a ser elaborado este projeto, o qual foi idealizado pelo Prof. Dutra e elaborado por ele e um grupo de professores entre os quais destacava-se o Prof. Lênio Jones Borsato, amigo pessoal de Dutra e seu braço direito na coordenação do curso e posteriormente na direção do Centro de Ciências do Mar e elaboração do Projeto Atlântico (PROFESSOR 2, 2008, informação escrita).

De acordo com os relatos, percebe-se que o “Projeto Atlântico” previa a criação de um grande centro de pesquisa oceanográfica em Rio Grande, o qual foi semente da Base Oceanográfica Atlântica e de todo o complexo de ensino e pesquisa na área existente hoje na FURG. Segundo o Professor 2:

Foi também, infelizmente, como já relatei, a causa principal do início dos desentendimentos entre os seus idealizadores e a administração da Universidade, identificada na pessoa do Prof. Eurípedes Falcão Vieira, Reitor designado pelo regime militar. De acordo com comentários ouvidos na época, pois eu não participava das reuniões e tudo o que sabia era por intermédio de terceiros, era o fato de que a proposta dos Professores Dutra e Borsato de criar um instituto ou centro de pesquisa. Este que embora integrado à Universidade, teria independência administrativa e financeira em relação a ela. O ponto em questão, não teria sido aceito pela administração da FURG (Idem).

Sobre este ponto, o Professor 2 conclui que os expurgos seriam um “fato compreensível, pois a FURG não queria perder o controle de tão importante setor que já na sua fase inicial possuía verba maior que a própria Universidade” (Ibidem).

Em fevereiro de 1976, havia a necessidade de contratação de mais professores para o curso e também para atender às atividades de pesquisa-docente, que haviam se iniciado em 1975. Por isso, a FURG contratou vários egressos da segunda turma do curso, formados em dezembro de 1975 (Ibid.). Sobre este fato o Professor 2 diz:

Nessa ocasião, com a intenção de contratar cerca de 10 oceanólogos em regime de 40 horas semanais e alegando falta de recursos para pagar salário correspondente, a Administração ‘inventou’ a função de ‘Auxiliar de Pesquisa’. Função que não existia no quadro de pessoal da instituição, com regime de 40 horas/semana e salário de aproximadamente 2.600 cruzeiros, menor do que a quantia que recebíamos por 24 horas, o que na prática representava quase a metade do nosso salário. É obvio que em um primeiro momento houve uma revolta do pessoal, tendo sido feita uma reunião nas dependências da FURG para discutir o assunto. Pedi para os colegas para participar da reunião e manifestei-me dizendo que estava ali como oceanólogo e que a proposta era um desrespeito a todos os oceanólogos, e que só era apresentada porque a Universidade sabia de nossas dificuldades em encontrar emprego. Lembrando que no período o mercado de trabalho era praticamente inexistente para a nova profissão. Sugerí que apresentassem uma contraproposta de contratação de todos como Auxiliares de Ensino com regime de 24 horas e salário correspondente, com a promessa de que todos trabalhariam mais do que às 24 horas do contrato, o que na realidade era o que acontecia com o pessoal da primeira turma, pois todos nós, com o entusiasmo natural de início de uma carreira profissional, trabalhávamos bem mais do que as 24 horas semanais contratadas. Feita esta manifestação, retirei-me da reunião. Tenho certeza de que este episódio chegou aos ouvidos do reitor, que tinha conhecimento de tudo o que ocorria na FURG, por meio de seus ‘colaboradores’, e deve ter influenciado na decisão de me demitir um ano depois (Ibid.).

A FURG contratou muitos estrangeiros durante este período, pode-se dizer até mesmo com intuito de suprir as vagas dos que eram afastados sumariamente. Para serem contratados, estes professores passavam por entrevistas junto aos interventores. Além disso, antes era concluído o cadastro de antecedentes, de forma a garantir os interesses da segurança do país. No documento “Relação Incompleta dos professores estrangeiros que ingressaram na FURG nos últimos dois anos” são apresentados cerca de 30 nomes. Conforme apresenta o Ofício nº 012/7955/76/SICI/1/DSI/MEC/78, de caráter confidencial, do diretor da DSI/MEC Armando Menezes, com o assunto definido “Projeto Atlântico FURG/RS. Contratação de Argentinos”, a Universidade desde 1976 desenvolvia o referido

projeto. Por abordar a área dos recursos marinhos, ele tinha papel relevante na zona fronteira. O documento aponta que:

As pesquisas do 'Projeto Atlântico', desenvolvido por brasileiros e custeado pelo BRASIL, poderiam ter seus resultados graciosamente filtrados para o exterior sem o necessário conhecimento e controle das autoridades competentes, além do perigo, sempre presente, de uma possível infiltração em nosso país de elementos subversivos e comunistas (BRASIL, 17 fev. 1978).

Neste sentido, o ofício solicita:

a- Os dados constantes da Ficha anexa sobre os nominados, b- outras possíveis entradas de estrangeiros no País, para participação no Projeto Atlântico, c- situação dos estrangeiros participantes do projeto, em relação aos aspectos legais de entrada e permanência no país e das contratações legais efetuadas, d- situação atual do Projeto Atlântico, e- outros dados julgados úteis (Idem).

De acordo com o Ofício nº 059/7955/76/SCCI/1/DSI/MEC/78, caracterizado como confidencial e destinado ao Reitor Eurípedes Falcão Vieira, cujo assunto é "Contratação dos Estrangeiros participantes do Projeto Atlântico", observa-se a recomendação para que a FURG "ao renovar ou conceder um convênio deverão[á] examinar se consta no passaporte o respectivo visto consular"(BRASIL, 08 abr. 1978). O documento faz menção ainda que,

no interesse da Segurança do País, as Universidades do Rio Grande do Sul deverão encaminhar ao SPMAF (Serviço de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras) uma lista nominal com os nomes e demais dados de qualificação dos estudantes e professores estrangeiros (Idem).

No entanto, é importante destacar que essa preocupação não ficava restrita aos docentes da Oceanologia. Também havia o cuidado de evitar que elementos potencialmente subversivos, evadidos de outros países, viessem a se instalar na instituição. Por isso, para a contratação de professores estrangeiros, a FURG recebia informações dos países vizinhos, como demonstra o certificado de antecedentes, pelo qual o Consulado Geral da República Argentina, por meio do Cônsul-Geral Joaquin Daniel Otero, certifica bons antecedentes para Dante Antonio Angel Capezzani (ARGENTINA, 28 out. 1977). Em outro documento, datado de 05 de novembro de 1976, descrito como confidencial e oriundo do Ministério do

Exército, foi repassado à FURG uma relação de professores uruguaios suspensos de suas atividades de ensino em seu país de origem, com vistas a que a instituição não abrisse as portas a nenhum deles. Na lista, figuravam 36 nomes. O referido documento aponta ainda que:

Todas as pessoas acima relacionadas não só foram suspensas, por medida de segurança, de suas atividades como docentes de escolas públicas ou particulares uruguaias, como ainda tiveram seus bens confiscados, segundo informação do Consulado Geral do Brasil em Montevideú(BRASIL, 05 nov. 1976).

Neste sentido, verifica-se que a preocupação com os estrangeiros foi grande entre as comunidades de segurança e de informações durante ditadura (FICO, 2001). Deste aspecto, os colaboradores descrevem que:

Teve uma época na Universidade que houve um ingresso bastante grande de estrangeiros. Isso foi um dos pontos das várias divergências que tivemos com a administração nessa época e em função da maneira como era feita a seleção. Esta não era semelhante a dos brasileiros (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

Muitos professores estrangeiros participavam das suas atividades, fato este que era visto com estranheza, porém entre os que ficavam de fora do projeto (PROFESSOR 2, 2008, informação escrita).

Nas ocorrências do curso de Oceanologia é importante destacar o papel da rede interna de informantes. Nos dois relatos, observa-se que as situações eram extremadas também em consequência dessa rede, a qual alimentava o conflito:

Ah isso tinha, era uma coisa impressionante tudo que era falado eles ficavam sabendo, a gente tinha que ter muito cuidado. Então eu devo ter feito alguma crítica como muita gente fazia e não me recordo. Lembro das conversas que assim a gente destacava os absurdos. Tinha a história dos caminhões pipa, que o Reitor teria dito na reunião 'não isso aí não tem problema que a gente leva água salgada em caminhões pipa lá para o Campus Carreiros' e aí virou piada, porque o professor Borsato teria dito 'mas Reitor nós temos no projeto um núcleo de aquacultura'. Aí virou piada e eu devo ter feito piada com isso aí mesmo. Mas o que chama a atenção é assim a expressão jogar o Projeto Atlântico nas areias eu nunca tinha dito. O professor Borsato foi um dos primeiros a sair. Eu não lembro exatamente quando que ele foi demitido, mas foi antes do professor Dutra. A história que eu conheço, porque tem muita coisa que a gente não participou diretamente é que teria havido uma discussão dele com o professor Eurípides em uma dessas reuniões do Projeto Atlântico, inclusive essa história que contém anteriormente talvez até tenha sido o motivo (Idem, 2011, informação verbal).

Quando o comportamento de um professor não era de acordo com os interesses da Reitoria, o recado também chegava por meio dos apoiadores. Um dos entrevistados relata que:

Ao falar com o Professor Piragine tomei conhecimento de que o Reitor havia recebido uma denúncia de que eu andava criticando 'pelos corredores da Universidade' sua decisão de construir o que viria a ser a Base Oceanológica no Campus Carreiros e que queria ter uma conversa comigo. Disse-me o professor Milton que procurasse o professor D'Incao que queria falar comigo sobre o assunto. Ao procurar o professor D'Incao que repetiu o que havia dito o Prof. Piragine, acrescentando que, segundo o Reitor, o denunciante havia dito que eu andava espalhando que o Prof. Eurípides estava 'jogando o Projeto Atlântico nas areias'. [...] Alguns dias depois fomos à presença do Reitor. Eu não tinha percebido que certamente aquela conversa já estava acertada. Lembro que estendi educadamente a mão quando entrei na sala e ele não a apertou. Disse que havia sido informado que eu 'andava dizendo que ele estava jogando o Projeto Atlântico nas areias' e que queria saber se isso era verdade. Mesmo na defensiva, respondi-lhe que, em primeiro lugar, não era minha atribuição de decidir sobre o local de instalação do 'Projeto Atlântico' e que acreditava que a administração da Universidade tinha responsabilidade suficiente e pessoas competentes para decidir sobre qual o melhor local para construir uma base oceanográfica. E, portanto, não estava preocupado com isso, e em segundo lugar, não conhecia o local onde seria construída a base e só naquele momento havia tomado conhecimento de que lá havia areia. Portanto não poderia ter dito à frase que me estavam atribuindo, até por que a expressão 'jogar o Projeto Atlântico nas areias' me soava de muito mau gosto e jamais a teria usado. O Professor D'Incao, que esteve presente durante todo o encontro, intercedeu a meu favor dizendo que sempre fui um bom aluno e como professor e pesquisador sempre cumpri com minhas obrigações, e que não tinha conhecimento de nada que desabonasse minha conduta. [...] Assim, resolveu fazer essa troca e levar o projeto lá para o Campus Carreiros. A primeira coisa que foi construída na Universidade foi a base oceanográfica atlântica, e na época tinha muita gente que criticava, mas essa expressão eu nunca usei. Alguém forjou isso para me colocar contra a administração (Idem).

Nas situações referentes aos professores do curso de Oceanologia, observa-se o controle sobre os recursos orçamentários como motivador especial para repreender os docentes por parte da administração.

4.6 Os Resquícios permanecem: o pós-expurgo

Constatou-se nas seções anteriores que os expurgos de docentes na FURG estiveram calcados majoritariamente em conflitos e em divergências político-administrativas. Essas eram fruto de ações orientadas direta ou indiretamente pelo

bloco dominante, com vistas à preservação de sua dominação. Em outros casos, em função da correlação de forças, dos conflitos entre grupos e indivíduos e da busca por poder no interior da Universidade.

Nesta seção do trabalho, aborda-se o período pós-expurgo. Parte-se do pressuposto que os docentes, após viverem a experiência traumática de serem demitidos sumariamente da FURG, precisaram se readaptar à dinâmica social vigente. Procura-se, então, entender como estes profissionais lidaram com este momento, considerando que as marcas das práticas autoritárias exercidas durante a ditadura civil-militar brasileira estão presentes até hoje na nossa sociedade.

Com o decorrer das quatro entrevistas, percebeu-se a dificuldade dos docentes em falar sobre o assunto. “É um grande exercício buscar na memória essas recordações, pois elas nos remetem a uma época complicada das nossas vidas” (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal). Os jovens profissionais tinham na FURG um desafio:

O fato de ter organizado toda minha perspectiva em Rio Grande e de ter ciência da importância da FURG no desenvolvimento regional ministrar aulas na Universidade era um desafio profissional interessantíssimo para qualquer profissional, ainda mais com interesse para a área educacional. Eu, como a maioria dos meus colegas estávamos dispostos a trabalhar pela nossa Universidade. Questionar por melhorias e democracia interna, fazia parte da busca por uma Universidade melhor. Afinal este objetivo está de acordo com a perspectiva de instituição de ensino que tenho até hoje (Idem).

Outro professor relata que:

Foi uma coisa muito traumática para mim e continua sendo até hoje. Um assunto difícil de falar e de ser tratado, quando a gente aos 24 anos terminando um curso de graduação, na época pelas exigências postas, não se tinha essa colocação de ir diretamente ao mestrado ou doutorado, muito feliz eu fiquei com o ingresso na FURG em 1975, ano seguinte a minha finalização do curso de graduação. Um ingresso na FURG por um concurso público, resumindo: desenvolvi aqui, comecei a continuidade da graduação tentava transformar em realidade os sonhos desenvolvidos no tempo da graduação. Então o rompimento desses sonhos tanto no ensino, no início da pesquisa por um posicionamento autocrata de um, de um gestor de uma Universidade. Então os sonhos foram quebrados (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

A trajetória dos professores descrita através das entrevistas demonstra o quanto foi marcante o expurgo. Em linhas gerais, este fato ocasionou um trauma

vivenciado por todos no que tange à perspectiva de prosseguir os estudos. Os docentes, com o rompimento brusco de sua condição de ministrar disciplinas na instituição, tiveram que buscar outras alternativas de trabalho. Eles deram novos rumos as suas vidas a partir das possibilidades e viabilidades daquele período.

De um lado estão dois colaboradores vinculados à Oceanologia, naquela época profissão nova, com poucas oportunidades de emprego, seja no campo acadêmico, seja no mercado propriamente dito. Logo, eles se obrigaram a buscar novos meios de sustento, o que gerou uma situação traumática, bastante perceptível nos relatos. De outro, estão dois médicos que tiveram que se reestabelecer em sua profissão, motivo pelo qual largaram definitivamente a carreira da docência. O Professor 3 expõe seu desabafo:

Reorganizar a vida depois de uma demissão nunca é algo tranquilo. Embora essa tenha sido minha única experiência neste sentido, ele é um argumento que pode ser generalizado. O que me restou no momento foi ir em busca de novas possibilidades (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal).

Os prejuízos emocionais e na carreira decorrentes do expurgo são vários. A dificuldade de encontrar um novo emprego foi marcante para estes profissionais:

Claro, eu até poderia ter feito outras coisas, mas aí a gente tem que levar em consideração um fator que eu acho também muito importante: dentro do curso de Oceanologia ficaram resquícios daquela época que eu senti na minha volta. Eu sei que teve outros setores da Universidade que o pessoal se adaptou com muito maior facilidade (PROFESSOR 2, 2011, informação verbal).

O professor segue:

Reconstituí de uma maneira sofrível porque Oceanologia nessa época não tinha mercado de trabalho ou era muito incipiente era muito pequeno, e eu tive que largar a Oceanologia praticamente para conseguir sobreviver, já constituía família, já tinha filho e tive que desviar da minha função acadêmica por uma questão de sobrevivência. Nessa sobrevivência ela foi traumática porque a minha preparação não tinha sido para enfrentar esse tipo de situação que eu estava enfrentando e os reflexos eles foram longos e até hoje ainda tem alguns desses. Meu período que eu tive que sobreviver de uma maneira não programada, não planejada por mim, simplesmente imposta por toda essa situação, e depois felizmente ou infelizmente retornei pela anistia que também até agora não me reconheceu plenamente, completamente como um anistiado, não fez todas as reparações que deveriam ter sido feitas porque judicialmente na época não consegui entrar porque o advogado que escolhi na época, acredito que por um acerto com o

Reitor ele deixou prescrever a minha e outras ações por interesses particulares (PROFESSOR1, 2011, informação verbal).

Com o passar dos anos um sentimento contraditório foi crescendo nos docentes. Mesmo restabelecendo suas vidas, eles ainda guardam lembranças de dificuldades e de tempos tristes. No geral, fora o prejuízo financeiro de ter ficado 10 anos fora da instituição, o que mais marca é a dificuldade de continuar uma perspectiva acadêmica:

É difícil dizer, trauma eu não sei se seria um trauma, eu fiquei, eu tive, uma coisa assim que é marcante no meu caso específico que eu estava com tudo pronto para em 1977 ir fazer um mestrado no exterior. Eu não tinha bolsa ainda não tinha conseguido, mas eu tinha até tomado a decisão de ir mesmo sem bolsa, mesmo que eu não conseguisse a bolsa eu iria correr atrás. Eu tinha as cartas lá me aceitando tudo. Então isso foi um prejuízo que eu tive, que eu não consegui recuperar mais, inclusive quando eu voltei me colocaram em uma outra área, se eu tivesse talvez voltado para aquela mesma área talvez eu até poderia ter retomado isso ai, ter, não sei se teria condições de sair a essa altura da vida, já cheio de filhos para ir para o exterior ou sabe aonde, eu poderia ter feito aqui. Mas como eu fui para uma área onde não tem no Brasil possibilidade de uma pós-graduação eu acabei não fazendo e isso me prejudicou sensivelmente (PROFESSOR 2, 2011, informação verbal).

O Professor 1 descreve:

Quando eu me afastei da Oceanologia tinha muito pouco mercado de trabalho, e eu tive que lutar pra sobreviver, nessa luta para sobrevivência. Eu constituí família, me afastei da academia e além de ter tido os sonhos rompidos como eu já disse quando fui posto para rua. Com o afastamento me impediram a continuidade na minha vida acadêmica porque quando retornei já era 10 anos mais velho com outra situação, filhos pequenos. Se fizesse pós-graduação aqui na FURG teria como professor muitos dos que poderia chamar de inimigos, que ajudaram a me botar na rua ou teria que pedir licença pra eles pra desenvolver fora uma pós-graduação. Então me sinto injustiçado, prejudicado em vários momentos, primeiro por ter sido posto para rua sem justa causa, sem nada, segundo do reingresso não ter me possibilitado, não ter me permitido a minha ascendência acadêmica (PROFESSOR 1, 2010, informação verbal).

Nesse sentido, sequer a Anistia foi suficiente para que esses docentes pudessem recompor suas vidas. O fato de ter o direito de retornar à Universidade, mesmo que possibilitasse novamente a perspectiva acadêmica, gerou um certo constrangimento para aqueles que optaram por voltar, pois, como descrevem os professores, permaneceram constantes as dificuldades de conviver com o passado ainda presente em suas memórias. Além disso, é necessário considerar o fato de no

âmbito da FURG parecia que nada tinha acontecido, o que incomodou muito aqueles que vivenciaram as consequências do processo.

No retorno, os docentes passaram pelo crivo das comissões internas e nacionais de Anistia. Como relata o Professor 1 (2011, informação verbal) sobre a homenagem que recebeu da Comissão Nacional de Anistia em 2009⁵:

O Estado reconheceu e pediu perdão, mas infelizmente eu não consigo achar essa atitude suficiente. Ainda dói muito, ver muitos daqueles que participaram colaborando indiretamente ou diretamente com a ditadura, ainda impunes e seguindo seu dia-a-dia como se nada tivesse ocorrido ali, no meu próprio local de trabalho, os ver fazendo de conta que ninguém foi prejudicado com aquilo tudo é um sentimento muito perturbador.

Neste sentido, a anistia não se tratava da busca por reparação dos danos causados ou por reconhecimento pelo ocorrido. Ao contrário, era uma medida limitada da lógica decorrente do processo de abertura. Os docentes da FURG apresentaram sua defesa em conjunto. Com base nos relatos, a volta à Universidade não foi difícil do ponto de vista administrativo. Entretanto, também ficou longe de ser um reconhecimento pelos acontecimentos. Como descreve o Professor 3:

O retorno foi um movimento ao natural. Quando fui chamado para procurar a Comissão Interna de Anistia da Universidade. Vários de meus contemporâneos já estavam envolvidos no processo. O que em certa medida facilitou meu ingresso na luta pelo retorno. Ao longo dos anos meu sentimento de ter sido injustiçado foi diminuindo, mas as marcas ainda permanecem. Ainda encontro dificuldades em tratar do assunto e meu retorno pela Anistia não foi suficiente para apagar da minha memória aquele período (PROFESSOR 3, 2010, informação verbal).

As pessoas que permanecem em cargos administrativos da FURG no pós-golpe de 1964 demonstram, por meio das relações familiares, um movimento estratégico de uma elite tradicional. Essa se beneficiou não somente com a ditadura, mas também com o fim desta, pois se mantiveram no poder. Enquanto isso, os que sofreram com as consequências da política autoritária assemelharam-se a “cidadãos invisíveis”. Em decorrência disso, com a abertura democrática, os docentes voltaram a seus postos e tudo transcorreu como se nada tivesse acontecido. Uma espécie de

⁵ O evento ocorreu na 31ª Sessão de Julgamento da Caravana da Anistia, em 04 nov. 2009, na Universidade Católica de Pelotas.

sinistro “pacto de silêncio” das Forças Armadas, semelhante em toda a região, contribui, sistematicamente, até hoje, para bloquear a luta da busca pela verdade (PADRÓS, 2009, p. 34). Assim o Professor 1 descreve que:

Infelizmente o tempo faz com que a nossa memória em alguns aspectos fique meia nebulosa, o desconforto, o desgaste, o sofrimento que nos fez tudo isso continua presente, para relatar exatamente o que aconteceu com os médicos teria que buscar alguns documentos que me informasse, agora eu acho que é bem claro que 7 pessoas que foram contratadas para uma Universidade de conduta inquestionável profissional, terem sido dispensadas sem justa causa. Isso é um fato, todos foram dispensados sem justa causa, eu fui dispensado sem justa causa, e esses 7 médicos também foram, todos os colegas foram dispensados sem justa causa, pessoas que não tem nenhum comprometimento profissional serem dispensadas sem justa causa de uma Universidade eu acho que isso é um fato mais do que relevante. Infelizmente na época quem teve uma divulgação na imprensa foram os médicos, até porque a profissão na época de 1977 a profissão de oceanólogo era muito incipiente, nós estávamos no terceiro ano de formados, não tinha um reflexo na sociedade (PROFESSOR 1, 2011, informação verbal).

A adaptação para os professores da Oceanologia não ocorreu de uma forma fácil, como aponta o Professor 2 (2011, informação verbal): “eu nunca ouvi assim uma manifestação explícita de que não era bem vindo, ou de que não queriam que fizesse isso ou não queriam que fizesse aquilo, mas inclusive nunca fui convidado para nada pelos demais colegas”. Esta dificuldade é compreensível e está diretamente ligada à dificuldade, encontrada pelos docentes, em se relacionar com muitos dos quais participaram indiretamente e diretamente do seu expurgo.

Os depoimentos sobre o período pós-expurgos apresentam uma carga de tristeza muito significativa. Em geral, os professores tinham posicionamentos políticos-administrativos e assim contrapunham-se à Reitoria. Um delito, o qual tinha relação com o pensar progressista da Universidade, fez com que alguns desistissem de vez da carreira acadêmica. Já outros, retornaram a Universidade, mas se sentem mal naquele que era para ser o ambiente com que sonhavam trabalhar.

Conclusão

A dissertação versou sobre o processo de expurgo de docentes, ocorrido na FURG, em plena vigência da ditadura civil-militar, mais especificamente, o caso de 14 docentes pertencentes a dois departamentos (o de Oceanologia e o de Medicina Interna), os quais compuseram a listagem dos primeiros anistiados da instituição, em 1987. Buscou-se identificar os elementos político-institucionais que delinearam este processo de expurgo, tendo como objetivos específicos: (1) entender o significado político-ideológico do expurgo de docentes na trajetória da FURG; (2) compreender a relação entre o Estado ditatorial e o ensino superior público brasileiro, a partir da especificidade da FURG; e (3) identificar a experiência de vida dos docentes expurgados na FURG após tal fato.

Além de informações e análises bibliográficas, que foram utilizadas para caracterizar a Doutrina da Segurança Nacional, a intervenção da ditadura civil-militar no ensino superior, o município de Rio Grande e o processo de formação e de constituição da FURG, a pesquisa esteve calcada em fontes orais – entrevistas com quatro dos docentes expurgados – e documentos da própria Universidade que narram ou permitem reconstruir, bem como refletir sobre, uma rotina autoritária que redundou no afastamento sumário de vários professores.

Observou-se que a produção historiográfica sobre o processo de criação e consolidação da FURG não faz nenhum tipo de menção à colaboração entre a FURG e outras instituições de ensino superior. Os expurgos ocorridos na Universidade também não são citados. Isso, ao longo da trajetória de pesquisa, pareceu ser um ponto de consenso com o interesse por parte dos beneficiados com a ditadura em neutralizar o passado recente. O movimento no sentido de

“acomodar”, ou melhor, realocar por meio da anistia os docentes expurgados, está inserido no cerne da questão da ruptura com continuidade.

Os docentes no seu retorno constituíram um grupo especialmente visado. Estes professores foram, em certa medida, silenciados com a Lei de Anistia. Ao voltarem ao ambiente do qual só saíram por forças maiores são obrigados a adaptar-se ao trabalho com muitos dos que se favoreceram do regime ou até mesmo dos que lhe repreenderam durante o contexto. Nesta lógica, os docentes até hoje vivem sob a injustiça.

Contribuir em parte para a compreensão da versão dos atores políticos que normalmente são pouco enfatizados foi uma das intenções amplas deste trabalho. Não foi pretensão do estudo esgotar o assunto, mas sim colaborar para que novas pesquisas abordem reflexões sobre o período ditatorial na cidade de Rio Grande, pois esta temática tem recebido muito pouca atenção pelos pesquisadores locais.

Por entender a importância de trabalhos sobre este período conturbado da História do Brasil, é imprescindível que, pelo menos, cientistas sociais, historiadores e demais pesquisadores vinculados à temática também possam ter acesso a tais documentos, sem o que se avançará de forma limitada no assunto. Espera-se ter contribuído de algum modo com a ampliação do conhecimento acerca do passado recente do Brasil e, particularmente do Rio Grande do Sul, através da descoberta de informações novas sobre os processos de expurgos e práticas autoritárias na FURG.

Ao longo do estudo, compreendeu-se que, além das dificuldades internalizadas dos intelectuais apresentadas por Sartre, na experiência prática dos docentes expurgados durante a ditadura, há uma interessante contradição. Esta refere-se ao posicionamento contrário aos interesses do Estado repressor, por parte de um grupo de funcionários do próprio Estado, tendo como consequência as práticas do autoritarismo.

Professores jovens que, ao mesmo tempo em que visavam a construir uma instituição importante regionalmente em sua cidade natal, voltam-se contra a administração desta para combater práticas autoritárias e equivocadas de direção. Desta forma, para explicar as diversas manifestações do Estado e o uso deste como aparelho de dominação de classe ou grupos sociais, o trabalho buscou debater algumas categorias utilizadas por Antonio Gramsci. Essas definições foram

necessárias para entender as relações dos atores sociais em suas diferentes manifestações.

Os resultados da pesquisa permitem concluir que no cerne da sociedade, as contradições aparecem cada vez mais intensas. Desse modo, muitos professores, mesmo inseridos na estrutura do Estado, adotaram posicionamentos críticos ou até mesmo conflituosos com os interesses do poder. Os docentes expurgados, mesmo não assumindo uma postura orgânica de combate à ditadura, são intelectuais por ofício. Destaca-se a existência de dois tipos: intelectuais conectados com classes dominantes; e aqueles cuja reflexão é encaminhada às classes menos favorecidas, considerando ser essa opção o diferenciador em sua atuação política.

O estudo identificou que algumas atividades em grupo, movimentos ou posicionamentos internos polêmicos, juntamente à discussão de soluções para problemas normais do cotidiano da Universidade, causava desconforto na administração da instituição. As pautas polêmicas por meio da rede de colaboradores chegavam ao conhecimento da Reitoria, pois na FURG ocorria um centralismo de informações.

Ao conhecer a documentação administrativa e os relatos dos docentes entende-se que na Universidade em questão, quem manifestava incompatibilidade com as práticas autoritárias dentro dos cursos corria sério risco de ser expurgado e em muitos casos isso acabou ocorrendo. Além disso, depois de expurgado, era proibido voltar à instituição para estabelecer qualquer tipo de contato com outros docentes.

Os depoimentos dos professores expurgados oferecem material para a confirmação e confronto de informações das documentações. Destaca-se que, neste sentido, a História Oral como técnica permitiu ao trabalho suprir lacunas importantes da História da FURG. Saliendo, ainda, que as pesquisas que estudam fenômenos políticos, ao privilegiar a versão de pessoas envolvidas, utilizando-se da oralidade, conseguem uma abordagem com subsídios dos atores que participaram do processo e que a História institucional oficial até hoje não fez menção.

Com o trabalho foi possível compreender que as práticas autoritárias – as quais em outras instituições de ensino superior deram origem ao expurgo de docentes devido ao posicionamento ideológico e à militância deles em outras –, na FURG funcionavam inicialmente como forma de repreender o docente. Além disso,

se ele não se comprometesse com os interesses da administração a consequência seria sua demissão. Portanto, na FURG o debate pelo poder político interno foi o principal elemento motivador dos expurgos. A administração institucional, amparada por um regime autoritário, utilizou-se dos mecanismos existentes para coagir e repreender seus oponentes nas mais diversificadas questões.

No caso específico dos professores, as atribuições não se restringiam a dar boas aulas e a desenvolver pesquisas para favorecimento da sociedade. Além disso, aqueles que não participassem da lógica interna ou que tomassem uma posição contrária ao interesse da Reitoria eram vistos com desconfiança e como elementos perniciosos ao bom funcionamento da instituição, logo sofreriam as consequências de práticas notórias de coerção legal.

Por meio das entrevistas, a pesquisa conseguiu entender a forma como ocorriam às relações de poder dentro da instituição. O Reitor Eurípedes Falcão Vieira, amparado pelo regime ditatorial, proporcionava no cerne da instituição um impressionante grau de controle sobre a conduta dos docentes. Verifica-se que, em decorrência disto, a versão de um docente expurgado constitui-se como de extrema relevância. Assim, a descrição das posições e dos comportamentos dos professores na época corrobora para a compreensão das práticas autoritárias no âmbito da Universidade, o que até então nunca tinham sido abordado.

Percebe-se que as relações entre a ditadura e o ensino superior, no caso de Rio Grande, ainda assim foram muito contraditórias. Mesmo considerando positiva a criação de uma Universidade federal no município, sabe-se que o desenvolvimento institucional da FURG ocorreu de forma conectada ao regime. Esse investiu na cidade do Rio Grande, mas também em atrocidades dentro e fora do contexto universitário, apenas para garantir sua manutenção no poder.

É bom que se diga, portanto, que os docentes que foram inicialmente perseguidos nem precisavam realizar algo de concreto contra o regime ou a administração, bastava não apoiar diretamente ou manifestar algum descontentamento ou opinião divergente sem maiores implicações, como uma manifestação em reunião de departamento ou um comentário nos corredores da instituição, para que corressem riscos e, de uma hora para outra, fossem atingidos por algum tipo de repressão, nela incluída o expurgo. Nesse sentido, os expurgados sequer possuíam militância em algum partido ou organização política, tampouco

atuavam em associação ou sindicato da classe docente, o qual, aliás, não existia na FURG nesse momento. A característica comum dos docentes era combater os desmandos, a falta de estrutura e as práticas de repreensão na estrutura interna de seus departamentos.

Com a abordagem de fontes pouco exploradas ou menos desconhecidas entende-se que estes anos de pesquisa terão se justificado plenamente se tiverem ajudado, mesmo que minimamente, na ampliação do conhecimento sobre as formas contemporâneas de dominação de classe, via coerção. A continuidade deste grupo político na influência sobre os rumos locais pode ser comprovada pela eleição de Alberto Meirelles Leite, Sub-Reitor de Assuntos Administrativos da FURG na gestão de Eurípedes Falcão Vieira, para Prefeito Municipal em 1992, concorrendo pelo PSDB. Este fato mostra que o grupo manteve força mesmo com o fim da ditadura.

Os objetivos do trabalho, embora reconhecendo as sempre presentes limitações, a partir do que foi exposto no decorrer dos capítulos foram alcançados e ressaltam a importância deste estudo. Cada trajetória ou documento exposto neste trabalho para a reflexão tem o intuito de ser mais um pedaço do grande quebra-cabeças que é a História da ditadura civil-militar em Rio Grande. Por fim, cabe apresentar alguns elementos que consigam expressar o que buscou representar este estudo.

A contribuição do trabalho tem ligação direta na necessidade do direito à justiça para os atingidos nas mais diversas formas pela ditadura. O pesquisador se apropria desta opção de militância política e torna-se mais um na luta do movimento pela abertura dos documentos referentes ao pós-1964 e do direito a verdade. Luta esta diretamente relacionada ao interesse de que atrocidades como as que ocorreram no país nunca mais aconteçam. Embora, o estudo apresente no seu decorrer limitações, especialmente no que tange às dificuldades referentes à colaboração dos professores, que em alguns casos desistiram de contribuir com a pesquisa, entende-se que esta dissertação cumpriu o seu papel.

As decorrências históricas das medidas repressivas da ditadura dentro e fora da Universidade estão presentes até hoje. Assim, o obstáculo em abordar o tema é algo presente na vida dos docentes expurgados, seja na dificuldade dos professores em se reenquadrarem na estrutura interna, seja na busca constante por

justiça e verdade ou até mesmo em deparar-se na presença de muitos daqueles que se beneficiaram com a ditadura.

Assim, buscar no passado elementos para compreensão do presente é uma das maiores contribuições da História. Por fim, considera-se que o debate sobre a ditadura em Rio Grande e os expurgos no estudo apresentados permanece aberto a novas interpretações. Se este trabalho conseguiu colaborar neste sentido, terá logrado êxito em sua primordial intenção.

Referências

1. Artigos, livros, dissertações e teses

ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ADUFRGS. **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. Porto Alegre: L&PM, 1979.

ADUSP. **O Livro negro da USP**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALBERTI, Verena. **História oral a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALVES, Márcia Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1985)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 4ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasquez. **No Interior... Ditadura militar e ensino superior (FAFI/UNESP): memórias sobre a intervenção na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto**. 2009. 252f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: o DOPS e a repressão no Rio Grande do Sul. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Org.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. De Jango, de Sílvio Tendler, aos dias de hoje: uma atualização do debate sobre a morte do ex-presidente João Goulart In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2009.

BILLA, Francisco Antônio Camargo. **Rio Grande, 1964: a perspectiva do Capitão Athaydes Rodrigues**. 2001. Monografia (Especialização em Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

BORGES FILHO, Nilson. **Os Militares no Poder**. São Paulo: Acadêmica, 1994

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARRION, Raul. A Ditadura não foi uma criação de “homens maus” In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2009.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo. Autonomia militar e construção da potência In: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo et al. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979)**. 2005. 239f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia. Salvador, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacir de. **O Golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

D'ARAUJO, Maria Celina. Justiça militar, segurança nacional e tribunais de exceção. **Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS**. GT08 - Forças Armadas, Estado e sociedade. Caxambu, out. 2006.

DIAS, Maurício. O Crime foi pensar. **Istoé**. São Paulo, 1978, p. 26-31.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIA, Cátia. Radicalizando a repressão: a legislação da ditadura brasileira (1964-1979). **Boletim tempo presente (UFRJ)**. Rio de Janeiro, v.33, 2009.

FERNANDES, Ananda Simões. A reação da imprensa alternativa à censura durante os “anos de chumbo” (1969-1974): o caso do semanário *O Pasquim* In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Org.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FERNANDES, Eliana da Fonseca. **Pedagogia amordaçada: uma ruptura na rede da vida**. 2005. 240f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo; BITTAR, Marisa. A Ditadura militar e a proletarização dos professores. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v.27, n.97, 2006.

FICO, Carlos. **Além do golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam** –os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e policiapolítica. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURG. **História**. Disponível em: www.furg.br. Acesso em: 24 nov. 2010.

GERMANO, José Willinton. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1992.

GIANNOTTI, José Arthur. O Contexto e os intelectuais In: Idem. **Exercícios de Filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **História contemporânea da América Latina: 1960-1990**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

KANTORSKI, Leonardo Prado. **O Controle ideológico do movimento estudantil na ditadura civil-militar brasileira: registros do DCE-FURG (1972-1977)**. 2008. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande.

KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

KONRAD, Diorge. Márcio Moreira Alves: memória histórica contra 1964. **Portal Vermelho**. 14 abr. 2009. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2185&id_coluna=14. Acesso em: 22 nov. 2010.

LEMPEK, Renato Tubino. Seis anos sem Cid. **Bom dia Comunidade**. Rio Grande, 14 fev. 2005. Disponível em: <http://www.bomdiacomunidade.com.br>. Acesso em: 21 nov. 2008.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: UFPel/Unitrabalho, 2001.

MARTINS, César Augusto. Ávila. Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande-RS, Brasil. **Scripta Nova– Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 331 (30), 1 ago. 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-30.htm>. Acesso em: 06 jan. 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. Campinas: Papirus, 1987.

MANSAN, Jaime Valim. **Os Expurgos na UFRGS: afastamento sumário de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. 2009. 319f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia. **História do Brasil recente(1964-1992)**. São Paulo: Ática, 2004.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. **Cadernos do CERU**. São Paulo, n.5, série 2, p. 52-60, 1994.

MINTO, Lalo Watanabe. **O Público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90**. 2005. 295f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MORAES, João Quartim de. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

_____. A Mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**. São Paulo, v.1, n.2, jan.-jun. 1989.

_____. 1968: Mobilização democrática e luta armada no Brasil. **Revista Juventude.br**. São Paulo, CEMJ, v.3, n.5, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O Golpe de 1964: testemunhas de uma geração In. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, Marcio Vieira. **O Jornal “O Peixeiro” e a ditadura militar**. 2001. Monografia (Especialização em Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar**. 2005. 850p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. América Latina: ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História & Luta de Classes**. n.4, jul. 2007.

_____. História do Tempo Presente, ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.1, n.1, p. 30-45, 2009.

_____. Usos da memória e do esquecimento na História. **Revista Literatura e Autoritarismo (Online)**. Santa Maria, n.4, 2004. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/ass02/pag01.html>. Acesso em: 12 fev. 2011.

PELLEJERO, Nadja Karin. **Direitos sociais e ações coletivas nas múltiplas escalas entre o local e o global: a luta pela moradia no município de Rio Grande/RS**.2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

PINTO, Paulo Sergio Mansija. **O Perfil da Cultura Política da cidade do Rio Grande em 2008**.2009. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

PIRES, Pierre André Garcia. **O Resgate histórico da Fundação Universidade Federal do Rio Grande na década de 1970: um estudo no Núcleo de Memória da FURG**. Rio Grande, 2001. Monografia (Especialização em Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

PORTELLI, Alessandro. O Momento da Minha Vida: Funções do Tempo na História Oral In: Idem. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

_____. Tentando aprender um pouquinho – algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo, n.15, abr. 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do indizível ao dizível. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v.39, n.3, mar.1987.

RAMOS, Murilo Cesar. **Sonho e realidade – o movimento docente na Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 1994.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; NEVES, Lucilia de Almeida (org.). **Universidade Federal de Minas Gerais - memória de reitores (1961-1990)**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

REZENDE, Maria José. **A Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**.Londrina: UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**.São Paulo: Unesp, 1993.

REIS, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro**.São Paulo: Brasiliense, 1990.

SALMERON, Roberto A. **Universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. Brasília: UnB, 1999.

SAN SEGUNDO, Mario Augusto Correia. **Protesto operário, repressão policial e Anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)**.2009. 223f.Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos intelectuais**.São Paulo: Ática, 1994.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

THOMPSON, Edward Palmer.**A Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Altrusser**. Rio de Janeiro: Zahar: 1978.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, n.47, p. 29-60, 2004.

TORRES, Luiz Henrique. Movimentos Populares em Rio Grande na década de 1950. **Biblos (Rio Grande)**. Rio Grande, n.24, 2010.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. Prefácio In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, 2009.

WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil In: Idem; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

2. Documentos oficiais e legislação

ARGENTINA. Consulado General de la República Argentina. **Certificado de Antecedentes**nº 3797/77. Porto Alegre, 28 out. 1977. FURG/Acervo Geral.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 38, de 04 de abril de 1935**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. **Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1953**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-republicacao-45847-pl.html>. Acesso em: 15 mar. 2011.

_____. **Decreto-Lei nº 477, de 26 fevereiro de 1969**. Disponível em: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_14.htm. Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. Decreto-Lei nº774, de 20 agosto de 1969 In: FURG. Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. **RH Informativo**. Rio Grande, n. 239, ago. 2009. Disponível em: http://www.sarh.furg.br/arquivos/rh_informativo/rh_239.pdf. Acesso em: 25 nov. 2010.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança Interna. **Ofício nº 0016/1862/77/SICI/2/DSI/MEC/BSB**. Brasília, 18 mar. 1977. FURG/Acervo Geral.

_____. **Ofício nº 012/7955/76/SICI/1/DSI/MEC/78**. Brasília, 17 fev. 1978. FURG/Acervo Geral.

_____. **Ofício nº 059/7955/76/SCCI/1/DSI/MEC/78**. Brasília, 08 abr. 1978. FURG/Acervo Geral.

_____. Ministério da Justiça. Despachos do Ministro Jorge Bornhausen. **Diário Oficial da União**. Brasília, 03 jun. 1987, p.12.

_____. Ministério do Exército. **Informação nº 55 E/2 (confidencial)**. Rio Grande, 05 nov. 1976. FURG/Acervo Geral.

COMISSÃO NACIONAL DE ANISTIA. **Carta**. Rio Grande. 06 nov. 1986. FURG/Acervo Geral.

FUNDAÇÃO CIDADE DO RIO GRANDE. Estatuto aprovado pelo Ministério Público. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 19 set. 1953, p.33.

FURG. Centro de Ciências Humanas e Sociais. **Ofício nº 179/75**. Rio Grande, 28 jul. 1975. FURG/Acervo Geral.

_____. Comissão de Anistia. **Depoimento**. Rio Grande, 1987. FURG/Acervo Geral.

FURG. Gabinete do Reitor. **Portaria nº 250/73**, 17 dez. 1973. FURG/Acervo Geral.

_____. **Portaria nº 10/74**, 10 jan. 1974. FURG/Acervo Geral.

_____. **Portaria nº 11/74**, 10 jan. 1974. FURG/Acervo Geral.

_____. **Portaria nº 14/74**, 10 jan. 1974. FURG/Acervo Geral.

_____. **Portaria nº 15/74**, 10 jan. 1974. FURG/Acervo Geral.

_____. **Portaria nº 16/74**, 10 jan. 1974. FURG/Acervo Geral.

_____. **Ofício nº 294/76**. Rio Grande, 08 set. 1976. FURG/Acervo Geral.

_____. **Memorandonº93/73 (Confidencial)**. Rio Grande, 05 out. 1973. FURG/Acervo Geral.

_____. **Memorando nº 43/78**. Rio Grande, 01 ago. 1978. FURG/Acervo Geral.

_____. Sub-Reitoria para Assuntos Administrativos. **Memorando nº 145/77**. Rio Grande, 15 fev. 1977. FURG/Acervo Geral.

_____. Superintendência de Administração de Pessoas. **Ofício nº 261/86**. Rio Grande, 08 set. 1986. FURG/Acervo Geral.

_____. Departamento de Medicina Interna. **Ofício nº 176/74**. Rio Grande, 20 maio 1974. FURG/Acervo Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Ofício nº288/71**.Rio Grande, 09 nov. 1971. Arquivo DCE-FURG.

3. Periódicos

DIÁRIO POPULAR. **Fundação Universidade do Rio Grande**. Pelotas. 06 set. 1970,s/p. FURG/Acervo Geral.

_____. **Eurípides e Lages os escolhidos**. Pelotas. 14 nov. 1972, s/p. FURG/AcervoGeraI.

_____. **Novo Reitor e universidade reformulada**. Pelotas. 20 nov. 1972, s/p. FURG/Acervo Geral.

_____. **Novos diretores dos centros de pesquisa**. Pelotas. 20 dez. 1972, s/p. FURG/Acervo Geral.

_____. **Universidade de Rio Grande: povo na rua para manifestar regozijo**. Pelotas. 21 ago. 1969, s/p. FURG/Acervo Geral.

O GLOBO. **Universidade nova no RS**. Rio de Janeiro. 26 dez. 1969, s/p. FURG/Acervo Geral.

REVISTA NOSSA GENTE. **Um Sonho concretizado: a construção da Faculdade de Medicina**. Rio Grande, n.158, mar.-abr. 2003.

REVISTA IPIRANGA. **Fundação Cidade do Rio Grande**. Rio Grande, n.48, 1967.

RIO GRANDE. **Criadas em Rio Grande as Operações “Limpeza” e “Gaiola”**. Rio Grande. 07 abr. 1964, p.1.

_____. **Operações limpeza e gaiola continuam em ritmo intenso**.Rio Grande. 08 maio 1964, p.2.

_____.**Editorial**.Rio Grande. 21 jan. 1969, p.2.

ZERO HORA. **Universidade em Rio Grande**. Porto Alegre. 22 ago. 1969, s/p. FURG/Acervo Geral.

_____. **Professores de Rio Grande já romperam com a reitoria**. Porto Alegre. 28 abr. 1974, s/p. FURG/Acervo Geral.

4. Entrevistas e depoimentos

COSTA, Ari. Entrevista concedida a Maria Amélia Silva. NDH-UFPel. 1992.

PROFESSOR1. Sobre sua trajetória docente e pós-expurgo. Rio Grande, 2011. Entrevista concedida a Leonardo Prado Kantorski.

PROFESSOR1. Sobre sua trajetória docente. Rio Grande, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Prado Kantorski.

PROFESSOR 2. Relato escrito sobre sua trajetória docente. Rio Grande, 2008.

PROFESSOR 2. Sobre sua trajetória docente e pós-expurgo. Rio Grande, 2010. Entrevista concedida a Leonardo Prado Kantorski.

PROFESSOR 3. Sobre sua trajetória docente e divergências na Medicina Interna. Rio Grande, 2011. Entrevista concedida a Leonardo Prado Kantorski.

PROFESSOR 4. Sobre sua trajetória docente e divergências na Medicina Interna. Rio Grande, 2011. Entrevista concedida a Leonardo Prado Kantorski.

SILVA, Carmen Duarte da. Entrevista concedida a Maria Amélia Silva e Beatriz Ana Loner. NDH-UFPel. 19 de setembro 1992.

Apêndices

Roteiro de Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Formação:

Ano do afastamento sumário:

Participação em alguma organização de caráter político:

O PROCESSO DE EXPURGO:

*Como chegou até a universidade?

*O que o senhor fazia quando foi instaurada a ditadura no Brasil?

*Relate o contexto da época e sua opinião sobre o controle ditatorial em Rio Grande.
Este era perceptível?

*Como era a estrutura administrativa da universidade?

*Quais eram as atividades cotidianas desenvolvidas pelo(a) senhor(a) na FURG?

*O que era permitido no que tange a postura política dentro da FURG?

*Quais os problemas que o Sr. Teve com a administração da FURG que o levaram a seu afastamento? O que aconteceu? Reais motivos?

* O(a) senhor(a) recebia pressões por parte da administração da FURG?

*Em seus últimos dias de FURG o(a) senhor(a) conseguia perceber um tratamento diferenciado a sua postura enquanto professor?

*Relação universidade e ditadura? De que forma ocorria o controle interno?

*Em sua opinião, como seus colegas receberam a notícia de seu afastamento das atividades profissionais? O senhor(a) foi informado de outros casos de cassação?

*Em sua opinião, o(a) senhor(a) foi prejudicado(a) com seu afastamento? Desenvolveu traumas? Como se deu a reivindicação pelo retorno? Como foi sua vida no pós-afastamento?

_____, ____/____/20____

Depoente_____

Pesquisador responsável_____

Cessão de direitos sobre depoimento oral

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, _____, de nacionalidade _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade nº _____, domiciliado e residente na cidade de _____, logradouro _____, nº _____, declaro ceder à pesquisa a ser desenvolvida sobre o expurgo de docentes ocorrido na FURG entre 1969-1977, sem quaisquer restrições quanto aos efeitos patrimoniais ou financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Leonardo Prado Kantorski, mestrando do Programa de Pós- Graduação Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (PPGCS/UFPel), na cidade de _____, em ____ de _____ de 20 ____, com um total de _____ horas gravadas.

O entrevistador Leonardo Prado Kantorski fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar para fins culturais e acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como pode permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor desde que seja preservado o anonimato.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Depoente

OBS:

Anexos



ORGÃO INDEPENDENTE				R\$ 20,00
O DIÁRIO DE MAIOR CIRCULAÇÃO E TIRAGEM DO MUNICÍPIO				
DIRETORES	Dr. de la Rocha Giberto M. C. Cardoso Hugo D. Silveira	RIO GRANDE, 3a. FEIRA 7 DE ABRIL DE 1964	DIRETOR GERENTE Alberto Alves	Nº 95

ACADAS, EM RIO GRANDE, AS OPERAÇÕES «LIMPEZA» E «GAIOLA»

Na noite de domingo, orientada pela Delegacia da Ordem Política e Social, teve início em Rio Grande a chamada «operação limpeza», complementada pela «operação gaiola».

Os policiais, sob as ordens do delegado Evaldo Miranda, deram inúmeras batidas, procurando localizar os líderes vermelhos. Apesar dos nossos esforços não conseguimos apurar os nomes das pessoas detidas pela DOPS mas podemos informar que, ontem, diversas prisões foram realizadas e que as autoridades policiais continuam no encalço de alguns conhecidos agitadores.

Consta que o dr. Carlos Lima Aveline ao tomar conhecimento da fuga de prisão imbuído, conseguiu fugir, encontrando-se em lugar ignorado. A mesma sorte não tiveram outros elementos de destaque do PR ou do PCB que foram localizados e aprisionados.

Durante o dia de ontem foram espalhados diversos boatos pela cidade, alguns deles de conteúdo tendencioso e que visam apenas dificultar a ação dos policiais.

Podemos, ainda, informar que uma comissão integrada por elementos da ADP viajou ontem à tarde para Porto Alegre onde, hoje, entrará em contato com o governador do Estado. Essa comissão vai levar a solidariedade da ADP ricgrandina ao governador e, ao mesmo tempo, oferecer ampla colaboração ao eng. Ildo Meneghetti para o árduo trabalho de reconstrução.

Fomos informados que nos próximos dias o dr. Washington Bal-

lester de Sá Freitas deverá iniciar um processo visando a cassação dos mandatos dos vereadores do PR com assento no Legislativo

Municipal. No Porto Novo foram feitas diversas prisões entre os quais os srs. Enestor Farias de Albernaz e Dinarte Luz

Alves os quais teriam sido levados para bordo do navio hidrográfico «Canopus» que se encontra ao largo servindo de presidio. Outras

prisões foram feitas no recinto portuário mas nossa reportagem não conseguiu apurar os nomes dos detidos.

		Cr\$ 20,00	
ORGÃO INDEPENDENTE O DIÁRIO DE MAIOR CIRCULAÇÃO E TIRAGEM DO MUNICÍPIO			
DIRETORES	Deoliz de la Rocha Gilberto M. C. Cardoso Hugo D. Silveira	RIO GRANDE, 5a. FEIRA 9 DE ABRIL DE 1964	DIRETOR GERENTE Alberto Alves
			Nº 97

Operações «limpeza» e «gaiola» continuam em ritmo intenso

Prossegue em ritmo acelerado a operação «limpeza». Diversas reuniões públicas do governo federal estão sendo do interventor, nomeados pelo Comando Revolucionário. Deverá assumir, ainda, a Inspeção de Defesa local o general Ney Futuro. Por outro lado, a Delegacia Regional do DEPE, que vinha sendo dirigida pelo dr. Eneida Tim, já se encontra sob o controle oficial do Exército. É possível que, nas próximas horas sejam conhecidos os intervenientes nas agências da RONAPE, da Companhia Costeira e do Jôvo Brasileiro. A operação «gaiola», por seu turno, vai sendo avançada. Calcula-se que o «Canopus» já encontra abarrotado de líderes vermes e de agitadores

que atuavam em Rio Grande. Consta que essa belonave deverá zarpar para o Rio de Janeiro e que virá para Rio Grande um navio maior para o qual serão transferidos os presos políticos. Soubemos que desde segunda-feira começaram a dar entrada no Fórum local pedidos de habeas corpus, sendo que o primeiro deles, em favor de Eneitor Farias de Albernaz, foi impetrado pelo dr. Carlos Lima Aveline. Apuramos, também, que os pedidos de habeas corpus estão sendo denegados pois a autoridade responsável pelas prisões é o Exmo. Sr. Ministro da Marinha e as mesmas estão sendo consideradas como de ordem militar. Estamos seguramente informados de que são falsas as notícias

respeito da prisão do comunista em Rio Grande. dr. Carlos Lima Aveline, principal líder continua foragido.

Universidade de Rio Grande: PARA POVO MANIFESTAR NA RUA REGOSIO

O povo vai à rua, às 18 horas de hoje, para manifestar o seu regosio, diante da confirmação ontem recebida e divulgada por este jornal, da notícia sobre a criação da Universidade de Rio Grande.

A iniciativa partiu dos estudantes de escolas de nível superior, agora integrantes da nova Universidade, através dos seus Centros Acadêmicos. Constatou-se a concentração, que se dará no largo da Prefeitura Municipal, onde será enaltecido o trabalho meritório da Fundação Cidade de Rio Grande e de todos os que colaboraram com esta entidade benemérita, para que a Universidade de Rio Grande se concretizasse.

OUTRAS MANIFESTAÇÕES

Como se noticiou na edição de ontem, outras manifestações de regosio serão efetuadas nos próximos dias. Mensagens serão enviadas ao Presidente da República e ao Ministro Tasso Dutra, de agradecimento pela atitude tomada pelo Governo, criando a nova Universidade.

COMUNICAÇÃO

Além daquela comunicação telefônica do Ministro Tasso Dutra ao Prefeito, recebida na tarde de ontem, também o senhor Ministro Tasso Dutra recebeu da Força Receptiva daquele titular um telegrama, com o texto seguinte:

«Prazer comunicar ao meu amigo Exmo. Sr. Presidente da República assinou e eu referendi Decreto Lei autorizando funcionamento Universidade de Rio Grande.

Congratulações efusivas. Tasso Dutra, Ministro da Educação e Cultura.» Disse-nos, ainda, o Presidente de Honra da ARENA local, que o Decreto Lei, pelo qual foi criada a nossa Universidade, tem o número 774, e acrescentou que espera para dentro em breve a visita do Ministro Tasso Dutra a esta cidade, ocasião em que o povo riograndino poderá manifestar o seu apreço, através de

colorosa recepção.

MENSAGEM DA LURE

A Liga Universitária Riograndina de Esportes expediu Mensagem, com o teor seguinte:

«No instante em que o maior desejo do estudante universitário do povo riograndino torna-se realidade a Liga Universitária Riograndina de Esportes vem de público dizer de sua satisfação pela conquista de tão importante e magnifico acontecimento social, econômico e sócio-cultural. O regosio da cidade de Rio Grande que foi a criação da Universidade Federal de Rio Grande. Aos que juntamente

conosco, por ela lutaram, para ela a partir de então trabalharão nossa mensagem jovem otimista de universitários contentes de seus deveres e para com a sociedade e para a pátria brasileira.

Com lamemos aos jovens estudiosos e aos mestres de nossa terra para que o entusiasmo que ora nos caracteriza não seja apenas momentâneo mas que continue nossa mente sempre, a fim de que o objetivo para o qual a Universidade foi criada seja efetivamente alcançado.

Deixamos nesta oportunidade penhorados ao povo de Rio Grande nossos sinceros agradecimentos pelos que nos auxiliaram nesta conquista, e o nosso propósito de permanentemente corresponder aos seus anseios.

A conquista de hoje não é só nossa, mas é a consagração de um povo e de uma terra bendita por Deus. Rio Grande, agosto de 1969.» José Luiz Antonacci Carvalho, secretário geral. Eduardo Aquino Assis, presidente.

UNIVERSIDADE EM RIO GRANDE - ZERO-HORA DE 22/8/69.



RIO GRANDE, (ZH). A criação da Universidade Federal de Rio Grande, e tida como fato consumado. O presidente do Grupo Ipiranga, engenheiro Francisco Martins Bastos, recebeu telegrama do deputado federal Clóvis Pestana, informando que foi criada a Universidade e que o reitor nomeado é o diretor da Escola de Engenharia Industrial, engenheiro Adolpho Pradel. Para vice-reitor, foi nomeado o presidente da Fundação Cidade de Rio Grande, médico Laviera Bessouat Laurino. Aplausos após conhecida a notícia, o diretor de Engenharia foi recebido com aplausos pelos alunos do estabelecimento. Ficou comovido com sua indicação para reger a nova universidade.

Ainda não é conhecida a estrutura da novel instituição, acreditando-se que tenha sido criada com caráter de direito privado. Agrupará as faculdades de Engenharia Industrial, Medicina, Economia, Direito e Filosofia, além da Escola de Belas Artes. Apenas a primeira é federal, sendo as demais, duas municipais e três particulares.

O GLOBO 26/12/69
● UNIVERSIDADE NOVA
NO RS

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — Dia 30 do corrente, no salão nobre da Prefeitura Municipal Riograndina, será lavrada, em solenidade pública, a escritura da "Fundação Universidade do Rio Grande", de acôrdo com o que preceitua o Decreto-lei 774, de 20 de agosto do ano em curso, que criou aquêle estabelecimento de ensino superior.

Na cerimônia, a União estará representada pela Professora Gilda Maciel Correia Meyer Russomano, e a Universidade pelo Reitor Adolfo Gundlach Pradel.

A URG tem como instituidores a Fundação Cidade de Rio Grande, na pessoa de seu presidente, Eng.º Francisco Martins Bastos, a Prefeitura Municipal, representada pelo Prefeito, Ten.-Cel. Cid Scarone Vieira, e a Mitra Diocesana de Pelotas, pelo Bispo Zatter.

O Prof. Roque Aita Júnior será orador oficial da solenidade.

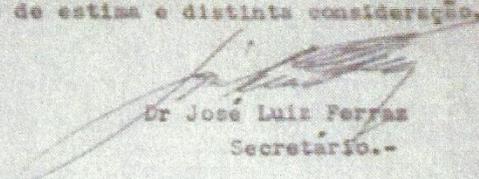
rio Grande, 24 agosto 1970

Of. nº 66/70

SENHOR DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA

Remeto-vos, anexo, conforme solicitação em
v/ofício nº 19/S.O.P.S., de 06 do corrente mês, a relação do
corpo docente e discente desta Faculdade.

Aproveito a oportunidade para apresentar a
V.Sa. os protestos de estima e distinta consideração.


Dr José Luiz Ferraz
Secretário.-

Ao
Ilmo. Sr.
Dr LUIZ G. MAGALDI CARDOSO
MD. Delegado Regional de Polícia
NESTA CIDADE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

Universidade do Rio Grande - RS

EDITAL

Vestibular unificado para 1971

Torno público que o vestibular unificado para 1971 constará das seguintes provas:
— DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS E MATÉRIAS POR ÁREAS DE CONHECIMENTO.

I — ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGIA:

- a — Curso de Engenharia Mecânica: matemática, física, química e conhecimentos gerais;
 - b — Curso de Engenharia Química: matemática, física, química e conhecimentos gerais;
 - c — Curso de Matemática: matemática, física e conhecimentos gerais.
- OBS.: Os programas de física e química serão unificados com os da área de biociências.

II — ÁREA DE BIOCIÊNCIAS:

- a — Curso de Oceanografia: física, química, biologia e conhecimentos gerais;
 - b — Curso de Ciências Biológicas: física, química, biologia e conhecimentos gerais;
 - c — Curso de Medicina: física, química, biologia e conhecimentos gerais.
- OBS.: O Curso de Medicina da área de biociências realizará vestibular integrado através da Fundação Progesa.
Os programas de física e química serão unificados com a área de ciências exatas.

III — ÁREA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS:

- a — Curso de Ciências Econômicas: história do Brasil, geografia do Brasil, matemática e conhecimentos gerais;
- b — Curso de Administração de Empresas: história do Brasil, geografia do Brasil, matemática e conhecimentos gerais;
- c — Curso de Direito: filosofia, história do Brasil, conhecimentos gerais;
- d — Curso de Filosofia: filosofia e conhecimentos gerais;
- e — Curso de Estudos Sociais: geografia do Brasil, história do Brasil e conhecimentos gerais;
- f — Curso de Pedagogia: psicologia e conhecimentos gerais.

OBS.:

- 1 — os cursos de Ciências Econômicas e Administração de Empresas realizarão prova de matemática de acordo com programa específico;
- 2 — a prova de conhecimentos gerais constará de português e uma língua estrangeira (tradução), a ser escolhida pelo candidato entre francês e inglês no instante da inscrição. A prova de português para todas as áreas constará de dissertação sobre tema a ser indicado de comum acordo entre os diversos cursos e conceitos gerais de literatura.

IV — ÁREA DE LETRAS

- a — Curso de Letras: francês ou inglês e conhecimentos gerais.

OBS.: a prova de francês ou inglês será realizada por candidatos que tenham preferência, por uma destas línguas a nível de curso.

OBSERVAÇÃO: o curso de Medicina da área de biociências realizará vestibular integrado através da Fundação Progesa.

— as provas serão realizadas a partir de 1º de fevereiro ressalvadas as disposições superiores;
— a inscrição será a partir da publicação do presente Edital encerrando-se na primeira quinzena de dezembro;

— as inscrições serão aceitas na Secretaria da Universidade do Rio Grande (Caixa Postal 474) — Rio Grande — RS;

— as datas de realização das provas, taxa de inscrições, número de vagas e documentação necessária serão divulgadas oportunamente.

REITORIA DA UNIVERSIDADE, 23 de agosto de 1970.

PROF. ADOLPHO GUNDLACH PRADEL
REITOR

feriado hoje à noite

-21-06-72-

Amanhã é feriado municipal em R. Grande

Amanhã, dia 29 de junho, é feriado municipal em Rio Grande. A data, de São Pedro, é comemorativa para a "Noiva do Mar", que festeja seu padroeiro.

São Pedro é o Primeiro Papa da Igreja, é o padroeiro dos pescadores, é o padroeiro do Estado do Rio Grande do Sul, é o padroeiro da cidade de Rio Grande (o marco da colonização por-

fuguesa no Estado) e é, também, o padroeiro da Diocese de Rio Grande.

Tradicionalmente, dia 29 de junho é feriado em todo o município de Rio Grande. A partir do ano passado, a cidade além de festejar o padroeiro, festeja junto a Semana de Rio Grande, uma vez que ditos festejos passaram de fevereiro (17 de fevereiro de 1737 é a fundação de Rio Grande) para junho.

DO MINISTRO VIRÁ "SINAL VERDE" PARA ESCOLHA DO REITOR DA URG

Caíu em processo de espera a escolha do novo Reitor para a Universidade de Rio Grande, a partir da decisão de que também nas Universidades mantidas por Fundação (como é o caso da local) a escolha do nome constante da lista sextupla seja feita pelo governo federal.

A regulamentação disso (que o DIÁRIO em primeira mão noticiou e fez com que "esfriassem" as escolhas de listas) é que ainda não foi decidida, mas deverá acontecer em breve.

Assim, com a regulamentação, terá sido dado o "sinal verde" para que, no caso de Rio Grande, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, junto com o Conselho Universitário, se reunam e escolham uma lista com doze nomes, sendo seis para Reitor e seis para Vice-Reitor.

Sem o "sinal verde", tudo o que for feito, é intempestivo.

A lista será confeccionada por alguns dos 48 nomes que compoem, como titulares e suplentes, os dois Conselhos mais importantes da Universidade. Vale a pena saber seus nomes:

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Presidente: Prof. Adolfo Gundlach Pradel, Reitor

DIRETORES

Engenharia: Prof. Julio Carlos Reguly — Substituto: Direito: Prof. Gilberto Marcos Centeno Cardoso. Filosofia: Profa. Alair Brandão Almeida. Economia: Prof. Aldo Lapolli. Medicina: Prof. Miguel Riet Corrêa Jr. Biociências: Prof. Manuel Adolpho May Pereira.

REPRESENTANTES: TITULARES

Engenharia: Prof. Marib Alquati. Direito: Prof. João Maranhão C. Lages. Filosofia: Prof. Earle Barros. Economia: Prof. Oriente G. Salomão. Hias: Medicina: Ailton Jorge da S. Varella. Biociências: Profa. Maria Regina S. Borges. D.C.E.: Acad. José Luiz A. Carvalho. Acad. Carlos A. M. Badojo. Centro Indústrias: Prof. Alfredo Huch. Câmara Comércio: Dr. Adyr Bonfiglio Olinto. C.R.E.P.: Econ. Mário Fernando Fonseca.

— Suplentes respectivos:

Prof. Graclano Souza, Prof. Antonio dos Santos, Prof. Fernando Lopes Pedone, Prof. Giovanni Roque di Gestu, Prof. Nello Germano, Prof. Manlio Erus Chizzola Acadêmico João Moreno Pomar, Acad. Maria Luzia de G. Rocha, Sr. Abel Abreu Dou rado, Sr. Wolfgang Kul-

Imann, Econ. Helio Miralpaqueta Gomes.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO

Presidente: Prof. Adolpho Gundlach Pradel. Reitor. Vice-Reitor: Sub-Reitor para Assuntos Didáticos: Prof. Selby Love Prehm.

REPRESENTANTES:

— Titulares: Engenharia: Prof. Jomar Bessonat Laurino. Direito: Prof. João Luiz Torres Leite. Filosofia: Prof. Euripedes Ralcazo Vieira. Economia: Profa. Maria Alves Henriques. Medicina: Prof. Nery Gomes Sequeira. Biociências: Prof. Antonio Andrea Bello. D.C.E.: Acad. Paulo Roberto de C. Ferro. Acad. Norma Lopes de Figueiredo. Centro Indústrias: Sr. Ello Ribeiro Pontes. Câmara Comércio: Sr. Ray Nunes. C.R.E.P.: Econ. Nerlio Antonio D. Piotto. — Suplentes: Prof. Rafael Alves Cabella Filho, Profa. Zurayde Euquim Leite, Prof. Wander Lopes Valente, Prof. Antonio Carlos Lourenço, Prof. Osvaldo José de Paula Barbosa, Prof. Israel Kore, Acad. Glóvis Schoroeder, Acad. Vera Lucia Sena Barbosa, Sr. Enio Duarte Fernandes, Sr. Hipólito Passos, Econ. Elias Neubert Almeida.

UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE

Dia 27 a escolha do novo reitor da URG

Será no dia 27 que os conselhos da Universidade de Rio Grande escolherão os nomes constantes de uma lista de seis, dentre os quais surgirá o do segundo Reitor.

Desde a sua criação, é Reitor da URG o eng. Adolfo Prádel, que exerce as funções de diretor da única escola superior federal, então em Rio Grande.

Foi quando de viagem do Reitor, em férias, a Europa, que o problema sucessório se precipitou, fato que faz com que o Reitor não esteja sua missão, embora de há muito se esteja pensando na sua substituição.

Conforme noticiamos na semana passada, acontecerá a reunião dos conselhos para o estudo das normas que presidirão a escolha dos seis nomes, e acontecerá a fixação da data: 27 de outubro.

EURÍPEDES

Embora não seja o único, o nome do prof. Eurípedes Falcão Vieira é mais cotado, pelo apoio decisivo que teve do eng. Francisco Martins Bastos, sendo praticamente certo que encabeçará a lista sextupla.

Tão certa é sua vantagem sobre os demais, que não se fala em outros nomes em sua chapa.

ESTAS AS NORMAS PARA A ESCOLHA DA LISTA SEXTUPLA DIA 27: URG

Conforme noticiamos ontem — e havíamos no fim do mês passado antecipado, sem contudo divulgar a data — no próximo dia 27, 30 conselheiros da Universidade de Rio Grande vão se sentar ao redor de uma mesa e votar, indicarão 12 nomes, sendo que seis para Reitor e seis para Vice-Reitor.

Feita a indicação pelos trinta conselheiros, o dr. Jorge da Cunha Amaral, presidente da Fundação Universidade de Rio Grande, "exponha sua" apontará os novos Reitor e Vice.

Vejo confirmação do MEC de que a escolha do Reitor e do Vice será mesmo feita pelo presidente da Fundação, embora fosse esperada modificação nesse ponto, eis que há estudo nesse sentido, tendo em vista situação similar em outras Universidades. Mas a de Rio Grande não procedeu em tempo a modificação, e a que esperava ver partir do MEC não virá antes do pleito.

NORMAS

O dr. Alcione Olinto, secretário da Universidade de Rio Grande, em seu gabinete ontem à tarde recebeu a reportagem e embora dizendo que não poderia dar entrevista, nem antecipar nomes, gentilmente ceder à reportagem cópia das normas para a escolha da lista sextupla, aprovadas pelo Conselho Universitário e Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da URG, em sessão realizada dia 12 último, conforme o DIÁRIO "icou".

Entre as normas baixadas, há as seguintes:

Os trabalhos somente poderão ser iniciados com a presença mínima de dois terços dos membros dos dois conselhos, computada separadamente;

Iniciada a sessão, o Reitor designará a Comissão Escrutinadora, composta por três membros, sendo um acadêmico do DCE, a seguir o Reitor lerá as normas, sendo permitido aos conselheiros um período de trinta minutos para eventuais esclarecimentos a respeito das mesmas. Findo esse prazo, a reunião será suspensa por dez minutos para que os conselheiros possam trocar opinião informalmente.

A PARTE "QUENTE" DA REUNIÃO

Abaixo, na íntegra, as normas a partir do momento "quente" da reunião:

7. — Concluídos os trabalhos preliminares, a Comissão Escrutinadora sob a Presidência do Reitor, orientará a votação para a lista sextupla de Candidatos ao cargo de Reitor, obedecendo a seguinte dinâmica:

a) distribuição de cédulas individuais aos conselheiros, que registrarão, nas mesmas, o nome escolhido para figurar em primeiro lugar da lista;

b) depósito das cédulas em urna indevassável em frente à Comissão Escrutinadora mediante chamada nominal dos votantes;

c) verificação do número de votos pela Comissão Escrutinadora;

d) contagem dos votos para cada candidato e anotação dos resultados, procedendo-se a inutilização das cédulas;

e) será considerado escolhido para a lista sextupla — em primeiro lugar — aquele candidato que obtiver o maior número de votos;

f) em caso de empate, a votação será repetida, sendo elegíveis apenas os nomes empatados;

g) persistindo o empate, será indicado para ocupar o primeiro lugar da lista o membro mais antigo no magistério da Universidade do Rio Grande, dentre os candidatos empatados.

8. — Finda a eleição do primeiro componente da lista, a Comissão Escrutinadora desenvolverá a escolha dos cinco (5) nomes restantes sempre em obediência às normas anteriormente adotadas.

9. — Os candidatos sucessivamente escolhidos para a lista sextupla tornar-se-ão, automaticamente, inelegíveis para votações posteriores para o mesmo cargo.

10. — Logo após ter sido completada a lista sextupla para o cargo de Reitor, a reunião será suspensa pelo prazo máximo de trinta (30) minutos, sendo reaberta, com nova verificação de "quorum", a fim de ser procedida a votação para lista de Vice-Reitor.

11. — O processamento geral para a escolha dos candidatos ao cargo de Vice-Reitor obedecerá aos mesmos critérios adotados para o cargo de Reitor.

— Nomes já escolhidos para a lista ao cargo de Reitor poderão ser votados, novamente, para figurarem na lista sextupla ao cargo de Vice-Reitor.

12. — Concluídos os trabalhos, a Comissão Escrutinadora anotará as duas listas, assim como todos os demais detalhes da reunião no tocante ao processo de eleição, em ata especial, a ser inserida nos livros de atas dos dois Conselhos.

13. — Os eleitos, uma vez devidamente informados de sua escolha, terão um prazo de quarenta e oito (48) horas para manifestarem, por escrito, à Reitoria da Universidade do Rio Grande sua decisão de aceitarem o cargo, se nomeados.

a) No caso da não aceitação por parte de um ou mais dos eleitos o Reitor convocará dentro de 72 (setenta e duas) horas, nova reunião dos dois Conselhos para complementação das listas sextuplas;

b) as normas a serem seguidas para esta complementação serão as mesmas adotadas anteriormente;

c) os eleitos nesta reunião figurarão nos últimos lugares das respectivas listas estando sujeitos as exigências do item 13.

14. — Dentro do prazo máximo de dez (10) dias a partir da comunicação, os candidatos eleitos, além do exigido no item anterior, deverão encaminhar à Reitoria da Universidade do Rio Grande o respectivo "Curriculum Vitae".

15. — Cumpridas as formalidades anteriores à Reitoria da Universidade encaminhará as listas sextuplas a quem de direito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

16. — Recebida a comunicação da escolha, o Reitor convocará a Assembléia Universitária, para, em sessão solene, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias dar posse ao Reitor e Vice-Reitor.

CONVOCAÇÃO

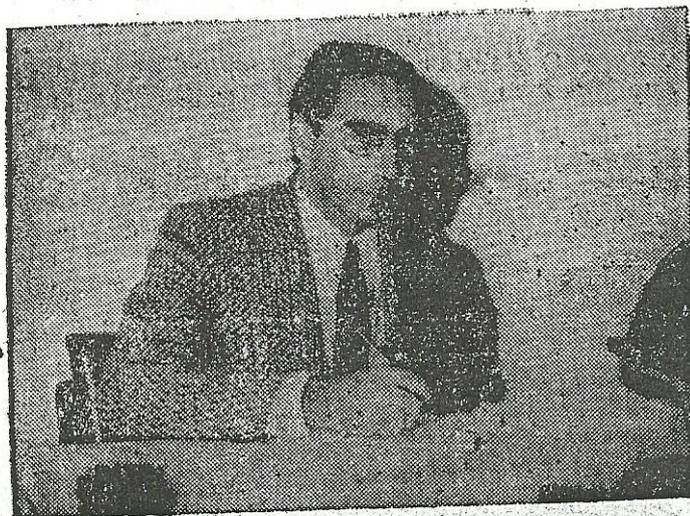
Com data de 10 p.p. o prof. Adolpho Gundlach Pradel — Reitor da URG — convocou para reunião conjunta, os conselhos Universitário e Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, para reunião que dia 12 se realizou, quando as normas acima foram aprovadas.

De cópias dessas convocações, tiramos a relação de nomes abaixo, que serão os componentes do "colégio eleitoral", que dia 27 escolherá o segundo Reitor da Universidade de Rio Grande, bem como seu Vice.

Prof. Sellby Prehn; Prof. Jomar Bessouat Laurino; Prof. João Luiz Toralês Leite; Prof. Euripedes Falcão Vieira; Prof.^a Maria Alves Henriques; Prof. Nery Gomes Sequeira; Prof. Antônio Andréa Belló; Sr. Elto Ribeiro Pontes; Sr. Osmar Ferreira; Econ. Nerino Antônio Diorello Piotti; Acad. José Luiz Antonacci Carvalho; Acad. Fulyio Enrico Chimisso; Prof. Júlio Carlos Reguly; Prof. Cláudio Marcos Centeno Cardoso; Prof. Alair Brandão Almeida; Prof. Aldo Lapolli; Prof. Miguel Riet Corrêa Júnior; Prof. Manuel Adolpho May Pereira; Prof. Mário Alquati; Prof. João Mariagônia Carneiro Lages; Prof. Earle Barros; Prof. Oriente Guimarães Salcmão Hias; Prof. Airton Jorge da Silva Varela; Prof.^a Maria Regina Siegmann Borges; Prof. Alfredo Harh; Dr. Ayr. Bonifácio Olinto; Econ. Mário Fernando Fonseca; Acad. João Moreno Fomar e Acad. Carlos Alberto Monteiro Badejo.

DIÁRIO POPULAR / 20/10/72

Eurípedes e Lages os escolhidos



O professor Eurípedes Falcão Vieira (foto) é o novo Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande, conforme se previa.

A escolha verificou-se esta manhã, quando foram expedidas as portarias de nomeação do Reitor e do Vice-Reitor, neste último cargo o professor João Marinônio Carneiro Lages.

Como se sabe, no dia 27 de outubro passado, o Conselho Universitário esteve reunido para indicar os nomes do Reitor e do Vice-Reitor, tendo manifestado a sua preferência, no primeiro caso, para o prof. Eurípedes Falcão Vieira, que totalizou 17 votos, seguido pelo prof. João Marinônio Carneiro Lages e pelo prof. Mario Alquati, aos quais concedeu 16 sufrágios. Para vice-reitor, o mais votado foi o prof. Miguel Riet Corrêa Jr. (16) também seguido pelo prof. João Marinônio Carneiro Lages, ao qual foram dados 15 sufrágios.

DIÁRIO
POPULAR

14/NOV./72

REITOR DE RIO GRANDE TEVE POSSE SOLENE

RIO GRANDE — O professor Eurípedes Falcão Vieira, assumiu a Reitoria da Universidade de Rio Grande, em ato realizado no auditório da Faculdade de Engenharia. A solenidade contou com a presença dos reitores das Universidades de Santa Maria, Católica de Pelotas e Federal de Pelotas, respectivamente sr. José Mariano da Rocha Filho, bispo Dom Antônio Zátera e sr. Delfim Mendes, além de outras altas autoridades civis e militares.

O ex-reitor Adolpho Pradel, fez um histórico das realizações durante sua gestão à frente da instituição, formulando votos de felicidades ao novo reitor. Na oportunidade, também foi empossado o vice-reitor, professor João Marinônio Carneiro Lages.

Os novos dirigentes da Universidade de Rio Grande foram saudados pelo presidente da Fundação Universidade de Rio Grande, professor Jorge da Cunha Amaral. Por fim, falou o novo reitor, professor Eurípedes Falcão Vieira. Ele tem 39 anos, economista e licenciado em Geografia, detalhando as diretrizes básicas de seu programa administrativo e agradecendo a confiança depositada nele pelo corpo docente da Universidade.

CACHALOTES

Os alunos do Curso de Oceanologia da Universidade de Rio Grande, estão preparando uma excursão ao "cemitério dos cachalotes", na praia de Bojuru,

distrito de São José do Norte. Conforme já foi noticiado, cerca de 27 carcaças de cachalotes, estão nas areias, junto ao mar, constituindo-se num mistério para as autoridades em Oceanografia. Os alunos preparam sua excursão para o dia 12 do corrente. Deverão ir acompanhados do diretor do curso, dr. Carlos Alberto Fossati Dutra Pereira, doutor em Oceanologia pela Universidade de Paris. O dr. Dutra Pereira já esteve no local, acompanhado de outros técnicos, mas ainda não dispõe de explicações conclusivas sobre o fenômeno. Os alunos do curso de Oceanologia pretendem trazer a Rio Grande, ossos dos cachalotes, os quais medem de 10 a 12 metros de comprimento. O problema, será conduzir o material a Rio Grande, pois o local é de difícil acesso e dista a mais de 60 quilômetros da cidade de São José do Norte.

PRIMEIROS SOCORROS

De 11 a 15 do corrente mês, o Serviço Social da Indústria (SESI), realizará aqui, um curso de primeiros socorros, ministrado por professores especializados na França.

O programa do curso, é o seguinte: Respiração artificial (métodos Schaefer, Sylvester, Holguen-Hielsen, Boca a Boca e Sylvester-Brosch); massagem cardíaca; o esqueleto; primeiro socorro (curativos); primeiros socorros (hemorragias e pontos de compressão).

11.12.72.
ZEROPORA

NOVO REITOR E UNIVERSIDADE REFORMULADA 20/11/72

O prof. Eurípedes Falcão Vieira, novo Reitor da Universidade de Rio Grande, e que assumirá no próximo dia 2 de dezembro, já tem estruturado o novo organograma de trabalho, resultante dos diversos e intensos contatos que tem mantido nos últimos dias.

Como resultado imediato da nova organização, cessam as atuais faculdades para dar lugar aos Centros, com seus departamentos. Além disso, todos os Centros funcionarão no mini-campus da Universidade, em próprio da Faculdade de Engenharia Industrial.

A posse será dia 2, em sessão solene que se realizará no auditório da Faculdade Federal de Engenharia Industrial, às 20 horas, presentes as autoridades municipais e os Reitores das Universidades do Rio Grande do Sul.

CONFIRMADO O DIÁRIO

O Reitor eleito, confirmou, mais uma vez, a notícia dada em primeira mão pelo DIÁRIO, no que tange aos nomes escolhidos para as Sub-Reitorias. Prof. Raimundo Modesto de Queiroz (para Assuntos Administrativos), prof. Rafael Caldeas Filho (para Assuntos e Pesquisa), e prof. Pedone (para Assuntos Estudantis).

O dr. Alcione Olinto, que exerce atualmente as funções de Secretário da Universidade, continuará com a mesma função, mas em nome diferente: Chefe de Gabinete.

O tesoureiro, como os diretores das diversas divisões, serão escolhidos pelo próprio Sub-Reitor para Assuntos Administrativos.

REFORMA

Consoante o DIÁRIO sábado passado noticiou, foi reformado o Regimento Interno e o Estatuto da Universidade.

Em razão dessas alterações havidas, a Universidade de Rio Grande passará a ser assim constituída:

CINCO CENTROS DE ENSINO

Ao invés das atuais faculdades, haverá cinco Centros de Ensino e Pesquisa:

Centro de Ciências Exatas e Tecnologia; Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Centro de Ciências Humanas; Centro de Letras e Artes, e Centro de Ciências do Mar.

Estes Centros serão formados por Departamentos.

Essa nova montagem será constituída a partir do dia 20 de dezembro, para funcionamento a partir do início do ano letivo de 1973.

Todos os Centros e Departamentos, funcionarão no mini-campus da Universidade, em próprio da Faculdade Federal de Engenharia Industrial. Para tanto estão em construção dois pavilhões e mais dois serão iniciados, de um total de cinco que serão necessários.

A Reitoria passará a funcionar onde atualmente funciona a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

ECONOMIA, ASSIM

Com o agrupamento das unidades no mini-campus, o novo Reitor já consegue economizar bom dinheiro. As faculdades de Direito e a própria Reitoria, estão dispensando bastante em aluguéis, o que deixará de acontecer com o agrupamento e a passagem da Reitoria para prédio pertencente a Fundação Universidade de Rio Grande.

AS FINALIDADES DOS CENTROS

O novo Reitor ainda não tem pronto para dar a divulgação a nominata dos diretores dos Centros (faculdades), mas deverá dar a conhecer até o dia 20 os Centros abrangerão as seguintes áreas:

Centro de Ciências Exatas e Tecnologia — abrangerá toda a área da Engenharia, curso de Matemática (Filosofia) e Ciências (Filosofia). Terá, ainda, um Departamento de Geo-Ciências que abrangerá as disciplinas do Curso de Oceanologia e Geografia.

Centro de Ciências Biológicas e Saúde — compreenderá as áreas de Matemática, com as matérias comuns aos cursos de oceanologia e ciências.

Centro de Ciências Humanas — compreenderá as áreas do Direito, Economia e Filosofia.

Centro de Letras e Artes — compreenderá as áreas de Letras, Filosofia e mais as artes.

Centro de Ciências do Mar — compreenderá a parte profissionalizante do curso de Oceanologia e todos os projetos de pesquisa tecnológica ligados ao mar.

FUNÇÕES DOS AUXILIARES DIRETOS

Pelo organograma, estão bem definidas as funções de cada auxiliar direto do Reitor, havendo inclusive funções específicas para o Vice Reitor, independente de ser o substituto eventual.

Assim, o Vice Reitor, além da substituição eventual do Reitor, participará, ativamente de todo o planejamento da Universidade, no assessoramento e supervisão geral da dinâmica de trabalho, e, também, terá a responsabilidade do funcionamento de órgãos ligados ao Centro de Atividades Suplementares.

O Vice-Reitor, como se sabe, é o prof. João Marinônio Carneiro Lages.

O Sub-Reitor Administrativo, prof. Raimundo Modesto de Queiroz, terá a seu encargo a execução de todas as tarefas ligadas ao setor administrativo e técnico-financeiro.

O prof. Modesto deverá nos próximos dias embarcar para o Rio de Janeiro, onde tirará curso, devendo quando de seu retorno montar a sua máquina administrativa.

Sub-Reitor para Assuntos de Ensino e Pesquisa, prof. Rafael Caldeas Filho, terá sob seu encargo os órgãos ligados ao setor de ensino e pesquisa da Universidade.

O Sub-Reitor para Assuntos Estudantis, prof. Pedone, terá o seu encargo todos os órgãos ligados ao interesse direto do Corpo Discente da Universidade.

COMO SERÁ A POSSE

A sessão do dia 2 de dezembro, quando serão empossados os novos Reitor e Vice da Universidade, respectivamente, profs. Eurípedes Falcão Vieira e João Marinônio Carneiro Lages; terá a seguinte ordem:

O Reitor, prof. Adolpho G. Pradel, abre a sessão e passa a palavra para o dr. Jorge da Cunha Amaral — Presidente da Fundação Universidade de Rio Grande, que dá posse aos escolhidos por S.Sa. dentre os nomes indicados em lista sextupla. Em seguida o Reitor que deixa seu mandato, passa para o que inicia, que presidi a sessão e a usa da palavra. Dois discursos apenas estão previstos, o do presidente da Fundação, e o do novo Reitor.

NOVOS DIRETORES DOS CENTROS DE ENSINO E PESQUISAS

O prof. Eurípedes Falcão Vieira dá hoje a conhecer, oficialmente, a relação dos diretores dos Centros de Ensino e Pesquisa (ex-faculdades), através o Ato Constitutivo N.º 2.

É o ato que de acordo com a nova estrutura da Fundação Universidade do Rio Grande, nomeia, pelo prazo de 12 meses, a contar de hoje, os seguintes professores:

Miguel Rios Correa Júnior (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde), João Carlos Reguly (Centro de Ciências Exatas e Tecnologia), Vera Bandeira Villamil (Centro de Ciências Humanas

e Sociais), Ubirajara Vaz Senna (Centro de Letras e Artes) e Carlos Alberto Fossati Dutra Pereira (Centro de Ciências do Mar).

PORQUE 12 MESES

Ao final do Ato Constitutivo, lê-se que "no prazo estipulado (de mandato dos nomeados, 12 meses) deverá estar totalmente montada a nova estrutura da Universidade do Rio Grande, quando então serão organizadas as listas sex-tuplas para a escolha regulamentar dos Diretores de Centros de Ensino e Pesquisa".

DIÁRIO
POPULAR
28/12/72

28-12-69

O PEIXEIRO

Pág. 17a.

Cel. CID SCARONE VIEIRA
Prefeito Municipal

Acontece a Instituição Da Universidade Do Rio Grande



Após longa luta desenvolvida pela comunidade em prol do desenvolvimento educacional de seu povo, viram-se coroados, no ano de 1969, os esforços dispendidos em prol desse objetivo.

O Governo Federal, enfim, por moção do então Ministro da Educação, o ilustre deputado Tarso Dutra, fez instituir a Universidade do Rio Grande, sob a forma de Fundação, através do Dec. Lei 774, de 20.8.69.

Essa a data histórica da afirmação de nossos ideais.

Instituída, por lei a entidade, restava, agora, dar-lhe forma e maior sustentação.

Tanto ocorreu com o Decreto 65.465, de 23.10.69, que aprovou seus Estatutos e definiu as responsabilidades de sua sustentação.

Posteriormente, através, ainda, de iniciativa daquele ilustre representante quando no Governo Costa e Silva, foi, ampliado o asseguramento do apoio da União, através de Dec.-Lei quando a União passou, também, a responder pela manutenção e custeio da Faculdade de Medicina de Rio Grande.

Pois bem, agora restava apenas formalisar a novel entidade. E tanto é o que virá de ocorrer, em solenidade pública, no



 ENG.º ADOLFO PRADEL

Silva Paes, mas a êle reservado por direito de conquista.

Estejamos todos, portanto, no Paço Municipal, nessa ocasião.

E, neste momento, é importante assinalar a justa homenagem de reconhecimento àqueles que assumiram a responsabilidade dêsse evento, no curso dêsse estágio: o sr. Prefeito Municipal, Cel. Cid S. Vieira, o dr. Francisco Bastos, Presidente da Fundação Cidade do Rio Grande e o dr. Adolfo Pradel Reitor Pró-tempore da Universidade.

Ao primeiro porque, investido na função maior do Município, com a mesma proeficiência com que se tem havido nas diversas áreas de suas atividades, encampou e assomou a liderança do movimento, tomando-o como coisa sua, pela qual empenhou a totalidade de seu prestígio.

Ao dr. Francisco Bastos, pessoa sempre ligada aos grandes cometimentos locais, pelos esforços que dispendeu para o atin-

gimento dêsse objetivo que, afinal, nada mais é do que a sua visualização do futuro.

A Universidade constituir-se-ia, no único elemento capaz de impelir o Rio Grande no sentido de assegurar-se em sua função no panorama regional.

Ao Eng.º Adolfo Pradel, por se ter desincumbido da árdua e espinhosa missão que lhe foi deferida, para que se tornasse palpável realidade a nossa Universidade.

Assim, com euforia, chegamos todos ao têrmo de mais um ano, assinalado tão magnificamente, restando aguardar que o próximo 1970 seja marcado de início, com a publicação dos nomes que receberão as primeiras incumbências universitárias: o Presidente da Fundação e o Magnífico Reitor.

Iluminem-se, por tanto, os responsáveis por tais indicações, como iluminados nos sentimos, todos, pelo evento do próximo dia 30 de dezembro.



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

P O R T A R I A Nº 250/73

O Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atribuições, e na conformidade das listas sextuplas encaminhadas pelos Conselhos Departamentais para escolha de Diretor e Vice-Diretor de Centros, nesta data,

R E S O L V E :

- nomear, pelo prazo de três (3) anos, os Diretores e Vice-Diretores dos Centros de Ensino e Pesquisa, a saber:

- CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DIRETOR - Prof. Miguel Riet Corrêa Júnior ✓
VICE-DIRETOR - Prof. José Salomão ✓
- CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
DIRETOR - Prof. Selby Love Prehn ✓
VICE-DIRETOR - Prof. Paulo Carvalho Lopes ✓
- CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DIRETORA - Profª Vera Bandeira Villamil ✓
VICE-DIRETOR - Prof. Hédio Mirapalheta Gomes ✓
- CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR
DIRETOR - Prof. Carlos Alberto F. Dutra Pereira ✓
VICE-DIRETOR - Prof. Lênio Jones Borsato ✓
- CENTRO DE LETRAS E ARTES
DIRETOR - Prof. Ubyrajara Vaz Senna ✓

DE-SE CIENCIA E CUMpra-SE

Rio Grande, 17 de dezembro de 1973.

Prof. Eurípedes Falcão Vieira

REITOR



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

13

CONFIDENCIAL

Rio Grande, 05 de outubro de 1973.

MEM. R. 093 /73

SENHORES SUB-REITORES E DIRETORES DE CENTROS

Alertados de que o Sr. DOMAR SINGH AVADHUTA-
CHIDRUPANANDA, Conferencista Indiano, vem se propondo realizar pa-
lestras em Universidades do Sul do Brasil, levamos ao conhecimento
de V.Sa., que não deverão as mesmas serem autorizadas sem o prévio
consentimento da Polícia Federal.

Pela atenção que for dispensada ao presente,
queira aceitar os nossos agradecimentos.


Prof. João Marinônio Carneiro Lages
REITOR EM EXERCÍCIO

TMCL/VR.-



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

REITOR - Prof. Eurípedes Falcão Vieira
 PRESIDENTE - Prof. Eurípedes Falcão Vieira
 VICE-REITOR - Prof. João Marinônio Carneiro Lages
 SUB-REITOR PARA ASSUNTOS DE ENSINO E PESQUISA
 Prof. Paulo Sergio Gonçalves
 SUB-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
 Prof. Raimundo Modesto de Queiróz
 SUB-REITOR PARA ASSUNTOS ESTUDANTIS
 Prof. Fernando Lopes Pedone
 CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
 Diretor - Prof. Sellby Love Prehn
 Chefe do Departamento de Matemática
 Prof. Alfredo Braga Weber
 Chefe do Departamento de Física
 Prof. Rafael Alves Caldela Filho
 Chefe do Departamento de Química
 Prof. Júlio Carlos Reguly
 Chefe do Departamento de Construção Civil
 Prof. Mario Alquati
 Chefe do Departamento de Construção Mecânica
 Prof. Pedro Siedersberger
 Chefe do Departamento de Geo-Ciências
 Prof. Wander Lopes Valente

Prof. Eurípedes Falcão Vieira



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

.....

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

Diretor - Prof. Luiz Gonzaga Cardoso Dora

Chefe do Departamento de Ciências Morfo-Biológicas
Prof. Valmor Olavo Mendonça

Chefe do Departamento de Ciências Fisiológicas
Prof. Israel Korc Markowicz

Chefe do Departamento de Ciências Patológicas
Prof. Carlos Alberto Cuelo Lopes

Chefe do Departamento de Medicina Preventiva
Prof. Nery Gomes Sequeira

Chefe do Departamento de Medicina Interna
Prof. Jaime Cuartas Palácio

Chefe do Departamento de Cirurgia
Prof. Airton Jorge da Silva Varella

Chefe do Departamento de Ciências Psicológicas e Psiquiátricas
Prof. Nery Gomes Sequeira

Chefe do Departamento Materno Infantil
Prof. Luiz Carlos Esperon

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Diretor - Prof. Luiz Arthur Corrêa Dornelles

Chefe do Departamento de Educação
Profa. Eunice Gomes Nunes

Chefe do Departamento de Filosofia e História
Profa. Marília Rache Faral

Chefe do Departamento de Economia
Prof. Felício Leite

Chefe do Departamento de Administração e Contabilidade
Prof. Flávio de Figueiredo

.....

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

Prof. Euripedes Galvão Brito
REITOR



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

.....

Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais
Prof. Benjamin Marin

CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR

Diretor - Prof. Milton Luiz Simões Piragine

Chefe do Departamento de Oceanografia Biológica
Prof. Fernando D'Incao

Chefe do Departamento de Oceanografia Geológica
Prof. Renato Antonio C. Dresh

Chefe do Departamento de Oceanografia Aplicada
Prof. Antonio Renato Vidal Ladeira

CENTRO DE LETRAS E ARTES

Diretora - Profa. Nilza Rita Lourenço da Fontoura

Chefe do Departamento de Língua Nacional Portuguesa
Profa. Carmen Virgínia Pires de La Torre

Chefe do Departamento de Expressão Gráfica
Prof. Félix Oyarzabal Rivera

Chefe do Departamento de Língua Estrangeira
Profa. Maria Tereza Selistre

Centros Suplementares

Centro de Processamento de Dados

Diretor - Prof. Jomar Bessouat Laurino

Centro de Bibliografia e Documentação

Diretor - Profa. Atenêa Felistoffa Galo

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RJ

Prof. Euripedes Galvão Azeiteiro
REITOR



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

....

Centro de Pesquisa e Orientação Industrial

Diretor - Prof. Vitor Hugo da Silveira Vitola

Centro de Tecnologia Alimentar do Pescado

Diretor - Prof. Paulo Roberto Koetz

Coordenador do Curso de Engenharia

Prof. Orlando Macedo Fernandes

Coordenador do Curso de Ciências

Prof. Alfredo Braga Weber

Coordenador do Curso de Medicina

Prof. Jaime Cuartas Palácio

Coordenador do Curso de Enfermagem

Prof. Valmor Olavo Mendonça

Coordenador do Curso de Direito

Prof. Ernesto Brickmann Lobo

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas,

Contábeis e

Administração de Empresas

Prof. Helio Mirapalheta Gomes

Coordenadora do Curso de Biblioteconomia

Profa. Cigiê Bins Pinto

Coordenadora do Curso de Estudos Sociais

Geografia e História

Profa. Carmen Helena Braz Mirco

Coordenador do Curso de Oceanologia

Prof. Milton Luiz Simões Piragine

Coordenadora do Curso de Letras

Profa. Carmen Virginia Pires de La Torre

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

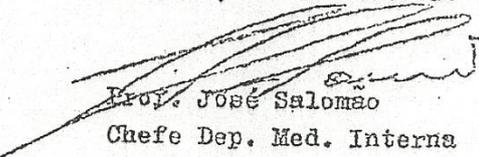
Prof. Euripedes Galvão Brito
REITOR

CONVOCAÇÃO

Convocamos, os professores e representante
estudantil, abaixo relacionados, para reunião, dia
31 de dezembro - segunda-feira - às 9:30 horas, na
sala dos Professores, 3º Piso.

ASSUNTO: Escolha da Lista Triplice, para chefia e
vice chefia do Departamento de Medicina
Interna.

Rio Grande, 26 de dezembro de 1973


Prof. José Salomão
Chefe Dep. Med. Interna

CIENTES:

Prof. Jaime Cuartas ✓
 Prof. Jaime Copstein ✓
 Prof. Giovanni Baruffa
 Prof. José Salomão ✓
 Prof. Gustavo Penna ✓
 Prof. Marco Aurélio ✓
 Prof. Claudio Engelke
 Prof. Herminio Bragatti
 Prof. Enio Campos ✓
 Acad. Edson Gonçalves

✓

No dia 31/12/73, foi realizada a reunião para a escolha da Lista Tríplice para Chefia ~~do Departamento~~ e Vice Chefia do Departamento de Medicina Interna (documento nº 1). Por ocasião desta reunião usando da palavra o Prof. Penna, fez ver ao então Chefe do Departamento de Medicina Interna, Prof. José Salomão, que a convocação feita em 26/12/73, não seguia os ditames do Regimento em vigor, pois na mesma estavam presentes professores que não tinham nenhum caráter de representatividade, além de não ter sido feita a devida eleição para a constituição do Colegiado, como tinha ocorrido em outros Departamentos do CCBS. O Chefe do Departamento quando assim alertado, se pronunciou de forma dúbia quanto a sua competência em julgar a legitimidade da eleição que ora se realizava e, orientou o próprio plenário a reinvidicar por escrito o que foi feito (documento nº 2). Mesmo assim foi procedida a eleição da Lista Tríplice com apenas 3 (três) Professores participando da votação pois, o Prof. Penna e o Prof. Marco Aurélio se negaram a participar da mesma. Feita então a votação entre apenas 3 (três) elementos, Professores Jaime Quartas, Jaime Copstein e José Salomão, encabeçou a Lista Tríplice o Prof. Quartas seguido pelo Prof. Copstein e o Prof. João Carlos. O Prof. Salomão não poderia ser votado, pois exercia e exerce o cargo de Vice-Diretor do CCBS.

Em 02/01/74, foi encaminhado ao Diretor do CCBS (documento nº 2) ofício pedindo a constituição de um Colegiado, que realmente preenchesse as condições exigidas pelo Regimento. Ao mesmo tempo foi encaminhada cópia (documento nº 3) ao então Sub-Reitor de Ensino e Pesquisa, Prof. Rafael Alves Caldelas Filho, pelo Prof. Penna, Professor Titular e com representatividade legal, para que o mesmo tornasse co-

tal ausência e muito menos se tratava de reincidência. Acrescente-se ainda que o ensino não sofreu solução de continuidade, pois os 5 alunos se redistribuíram entre os Professores Avancini e Silvestre. Em 250574 com ~~xxx~~ a presença do Sub-Reitor de Ensino e Pesquisa foi realizada reunião do Departamento de Medicina Interna. Naquela ocasião fiz uso da palavra denunciando algumas das irregularidades que vinham ocorrendo: Dr. Cuartas havia dito para mim e para o Dr. Marco Aurélio que envidaria todos os esforços para que tivéssemos 24 horas semanais. Isto não ocorreu, como outros elementos foram admitidos no Departamento, com carga horária igual e mesmo superior a nossa. Levei ao conhecimento dos presentes o verdadeiro boicote que o Chefe do Departamento estava fazendo para a nossa saída, para o Curso de Mestrado, aliás cursos que ~~trouxeram para a Universidade~~ ~~em~~ elevam os conhecimentos individuais mas que no global só engrandecem a própria Universidade. Por fim a mais grave acusação que foi confirmada pelo próprio Dr. Cuartas, na presença de todos, eviciando as suas poucas qualidades para chefiar tão importante célula da Universidade. Em meados de março me procurou e disse não estar satisfeito com o trabalho do Prof. Avancini, propondo que no momento que o mesmo fosse afastado do CCBS, eu ganharia as 12 horas dele, passando então a 24 horas semanais. Nesta oportunidade retruquei, que a função básica do Chefe do Departamento não era despedir e muito menos ganhar a minha simpatia com mais 12 horas, que a sua obrigação era conversar com o Prof. Avancini e procurar se inteirar do estaria ocorrendo, pois eu muito bem sei das qualidades profissionais do citado Professor.

Todos estes fatos levavam a um clima de verdadeira tensão

27

Em resposta ao nosso officio (documento nº 2) recebemos com surpresa um Têrmo de Interpelação (documentos nº 4 e 5) agora feito pelo Prof. Eurípedes Falcão Vieira, Reitor da FURG.

A resposta ao Têrmo de Interpelação foi feita (documentos nº 6, 7 e 8), e para maior surpresa ainda foi-nos dada uma portaria de repreensão (documento nº 9) pelo Sr. Reitor, em 100174.

Apesar da irregularidade regimental, homologada pelo Reitor ficamos na expectativa de que as falhas apontadas, fossem corrigidas voltando a legalidade regimental. *Portaria do Reitor.*

Entretanto o clima que pairava sôbre o Departamento de Medicina Interna era de constante ironia, a tal ponto que quando eu e o Prof. Marco Aurélio solicitamos afastamento para o próximo ano a fim de realizar curso de Mestrado em Gastroenterologia e Cardiologia respectivamente, em São Paulo, o Prof. Cuartas, após decisão do Departamento de Medicina Interna, favorável a nossa saída, se recusou a endoçar a decisão unânime dos demais membros do Departamento.

Vale aqui salientar que a intenção de a colaboração efetiva foi dada. No primeiro semestre de 1973 trabalhamos (Professores Marco Aurélio, Abel Avancini, João Carlos e eu) 24 horas semanais percebendo salário correspondente a 12 horas semanais.

Em 240574 fui chamado a residência do Sr. Sub-Reitor de Ensino e Pesquisa o qual me mostrou um officio do Chefe do Departamento de Medicina Interna, Prof. Cuartas, endereçado ao Diretor do CCBS, comunicando que eu no dia anterior (230574) não havia comparecido a uma (1) aula prática a ser ministrada para cinco (5) alunos do 7º semestre. Este fato não só me surpreendeu como também ao Sub-Reitor, pois uma falta desta natureza, deve sem dúvida nenhuma, ter a sua so-

28

permanente dentro do Departamento, portando-se o chefe do mesmo, muitas das vezes de maneira irônica. Era frequente que o mesmo me interpelesse e dissesse: "Você que é especialista", modo sutil de menosprezar.

Isto não obstante jamais arrefeceu os nossos ânimos, porque sempre procuramos dar aos nossos alunos a informação e sobre maneira a formação. Em 3 anos de magistério no CCBS podemos nos orgulhar de termos sido Professor Homenageado em 1973 (documento nº 10 e 11) e também no ano em curso.

De nada valeram as nossas palavras na presença do Sub-Reitor indicando as irregularidades, pois no dia 30/05/74 fui chamado a Sub-Reitoria para Assuntos Administrativos (documento nº 12) num ofício um tanto desrespeitoso (parágrafo sublinhado) onde fui comunicado que estava sendo despedido da FURG.

Solicitei que a FURG, assim o fizesse por escrito, (documento nº 13). Ao invés de serem apuradas as irregularidades e o clima adverso que vivíamos no Departamento de Medicina Interna a nossa exclusão do Corpo Docente, sem justa causa (documento nº 14), parece que foi a melhor maneira pela qual o Reitor da FURG encontrou, sem ao menos tentar de se inteirar do que na realidade vinha ocorrendo, pois em nenhuma oportunidade fui chamado nem pelo Diretor do CCBS, nem pelo Sub-Reitor de Ensino e muito menos pelo Reitor para apresentar a verdade pela qual lutamos sempre.



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

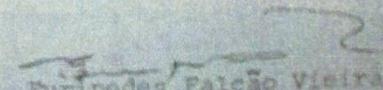
P O R T A R I A N º 004/74

O Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atribuições, nesta data

R E S O L V E :

- designar o Prof. JAMES CLAYTON PALÁCIO, para desempenhar as Funções de Chefe do Departamento de Clínica Médica, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPA-SE
Reitoria da FURG, em -
03 de janeiro de 1974.


Prof. Eurípedes Falcão Vieira
REITOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

30

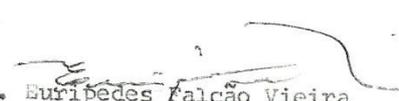
P O R T A R I A Nº 010/74

O Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atribuições, nesta data

R E S O L V E :

REPREENDER o Prof. Gustavo Adolpho Primo-Penna por atitude incompatível com os padrões de comportamento, com os princípios éticos de observância de determinações e desnecessária posição de resistência à normas do sistema, na Universidade.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMpra-SE
Reitoria da FURG, em
10 de janeiro de 1974.


Prof. Eurípedes Falcão Vieira
REITOR

GAPP--
SRAA--
SREP--
DI--
DP--
CCBS--
ARQ--
SRAE--


MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - UR

PORTARIA Nº 011/74

O Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atribuições, nesta data

R E S O L V E:

REPREENDER o Prof. Marco Aurélio Magalhães Fonseca por atitude incompatível com os padrões de comportamento, com os princípios éticos de observância das determinações e desnecessária posição de resistência às normas do sistema, na Universidade.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPA-SE
Reitoria da FURG, em
10 de janeiro de 1974.

Prof. Eurípedes Falcão Vieira
REITOR


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - UR

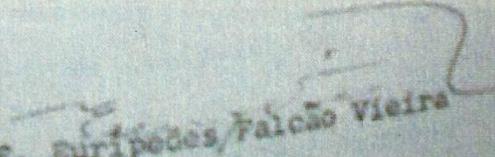
P O R T A R I A Nº 014/74

O Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atribuições, nesta data

R E S O L V E :

REPREENDER a Profª Sueli Cecília Rauber-Feldens por atitude incompatível com os padrões de comportamento; com os princípios éticos de observância de determinações superiores e desnecessária posição de resistência à normas do sistema, na Universidade.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPA-SE
Reitoria da FURG, em
10 de Janeiro de 1974.


Prof. Eurípedes Falcão Vieira
REITOR


MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

PORTARIA Nº 018/74

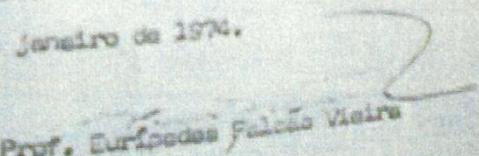
O Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande, no uso
de suas atribuições, nesta data

RESOLVE:

- REPREENDER o Prof. Farid Butros Yonan Nader
de incompetível com os padrões de comportamento, com as principais
técnicas de observância de determinações e desnecessária posição de res-
istência à normas do sistema, na Universidade.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRAM-SE

Reitoria da FURG, em
10 de Janeiro de 1974.


Prof. Eurípedes Falcão Vieira
REITOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RR

PORTARIA Nº 015/74

O Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atribuições, nesta data

RESOLVE:

- REPREENDER o Prof. Abel Carlos Avancini por atitude incompatível com os padrões de comportamento, com os princípios éticos de observância de determinações e desnecessária posição de resistência à normas do sistema, na Universidade.

DE-DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO

Reitoria da FURG, em
10 de Janeiro de 1974.

Prof. Eurípedes Felcão Vieira

REITOR

ACA.-

SRVA.-

SRFP.-

DI.-

DP.-

CCS.-

Rio Grande, 02 de maio de 1974

Ilmo. Sr.

Prof. Jaime Cuartas

DD. Chefe do Departamento de Medicina Interna

N/Centro

Venho por meio deste solicitar a V.Sa., a homologação do meu afastamento desse Departamento, para o próximo ano, à fim de realizar o curso de Mestrado em Gastroenterologia no Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas em Gastroenterologia em São Paulo.

Antecipadamente agradeço a atenção que V.Sa. dispensar ao presente, colhendo o ensejo para reasssegurar-lhe protestos de alto apreço e distinta consideração

Atenciosamente

Prof. Farid B. I. Nader

desconhecendo os problemas de saude publica que assolam a populacao do interior.

Professores de Rio Grande já romperam com a sua reitoria

O desentendimento de cinco professores com a direção da Faculdade de Medicina de Rio Grande, originou a sua demissão por uma alegada "incompatibilidade com a política interna". Em consequência, os alunos consideram que o maior problema da sua faculdade é o relacionamento com a direção da Fundação Universitária de Rio Grande, por entenderem que o curso de medicina é prestigiado com grandes verbas por indústrias locais, mas é prejudicada pelos atos da reitoria. Um exemplo disso, dizem, é o aumento de vagas, quando os estudantes acham que, antes de colocar mais pessoas no curso seria necessário verificar se todos terão as melhores condições de aprender.

Segundo os alunos, o que existe de melhor na faculdade são os equipamentos, todos importados e da melhor qualidade, em quantidade suficiente para todos, "por enquanto", acrescentam os alunos. Depois, começa a aparecer uma série de problemas que também naquela cidade preocupa os alunos. Os prédios estão, segundo eles, em precárias condições. A isto se junta a má qualidade das aulas práticas por falta de orientação dos professores, além da impossibilidade de fazer a resistência em Rio Grande porque não há convênio com os hospitais daquela cidade obrigando os alunos dos últimos anos a se deslocarem até a capital.

Da mesma foram que em outras cidades, Rio Grande enfrenta a falta de professores

especializados em sua cidade, precisando buscar em Porto Alegre os que necessita. Isto obriga a uma dependência do horário em que estes professores possam se deslocar para lá, o que motiva, as vezes, mudanças prejudiciais aos alunos. Além disso, por falta de tempo desses professores, o ensino fica, prejudicado ou simplesmente não é dado.

Somente 30% dos alunos da Faculdade de Medicina de Rio Grande são daquela cidade, sendo que mais 60% são do resto do estado e 10% de outros estados. A maioria deles é contrário o projeto do MEC, estabelecendo o estágio de um ano após a graduação. Eles consideram que o tempo no Projeto Rondon é suficiente para conhecer os dramas do povo e saber como lidar com eles, "não precisando fazer o sacrifício de ficar fazendo o estágio de um ano ganhando pouco.

O diretor da faculdade desmente que existem problemas com a direção da FURG. Ele afirma que houve problemas em 73 quando a reitoria mantinha um convênio com outros estados, aceitando transferências para todos os cursos. Para a medicina vieram 30 alunos, causando uma superlotação em algumas aulas. Quanto aos atritos com professores no ano passado, ele garante que já foram superados. Ele explica que "aconteceu um problema com um professor e cinco outros, em solidariedade, pediram demissão".

Hospital Universitário é orgulho de Santa Maria porque está bem equipado

Como a maioria dos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) vem de outras cidades ou mesmo de outros estados, eles não conseguem unir-se para que os problemas revelados no curso possam ser resolvidos mediante um movimento coletivo. Nos últimos anos, quando as turmas já se conhecem mais intimamente e podem conseguir chegar à união, a maior parte está trabalhando e se desinteressam da faculdade. Por isso, apesar de apresentar os mesmos problemas de outras faculdades, o curso de medicina de Santa Maria é considerado pelos seus alunos como "o melhor do interior" num nivelamento por baixo.

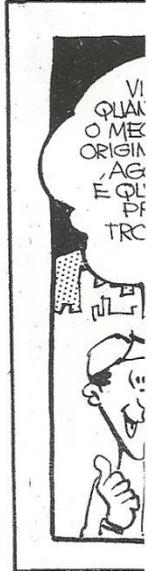
A boa imagem da faculdade é favorecida pela existência de material de ensino para todos os alunos. Nas aulas práticas, todos dispõem de microscópios e outros aparelhos, além do funcionamento efetivo do Hospital Universitário. Esse hospital é o orgulho de todos os alunos da medicina da UFSM porque é considerado muito bem aparelhado e garante a

todos um aprendizado prático, com o atendimento de pacientes de toda a região.

Sobre os professores, alguns alunos tinham dúvidas: como a maioria clinicava em Santa Maria, foi levantada a suspeita de que alguns deles não proporcionavam o melhor ensino. A explicação era de que, assim os professores evitariam a concorrência futura. Hoje, entretanto, os alunos rejeitam essa hipótese, preferindo confiar na honestidade de seus mestres.

Por outro lado, quase todos os estudantes não concordam com o estágio obrigatório que é exigido ao final do curso. Eles alegam que ao receber o diploma, o médico deveria ter liberdade para escolher onde gostaria de clinicar. Quase todos afirmam que alguns já têm emprego garantido em suas cidades de origem ou em outros lugares e, com o estágio, são obrigados a perderem a vaga e o dinheiro que ganhariam. "Dinheiro — dizem eles — que foi gasto durante o curso".

so, comestia a at
80 leitos a disp
MEC determine
ele possa prati
ção que faz o pr
custos do ensino
és para morar
0,00 de anuidade
livros totalizam
que isso só foi
s ricas. Quant
tes estão consc
o de trabalho, pr
vez mais esper
plemas de sua t
duas soluções
m professores
ntir que os alur
to ao doente p
elotas te
so consi
o muito
Medicina de Pe
cidade Federal
de uma entida
seus alunos recl
veres que os d
os mesmos dire
no custo do cur
édia 76 afirmarr
nseguir o diplom
ndo uma anuid
da podem ser
es de medicina
se preocupam
disso, a princ
ade é contra o
insatisfatório"
tam que outros
titam como ex
Medicina, talh
onsabilidade s
a falta de conc
a falta de verb
de Medicina de
gente com apar
is alunos sente



28-04-75
ZENO HONA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

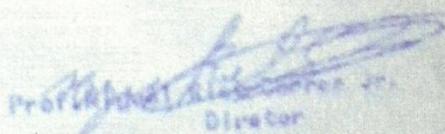
Rio Grande, 20 de maio de 1974
of. ciso. 176/74

Ilust. Sr.
Prof. José Carlos
M. Chefe do Departamento
Centro

Por ordem do Senhor Reitor da Fundação
Universidade do Rio Grande, os alunos FLÁVIO ALCIONE DA SILVA
e PAULO E. MACHADO estarão suspensos de suas atividades
didáticas até que seja, perfeitamente, esclarecida a denún-
cia que sobre os mesmos foram feitas pela imprensa local -
na crônica policial.

Solicitamos vossa colaboração no senti-
do de ser dado conhecimento aos demais professores lectors
desse Departamento.

Atenciosamente,


Prof. José Carlos
Diretor



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

33

38

Rio Grande, 30 de maio de 1974.

OF. 121/74-SRAA

ILMO. SR.

PROF. FARID BUTROS IUNAN NADIR

NESTA UNIVERSIDADE

SENHOR PROFESSOR:

Solicitamos o comparecimento de V.Sa. a esta Sub-Reitoria, nesta data (30.05), com a máxima urgência, a fins de tratar de assunto de nosso interesse comum.

Para o seu governo, informo o horário normal de expediente desta Sub-Reitoria:

De segunda a sexta feira das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Atenciosamente

Prof. Raimundo Modesto de Queiroz

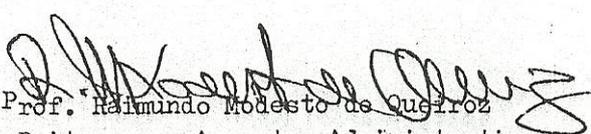
SUB-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

DECLARAÇÃO

Atendendo a pedido da parte interessada, declaro que no dia 31 de maio p.p. foi demitido do quadro de professores desta FURG o Dr. Farid Butros Iuanan Nader, por não mais interessar à empresa manter o citado contrato de trabalho, de acordo com o despacho do Sr. Reitor exarado no processo protocolado sob número 262, de 23/5/74, do CCBS e 2334, de 29/5/74 desta Reitoria.


Prof. Raimundo Modesto de Queiroz

Sub-Reitor para Assuntos Administrativos

40

RIO GRANDE, 06 DE JUNHO DE 1974

NÓS ABAIXO ASSINADOS, ALUNOS DO C.C.B.S.,
SENSIBILIZADOS E INCONFORMADOS COM A SAIDA DE SEIS DOS NOSSOS
PROFESSORES, SOLICITAMOS AO DIRETÓRIO ACADEMICO FRANCISCO BASTOS
NOSSA ENTIDADE REPRESENTATIVA, AS INFORMAÇÕES JUNTO AOS CANAIS
COMPETENTES.

[Signature]

SD Pereira

Carulla

*Maximiliano
José W. Duarte
Ana Tereza P. Souza*

José St. Madureira

Cláudio A. da

Edyardo Botelho

[Signature]

[Signature]

Esperina H. H. Souza

Claudio Buking

[Signature]

Carmentina Juliano

[Signature]

[Signature]

Era Leonardo

Enunciado Moraes

[Signature]

(47)

Terreinha Joana Teixeira
Raulino S. M. Teixeira

Alexandre Teixeira Benf

Rogério M. Soares

J. Galvão

Dei Antero Tracasso

~~Albino~~

João

Benf

Rocio

Paulo Roberto Soares

~~Edmundo~~

~~Albino~~

~~Albino~~

~~Albino~~

Albino

Young & Oppermann

Pacífico Machado

Ruy Gomes

Sergio Moraes

Mário Jost

Gerardo F. Gelunzzo

~~Albino~~

~~Albino~~

~~Albino~~

For. Maria's Countess

~~Albino~~

~~Pratt~~
~~Quinn~~

V. Rivera

George Ayub

~~W. M. Smith~~

Vito Hugo Jaci

~~Cozzi~~
~~Zait~~
~~Jac Jas~~

Giunello

Salvo Steyo

~~Amador Jaci~~

~~Pratt~~

Alpi De re B. S. L.

Tom

Keleona Corfimi

Joe S. Ayub

~~W. M. Smith~~

~~Pratt~~

blea fu

~~Pratt~~

Storpetruas

~~Pratt~~

~~Pratt~~

~~Pratt~~

~~Pratt~~

~~Pratt~~

~~... ..~~
Leopoldo de Silva

Rogério

~~...~~

Adela

M. Adelaide Rachelle

Clarissa Inês Steffens

Marylene Daga
preziding

... ..

... .. 6.6.74

Angelo

Tergio

Luiz Antun Silva

M. J.

... .. Custódia

Hélio

Roberto

... ..

... ..

... ..



Ministério da Educação e Cultura
 Fundação Universidade do Rio Grande
 SUB-REITORIA PARA ASSUNTOS ESTUDANTIS

P O R T A R I A Nº 002/74

O Sub-Reitor para Assuntos Estudantis da
 Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atribuições, nesta data,

R E S O L V E:

- ADVERTIR o aluno RICARDO MANSUR DAOUD, do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, por atitudes incompatíveis com a hierarquia, ordem disciplinar e adequada conduta universitária. ADVERTIR também, de que qualquer reincidência com relação aos itens acima, implicará em medidas decisivas, de acordo com a legislação vigente.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

Reitoria da FURG, em
 10 de junho de 1974.

Fernando Lopes Pedone
 PROF. FERNANDO LOPES PEDONE
 SUB-REITOR ESTUDANTIS

RMD- CCHS- ARQ.
 GR- CLA-
 CCBS- CCET-
 SRAA- CCM-
 SREP- DI-
 VR-



Ministério da Educação e Cultura
 Fundação Universidade do Rio Grande
 SUB-REITORIA PARA ASSUNTOS ESTUDANTIS

P O R T A R I A Nº 003/74

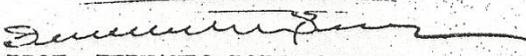
O Sub-Reitor para Assuntos Estudantis da
 Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atri-
 buições, nesta data,

R E S O L V E :

ADVERTIR a aluna SUZANA DIAS PEREIRA, do
 Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da
 Saúde, por atitudes incompatíveis com a hierarquia, ordem
 disciplinar e adequada conduta universitária. ADVERTIR ,
 também, de que qualquer reincidência com relação aos
 itens acima, implicará em medidas decisivas, de acordo
 com a legislação vigente.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

Reitoria da FURG, em
 10 de junho de 1974.


 PROF. FERNANDO LOPES PEDONE

SUB-REITOR ESTUDANTIL

SDP-	CCHS-
GR-	CLA-
CCBS-	CCET-
VR-	CCM-
SRAA-	DI-
SREP-	ARQ-

ILMO. SR. REITOR DA F.U.R.G.
PROF. EURÍPIDES BALÇÃO VIEIRA

Venho, por meio deste, solicitar a V.Sa. a
minha demissão como Professor do C.C.B.S. desta Univer-
sidade por não estar de acôrdo com a maneira de proce-
der do Chefe do Departamento de Medicina Interna, Jaime
Cuartas Palacio.

Saudações Universitárias

Claudio Engelke

Claudio Engelke

Rio Grande, 30 de maio de 1974

(47)

Rio Grande, 10 de junho de 1975.

OF.R. 228/75

SENHOR PRESIDENTE

Em atendimento ao solicitado no Ofício nº 003553/75 - CFE/GP, datado de 11 de junho do corrente, passamos a prestar os seguintes esclarecimentos:

- O Professor Thomaz Lucia foi inicialmente nomeado para exercer as funções de Chefe do Departamento de Economia, por 12 meses em 26.12.72, na ocasião da implantação da reforma; posteriormente designado para exercer a mesma função por seu nome constar em lista triplíce do Colegiado do Departamento de Economia e por indicação da então Diretora do Centro de Ciências Humanas e Sociais; anexo 1 e 2
 - durante o acerto da exoneração ficou estabelecido que sairia portaria de exoneração e ou desde o primeiro período de exercício da função de nomeação de caráter anterior e ainda ou ção, que o Prof. Lucia mostrou-se incompatível, pois denunciava mau relacionamento com os alunos, o que era contornado pela Diretora do Centro; a recondução foi unicamente para atender a Diretora do Centro de Ciências Humanas e Sociais que insistia na recuperação do Prof. Lucia;
- ... Prof. Vera Bandeira Villamil em ...
 ... Conselho Universitário; ...
 ... decisão do Reitor. Mesmo

- ...
- a situação agravou-se de tal ordem já com incompatibilidade incontornável a ponto de exigir uma firme tomada de posição pelo Reitor
 - no dia 03 de fevereiro do corrente o Prof. Lucia foi convocado a comparecer no Gabinete do Reitor para acertar a solução de uma crise que poderia ter conseqüências intranquilizadoras na vida da Universidade; anexo 3
 - na reunião do Reitor com o Prof. Lucia ficou acertado que ele seria exonerado. Esta solução teve a plena concordância do Prof. Lucia, como se pode verificar no recurso que encaminhou ao Conselho Universitário (pag. 4), onde diz textualmente : "Deseja ainda o recorrente informar, a título de esclarecimento, que não opôs nenhuma restrição à decisão do Exmo. Sr Reitor em substituí-lo na Chefia do Departamento de Economia, fato que teve oportunidade de manifestar-lhe quando cientificado da mesma"; anexo 4
 - durante o acerto da exoneração ficou estabelecido que sairia portaria de exoneração e outra de nomeação de Chefe interino e ainda foi combinado a data de transmissão do cargo; anexo 5 e 6
 - O Prof. Lucia não honrou seus compromissos. Agitou o Departamento de Economia já em comum com a Diretora do Centro na época (também exonerada). A Profª Vera Bandeira Villamil entrou com recurso ao Conselho Universitário, mas este ratificou a decisão do Reitor. Mesmo

49

rança e encaminhou recurso ao CFE;

- O Departamento de Economia solicitou ao Reitor que explicasse a situação do Prof. Lucia, o que foi feito, tendo o Colegiado aceito as respostas oferecidas e solicitado que fosse procedida nova eleição para Chefe do Departamento. O processo foi então remetido ao Conselho Departamental, conforme artigo 36, letra j e artigo 29, letra o do RGU, tendo em ambos os procedimentos sido ratificados os atos do Reitor; anexo 7 (página 2 a partir último parágrafo), anexo 8;

- enquanto o trâmite legal e administrativo corria, o Prof. Lucia e a Profª. Vera tumultuavam o caso com recursos desordenados para o Conselho Universitário, CFE e justiça. O Mandado de Segurança do Prof. Lucia foi contestado pela Universidade, estando no entanto pendente de decisão por parte do juiz. anexo 9 (a petição ao juiz solicitando o Mandado de Segurança é igual ao recurso ao CFE);

Dis. Senhor Presidente, os esclarecimentos e documentação:

- O Conselho Universitário está com sua programação normal de reuniões para o corrente ano. Já julgou o recurso da Profª Vera e o indeferiu. O do Prof. Lucia ainda não entrou em pauta;

- O Prof. Lucia não respeitou a ordenação dos recursos administrativos, recorrendo antes da decisão do Conselho Universitário ao CFE e antes deste se manifestar a justiça através de Mandado de Segurança;

57

...

- O Prof. Lucia não sofreu qualquer prejuízo financeiro com sua saída da Chefia do Departamento de Economia. Era Professor 24 horas e assim continuou. Atualmente ocupa o cargo de Delegado do Ministério da Agricultura na cidade de Pelotas. Portanto não tem horário para cumprir os compromissos nesta cidade, como professor 40 horas, o que é exigido para Chefia de Departamento.

- do comportamento do Prof. Lucia : a) se concordou com a exoneração (anexo 4 pag. 4), como vem depois alegar problemas de forma?; b) como pretende reintegração na Chefia do Departamento se já houve decisão do Colegiado e do Conselho Departamental em relação a sua situação?; c) trabalha em regime de tempo integral em outra cidade; d) porque agitar e criar problemas numa circunstância em que o Reitor procedeu com os resguardos necessários?; por fim e a autoridade, a ordem, hierarquia, a instituição acima das pessoas?

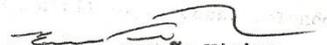
Eis, Senhor Presidente, os esclarecimentos e documentação solicitados, sobre o lamentável episódio. Estamos certos que as decisões do CFE e da Justiça resguardarão o princípio da autoridade em nossa Universidade, bem como o respeito às decisões de seus órgãos colegiados. Por todos os títulos a reintegração dos demitidos em funções onde a exigência maior é a confiança pessoal, só pederá desencadear grave crise de autoridade e desconfiança nas decisões dos órgãos colegiados, principalmente do Conselho Universitário. A Universidade de Rio Grande vive

...

57

...
ve tranqüila, com seus 3.000 alunos e 280 professores. Está com a reforma Universitária integralmente implantada, com todos os cursos funcionando no Campus. O trabalho que até aqui realizamos pode ser testemunhado pelo DAU/MEC. De uma comunidade de cerca de 4.000 pessoas, apenas dois são contestadores em luta aberta.

Sendo o que tínhamos para o momento, - colhemos o ensejo para reassegurar-lhe as nossas expressões do mais alto apreço e distinta consideração.


Prof. Euripedes Falcão Vieira

REITOR

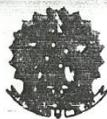
ILMO. SR.

PE. JOSÉ VIEIRA DE VASCONCELLOS

DD. PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

SETOR AUTARQUIA SUL - BLOCO "O" DO INPS - 6º ANDAR

BRÁSÍLIA - DF



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

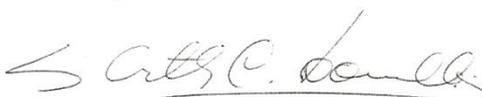
rio Grande, 28 de Julho de 1975.-

OF. CCHS. Nº 179/75

Prezado Senhor

Levo ao conhecimento de V.Sª. que o Médico Álvaro Joaquim Luongo Cespedes, foi examinado na disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros, para a revalidação de título, pela Comissão constituída pelos Professores Eunice Gomes Nunes, Flavio Madruga e Gilberto Russomano, sendo que o mesmo foi aprovado com menção SS.

Respeitosamente


Prof. Luiz Arthur Corrêa Dornelles
DIRETOR

Ilmo. Sr.

Prof. Paulo Sérgio Gonçalves

MD. Sub-reitor para assuntos de Ensino e Pesquisa

N/UNIVERSIDADE



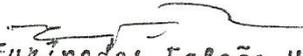
Ministério da Educação e Cultura
Fundação Universidade do Rio Grande

Rio Grande, 14 de janeiro de 1976.

MEM.R.004/76

SENHOR DIRETOR

Comunico a V.Sa. que a partir desta data, está terminantemente proibida a entrada do Sr. Lênio Jones Borsato - nas dependências desta Universidade. Particularmente, chamo a atenção de V.Sa. para os cuidados especiais no cumprimento desta determinação em todos os órgãos ligados ao Centro de Ciências do Mar.


Prof. Eurípedes Falcão Vieira
REITOR

ILMO. SR.
PROF. MILTON SIMÕES PIRAGINE
DD. DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR
NESTA FURG

CONFIDENCIAL

Ministério do Exército
 6ª Divisão de Exército
 8ª Bda Inf Mtz
 6º G A C - 2ª SEÇÃO

Rio Grande - RS, 05 Nov 76

— INFORMAÇÃO N.º 155 — E/2

1. Assunto PROFESSORES URUGUAIOS SUSPENSOS DE SUAS ATIVIDADES DE ENSINO.
2. Origem DSI/MRE (INFO 353 E/2 76, da 8ª BIM)
3. Difusão DPF - FURG - DEP
4. Difusão anterior —
5. Referência —
6. Anexo — Fotocópia da INFO 353 E/2 76, da 8ª BIM

Difunde-se o constante do anexo, versando sobre professores uruguaio-
 suspenso de suas atividades de ensino, na República Oriental
 do Uruguai.

ooooo O ooooo



Ministério do Exército
6.º D E
8.º BDA INF MTZ
CMDO

Dist. DPF - FURG SSP

PELOTAS-RS.
03 NOV 76

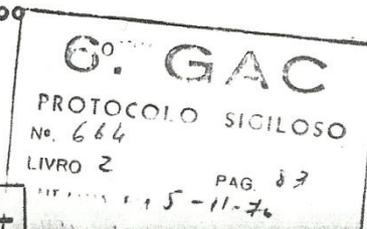


- INFORMAÇÃO N.º 353 - E/2

1. Assunto _____: PROFESSORES URUGUAIOS SUSPENSOS DE SUAS ATIVIDADES DE EN- /SINO.-
2. Origem _____: DSI/MRE
3. Difusão _____: Lista A
4. Difusão anterior _____: SNI/APA - DPF/RS - DCI/SSP/RS - V COMAR - AC/SNI - DSI/MEC
5. Referência _____: -
6. Anexo _____: -

1. Os nominados a seguir mencionados, todos professores uruguaios, foram sus- pensos recentemente das atividades de ensino que exerciam em estabeleci- mentos de ensino público ou privado na ROU: MARTHA MAILHE TOMASINI, MARCE LO DALMAS ARTUS, ANIBAL MARTIN PAIVA REISECKE, NERIS LUCY BONNET DALAMS / DE ABELENDA, DINCAN ALBINO VARGEVERDE TOLOSA, ENRIQUE FREY GIL, GUSTAVO / SANCHEZ LOACES, OMAR ESTEBEN PITA GIUSIANO, OMAR MOREIRA FERNANDEZ, CAR- LOS JOAQUIM MENDANA SOLARI, DORA OLGIIATTI NAVILLAT, NELSON LABERTO VIEIRA, ANTONIA QUINTANA DE VEGA, GLADYZ DERMA DE SIMONE RAMALLO, CLAVIA GAMBOA / DE GROSSO, ANGELA BAN JAMINA CUERVO RIVERO DE BOLANI, ELVIRA DUARTE CARDO SO DE PERALTA, ANA MARIA BARUCH DE ESPINDOLA, JOSÉ MIGUEL AROZTEGUI AIFA- RO, HECTOR IGNACIO GONÇALVES OIMEDO, MARIA GRACIANA AMENDOLA FRESCURA, RA MON ISAAC GUADALUPE CHOCHO, NORA RODRIGUEZ AMARAL, SANTIAGO GILLERMO BAR- REIX SEIJAS, MARTHA ESTELA DE LEON SILVA, AIDA AUGUSTA GARCIA FERNANDEZ / DE GONZALEZ, VICTOR EMILIO SILVEIRA BERBOZA, TEREZA JUANA GONÇALVES MEN - DEZ, ROSALBA ALCIRA MAUTONE DE BARAS GONÇALVEZ, MARIA ESTHER GARCIA DE / CORREA, RENEE LEONI D. DESSERT CASTELNUOVO DE FAY, MYRIAM JULIA ABASALOI- ZA DE JAURENA, ALDO NICOMEDES PERALTA CARDOZO, AISER JATER, GLADYZ NEYLY ROBALLO PEREIRA e CARLOS MUNOA VIEJOBUENO.
2. Todas as pessoas acima relacionadas não só foram suspensas, por medida de segurança, de suas atividades como docentes de escolas públicas ou parti- culares uruguaias, como ainda tiveram seus bens confiscados, segundo in- formação do Consulado Geral do Brasil em Montevideú.

oooooooooooo O ooooooooooooo



CONFIDENCIAL



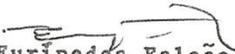
Ministério da Educação e Cultura
Fundação Universidade do Rio Grande

Rio Grande, 18 de janeiro de 1977.

MEM. GAB. 014/77

SENHOR DIRETOR

Comunico a V.Sa. que a partir desta data, está terminantemente proibida a entrada do Sr. Carlos Alberto Fossati Dutra Pereira nas dependências desta Universidade. Particularmente, chamo a atenção de V.Sa. para os cuidados especiais no cumprimento desta determinação, em todos os órgãos ligados ao Centro de Ciências do Mar.


Prof. Eurípedes Falcão Vieira

REITRE

ILMO. SR.

PROF. MILTON SIMÕES PIRAGINE

DD. DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR

NESTA FURG



Ministério da Educação e Cultura
Fundação Universidade do Rio Grande

(5)

Rio Grande, 06 de maio de 1976.

MEM.R.036/76

SENHOR CHEFE

Comunico a V.Sa. que a partir desta data, o Prof. Luiz Bessouat Laurino fica desligado de todos os trabalhos de pesquisa do Núcleo de Avaliação Pesqueira.

Doravante, o referido professor deverá cumprir seu horário de trabalho, exclusivamente na docência, no Departamento de Oceanografia Biológica.


Prof. Eurípedes Falcão Vieira
REITOR

ILMO. SR.

PROF. FERNANDO D'INCAO

DD. CHEFE DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO PESQUEIRA

Ciente:

NESTA FURG



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

OF. CIR. Nº 003/7865/76/SICI/2/DSI/MEC

Do : DIRETOR DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E
INFORMAÇÕES DO MEC

Em Brasília, 19/07/76

Ao

Assunto : LEVANTAMENTO DE DADOS
BIOGRÁFICOS

Tendo em vista que os levantamentos de elementos cogitados para os cargos de Reitor e Vice-Reitor de Universidades deverão ser submetidos à apreciação do Exmo. Pres. República, solicito-vos que os pedidos de LDB venham acompanhados, no mínimo, de um conceito sintético relativo à capacidade funcional do cogitado, abrangendo qualidades, tais como: eficiência e conduta profissional, assiduidade, respeitabilidade, probidade administrativa; capacidade de liderança e chefia.

Ao ensejo, apresento-vos protestos de estima e apreço.

ARMANDO ROSENZWEIG CAENEZES
Diretor da DSI/MEC



CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

OF.Nº 029/14353/76/SICI/2/DSI/MEC/76

do : DIRETOR DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO/MEC
Ao : REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE ^{EM Brasília,} 22/11/76

ASSUNTO : LISTA SÊXTUPLA PARA REITOR E VICE-REITOR DA FURG

ANEXO : 12 (DOZE) FICHAS DE QUALIFICAÇÃO MOD. 14

CÓPIA DO OFÍCIO Nº 003/7865/76/SICI/2/DSI/MEC, de 19/07/76.

Este documento é responsável pela manuseio
 e conservação deste documento.
 (Art. 62 da Lei nº 60.471/67 - Regulamento
 para salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Magnífico Reitor,

Com referência ao Ofício/GAB nº 310/76, de 17/SET/76, solicitamos enviar a esta DSI/MEC, as fichas de qualificação modelo 14, em anexo, devidamente preenchidas, de acordo com instrução no verso das mesmas, bem como o conceito sintético de todos os candidatos à Lista Sêxtupla para Reitor e Vice-Reitor dessa Universidade, conforme Ofício Circular nº 003/7865/76/SICI/2/.../DSI/MEC, de 19/07/76, em anexo.

Ao ensejo, apresentamos a V. Magnificência, protestos de estima e consideração.

No mi p... de
 ARMANDO R. MENEZES
 Diretor DSI/MEC

Edson Nunes de Oliveira
 Chefe de DSI/MEC

CONFIDENCIAL



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

Em reunião do Conselho Universitário realizada dia 10 de setembro de 1976, às 14 horas, na sede da Reitoria da FURG, foram escolhidos os componentes das listas sêxtuplas para Reitor e Vice-Reitor desta Fundação Universidade do Rio Grande, as quais ficaram assim constituídas.

- LISTA SÊXTUPLA PARA ESCOLHA DO REITOR

1. Prof. Eurípedes Falcão Vieira
2. Prof. Fernando Lopes Pedone
3. Prof. Paulo Sérgio Gonçalves
4. Prof. Sellby Love Prehn
5. Prof. Hêlio Mirapalheta Gomes
6. Prof. Orlando Macedo Fernandes

- LISTA SÊXTUPLA PARA ESCOLHA DO VICE-REITOR

1. Prof. Fernando Lopes Pedone
2. Prof. Paulo Sérgio Gonçalves
3. Prof. Sellby Love Prehn
4. Prof. Hêlio Mirapalheta Gomes
5. Prof. Orlando Macedo Fernandes
6. Prof. Alfredo Braga Weber



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para fins de prova junto a Di
visão de Segurança e Informações do Ministério da Educa
ção e Cultura que o Prof. JUPIREDES FALCÃO VIEIRA, é pes
soa de reconhecida capacidade profissional, desfrui dos
conceitos de assiduidade, respeitabilidade, probidade ad
ministrativa; capacidade de liderança e chefia.

Reitoria da FURG, em
29 de novembro de 1976.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Bel. Alcione Bonfiglio Olinto', written over the typed name below.

Bel. Alcione Bonfiglio Olinto
ASSESSOR JURÍDICO

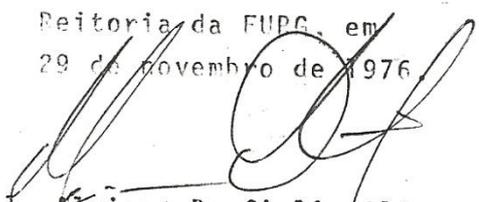


Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova junto a Di
visão de Segurança e Informações do Ministério da Educa
ção e Cultura que o Prof. FERNANDO LOPES PEDONE, é pes
soa de reconhecida capacidade profissional, desfrui dos
conceitos de assiduidade, respeitabilidade, probidade ad
ministrativa; capacidade de liderança e chefia.

Reitoria da FURG, em
29 de novembro de 1976.


Bet. Alcione Bonfiglio Olinto
ASSESSOR JURÍDICO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
 FICHA DE QUALIFICAÇÃO - MOD. 14
 ANTES DE PREENCHER OBSERVE INSTRUÇÕES (VERSO)

RESERVADO AO O.I.

ANEXO AO PB N.º DE

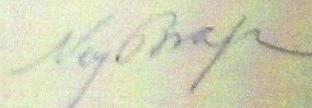
NOME		EURÍPEDES FALCÃO VIEIRA	
NASCIMENTO		DATA 26.09.33	LOCAL RIO GRANDE - RS
FILIAÇÃO		PAI EURÍPEDES NUNES GONCALVES VIEIRA	
		MÃE ELIZABETE LISBOA FALCÃO VIEIRA	
IDENTIDADE		N.º 19579-RS	ÓRGÃO EXP. SSP DATA 19.01.55
EST. CIVIL		CASADO	CÔNJUGE CILA MILANO VIEIRA
COGITADO	C A R G O	REITOR FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE	
		AUTORIDADE PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
		VIAGEM AO EXTERIOR	PERÍODO DE.....A.....
		COM ÔNUS <input type="checkbox"/>	LOCAL.....
		COM ÔNUS LIMITADO <input type="checkbox"/>	ESTABELECIMENTO.....
		SEM ÔNUS <input type="checkbox"/>
RESIDÊNCIAL	ATUAL	GENERAL VITORINO, 717 - CENTRO - RIO GRANDE - RS	
	ANTERIOR	DUQUE DE CAXIAS, 349 - CENTRO - RIO GRANDE - RS	
	ANTERIOR		
ATIVIDADES	A T U A L I S	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE ECONOMISTA REITOR DA FURG - RIO GRANDE	
		ANTERIOR SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO de	
		ANTERIOR PROFESSOR UNIVERSITÁRIO	
REGISTROS ANTERIORES (RESERVADO AO O.I.)			
ESCOLARIDADE	CONCLUSÃO DE CURSO CIENTÍFICO PELO COLÉGIO ESTADUAL LEMOS JUNIOR. RS - 1953 BACHAREL EM CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS PELA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DE RIO GRANDE. LICENCIADO EM GEOGRAFIA PELA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - RS - 1966		
OUTROS DADOS			
PREENCHIDA EM 30 / 11 / 1976			

Portaria n.º 127 de 8 de maio de 1977

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO
E CULTURA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto
no Decreto nº 71 291, de 31 de outubro de 1972, resolve

D E S I G N A R

EURÍPEDES FALCÃO VIEIRA, para Reitor "pro tempore" da Fundação
Universidade do Rio Grande, tendo o presente ato efeitos declara-
tórios e retroativos a partir de 03 de dezembro de 1976.



Ney Braga

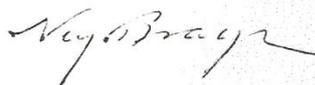
PUBLICADO NO
DIÁRIO OFICIAL
de 11/3/77

Portaria n.º 141 de 15 de maio de 1977.

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 27, item II do Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, aprovado pelo Decreto nº 65.462, de 21 de outubro de 1969, resolve

D E S I G N A R

CID SCARONE VIEIRA, como representante do Ministério da Educação e Cultura no Conselho Curador da Fundação Universidade do Rio Grande, com mandato de 3 anos.



Ney Braga

PUBLICADO NO
DIÁRIO OFICIAL
de 18.13.77

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

OF. Nº 0016/1862/77/SICI/2/DSI/MEC/BSB

DO: DIRETOR DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E
INFORMAÇÕES/MEC
AO: MAGNÍFICO REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVER
SIDADE DO RIO GRANDE
ASSUNTO: ISRAEL KORK MARKOWICZ

EM BRASÍLIA, 18/03/77

Magnífico Reitor,

A contratação de professores, sem o prévio Levantamento de Dados Biográficos, contraria frontalmente as determinações da Presidência da República, baixadas pelo Chefe do SNI/AC.

2 - Aquelas determinações foram difundidas a todos os órgãos deste Ministério por meio de normas aprovadas pelo Ministro da Educação e Cultura, em instrução nº 01/74, encaminhadas pelas Informações nºs 4678/74 de 18/10/74 e 1075/75 de 31/MAR/75.

3 - "O LDB consiste na obtenção sigilosa, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações - "SISNI", de dados sobre pessoas o mais pormenorizadamente possível, com a finalidade precípua de preservar os interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública".

4 - ISRAEL KORK MARKOWICZ, sem dados de qualificação de nacionalidade uruguaia, exerceria atualmente a função de Chefe do Departamento de Ciências Fisiológicas da Faculdade de Medicina da FURG.

5 - Nenhuma pessoa pode ser contratada para prestar serviço nessa Fundação, quer em função de DAS, quer como professor particularmente em se tratando de estrangeiros, sem ser objeto de prévio de audiência por esta DSI.

CONFIDENCIAL

Toda pessoa que tomar conhecimento do conteúdo deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto 79.099/77 (R. S. A. S.)

CONFIDENCIAL

2.2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Continuação do OF. nº 0016/1862/77/SICI/2/DSI/MEC/BSB

6 - Solicitamos a V. Magnificência a gentileza de nos informar:

- a - Veracidade do Item 4
- b - Em caso positivo, informar se o nominado foi objeto de LDB.
- c - Dados esclarecedores do problema.

Aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

assunto para
manutenção de seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo
Decreto 79.099/77 (R. S. A. S.)


ARMANDO R. MENEZES
Diretor DSI/MEC

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

OF. Nº 0016/1862/77/SICI/2/DSI/MEC/BSB

DO: DIRETOR DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E
INFORMAÇÕES/MEC
AO: MAGNÍFICO REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVER
SIDADE DO RIO GRANDE
ASSUNTO: ISRAEL KORK MARKOWICZ

EM BRASÍLIA, 18/03/77

Magnífico Reitor,

A contratação de professores, sem o prévio Levantamento de Dados Biográficos, contraria frontalmente as determinações da Presidência da República, baixadas pelo Chefe do SNI/AC.

2 - Aquelas determinações foram difundidas a todos os órgãos deste Ministério por meio de normas aprovadas pelo Ministro da Educação e Cultura, em instrução nº 01/74, encaminhadas pelas Informações nºs 4678/74 de 18/10/74 e 1075/75 de 31/MAR/75.

3 - "O LDB consiste na obtenção sigilosa, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações - "SISNI", de dados sobre pessoas o mais pormenorizadamente possível, com a finalidade precípua de preservar os interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública".

4 - ISRAEL KORK MARKOWICZ, sem dados de qualificação de nacionalidade uruguaia, exerceria atualmente a função de Chefe do Departamento de Ciências Fisiológicas da Faculdade de Medicina da FURG.

5 - Nenhuma pessoa pode ser contratada para prestar serviço nessa Fundação, quer em função de DAS, quer como professor particularmente em se tratando de estrangeiros, sem ser objeto de rito de audiência por esta DSI.

CONFIDENCIAL

Toda pessoa que tomar conhecimento do conteúdo do assunto deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto 79.099/77 (R. S. A. S.)

CONFIDENCIAL

2.2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Continuação do OF. nº 0016/1862/77/SICI/2/DSI/MEC/BSB

6 - Solicitamos a V. Magnificência a gentileza de nos informar:

- a - Veracidade do item 4
- b - Em caso positivo, informar se o nominado foi objeto de LDB.
- c - Dados esclarecedores do problema.

Aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

assunto sobre
manutenção de seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo
Decreto 79.099/77 (R.S.A.S.)


ARMANDO R. MENEZES
Diretor DSI/MEC

CONFIDENCIAL



Ministério da Educação e Cultura
Fundação Universidade do Rio Grande

Rio Grande, 30 de maio de 1977.

MEM. GAB. 63/77.

SENHOR SUB-REITOR

Solicito suas providências no sentido de promover, nesta data, a rescisão do contrato de trabalho com a Prof^a. VERA BANDEIRA VILLAMIL, por não mais convier seus serviços nesta Universidade.


Prof. Fernando Lopes Pedone

REITOR

ILMO. SR.
PROF. ALBERTO JOSÉ MEIRELLES LEITE
MD. SUB-REITOR ADMINISTRATIVO DA FURG.
NESTA REITORIA.-

JNGS.-GAB/R.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Gabinete do Ministro

C/SEPAR 1786/77

(77)

Brasília, em 30 de setembro de 1977

Ilmo. Sr.
Magnífico Reitor
PROF. FERNANDO LOPES PEDONE
Fundação Universidade do Rio Grande
Rua Luiz Loréa - 261
Campus Universitário
96.200 - Rio Grande - RS

Encaminho a V. Sa. para as providências julgadas cabíveis, o anexo expediente, remetido ao Senhor Ministro da Educação e Cultura.

Solicito o obséquio de comunicar ao interessado a solução dada ao assunto, orientando-o no que julgar conveniente.

Atenciosamente,


MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO
Secretário Particular

Exmo. Sr. General Ney Amintas de Barros Braga
 DD. Ministério da Educação e Cultura
 Brasília



Assistia o recente pronunciamento de Vossa Excelência, feito através dos canais da Televisão, cuja ênfase era o convite à juventude brasileira no sentido da paz, da responsabilidade e do trabalho, fundamentais à melhor estruturação da Pátria, num momento de conflitos e incertezas sociais que avassalam o mundo atual quando meu filho mais velho, Raul Torres de Bem Júnior, Oceanólogo da 1ª Turma da FUBRG, primeiro colocado no vestibular e ao término do Curso e, ha pouco dispensado "sem justa causa" do cargo de auxiliar de ensino, disse:

— Eu sou jovem, estava trabalhando pela minha Terra e me demitiram sem motivo...

Senhor Ministro, este jovem, aprovado na época, também, para o Curso de Medicina, optou pela Oceanologia, não obstante a interrogação sobre o futuro da profissão, por simples vocação e idealismo coerente com o pensamento exposto há dias por Vossa Excelência. Este jovem, monitor durante o Curso, tão logo graduado, foi convidado para Professor da mesma Faculdade e, meses depois incluído no regime de 40 horas pelo trabalho que vinha realizando. Este jovem, apesar das dificuldades financeiras, fez vários cursos de especialização, sacrificando férias, durante os anos de Faculdade. Este jovem, escolhido inclusive, em reunião, para Mestrado no exterior, foi surpreendido, bem como seus colegas, alunos e amigos

Inconformado, mas pessoa de temperamento de pesquisa e formação de Mestre, filho exemplar, já mais tendo se envolvido em questões políticas ou particulares, nenhuma atitude tomou no sentido de procurar esclarecimentos, a não ser, como consequência de boatos que circularam, por ocasião do ajuste de contas. Esses boatos se referiam a não permanência em horários extras o que o levou à Justiça do Trabalho no sentido de, cobrando horas extras que ele jamais cobraria, prova a injustiça que se estava cometendo. E, Senhor Ministro na Justiça do Trabalho, foi apresentado, agora, na 1ª audiência, pela outra parte, o Livro Ponto da Universidade, com a sua assinatura riscada em vermelho!

Como professora dos Ensinos Fundamental e Médio, com mais de trinta anos dedicados ao Magistério e tendo recebido dos pais e transmitido aos filhos o senso de responsabilidade, a honradez e a ideia de justiça, não poderia deixar de levar a Vossa Excelência apenas um caso, de tantos quantos surgiram naquela Universidade. E, se possível, pedir Justiça!

Senho tido, ao longo dos anos, notícia da vida e da atuação de Vossa Excelência. Sem que deseje qualquer ligação com este fato, identifico-me como irmã de Adyr Maya, hoje General da Reserva, que sempre foi, desde os tempos do Realengo, um sincero admirador de Vossa Excelência.

Acompanhando o trabalho de Vossa Excelência como Prefeito de Curitiba, Deputado Federal, Governador do Estado do Paraná e, também a trajetória como homem público; sabendo da dedicação como chefe de família numerosa, busco, por tudo isto, em Vossa Excelência a providência que julgar adequada aos objetivos que tem se proposto e empenhado à frente desse importante Ministério.

É de lamentar, na verdade, a mar-

naquilo em que se graduou, para crescer no intellecto e melhor distribuir o conhecimento que adquiriu. Escrevo esta, ditada por um impulso de Mãe e por uma vida de correção nas atitudes pessoal e funcionais, bem como baseada na segurança que a pessoa de Vossa Excelência inspira. Mas, também por formação, rogo a Vossa Excelência não seja meu filho cientificado desta carta.

Senhor Ministro! Se minha carta atingir a meta a que se destina, jamais esquecerei, orando sempre, por Vossa Família e continuarei a transmitir com o mesmo otimismo, por ora muito abalado, os ensinamentos de Fé e de Justiça com os quais somente, se conquistará o mundo de amanhã.

Respeitosamente

Emy MayadeBem



Ministério de Educação e Cultura
Fundação Universidade de Rio Grande

Rio Grande, 1º de agosto de 1978.

MEM. CAB. 43/78

SENROR SUB-REITOR

Solicito suas providências no sentido de con
ceder ao Prof. ANTÔNIO DE PINHO MAÇADA, a gratificação correspondente a seu car
go como Coordenador da Disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), na
partir de 1º de agosto de 1978.


Prof. Fernando Lopes Pedone
REITOR

ILMO. SR.
PROF. ALBERTO JOSÉ METRELLES LEITE
MD. SUB-REITOR ADMINISTRATIVO
NESSA PÁG

Consulado General
de la
República Argentina

77

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES

El Cónsul General de la República Argentina en Porto Alegre, Capital del Estado de Rio Grande del Sur, República Federativa de Brasil, CERTIFICA, de conformidad con la información suministrada por la Policía Federal de la República Argentina que, Don DANTE ANTONIO ANGEL CAPEZZANI con legajo de identidad N.º 4.601.135, nacido el día 24 de Febrero de 1939, en Buenos Aires- República Argentina hijo de Don Dante Capazzani y de Valentina Bru-
mat. titular de Celula 1 Identidad no registra antecedentes desfavorables en la República Argentina hasta el 01/03 de agosto de mil novecientos setenta y siete.

En fe de lo cual, se extiende el presente certificado al causante cuya firma e impresión dígito pulgar derecha figuran mas abajo, en la Ciudad de Porto Alegre, a los 28 días del mes de Octubre del año 1977

Dante M Capazzani

Firma del interesado



IMPRESIÓN DÍGITO PULGAR DERECHA

N.º de orden 3797
N.º de arancel 29
Derecho percibido \$
Moneda extranjera Cr\$ 150,00
Deposito efectuado en el Bco. de Crédito Real de Minas Gerais S. A. Porto Alegre



Joaquín Daniel Otero
JOAQUIN DANIEL OTERO
Cónsul General

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Resp. 21/05/78
27. 217/78

Ofício nº 012/7955/76/SICI/1/DSI/MEC/78 - 17/02/78

DO Diretor da Divisão de Segurança e Informações
AO Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande ^{EM}
ASSUNTO PROJETO ATLÂNTICO FURG/RS
CONTRATAÇÃO DE ARGENTINOS
REF. Ofício nº 139/8006/77/SICI/1/DSI/MEC - 27/07/77
Anexo 01 (uma) Ficha de Qualificação Mod. 14

Magnífico Reitor,

Essa Universidade em fins de 1976 desenvolvia o Projeto Atlântico na área dos recursos marinhos, no Centro de Ciências do Mar do Departamento de Oceanografia Aplicada.

2. A época, diversos argentinos foram contratados para trabalhar no empreendimento:

- ✓ JORGE PABLO CASTELLO (Coordenador do Projeto)
- ✓ DANTE A.A. CAPEZZANI (Prof. de Estatística Pesqueira)
- MARCELO CELSO (Prof. de Maricultura)
- ✓ MANOEL HAINOVICH (Prof. de Avaliação Pesqueira)
- ✓ RICARDO ROBERTO CAPITULLI (Prof. de Bentologia)
- GRACIELLA CAPITULLI (Colaborista)

3. Constituíram objeto do ofício da referência ainda:

- ✓ MONICA ADELINA MONTU (Bióloga)
- ✓ HUGO PATRÍCIO CASTELLO (Biólogo).

4. As pesquisas do Projeto Atlântico, desenvolvido por brasileiros e custeado pelo BRASIL, poderiam ter seus resultados graciosamente, filtrados para o exterior sem o necessário conhecimento e controle das autoridades competentes, além do perigo, sempre presente, de uma possível infiltração em nosso País de elementos subversivos e comunistas.

Toda a área que tomar conhecimento de assunto deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo.
Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto 79.099/77 (R. S. A. S.)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIALSERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Cont. do OF. Nº 012/7955/76...17/02/7879
02.02

Baseados no Art. 23 do Decreto nº 75.640, de 22/04/75, solicitamos o obséquio de Vossa Magnificência no sentido de informar:

- a - Os dados constantes da Ficha anexa sobre os nominados.
- b - Outras possíveis entradas de estrangeiros no País, para participação no Projeto Atlântico.
- c - Situação dos estrangeiros participantes do Projeto, em relação aos aspectos legais de entrada e permanência no País e das contratações legais efetuadas.
- d - Situação atual do Projeto Atlântico.
- e - Outros dados julgados úteis.

Aproveitamos para renovar os protestos de estima e consideração.

Toda pessoa que tiver conhecimento do conteúdo deste documento é responsável pela manutenção da sua sigla.

Art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto 79.099/77 (R. S. A. S.)

ARMANDO MENEZES
Diretor da DSI/MEC

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Ofício nº 059/7955/76/SICI/1/DSI/MEC/78 - 16.06.78

DO Diretor da Divisão de Segurança e Informações
AO Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande
ASSUNTO CONTRATAÇÃO DOS ESTRANGEIROS PARTICIPANTES DO PROJETO ATLÂNTICO
Ref. Retemec 08, de 25.05.78
Anexo Cópia da Circular Nº 224/76 - SPMAF/DPF/SR/RS

Magnífico Reitor

Segue anexa cópia da CIRCULAR Nº 224/76 - SPMAF/DPF/SR/RS.

Atenciosamente

Toda pessoa que tomar conhecimento de
 assunto deste documento é responsável pela
 manutenção de seu sigilo.

Art. 12 do Regulamento aprovado pelo
 Decreto 79.093/77 (R. S. A. S.)

ARMANDO MENEZES
 Diretor DSI/MEC

Armando Menezes de Oliveira
 Diretor da DSI/MEC

CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
SERVIÇO DE POLÍCIA MARÍTIMA, AÉREA E DE FRONTEIRAS

Porto Alegre, 08 de abril de 1976

CIRCULAR Nº 224/76-SPMAF/DPF/SR/RS

O CHEFE DO SERVIÇO DE POLÍCIA MARÍTIMA, AÉREA E DE FRONTEIRAS do Departamento de Polícia Federal, usando das atribuições que lhe confere o artigo 430, do Decreto número 56.510, de 28 de junho de 1969,

CONSIDERANDO que é do conhecimento do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional no Rio Grande do Sul, de que Universidades e Faculdades públicas ou particulares, deste Estado, estão matriculando ou renovando matrículas a estudantes estrangeiros convênio ou não convênio, sem observar a legislação específica para o caso:

R E C O M E N D A

Todos os estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio Grande do Sul, ao conceder ou renovar matrícula do ESTUDANTE-CONVÊNIO, deverão examinar se consta no passaporte o respectivo VISTO-CONSULAR, de acordo com o artigo 15, item IV, do Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, bem como verificar no referido documento se registra o número e a data da emissão da Carteira de Identidade para Estudante-Convênio, conforme artigo 3º, do Decreto nº 55.613, de 20 de janeiro de 1965.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

82

Exigir ainda:

a) - Carteira de Identidade para Estrangeiro Temporário, expedida pelas Delegacias de Estrangeiros " das Secretarias de Segurança Públicas ou pelos Serviços ou Seções de Registro de Estrangeiros do Departamento de Polícia Federal;

b) - Carteira de Identidade para Estudante Convênio, expedida pelo Departamento Cultural e de Informações do Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o Decreto nº 55.613, de 20/01/65, a qual só será válida quando nela constar o registro da matrícula concedida ao Estu- dante-Convênio pelo estabelecimento de ensino, no ano em " curso;

c) - Para os estudantes estrangeiros não convênio, deverá ser exigido o passaporte com o respectivo VISTO-CONSULAR e a Carteira de Identidade para Estrangeiro Temporário, conforme artigos 15, item IV e 42 e seus parágrafos do Decreto-Lei nº 941, de 13/10/69.

Nos casos de dúvidas, as Secretarias das Faculdades deverão consultar previamente o SPMAF/RS, antes de matricular estudantes estrangeiros.

No interesse da Segurança do País, as Universidades do Rio Grande do Sul deverão encaminhar ao SPMAF uma lista anual com os nomes e demais dados de qualificação dos estudantes e professores estrangeiros.

Sob pena de infração ao ESTATUTO DOS ESTRAN- GEIROS, nenhum estabelecimento de ensino superior poderá ad- mitir no seu corpo docente professor estrangeiro sem que es- teja munido da Carteira de Identidade para Estrangeiro Per- manente.

Carlos José Viança Santos-Dei



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

Rio Grande, 14 de Junho de 1979.

OF. SUPEXT. Nº 037/79

SEGRETO

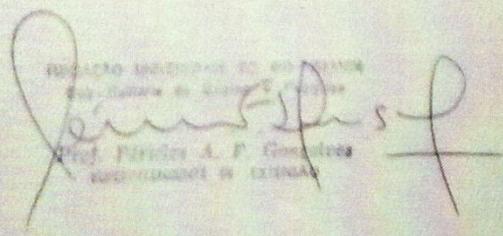
*Em
falta de
poder para a
fronteira de energia
atualizada, durante
cópia de mesma a
falta os membros
Carla 19/06/79*

encaminhados, em anexo, ao Prof. Luiz

exercício da Equipe Executiva desta Superintendência, do Prof. Luiz
Arthur Correa Dornelles.

Tendo em vista o referido professor
haver sido nomeado para tais funções pela Portaria nº 112/79, envi-
amos o presente para serem providenciadas as medidas cabíveis no caso.

sendo o que havia para o momento, subg-
crevemo-nos atenciosamente.

PROFESSOR ASSISTENTE EM EDUCAÇÃO
DO NÍVEL DE GRADUAÇÃO

Prof. FERNANDO A. F. GONÇALVES
SUPERINTENDENTE DE ENSINO

ILMO. SR.
PROF. FERNANDO LOPES PEREIRA
DD. REITOR DA FURG
ESTA UNIVERSIDADE



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA / RÓDILLO SOMENTE POR NOVENTA
 DELEGACIA DE ESTRANGEIROS (SC) DIAS, VOLTAR APÓS ESSE
 COMPROVANTE DE PROTOCOLO PRAZO A DELEGACIA DE ESTRAN-

GEIROS - AV. MAUA, 701, 4.º ANDAR.

Nome: Ricardo Roberto Capitoli

Nacionalidade: Argentina Protocolo Nº 4.177/98

Assunto: Requer Prorrogação de Prazo Temporário

Encaminhado o processo ao Departamento Federal de Justiça/Ministério da Jus-
 tiça em 13/ Janeiro/ 1977. (Aguarda despacho)

O ESTRANGEIRO PORTADOR DESTA ENCONTRA-SE LEGALMENTE NO PAÍS
 DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO MESMO = DATA DE EXPEDIÇÃO 14/
 / 07/ 1977.

[Handwritten signature]
 SERGIO GARÇA DE OLIVEIRA
 ESCRIVÃO DE POLICIA

(76)

Rio Grande, 24 de março de 1977.

OF.GAB. 082/77

SENHOR DIRETOR

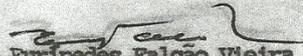
Em atenção ao ofício nº 0016/1862/77/SICS/X/
DSI/MEC/BSB, temos a informar o que segue:

- O Prof. Israel Kork Markowicz foi admitido na Faculdade de Medicina de Rio Grande em 19 de janeiro de 1972, fazendo parte do quadro de pessoal da FURG. Portanto, pr~~ata-se de~~ um professor com mais de 5 (cinco) anos de trabalho docente e de pesquisa para o nosso ensino superior. A par disso, é um cientista de renome internacional, já tendo re~~presentado~~ a Universidade em dois Congressos internacionais, em Edimburgo na Escócia e Hamburgo da Alemanha. Neles defendeu com sucesso trabalhos de in~~vestigação~~ científica, desenvolvidos aqui em Rio Grande. É, pois, um cientis~~ta~~ ta que tem projetado o nome de uma Universidade brasileira no exterior.

Atualmente, ocupa o cargo de Chefe do Departamento de Fisiologia, por escolha unânime do colegiado do Departamento. Es~~sa~~ sa escolha é fruto do notável trabalho docente e científico que o Prof. - Israel Kork tem desenvolvido nesta Universidade.

Anexamos ao presente, dados individuais do Prof. Israel Kork Markowicz, cópias de trabalhos publicados e participações em Congressos e Seminários.

Send~~o~~ o que tínhamos para o momento, colhem~~os~~ o ensejo para manifestar-lhe nossas expressões de apreço e consideração.


Prof. Eurípedes Falcão Vieira

REITOR



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

DADOS INDIVIDUAIS

PROF. ISRAEL KORC MARKOWICZ

Pai: JOSÉ JACOBO KORC

Mãe: BRANDLA MARKOWICZ KORC

Data do Nascimento : 1º DE JANEIRO DE 1925

Localidade de nascimento: VARSÓVIA/POLONIA

NATURALIZADO URUGUAIO

Residência: Praça Barão de São José do Norte s/nº - apto 2 - Rio Grande - RS

Carteira Profissional: 67820 série 299

Carteira de Identidade para Estrangeiro Permanente nº 825.391 - RS - 19692,
datada de 12/06/73.

CPF nº 118 069 070 - 20

Diploma. MÉDICO (Doutor em Medicina e Cirurgia)

Registrado sob nº 246, fls 82 - MONTEVIDÉO

Diploma revalidado sob nº 30, fls 8, livro M-6, de 14/07/76

Aprovado pelo Conselho Federal de Educação para a Disciplina de Bioquímica -
Parecer nº 611/72 - Doc 139 (medicina)

Aprovado pelo Conselho Federal de Educação para a Disciplina de Bioquímica -
Parecer nº 1133/75 - Doc. 173 (oceanologia)



O PEDIDO DEVERÁ ENTRAR NA
DELEGACIA 30 DIAS ANTES DE VENCER O
PRAZO TEMPORÁRIO.

90

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ADQUIRIR PERMANÊNCIA DEFINITIVA NO PAÍS

DOPS - DELEGACIA DE ESTRANGEIROS

- 1 - FOTOCOPIA DO PASSAPORTE (Autenticada em Tabelionato) OU FOTOCOPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE ACOMPANHADA DO CARTÃO DE DESEMBARQUE PARA ESTRANGEIROS QUE ESTIVEREM DISPENSADOS DO USO DO PASSAPORTE PARA INGRESSO NO PAÍS EM RAZÃO DE CONVENIO.
 - 2 - FOTOCOPIA DA CERTIDÃO DE CASAMENTO (Para casados) OU FOTOCOPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO (Para solteiros), AUTENTICADA EM TABELIONATO, O ORIGINAL DEVERÁ SER VISADO NO CONSULADO DO BRASIL E DEVERÁ SER APRESENTADA TRADUÇÃO JURAMENTADA.
 - 3 - FOTOCOPIA AUTENTICADA DO CERTIFICADO DE VACINA INTERNACIONAL.
 - 4 - ATESTADO DE BOA CONDUTA DO PAÍS DE ORIGEM, AUTENTICADA PELO CONSULADO DO BRASIL, DEVE SER APRESENTADO O DOCUMENTO ORIGINAL, ACOMPANHADO DE TRADUÇÃO JURAMENTADA.
 - 5 - ATESTADO DE RESIDÊNCIA, FORNECIDO PELAS DELEGACIAS DISTRITAIS, REFERENTE A RESIDÊNCIA NO BRASIL.
 - 6 - COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DE TAXA FEDERAL DE CR\$ 67,80 (para o titular) OU CR\$ 13,60 (para dependentes), RECOLHIDA NO BANCO DO BRASIL, ATRAVÉS DO FORMULÁRIO "DARF", EM QUATRO VIAS. Livraria Do Globo.
 - 7 - PROMESSA DE TRABALHO, CONFORME MODELO ANEXO.
 - 8 - COMPROVANTE DE CAPACIDADE PROFISSIONAL, DIPLOMA OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO (SOMENTE CURSO TÉCNICO OU SUPERIOR), AUTENTICADO PELO CONSULADO DO BRASIL.
Observações: a) ISENTOS PARA PORTUGUESES;
b) ISENTOS PARA QUEM FOI PERMANENTE NO BRASIL;
c) ISENTOS PARA PAI OU MÃE DE FILHO BRASILEIRO;
d) ISENTOS PARA QUEM TIVER PAI OU MÃE OU FILHO RADICADO NO PAÍS.
 - 9 - ESPOSA DE ESTRANGEIRO RADICADO NO BRASIL, APRESENTAR FOTOCOPIA AUTENTICADA DA CARTEIRA DE ESTRANGEIRO DO ESPOSO E UMA DECLARAÇÃO DO MESMO, COM FIRMA RECONHECIDA, RESPONSABILIZANDO-SE PELA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA DA REQUERENTE.
 - 10 - AQUELES QUE PRETENDAM ESTABELECEM-SE NO COMÉRCIO OU NA INDÚSTRIA, POR CONTA PRÓPRIA, DEVERÃO APRESENTAR COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL, CORRESPONDENTE A 25.000 DÓLARES, FEITA ATRAVÉS DO BANCO DO BRASIL NO PAÍS DE ORIGEM.
 - 11 - DUAS FOTOS TAMANHO 5X7 e DUAS FOTOS 3X4.
 - 12 - ATESTADO DE BONS ANTECEDENTES (DA CAPITAL DO ESTADO), SERÁ FORNECIDO UM MEMORANDO PELA DELEGACIA DE ESTRANGEIROS.
 - 13 - ATESTADO GERAL DE SAÚDE (MINISTÉRIO DA SAÚDE), SERÁ FORNECIDO UMA REQUISICÃO PELA DELEGACIA DE ESTRANGEIROS.
- OBSERVAÇÃO: O ESTRANGEIRO NÃO PODERÁ EXERCER ATIVIDADE REMUNERADA NO PAÍS, DURANTE A TRANSITAÇÃO DO PROCESSO.

FOTOCOPIA AUTENTICADA DA CARTA

(circled) *muo delo*
(circled) 97

FICHA DE DADOS INDIVIDUAIS

- A) NOME COMPLETO _____
- B) DATA E LOCAL DE NASCIMENTO _____
- C) NOME DO PAI _____ NOME DA MÃE _____
- D) FUNÇÃO OU CARGO PARA O QUAL O EPICRAVADO É COGITADO _____
- E) AUTORIDADE A QUE ESTÁ ANETO O ATO DE ADMISSÃO OU RECONDUÇÃO: Polícia Federal e DOPS de Porto Alegre.
- F) REGISTROS EXISTENTES (INFORMAÇÕES OU INFORMES SOBRE A CONDUTA OU DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TAIS INFORMES): NÃO
- G) RESIDÊNCIA ATUAL (RUA, Nº, CIDADE e ESTADO): _____
- H) RESIDÊNCIAS ANTERIORES (CIDADES e LOCAIS): _____
- I) ATIVIDADE ATUAL (CIDADE, ORGANIZAÇÃO e FUNÇÃO): _____
- J) ATIVIDADES ANTERIORES (CIDADES, ORGANIZAÇÕES e FUNÇÕES): _____
- K) ESCOLA (S), UNIVERSIDADES? FREQUENTADAS PELA QUAL (S) SE FORMOU - (CIDADES, LOCAIS e NOMES DAS ESCOLAS): _____
- L) ATIVIDADES e LIGAÇÕES POLÍTICAS ATUAIS e ANTERIORES: _____
- M) DOCUMENTO DE IDENTIDADE (LOCAL, e DATA DE EMISSÃO): _____
- N) ESTADO CIVIL _____ NOME DO CONJUGE: _____
- O) OUTROS DADOS JULGADOS ÚTEIS A ORIENTAÇÃO DA BUSCA: _____
- P) PROCESSO DE PERMANÊNCIA Nº no D.F.J. _____

LOCALIDADE: _____ / _____ / 1977.

Assinatura do requerente

OBSERVAÇÃO: PREENCHER EM QUATRO VIAS

EXMO. SR.
 PROF. JOMAR BESSOUAT LAURINO
 DD. REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - FURG
 RIO GRANDE - RS
 =====

SENHOR REITOR,

VIMOS PELO PRESENTE, DENUNCIAR AS CONDIÇÕES AUTORITARIAS E ANTIDEMOCRÁTICAS QUE TEM CARACTERIZADO AS DISCUSSÕES EM TORNO DA SUCESSÃO DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. A CONCRETIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO SOBRE "ESTRUTURA DE PODER NA UNIVERSIDADE", COM PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS REITORES, TROUXE À TONA TODA A ESTRUTURA ARCAICA E EXISTENTE NA UFU. COMO OS FUNCIONÁRIOS CONSTITUEM HOJE UMA CATEGORIA ORGANIZADA, SIGNIFICAM AMEAÇA AQUELES QUE NÃO QUEREM ABRIR MÃO DO PODER. E PARA REAFIRMAR POSIÇÕES USAM E ABUSAM DE SUA AUTORIDADE PUNINDO VÁRIOS FUNCIONÁRIOS PELO SIMPLES FATO DE PARTICIPAREM DE UM SEMINÁRIO. ASSIM, HOJE TEMOS FUNCIONÁRIOS NA GRÁFICA COM CARTA DE ADVERTÊNCIA E FUNCIONÁRIOS DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SUSPENSOS POR ORDEM DO DIRETOR GERAL DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO. ISSO SEM FALAR NAS PRESSÕES VIOLENTAS QUE OBJETIVAM O CERCEAMENTO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO. FIRMES NA LUTA PELO ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DEMOCRÁTICAS NA UFU, APRESENTAMOS SAUDAÇÕES.

DIRETORIA DA ASUFUF
 ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

TX. VERA.
 CRV. RR

OK BEM RECEBIDO POR NELSON OK NELSON UM ABRAÇO IDEM

YBY DSL. OKR

ZD. #

532373FURG BR

53/90574Ç BR

#

343543CMUB BR

532373FURG BR

*Assinado
 Walter*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OF.SRA.SAP. Nº 261/86

Rio Grande, 08 de setembro de 1986

Magmª Reitor:

Em resposta ao despacho emitido por V.Magciª, no Telex/MEC/BSB NR 15118 de 07/08/86, a esta Superintendência, estamos enviando relação de professores demitidos sem justa causa no período de 16/11/72 a 15/08/79, e com justa causa.

Sem justa causa :

<u>Nome</u>	<u>DEMISSÃO</u>
Adolpho Roberto Brum	14/01/78
Alberto Garcia de Figueiredo Junior	28/02/75
Brazilio Cezimbra Ruiz	29/08/73
Claudete Duarte Botelho	13/02/77
Farid Butros Yoñan Nader	31/05/74
Hilda Maria Fogaça Stein	04/03/76
Hilton Corrêa Lampert	30/01/79
Irene Dupuy de Araújo	09/08/76
Jorge Lopes da Silveira	31/07/75
José Carvalho Freire	31/05/74
José Renato Amaral	27/06/74
Kiyoko Yamasaki	16/02/76
Lenio Jones Borsato	13/11/75
Luiz Bessouat Laurino	28/02/77
Luiz Carlos Crescenti Faleiro	31/08/74
Maria Dias Blis	28/02/77
Maria Helena da Silva de Magalhães	28/02/77
Mario José Simon	30/04/74
Neusa Marchand Pinho	30/09/76
Oscar Edmundo Ko Freitag	12/04/76
Oswaldo Cruz Felizolla	20/09/75
Raymundo Paulo Tomkowski	20/03/73
Raul de Bem Júnior	28/02/77
Sueli Cecilia Rauber Feldes	22/04/76
Syria Amaral Silveira	28/02/74
Walter Pool Rodrigues	17/11/76



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Com justa Causa:

<u>Nome</u>	<u>Demissão</u>
José Luiz Fonseca da Silva	30/10/73
Umeko Marubayashi	15/06/76

Outrossim informamos-lhe que houveram 03 docen -
tes que foram demitidos sem justa causa, e que foram readmitidos a
pós sentença judicial que determinou a reintegração dos referidos
ao quadro de docentes da FURG , são eles:

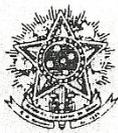
- Atenéa Fellistoffa
- Lucia Ayala
- Vera Bandeira Villamil

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Pedro José Martins Ávila
Superintendente Administração de Pessoa

MAGMº SR.
JOMAR BESSOUAT LAURINO
REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

P A R E C E R N° 25/86 - RIO GRANDE, 18 DE SETEMBRO DE 1986.-

Esta Procuradoria Jurídica, dando pleno cumprimento ao respeitável despacho proferido por essa Magnífica Reitoria, datado de 09 de setembro do corrente, que se reporta à matéria contida no contexto do Telex n° 15118/86, mandado expedir pelo sr. Dr. Presidente da Comissão Criada pela Portaria n° 549, de 22 de julho do corrente ano, tendo em vista o que preleciona o Decreto n° 92.768, de 09.06.86, do Governo da União, que delega competência aos Ministros de Estado para expedirem as normas necessárias à aplicação das disposições da Emenda Constitucional n° 26, art. 4º, e dá outras providências, alinha, em forma de parecer, os seguintes fundamentos de fato e de direito, conforme seguem adiante, articuladamente:

1 - Esta Instituição Educacional, criada pelo Decreto-lei n° 774, de 20 de agosto de 1969, publicado no Diário Oficial da União de 21 seguinte, configura, juridicamente, uma Fundação de Direito Privado e apesar de dispor de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, imprescinde de receita própria e é dotada por verbas do Governo Federal que lhe são repassadas pelo Ministério da Educação e por quem, regularmente, é supervisionada, "ex vi" do que dispõe a legislação cabível e pertinente à espécie.

2 - Na condição de Entidade Fundacional, mantém a sua disposição e sob o regime celetista dois quadros de servi



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

(FEDERAL DE EDUCAÇÃO Nº 329/78) e 1979 (PARECER DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO Nº 248/80), este último ainda em pleno vigor.

6 - Via de consequência, na hipótese que ora nos é apresentada e de onde deflui que inúmeros professores universitários foram despedidos - imotivadamente ou não - sem a observância do procedimento a que estavam amparados (a falta do competente inquérito administrativo), que constitui garantia assegurada pela nossa norma de maior hierarquia, ou seja, o REGIMENTO GERAL, decorre que as despedidas a que faz expressa menção o indigitado rol foram ilegais e abusivas e embasadas em ato discricionário, de exceção, ferindo as garantias regulamentares que são asseguradas ao docente.

7 - Assim, por haver sido preterida formalidade essencial para a rescisão do contrato de trabalho de cada um dos docentes despedidos, pouco importando se sob justa ou injusta causa, esta Procuradoria Jurídica têm como nulas e de nenhum efeito as rescisões efetivadas e ao arrepio da lei, uma vez que, como já foi denunciado alhures, não foram precedidas do inquérito administrativo previsto, expressamente, nos vários Regulamentos - antigos e novo - que regem a vida desta Fundação no mundo jurídico.

8 - A simples circunstância, que não pode ser ignorada, de haverem os professores dispensados recebido verbas de indenização e parcelas rescisórias, não convalida o ato da despedida, eis que nula esta e por desatender normas expressas e literais constantes do Regulamento Geral (velhos e novo).

9 - E tanto é correta a assertiva expressa no item precedente, que é aqui registrada livre de qualquer paixão ou induzimento, que alguns dos professores despedidos, sentindo-se prejudicados pela inexistência do inquérito administrativo, suplicaram a prestação jurisdicional do Poder Judiciário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

rio Trabalhista e a fim de serem reparadas as lesões sofridas com explícita ofensa à norma escrita, logrando, afinal, não só a reintegração no emprego, sem prejuízo do cargo, como, ainda, a reparação pelo tempo que ficaram à disposição desta Fundação, na condição de Empregadora.

10 - No elenco dos docentes inconformados e que bateram às portas da Justiça Paritária, podemos arrolar, a título meramente ilustrativo, os seguintes professores:

- a - Atenêa Fellistoffa;
- b - Lúcia Ayala;
- c - Vera Bandeira Villamil.

11 - A grande maioria dos professores despedidos, ainda que estigmatizados pela efetivação de ato discricionário, sem o precedente inquirido administrativo e por defeito da má aplicação da norma escrita prevista nos nossos (velhos e novo) Regimentos, deixaram, ou por medo ou por outras razões que aqui não cabe enumerar, passar "in albis" os prejuízos sofridos e que até o presente momento estão a configurar lesões graves e de incerta reparação, mas que agora podem ser sanados por via do Ato Magnânime espelhado na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, aprovada pelo Congresso Nacional, combinado com as normas do Decreto nº 92.768, de 09 de junho do corrente ano, baixado pelo Sr. Presidente da República e com delegação de poderes aos srs. Ministros de Estado.

12 - Consentâneas com o conteúdo deste Parecer, sem falsa modéstia, estão a doutrina e a jurisprudência atinentes à matéria aqui exposta, convindo gizar, a título de mera ilustração, recente acórdão prolatado pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, ao apreciar reclamatória ajuizada contra ato de um ex-Reitor, desta Fundação, que despediu, indenizando, duas professoras do quadro docente desta Entidade, verbis:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

"REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO. Estabilidade provisória prevista em disposição regulamentar da empresa. Prevendo a norma regulamentar que a dispensa será precedida de inquérito administrativo, conforme sedimentado no art. 444 da CLT, tal requisito é eficaz, a ele não se podendo furtar quem instituiu, eis que, contratualizando com ingresso do trabalhador na empresa, porque inclusive condição mais benéfica" (PROC. N°TST - RR-2859/80).

13 - Em voto da lavra do Ministro C.A. BARATA - SILVA, ilustre integrante do Colendo TST, apreciando reclamação interposta contra ato de ex-Reitor, desta Fundação, assim prelecionou, verbis:

"Data venia do entendimento regional, não vejo como negar-se a aplicação do art. 182 do 'Regulamento Geral' da reclamada, repetido integralmente no novo, ao caso em exame. Isto porque, a exigência de inquérito prévio não conflita com a Consolidação, e sequer com a opção pelo FGTS" (TST, 3a. Turma, unânime, ac. de 26.10.81)

E mais:

"Não se deixa de reconhecer que a proteção legal da relação empregatícia é a da CLT, mas, conclui-se, também, que o não rompimento do vínculo de forma direta, constitui garantia excepcional para os docentes da Fundação, por força de disposição regulamentar livremente adotada pelo empregador e que auto-limitou seu poder disciplinar" (cf. ac. cit., supra).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

14 - Aliás, tendo presente os doutos ensinamentos consignados no voto do Ministro C.A. BARATA SILVA, rio-grandino e apreciando contencioso aqui inaugurado, envolvendo a nossa Entidade Fundacional, não posso deixar de transcrever, visando ilustrar este parecer, a seguinte passagem assinalada na sua manifestação aos seus pares, que também com ele votaram e de forma unânime, verbis:

"Via de consequência, na hipótese Sub Jure, inobsservado o procedimento a que estava a ré obrigada, reafirmando-se que a opção pelo FGTS não prejudicou o "plus" regulamente assegurado, porque condição mais benéfica integrante do contrato de trabalho, nula (salvo o grifo) é a rescisão, desde que não precedida do inquérito administrativo, previsto expressamente no art. 182 do Regulamento Geral antigo, e 169, do novo" (cf. ac. cit., retro).

15 - Pelos termos abrangentes da Emenda Constitucional nº 26, art. 4º, caput, de 27 de novembro de 1985, também aplicáveis às Fundações supervisionadas - é o caso da nossa FUNDAÇÃO - não resta a menor dúvida de que os professores/relacionados no anexo rol, todos despedidos sem o precedente/inquérito administrativo e previsto na nossa legislação interna (Regimento Geral, desta Fundação), a anistia a que faz expressa referência o mencionado Diploma Legal também é extensiva aos professores punidos por simples ato de arbítrio e praticado em regime de exceção precedente à abertura inaugurada pela NOVA REPÚBLICA, época em que os direitos e as garantias individuais eram, não resta dúvida, utópicos e impraticáveis, agravada essa situação pela castração do Poder Judiciário, quando as garantias dos juizes foram suspensas e o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito foram relegados ao esquecimento, ainda que expressos no texto da Constituição Federal, deste País.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

16 - Por fim, para que a douta Comissão criada pela Portaria nº 549, de 22 de julho do corrente ano, já instalada, possa apreciar a despedida de docentes sem o precedente inquérito administrativo, que está a evidenciar ato arbitrário e nulo, sem efeito no mundo jurídico, reintegrando-os no emprego e se com essa medida concordarem os prejudicados, sugiro que, cumprida a parte final do Telex nº 15118, de 07 de agosto de 1986, do sr. Dr. Presidente da precitada Comissão, seja este processo, oportunamente e dentro de prazo razoável, enviado à Autoridade competente para examinar casos individuais no âmbito das Fundações supervisionadas pelo MEC.

Esse é o meu parecer, s.m.j.

Rio Grande, 18 de setembro de 1986.

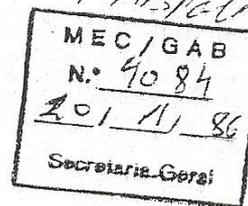
pp.

Procuradoria Jurídica

FURG

*Procurador - Valde, sem registro
a este Conselho 11287*

Rio Grande, 06 de Novembro de 1986.



Ilmo Sr.

PROJ. SUPRE 1/87-63

Dr. Ronaldo Polatti

M.D. Pres. Comissão Anistia do Ministério de Educação

Informados que fomos sobre a constituição da Comissão de Anistia no Ministério de Educação em atendimento a Emenda / Constitucional nº 26 de 17 de Novembro de 1985, disciplinada pela Instrução Normativa nº 179 de 03/03/86 do Exmo. Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração, entramos em contato com a Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) para obter elementos explicativos sobre a referida Emenda, e apesar de já ter, esta Universidade, / enviado expediente concernente a esta comissão, até então a mesma não dispunha de maiores esclarecimentos, pelo que vimos a presença desta Egrégia Comissão de Anistia, submeter a sua apreciação, os seguintes considerandos:

- Considerando que os abaixo assinados, exerceram a docência na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) no período abrangente de Agosto de 1969 a Fevereiro de 1977
- que o referido período compreendeu aquele em que imperava um regime político de força no País e um autoritarismo na Universidade Brasileira e por consequência na Fundação Universidade de Rio Grande / (FURG).
- que inúmeros foram os desmandos, coações, ameaças e perseguições / por parte do então Reitor da Fundação Universidade de Rio Grande - (FURG), culminando com a consequente evasão de mais de trinta docentes no período acima referido, prejudicando sobremaneira o Ensino e a Pesquisa.
- que a maioria das demissões, dispensas, ou pedidos de demissão, caracterizaram-se ou tinham como reflexo, a PERSEGUIÇÃO POLÍTICA, efetuada pelos mandantes da Reitoria.
- que estes docentes, perseguidos que foram, até o reduto de seus Departamentos, eram constrangidos ou compelidos, primeiramente, a pedir demissão de seus cargos ou funções, e/ou, aqueles que ainda tentavam resistir as graves ameaças ou delações, secundariamente, eram demitidos de maneira sumária.

- que podemos invocar dentre múltiplas figuras jurídicas, algumas perpetradas pelo então Reitor da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) e que são bem definidas pelo brilhantismo do Dr. Luiz Vicente Cermicchiaro, no Dicionário de Direito Penal, a saber:

"COAÇÃO IRRESTÍVEL" - Ascendência de vontade de uma pessoa a outra, com o fim de impor-lhe uma conduta. Se o coator atua sobre o ânimo do coagido, diz-se coação moral. Chama-se coação física, se o coato é utilizado como instrumento para a prática da conduta que interessa ao coator...

GRAVE AMEAÇA - Constrangimento moral, pelo qual uma pessoa procura impor sua vontade a outra, a fim de que esta faça o que lhe é determinado, sob pena de sofrer dano considerável de um bem jurídico. Manifesta-se "diretamente", quando a promessa do mal é feita à vítima, e "indiretamente" quando dirigimos a "terceiros". Corresponde à "vis compulsiva", dos Romanos. Constitui meio executivo de várias infrações penais, como o Constrangimento Ilegal...

CONSTRANGIMENTO ILEGAL - Ascendência de vontade de uma pessoa sobre outra, mediante violência ou grave ameaça, a fim de que ela faça o que a lei não manda ou não faça o que ela permite, Crime contra a Liberdade Individual..."

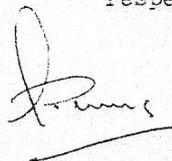
- que poderíamos recorrer, a inúmeras outras figuras jurídicas acolhedoras do bem jurídico ou interesse juridicamente tutelado, entretanto, citamos apenas posicionando a inevitável Legítima Defesa Real, de definição do mesmo autor - "Modalidade em que é efetivada a agressão, contra a qual é promovida a reação".
- que tais figuras jurídicas, comstidas também, à época, em outros Ministérios, já foram resgatadas pela Administração Pública Federal da Nova República, como no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD), para só citar um dos exemplos, e que culminou com a já readmissão e reversão de vários funcionários aos seus quadros.
- Considerando o acima exposto, os signatários demitidos, demissionários ou dispensados a pedido, por ~~MOTIVOS EXCLUSIVAMENTE~~ POLÍTICOS, clamam pela defesa e justiça e invocam o Artigo 332 do Código Civil Brasileiro a saber:
- ... " Artigo 332 - Todos os meios legais bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa"...

requerendo uma revisão e avaliação dos fatos que levaram
as demissões ou pedidos de demissões ou dispensas.

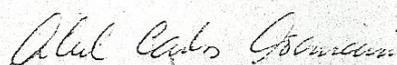
Aguardando pronunciamento por parte da Egrégia Comissão /
de Anistia desse Ministério, subscrevemo-nos

respeitosamente

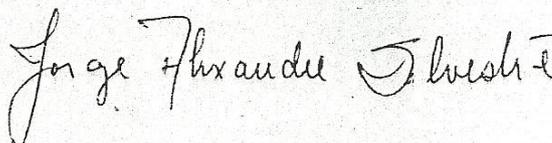
GUSTAVO ADOLPHO PRIMO PENNA ✓



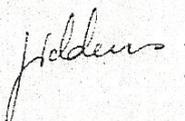
ABEL CARLOS AVANCINI ✓



JORGE ALEXANDRE SILVESTRE ✓



SUELY FELDENS
SUELI CECILIA RAUBER FELDENS ✓



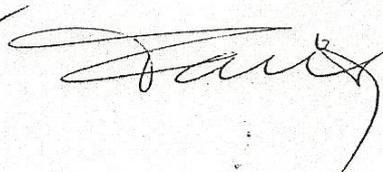
CLÁUDIO ENGELKE ✓



LUIZ BESSOUAT LAURINO ✓



FARID BUTRUS IUNAN MADER ✓

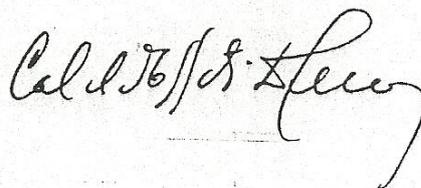


RAUL TORRES DE BEN JR.

27.03.52



CARLOS ALBERTO F. D. PEREIRA ✓





Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

1.

TERMO DE DECLARAÇÃO

Às dez e trinta horas do dia seis de março do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na sala 019 do Pavilhão Central do Campus Cidade, da Universidade do Rio Grande, reunida a Comissão de Anistia, designada pela Portaria n° 097/87 de 26/02/87 do Magnífico Reitor, com fim de instruir processo, tendo em vista a anistia a que faz menção a Emenda Constitucional n° 26 de 27/11/85, com a presença de todos os membros desta Comissão, designada pela Portaria supra citada, professores Anizio Machado da Costa (presidente), José Roberto Mansur Daoud e Hélio Martinez Balaguez, compareceu o Sr. Dr. CLAUDIO ENGELKE, casado, filho de Carlos Holger Engelke e Alice Schoeler Engelke, residente a rua Andradas 608, Rio Grande, telefone 32 20 83 (residência) - 32 83 85 (profissional), médico, a fim de oferecer esclarecimentos a sua reversão ou readmissão pretendida nos quadros desta Universidade, pelo que passou a declarar: Diplomado pela Faculdade de Medicina de Rio Grande na sua primeira turma, no dia onze de dezembro de mil novecentos e setenta e um, fiz depois durante todo o ano seguinte, o Curso de Pós Graduação em Endocrinologia na PUC (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), desejoso que estava de, ao retornar para Rio Grande, iniciar a carreira de professor. Efetivamente em março de mil novecentos e setenta e três, aprovado em concurso, fui admitido na qualidade de professor Auxiliar de Ensino na disciplina de Endocrinologia. No ano de 1973 não aconteceram fatos muito relevantes a não ser já no seu final, quando iniciaram-se as manifestações de hostilidades de parte do professor Jaime Cuartas Palácio, a quem estava subordinado. Em 26/12/73 foi feita a convocação para uma reunião na qual seria escolhida a lista tríplice para chefia do Departamento de Medicina Interna, tendo sido essa reunião marcada para o dia 31/12/73. Obviamente, com a finalidade de aproveitar-se da data, uma vez que no período entre a convocação da reunião e a sua realização coincidindo exatamente com as comemorações de Natal e Ano Novo, a maioria dos colegas professores, não tomou conhecimento de sua realização. Em cima desse fato, um grupo de professores lavrou protesto, por escrito, tendo sofrido como resposta uma repreensão, por escrito, assinada pelo então Reitor Eurípedes/Falcão Vieira, Seguiram-se com o reinício das aulas dois fatos que corriam paralelos: 1º) a criação de um clima hostil, comandado pe-



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

2.

lo Doutor Jaime Cuartas Palácio, então Chefe do Departamento, procurando jogar os alunos contra o grupo de professores do qual o declarante fazia parte, assim como, os professores Gustavo Adolpho / Primo Penna, Farid Boutrus Iunam Nader, Abel Carlos Avancini, Marco Aurélio Magalhães Fonseca, Jorge Alexandre Silvestre e Sueli Cecília Rauber Feldens; 2º) o desrespeito e os desmandos dentro do departamento, quando entre outros fatos, o Doutor Jaime Cuartas Palácios determinou que não mais fossem feitas atas durante as reuniões, bem como, após decisões tomadas pelo grupo, reunidos no departamento, ignorava essas decisões, tomando esse professor atitudes contrárias as votadas e decididas pela maioria. Cito como exemplo: a decisão tomada pela maioria do colegiado do departamento, aprovando por maioria a saída dos professores Marco Aurélio Magalhães Fonseca e Farid Boutrus Iunam Nader para Mestrado em São Paulo, onde o único voto contrário a essa saída, foi do próprio professor Jaime Cuartas Palácios, tendo ele, ainda assim, informado ao órgão competente da Universidade que a decisão fora contrária ao pleiteado pelos colegas citados. É importante ressaltar que o Chefe do Departamento tinha o respaldo de seus superiores; Doutor Miguel Riet Corrêa Júnior Diretor do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Doutor Paulo / Gonçalves, Vice-Reitor e do Professor Eurípedes Falcão Vieira, Reitor. Relato também que, um dos integrantes do grupo dos professores do qual o declarante fazia parte, o professor Farid Boutrus Iunam Nader, foi demitido sem justa causa, sob alegação de que faltara a uma aula prática, não tendo essa demissão nenhum caráter formalístico e processual habitual, o que gerou o pedido de demissão de diversos professores integrantes do grupo, inclusive a do declarante, / por não estarem de acordo com o procedimento do Chefe do Departamento, de Medicina Interna, professor Jaime Cuartas Palácios. Perguntado porque, na ocasião, não reclamara judicialmente seus direitos: declarou que foi junto com os demais colegas aconselhado por advogado, devido as ameaças e pressões sofridas, na ocasião, a não ingressar / na Justiça temendo-se represálias, tendo em vista que, pelo menos, / dois colegas, professor Marco Aurélio M. Fonseca e Farid B. I. Nader foram "visitados" por oficiais da Brigada Militar. Além disso, / um grupo de alunos que se colocara a favor dos professores já demitidos, tentando fazer com que as demissões fossem tornadas sem efeitos, tiveram seus líderes ameaçados através de repreensão por escrito, assinada pelo Sub-Reitor Estudantil, na época, professor Fernando Lopes Pedone, e outras ameaças muito próprias do regime então vi



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

3.

gorante. Perguntado qual a função que exercia na Universidade ao ser demitido, respondeu: Auxiliar de Ensino. Perguntado se poderia precisar a data de seu pedido de demissão, respondeu que foi em 30/05/74. Perguntado quais os motivos de seu interesse em retornar a fazer parte do quadro docente desta Universidade: respondeu que seria dar prosseguimento a carreira Universitária abruptamente interrompida, bem como, o restabelecimento da verdade e a reabilitação moral junta a comunidade Riograndina. Nada mais havendo a declarar, o Senhor Presidente deu por encerrado o depoimento que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo depoente e por todos os membros da Comissão.

DR. CLAUDIO ENGELKE

PROF. ANIZIO MACHADO DA COSTA

PROF. JOSÉ ROBERTO MANSUR DAUD

PROF. HELIO MARTINEZ BALAGUEZ

1008
Ilmo.Sr.

Professor Anizio Machado da Costa.

Convidado a denor sobre possíveis fatos que motivaram meu afastamento da FURG, onde fui professor(auxiliar de ensino) desde março de 1975 até fevereiro de 1.977, tenho a declarar o seguinte:

- 1 - Até fevereiro de 1977 exercí plenamente minhas atribuições sem qualquer fato concreto e objetivo que me levasse a supor que pu desse ser dispensado, principalmente da maneira como ocorreu.
- 2 - Na verdade, nenhum motivo me foi apresentado e nem tive oportunidade de dialogar com o sr. Reitor ou com qualquer de seus as sessores, eis que ESTANDO EM GOZO DE FÉRIAS(viajando), quando voltei fui simplesmente avisado de que já não era mais professor da FURG, pois tinha sido demitido. SUMARIAMENTE !
- 3 - Torna-se difícil, para mim, procurar razões que tenham levado a Reitoria a tomar essa resolução contra quem estava voltando de férias, após um longo período de trabalho sem incidentes, sem fatos desabonatórios, sem atritos e sem qualquer reclamação das chefias so bre seu desempenho profissional.
- 4 - Até mesmo razões políticas (se houve) não me foram reveladas. É possível, não obstante, que a Reitoria soubesse de minhas opiniões a esse respeito, pois nunca escondi minhas ideias sobre como estavam governando o País e sempre critiquei o regime discricionário e o autoritarismo exagerado. Isso, porém, nunca me impediu de cumprir meu dever, executando meu trabalho voltado para o interesse dos alunos.
- 5 - O sr. Reitor deuter sabido também que na época recusei convite de pessoas ligadas à sua Administração para ingressar no partido situacionista. E que, em reuniões de serviço, nunca me furtei a emitir opiniões sobre a Reforma Universitária elaborada pelo governo da época e que esses pontos de vista (como de outras pessoas ligadas ao assunto) não coincidiam com as ideias defendidas pela Reitoria.
- 6 - Como não tive diálogo com o sr. Reitor, nem fui convidado a tomar conhecimento dos motivos da demissão, meu pai, valendo-se de antigas relações pessoais com o sr. Eurípedes Falcão Vieira, procurou-o para indagar o que, realmente, poderia haver contra meu comportamento. Nessa ocasião o professor Eurípedes, na qualidade de Reitor, declarou a meu pai que nada havia contra minha conduta pessoal ou profissio-

ção da FURG. QUANDO meu pai quis saber como ele (Eurípedes) sabia 103
dessas miúdas ideias e dessas amizades com pessoas mal vistas pela
Reitoria por suas posições políticas, o sr. Reitor declarou simple
mente que tinha sua "REDE DE INFORMANTES" nos quais confiava plena-
mente.

Sendo o que me ocorre declarar no momento, espero ter con
tribuído com subsídios úteis para o trabalho dessa Comissão presidi
da por V.S.

Rio Grande, 8 de abril de 1967.

mc
770

Aprovo a conclusão do Encaminhamento nº 24/87 da Comissão criada pela Portaria nº 549, de 22 de julho de 1986, no sentido de que ABEL CARLOS AVANCINI, GUSTAVO ADOLPHO PRIMO PENNA, JORGE ALEXANDRE SILVESTRE, CLÁUDIO ENGELKE e IRAJÁ LEONARDO DA FONSECA, ex-Professores da Fundação Universidade do Rio Grande, são beneficiados da anistia prevista na Emenda Constitucional nº 26, de 28 de novembro de 1985. Dê-se ciência à Reitoria da Fundação Universidade do Rio Grande e à Secretaria de Controle de Empresas Estatais, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, nos termos do Decreto nº 92.768, de 09 de junho de 1986. (Processos nºs 23000.005632/87-07, 23000.005636/87-50, 23000.005640/87-27, 23000.005643/87-15 e 23000.007625/87-12)

Brasília, 02 de junho de 1987.

Jorge Bornhausen
Jorge Bornhausen

Providenciados os comunicados e encaminhados pelo Senhor Ministro, encaminhados os processos e Universidade Federal do Rio Grande

4.6.87

B.R.B. Pelletti

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 10, DE 27 DE MAIO DE 1987

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 89, item VIII, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 241, de 10 de março de 1978, RESOLVE:

Dispensar a pedido Paulo César Duarte da Silva, Engenheiro Agrônomo, das incumbências de Diretor da Divisão de Profilaxia e Combate às Pragas e Doenças - DIPAC, da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal, desta Secretaria Nacional.

Atribuir a Fernando Augusto Paes, Engenheiro Agrônomo Pragas e Doenças - DIPAC, da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal, desta Secretaria Nacional.

MANOEL EUGÊNIO PRATA VIDAL

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 01 DE JUNHO DE 1987

O Ministro de Estado da Educação, de acordo com o disposto no artigo 77, item II, do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, com a redação dada pelo Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, resolve

Nº 357 - Designar GILBERTO EDINALDO MOURA, da função de confiança de Diretor da Divisão de Comunicações Administrativas, Código LT-DAS-101.1, do Departamento de Administração, constante da Tabela Permanente deste Ministério.

Nº 358 - Designar JOAQUIM DIAS ALMEIDA, para exercer a função de confiança de Diretor da Divisão de Comunicações Administrativas, Código LT-DAS-101.1, do Departamento de Administração, constante da Tabela Permanente deste Ministério.

JORGE BORNHAUSEN

PORTARIAS DE 02 DE JUNHO DE 1987

O Ministro de Estado da Educação, de acordo com o disposto no artigo 77, item II, do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, com a redação dada pelo Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, resolve

Nº 359 - Tornar nula a Portaria nº 230, de 06 de abril de 1987, publicada no Diário Oficial de 8 subsequente, referente à designação de FRANCISCO MACHADO DA SILVA.

Nº 360 - Designar FRANCISCO ELOI DOS SANTOS, ocupante do emprego de Administrador, Código LT-NS-923, Classe "A", Referência NS-5, para exercer a função de confiança de Chefe do Departamento de Apoio Operacional, Código LT-DAS-101.1, da Diretoria Administrativa do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, constante da Tabela Permanente do mesmo órgão.

Nº 361 - Designar VALDENIL CHIANCA RODRIGUES, ocupante do emprego de Engenheiro, Código LT-NS-916, Classe "A", Referência NS-5, para exercer a função de confiança de Chefe do Departamento de Projetos e Construções, Código LT-DAS-101.1, da Diretoria Técnica do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, constante da Tabela Permanente do mesmo órgão.

JORGE BORNHAUSEN

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 21 de maio de 1987

Aprovo a conclusão do Encaminhamento nº 23/87 da Comissão criada pela Portaria nº 549, de 22 de julho de 1986, no sentido de que os ex-professores LUIZ BESSOUAT LAURINO, SERGIO TADEU JUCUEIRO, SUELI CECILIA RAUBER PELENS, FÁBIO BURNUS LUNAM NADER, CARLOS ALBERTO POSSINI DUTRA FERREIRA, VALTER ALBERTO AYRES SEIBEL, ROSALIA FRESTRETO MENDONÇA E RAUL TORRES DE BEM JUNIOR, todos da Fundação Universidade do Rio Grande, são beneficiados da anistia prevista na Emenda Constitucional nº 26, de 28 de novembro de 1985. De-se ciência à Reitoria da Fundação Universidade do Rio Grande e à Secretaria de Controle de Empresas Estatais, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, nos termos do Decreto nº 92.768, de 09 de junho de 1986. (Processos nºs 23000.005637/87-12, 23000.005634/87-24, 23000.005630/87-73, 23000.005639/87-48, 23000.005664/87-90, 23000.007623/87-89, 23000.007624/87-41, 23000.007627/87-30)

Em 02 de junho de 1987

Aprovo a conclusão do Encaminhamento nº 19/87 da Comissão criada pela Portaria nº 549, de 22 de julho de 1986, no sentido de que LUIZ ALBER-

TO GOMES DE SOUZA, ex-funcionário do Ministério da Educação, é beneficiado da anistia prevista na Emenda Constitucional nº 26, de 28 de novembro de 1985. De-se ciência ao Departamento de Pessoal do Ministério da Educação e à Secretaria de Controle de Empresas Estatais, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, nos termos do Decreto nº 92.768, de 09 de junho de 1986. (Processo nº 23026.011441/86-22)

Aprovo a conclusão do Encaminhamento nº 21/87 da Comissão criada pela Portaria nº 549, de 22 de julho de 1986, no sentido de que NEY GOMES DE PAIVA CHAVES, ex-funcionária do Ministério da Educação, é beneficiada da anistia prevista na Emenda Constitucional nº 26, de 28 de novembro de 1985. De-se ciência ao Departamento de Pessoal do Ministério da Educação e à Secretaria de Controle de Empresas Estatais, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, nos termos do Decreto nº 92.768, de 09 de junho de 1986. (Processo nº 23026.011440/86-66)

Aprovo a conclusão do Encaminhamento nº 24/87 da Comissão criada pela Portaria nº 549, de 22 de julho de 1986, no sentido de que ABEL CARLOS AVANCINI, GUSTAVO ADOLFO PRIMO PENNA, JORGE ALEXANDRE SILVESTRE, CLAUDIO ENGELKE e IRAJÁ LEONARDO DA FONSECA, ex-Professores da Fundação Universidade do Rio Grande, são beneficiados da anistia prevista na Emenda Constitucional nº 26, de 28 de novembro de 1985. De-se ciência à Reitoria da Fundação Universidade do Rio Grande e à Secretaria de Controle de Empresas Estatais, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, nos termos do Decreto nº 92.768, de 09 de junho de 1986. (Processos nºs 23000.005632/87-07, 23000.005636/87-50, 23000.005640/87-27, 23000.005643/87-15 e 23000.007625/87-12)

Aprovo a conclusão do Encaminhamento nº 25/87 da Comissão criada pela Portaria nº 549, de 22 de julho de 1986, no sentido de que MARCO AURELIO DE MAGALHÃES FONSECA, ex-Professor da Fundação Universidade do Rio Grande, é beneficiado da anistia prevista na Emenda Constitucional nº 26, de 28 de novembro de 1985. De-se ciência à Reitoria da Fundação Universidade do Rio Grande e à Secretaria de Controle de Empresas Estatais, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, nos termos do Decreto nº 92.768, de 09 de junho de 1986. (Processo nº 23000.005635/87-97)

JORGE BORNHAUSEN

DEPARTAMENTO DO PESSOAL

PORTARIAS DE 02 DE JUNHO DE 1987

O Diretor - GERAL DO DEPARTAMENTO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 382, de 09 de junho de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23005.000116/87-16, resolve

Nº 1.071 - Rescindir, a pedido, a partir de 17 de abril de 1987, o contrato de trabalho de HENRIQUE SILVESTRE SOARES, ocupante do emprego de Técnico em Assuntos Educacionais, Código LT-NS-927, Classe "A", Referência NS-05, da Tabela Permanente deste Ministério.

O Diretor - GERAL DO DEPARTAMENTO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 382, de 09 de junho de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.010516/87-47, resolve

Nº 1.072 - Rescindir, a pedido, a partir de 27 de maio de 1987, o contrato de trabalho de DELVITE VALVERDE CORREIA, ocupante do emprego de Agente Administrativo, Código LT-SA-801, Classe "A", Referência NM-17, da Tabela Permanente deste Ministério.

O Diretor - GERAL DO DEPARTAMENTO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 382, de 09 de junho de 1981, e observadas as disposições contidas no Decreto nº 86.795, de 28 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00600.002872/87-50, da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, resolve

Nº 1.073 - a) Autorizar a admissão, sob o regime da Legislação Trabalhista do candidato TOMÉ CARMO DE SOUZA, habilitado em concurso público, em Brasília-DF, no emprego de Agente Administrativo, Código LT-SA-801, Classe "A", Referência NM-17, da Tabela Permanente deste Ministério, em vaga decorrente da rescisão de contrato de trabalho de MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEAS RAMOS, ocorrida em 22.10.86.
b) Determinar, de acordo com a Instrução Normativa nº 58/76, do DASP, que o servidor ora admitido não poderá ter qualquer movimentação no prazo de 03 (três) anos contados da data da publicação do presente ato.
c) A entrada em exercício por parte do candidato dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta portaria.

O Diretor - GERAL DO DEPARTAMENTO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 382, de 09 de junho de 1981, resolve

Nº 1.074 - Excluir da Portaria-DP nº 793, de 27 de abril de 1987, publicada no Diário Oficial de 28 subsequente, a autorização de admissão de JORGE LUIZ FRANCO FIOCK DOS SANTOS, habilitado em concurso público, à categoria funcional de Agente Administrativo, Código LT-SA-801, Classe "A", Referência NM-17, em vaga decorrente da rescisão de contrato de trabalho de ANTONIO SAULO GOMES DE PAIVA, ocorrida em 03.12.86, uma vez que o candidato desistiu formalmente de sua contratação neste Ministério.

45
me

112

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Comissão Constituída Pela Portaria Ministerial nº 549, de 22 de julho de 1986.

Encaminhamento nº 24/87

Senhor Ministro

Nos processos nºs 23000.005632/87-07, 23000.005636/87-50, 23000.005640/87-27, 23000.005643/87-15 e 23000.007625/87-12, examina-se a incidência da anistia prevista na Emenda Constitucional nº 26, de 28 de novembro de 1985, beneficiando os ex-Professores ABEL CARLOS AVANCINI, GUSTAVO ADOLPHO PRIMO PENNA, JORGE ALEXANDRE SILVESTRE, CLÁUDIO ENGELKE e IRAJÁ LEONARDO DA FONSECA, todos da Fundação Universidade do Rio Grande.

Do exame dos autos, a Comissão concluiu estarem eles enquadrados na citada anistia, já havendo a Universidade manifesta do interesse na sua readmissão.

O benefício é demonstrado pelo fato de haverem eles sido dispensados da Universidade por atos da Reitoria, cuja motivação foi política.

Essa conclusão vem reforçada pelo restante da documentação, inexistindo dúvida da natureza dos motivos dos atos da dispensa, independente do exame de sua juridicidade.

Assim qualificada a motivação, não resta senão admitir a incidência da anistia prevista no texto constitucional vigente.

Nestes termos, submetemos à alta decisão de V.Exa. o projeto incluso de despacho, pelo qual se aprova o presente encaminhamento e sua conclusão, no sentido que os citados professores foram anistiados pela Emenda Constitucional nº 26/85, devendo os processos serem encaminhados a Universidade com a competente comunicação a Secretaria de Controle de Empresas Estatais - SEST, em cumprimento ao Decreto nº 92.768, de 09 de junho de 1986.

Brasília, 26 de agosto de 1987.

Ronaldinho de Brito Poletti

Ernani Bayer

Derblay Galvão

José Geraldo Souza Júnior

Ana Camargo

IRREGULARIDADES QUE VEM SENDO PRATICADAS PELO PROFESSOR
EURIPEDES FALCÃO VIEIRA, COMO REITOR DA UNIVERSIDADE DE
RIO GRANDE.

(113)

1. Já nos primeiros meses da gestão do professor Euripedes, como Reitor da FURG, o Pe. Nilo Gollo, sentindo-se prejudicado, enviou-lhe uma carta onde o ameaçou a denúncia de sérias irregularidades na Universidade e concluiu por afirmar que a situação se mostrava tão calamitosa que poderia ensejar uma intervenção nos moldes daquela ocorrida na similar de Caxias do Sul.
2. O Sr. Reitor vem desvirtuando a Reforma Universitária, de maneira acintosa, com o desrespeito do Regimento e do Estatuto e com a conculcamento anulação dos Departamentos e a valorização de um centralismo cujo fulcro é o seu discricionarismo pessoal.
3. O Sr. Reitor conoto, deliberadamente, os maiores acintos ao Vice-Reitor, que os tolera, a ponto de deixar como substituto, quando viaja, o Sub-Reitor para assuntos Estudantis e o Sub-Reitor de Administração, pessoas da sua confiança.
4. O Sr. Reitor demitiu Diretores de Centro, abusivamente, sem respeitar a letra do Regimento. Tal demissão só pode ser sancionada pelo Conselho Departamental. Diretores de Centro Demitidos: Ubirajara Weng (1974) e profa. Vera Bandeira Villanil (1975). (Artigos feridos: 29 letra g; 4º, letra h. do Regimento Geral da Universidade (RGU)).
5. O Sr. Reitor, não satisfeito em humilhar um Diretor de Centro (Ubirajara Weng), o colocou discricionariamente, no cargo de Chefe de Departamento (Letras), sem processar eleição, transportando a profª Rita Lourenço para a direção do Centro, também se atendo para as normas regimentais, ois que só poderia ser indicada pelo Conselho Departamental do Centro de Letras e Artes. (Artigos feridos: 29 letra g, 4º letra h, 29, letra g do RGU).
6. O Sr. Reitor demitiu, abusivamente, das funções de coordenadora, do Departamento de Línguas estrangeiras, do Centro de Letras, a profª Maria Alice da Silva Espindola, reduzindo-a à condição de simples professora, fazendo total abstração da Comissão de Curso. (Artigos 56 e 59 do RGU).
7. O Sr. Reitor, também no Centro de Ciências do Mar, interferiu de modo ditatorial, demitindo o chefe do Departamento de Oceanologia, profª Alberto Figueiredo, quando o mesmo se encontrava em férias e nomeando em seu lugar a profª Lucia Ayalla, conculcando os artigos 29, letra O e 36 letra J do RGU.

2

8. O Sr. Reitor, por mero capricho, no propósito de "cortar a crista" do Departamento de Ciências Jurídicas, demitiu o funcionário José Luiz Ferraz, em março de 1974, e não substituiu, fazendo com que todo o serviço burocrático recaísse sobre as costas do Chefe do Departamento que o realizou graças à colaboração / pessoal da própria Diretora do Centro e da Coordenadora.
9. O Sub-Reitor de Ensino e Pesquisa, fiel seguidor das arbitrariedades do Sr. Reitor, "engavetou" pedindo dos alunos do 2º Semestre do Curso de Direito, que fora encaminhada pelo Chefe do Departamento através da Direção do Centro.
10. O Sr. Reitor, no Centro de Ciências Biológicas, através dos seus prepostos, nega recuperação para determinados alunos e concede para outros, entre os quais se encontra o filho do Sub-Reitor de Ensino e Pesquisa, Prof. Paulo Sergio Gonçalves.
11. O Sr. Reitor, sem realizar concurso de qualquer espécie, colocou no cargo de Prefeito do Campus, um militar reformado, cunhado de sua esposa.
12. O Sr. Reitor, exercendo pressão sob um grupo de alunos dóceis, consegue fazer eleger para o cargo de presidente do DCE a sua sobrinha, aluna do 3º semestre do Curso de Direito.
13. O Sr. Sub-Reitor para Assuntos Estudantis colocou, arbitrariamente, na comissão de Curso Jurídico, o aluna Alciane Olinde, que é secretária de Sr. Reitor. Cabe dizer que a imposição não foi aceita e a nomeação tornada sem efeito. Consta que apesar da impugnação e do recuo inicial, a mencionada aluna voltou ao cargo referido.
14. O Sr. Reitor nomeou o Dr. Péricles Gonçalves, assessor de Prefeito Cid Scarene Vieira, para dirigir o Campus Avançado da Universidade, em Cáceres, quando poderia ter utilizado professores já integrados no quadro da Universidade.
15. O Sr. Reitor, em diversas oportunidades tentou demitir a professora Lara Vignelli, Coordenadora de Curso de Direito mas não o conseguiu em face de intervenção de pessoas vinculadas à Polícia Federal. Essas tentativas de demissão prendem-se ao antagonismo da mencionada professora com o indivíduo Trajane Bittencourt, até bem pouco tempo com trânsito livre nos corredores da Universidade e hoje às voltas com o Ministério da Fazenda e a pró

16. O Sr. Reitor, depois de ter demitido a Diretora do Centro de Ciências Humanas, colocou no seu lugar um capitão da Brigada Militar e este, de comum acordo com o Sr. Reitor, vem colocando nos Departamentos professores integrantes da B.M. (inclusive o próprio comandante da guarnição local) com o propósito de montar um esquema militar defensivo para as arbitrariedades praticadas.
17. No corrente ano (1975) apesar de disposição expressa do Estatuto e do Regimento, pelo menos uma dezena de professores foram admitidos na Universidade sem se submeterem a concurso. Entre os admitidos, existem pessoas que podem ser consideradas como "íntimas" do Reitor.
18. Luiz Arthur Correa Dornelles, Capitão da Brigada Militar, foi contratado como Auxiliar de Ensino para lecionar Estudo de Problemas Brasileiros sem ter concluído o curso de graduação. (Art. 155, X, § 1º); após lecionar 4 meses seguiu para Porto Alegre onde fez o Curso de Estado Maior, percebendo os vencimentos integrais de professor (24 horas semanais) enquanto durou o mencionado curso; em 1974 (fevereiro) foi designado para Diretor de Centro de Ciências Humanas e Sociais, função que o Auxiliar de Ensino não pode exercer; para efeito de inscrição em concurso para Professor Assistente, o referido cidadão contou como curso de aperfeiçoamento o Curso de Estado Maior da Brigada Militar e qual, evidentemente, não possui cunho universitário nas eminentemente técnicas.
19. Inúmeros professores foram contratados pela Universidade sem se submeterem ao competente exame de seleção, e que contraria as disposições contidas na Seção I, Capítulo I, Título IV do Regimento Geral da Universidade.
20. Um Auxiliar de Ensino foi nomeado para exercer a Chefia do Departamento de Economia, fato que produziu quatro infrações estatutárias e regimentais; 1º Auxiliar de Ensino não pode exercer Chefia de Departamento enquanto existirem professores Titulares ou Assistentes; 2º, docente de Departamento diferente não pode funcionar como Chefe, e que implica em preterição ofensiva; 3º, O Colegiado do Departamento de Economia não havia destituído o chefe de órgão; 4º, Não foi elaborada a indispensável lista triplíce para escolha do Chefe de Departamento/

176

4

21. Tratamento diverso para os professores eis que enquanto aquele que faltava reiteradamente (Ruy Gomes da Silva) sem qualquer justificativa, obtém licença da Universidade, e Prof. Pery da Silveira, Promotor Público, titular do Departamento de Ciências Jurídicas, foi demitido por ter faltado durante um mês, período em que esteve doente, sofrendo de hepatite.
22. Diversos Coordenadores, cuja escolha é atribuição exclusiva da Comissão de Curso, foram abusivamente exonerados pelo sr. Reitor. Entre eles apontados. Carlos Henrique Mello (Coordenador de Curso de Ciências), José Roberto Daeud (Coordenador de Curso de Matemática) e Alda Farias Zaccardi (Coordenadora de Curso de Ciências). (Artigos feridos: 56 e 59 do RGU).
23. Contrariando disposição expressa ao do Regimento, (Artigo 37 § 1º) a profª Eunice Gomes Nunes, atualmente, exerce as funções de ~~Vice-Diretora de Centro de Ciências Humanas e Sociais~~, Chefe e Coordenadora do Departamento de Educação.
24. O Sr. Reitor, tornando nula norma contida no Dec. 65.452, que aprovou o Estatuto da Fundação Universidade de Rio Grande (art. 33) vem acumulando as funções de Reitor e de Presidente da Fundação Universidade de Rio Grande. Essa grave irregularidade / foi praticada em princípios de 1974 mas, até hoje se ignora / qualquer gestão de sr. Reitor no sentido de pleitear a alteração do referido Decreto.
25. Encarregou o Prefeito do Campus de realizar uma sindicância sobre questão que envolvia professores (Eunice Nunes e Thomaz / Lucia) apresentando relatório, sem que o segundo professor citado, tivesse sido consultado.
26. Determinou, verbalmente, que os chefes de Departamento, negassem atestados aos professores exonerados das funções de Diretora de Centro de Ciências Humanas (Vera Bandeira Villamil) e Chefe de Departamento de Economia (Thomaz Lucia) fato que prejudicou a defesa de ambos quando prepararam recurso para o Conselho Universitário.
27. O Sr. Reitor permite o funcionamento deficiente do Conselho / Universitário que não possui Câmaras para a apreciação das matérias apresentadas mas delibera de acordo com a vontade do seu presidente. (Artigo 6º de RGU).

28. O Sr. Reiter vem protelando, inexplicavelmente, a remessa de um recurso (da Prof^a Vera Bandeira Villamil) para o Conselho Federal de Educação, alegando que pretende levá-lo em mãos para que o mesmo não se extravia.
29. Como se não bastassem todas as nomeações feitas ao arrepio da lei, noticia a imprensa e a rádio, e é vez corrente na Universidade, que o Sr. Reiter vai nomear para o cargo de professor, sem ter prestado concurso, o seu primo, Cel Cid Scarone Vieira.

Relação incompleta dos professores estrangeiros que ingressaram
na FURG nos dois últimos anos .

Adelina Frumate .	A	NM7 -44
Antonio Sady Frumate	A	TITULAR Retide (Dedicação exclusiva)
* ALVARO JOAQUIM LINDO CEDREDES		
Cezar Augusto Chaeffiteli		Adjunto -
* Daciz Mendonça Amaral		Titularretide
Eike Nahrgang		" "
Gerardo R. Aldabalde	U	Titular 24
Giovanni Baruffa		" "
Graciella Weiss	A	Assistente Retide
Ilda Cheafiteli		
Irma Canay de Mate	U	Assistente 40
Israel Kerk Marceovich	U	Titular 40
* Jaime Carlos Bech ^{NADJI} happi		Assistente Retide
Jayne Quartas Palacie	U	Assistente 40
Jorge Pablo Castelle	A	Adjunto Retide
José Alberto Levy Sabat	U	Assistente 40
José Samuel Sahagoff		
Juan Alberto Koch Frugeni	A	Titular Retide
* Juan Manoel Lopes Jerdi		Assistentel2
* Manlio Eros Chizzola Trurrieta .		Titular24
Maria Amália Sassi Mendonza		Adjunto 24
Maria Neel Berca de Coch	A	Assistente 24
Ofelia Azer de Sirteri		NM 7-44
Suzana Sperry		AE Retide
Vladimir Del Carmen Gutierrez	C	Assistente 40
* Yamandú Peres Anfi	U	Assistente 24
Yamandu Sicablanco	U	Titular 40
Ricardo Roberto Capitulá	A	Adjunto Retide

789

Graciella Capituli

A

Hugo Castello

A

Adjunto Retide



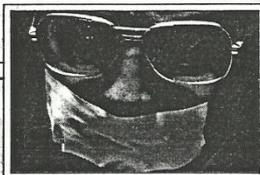
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Comissão de Anistia

Pauta da 31ª Sessão de Julgamento da Caravana da Anistia
a ser realizada no dia 04.12.2009, às 9 horas
na Sala 403, Prédio C, Campus I da Universidade Católica de Pelotas – UCPEL
Rua Félix da Cunha, 412 – Pelotas/ RS
Turma 4

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator
1.	2003.01.17667	A R	OSÉ GOLLMANN ILSE DOS SANTOS	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho
2.	2003.01.17705	A	RUMILDA TOMAZINI BARBOSA	Conselheiro Juvelino José Strozake
3.	2003.01.17713	A	TEREZINHA ROSSATO	Conselheiro Juvelino José Strozake
4.	2003.01.17718	A R	MALVINA SIEVERS LIBÂNIA MARIA SIEVES NEUBERGER	Conselheiro Juvelino José Strozake
5.	2003.01.23019	A R	JOAQUIM TRANCOSO DE BRITTO SÉRGIO LUIZ TRANCOSO DE BRITO	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho
6.	2003.01.29202	A	OSMAR DOS SANTOS ROCHA	Conselheiro Juvelino José Strozake
7.	2004.01.40446	A R	DARCY MIGUEL DINIZ PLENTZ SÍLVIA MARIA AZEVEDO PLENTZ	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho
8.	2004.01.43692	A R	LUIZ JUCHINIEVSKI BRUNISLAVA JUCHINIEVSKI	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira
9.	2004.01.46932	A	LUIZ BESSOUAT LAURINO	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho
10.	2004.01.47365	A	VILSON FERRETTO	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira
11.	2004.01.47491	A	JOÃO CARLOS BRUM TORRES	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho
12.	2004.01.48702	A	CARMEN WILLE RIBEIRO MOTA	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira
13.	2004.01.49199	A	WALDIR ROQUE NARDI	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho
14.	2005.01.51181	A R	LUIZ FERNANDO CORONA MAGALI VILLEROY CORONA E OUTROS	Conselheiro Juvelino José Strozake
15.	2005.01.51366	A R	RODOLFO CARLSON GUILHERMINA RODRIGUES CARLSON	Conselheiro Juvelino José Strozake
16.	2005.01.51819	A	LUIZ CORTEZE	Conselheiro Juvelino José Strozake
17.	2006.01.53502	A R	EGIDIO BERNARDO ARSEGO NIRCE LOURDES SCHNEIDER ARSEGO	Conselheiro Juvelino José Strozake
18.	2006.01.56461	A R	IDYLIO CARLOTTO ROSALINA SCHENATTO CARLOTTO	Conselheiro Juvelino José Strozake
19.	2007.01.56537	A R	TIBÚRCIO DOS SANTOS FORTES LA HIRE DOS SANTOS FORTES E OUTROS	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira
20.	2007.01.56655	A R	JAHYR DA SILVA VEIGA JAIR DA VEIGA E OUTROS	Conselheiro Juvelino José Strozake
21.	2007.01.57252	A	FERNANDO JORGE DE FREITAS HUBERTI	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira
22.	2007.01.58638	A	RUI D'AGOSTINI	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira
23.	2007.01.60337	A	ERICH KUTZKE	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira
24.	2008.01.60966	A R	MOAB CALDAS NELLI SILVEIRA CALDAS	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho
25.	2008.01.61024	A	EDMIR ELIAS ALBINO	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho
26.	2008.01.61936	A	MORGADO INÁCIO FELIPE GUTIERREZ ASSUMPÇÃO	Conselheiro Juvelino José Strozake
27.	2008.01.61972	A R	JOSÉ ERENO MARIA ANTÔNIA ERENO	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira
28.	2009.01.63662	A R	PEDRO SILVIO COUTINHO LUIZA MARGARIDA PACOS COUTINHO	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira
29.	2009.01.63765	A	NELSON DANILEVICZ	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

Paulo Abrão Pires Junior
Presidente



O crime foi pensar

MAURÍCIO DIAS

A ação coercitiva do regime que se instalou em 64 — iniciada com uma extensa lista de 140 punições, através de um ato sem número, baixado pelo "Comando Supremo da Revolução" — caracteriza o mais repressivo período da nossa história. Nestes 14 anos, deixou um rastro de mais de 5 mil punições concretizadas em atos de cassação, demissão, aposentadoria, suspensão de direitos políticos, reforma e destituição, atingindo políticos, diplomatas, militares, cientistas, professores e funcionários públicos.

O direito de punir, usado como recurso de fácil aplicação para a manutenção do poder político, foi especialmente intolerante com a inteligência. E é precisamente esta a denúncia que faz o cientista Herman Lent, ex-diretor do Departamento de Zoologia do Instituto de Manguinhos, no Rio de Janeiro, cassado em 1970. No livro-depoimento *O Massacre de Manguinhos*, a ser publicado nos próximos dias pela Avenir Editora, Lent lembra que "muitos cientistas de valor e de atividade constante se viram

O país
paga caro
a intolerância
do regime contra
a inteligência

marginalizados, não só porque tinham servido em postos científicos de direção de governos passados, como por se manifestarem defensores de conceitos e providências que impulsionassem o trabalho científico".

As punições tiveram excepcional incidência sobre a comunidade intelectual, como é fácil de ser percebido pelo levantamento da coerção do Estado no período de 1964 a 1974, feito pelo sociólogo Marcus Figueiredo. Nos três grandes ciclos punitivos dos governos militares — nos anos de 1964, 1968 e 1970 —, mais de 300 punições atingiram professores, intelectuais e cientistas.

Vários massacres. Uma constatação que deixa horrorizado o professor Simon Schwartzman, do Instituto Universitário de Pesquisa (IUPERJ), que há dois anos vem fazendo um minucioso trabalho sobre a evolução da atividade científica no país: "Não há exemplo de punição semelhante na história da ciência no Brasil. Qualquer governo com mais discernimento não faria isso".

Mas o massacre não se deu somente em Manguinhos, uma das mais respeitáveis instituições de pesquisas científicas do país, criada no início do século por Oswaldo Cruz. Ocorreu também na Universidade de Brasília, na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal de Minas Gerais, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Qual foi o nosso crime?", pergunta hoje a professora Maria Yeda Linhares, que depois de sua punição em 1964 (leia o quadro na pág. 28) lecionou cinco anos na Universidade de Toulouse, na França. Ela mesma dá a resposta: "Nosso crime foi pensar".

85

BRASIL

Lent conta o massacre de Manguinhos

Trechos do livro-depoimento que o cientista cassado está para publicar

balhos de pesquisas fundamentais, criou uma política integrada de amparo à ciência. Não foi difícil desviar alguns milhões de cruzeiros de organismos da área financeira para implantar cursos de pós-graduação, por exemplo. Organizou-se o Fundo de Tecnologia, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e o Conselho Nacional de Pesquisas recebeu dinheiro farto para distribuir aos pesquisadores.

O próprio professor Schwartzman, que vê neste movimento de expurgo e a posterior organização de uma política federal integrada de desenvolvimento da ciência "uma simples coincidência" não sabe ainda avaliar a utilidade de se "aplicarem recursos" onde "não existam boas cabeças".

"A liderança científica é insubstituível", ele afirma. E, quando se começa a fazer o inventário das punições políticas, das perseguições pessoais que massacraram a comunidade brasileira, por intoxicação ideológica, está na hora, também, de pensar nos riscos de se manter a borduna erguida, deixando professores, cientistas, escritores à margem da retomada democrática, da volta ao estado de direito que a sociedade pleiteia.

res, que também era diretora da Rádio MEC. Logo após o 31 de março, ele apareceu na emissora, "para assumir a direção". Foi impedido momentaneamente pela secretária da professora Maria Yeda, curiosamente filha do ministro Ribeiro da Costa, do Supremo Tribunal Federal. Este cobrou de Viana "um documento que o autorizasse a tomar a rádio". Um pequeno estáculo que o bem-relacionado professor logo removeu. Poucas horas depois, apresentou o documento, assinado por seu comandante, Mauro Aguiar. O comandante informava ainda que Viana dispunha de uma polícia própria para aquela missão.

Segundo os professores punidos, e mesmo aqueles que sobreviveram ao vendaval macartista soprado pelas denúncias de Eremildo Viana, ele chegou ao requinte de "especificar, nome por nome, os professores que considerava suspeitos. E chegou a indicar, inclusive, o grau de periculosidade de cada um".

Maria Yeda Linhares, depois de cinco anos vivendo na França, nove inquéritos policiais e três prisões, quando fala do professor Eremildo se encrespa e diz que tem razões de sobra "para matar Eremildo Viana e ser absolvida por qualquer tribunal do país".

Este depoimento pode ter aspectos veementes, mas não pretende abrir polémica. Ele se baseia em fatos e foi escrito a fim de deixar documentos sobre um período sombrio de nossa história, em que foram protagonistas pessoas pretensamente categorizadas, relacionadas com a nossa — até anos atrás — maior instituição de pesquisa na área médico-biológica.

O movimento militar de 1964 encontrou o Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos) dirigido por Joaquim Travassos da Rosa, um cientista que tinha feito carreira no Instituto Butantã, em São Paulo, e que substituiria Tito Arcoverde de Albuquerque no início do governo Jânio Quadros. Joaquim Travassos ostentava passado de pesquisa continuada e havia contribuído com valiosos trabalhos (...). Mas isso não impediu que o governo Castello Branco o substituisse, logo em junho, por F. P. Rocha Lagoa, um médico mediocre, que também pertencia aos quadros do instituto, mas que não possuía nenhuma credencial como pesquisador.

Orientação do Pentágono. (...) Não é difícil afirmar que F. P. Rocha Lagoa não possui as credenciais necessárias ao bom pesquisador, conceito que se generalizaria a tal ponto que até os órgãos de segurança o rotulavam de "mau pesquisador e mau administrador", embora salientando suas qualidades de ativo anticomunista, uma nítida provocação macartista.

Um simples fato, porém muito importante pelo que representa para o perfil do vilão desta história, aconteceu logo nos primeiros dias depois de sua posse. Visitava ele os laboratórios de entomologia, então localizados no 2º andar do edifício-sede, logo acima das instalações da diretoria, e conversava com os cientistas que ali se en-

contravam, Hugo de Souza Lopes, Sebastião de Oliveira e eu próprio, discorrendo sobre seus planos, para terminar declarando que eles se "baseavam na orientação do Pentágono". Surpreso com a afirmativa, ainda pude conseguir fôlego para dizer-lhe que não sabia que o Pentágono possuía planos para direção de instituições científicas no Brasil. E não pude deixar de emitir sonora gargalhada, quando Lagoa afirmou doutoralmente que aquele organismo norte-americano possuía diretivas para todo e qualquer caso que se apresentasse em qualquer parte do mundo. Havia ele regressado, pouco tempo antes, de uma visita de uma semana que os alunos de sua turma na Escola Superior de Guerra haviam feito aos Estados Unidos.



Lent: o país todo foi atingido

Os três primeiros interlocutores do novel diretor estariam entre os dez cientistas cassados seis anos depois desse episódio.

Manguinhos sob vigilância. Mas, ao assumir o cargo de diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Rocha Lagoa já encontrou iniciadas duas inquirições que a Revolução de 1964 ali havia instaurado. Um dos inquéritos foi praticado por uma subcomissão de investigações constituída pelo professor Olímpio da Fonseca Filho, pelo médico José Fonseca da Cunha e pelo advogado José Venâncio de Moura, e se subordinava à comissão de investigações do Ministério da Saúde, presidida pelo dr. Alberto Jorge Ferreira. O outro foi um IPM presidido pelo general Aluísio Andrade Falcão, que, concomitantemente, tratava dos mesmos assuntos do seu homólogo civil, ambos se superpondo em seus objetivos, isto é, visavam apurar subversão e corrupção (...).

Uma terceira investigação, para prestar esclarecimentos sobre os auxílios re-



Manguinhos e a Filosofia da UFRJ: dois dos principais palcos do massacre da comunidade científica e acadêmica. Maria Yeda Linhares foi uma das vítimas, mais de trezentas. Mas ela foi lecionar na França. A maior vítima foi o Brasil



Foto: Luis Paulo Machado

Historicamente as relações entre o Estado e a comunidade científica no país sempre foram frias, principalmente devido ao descaso dos governos com a ciência. Recuando no tempo, pode-se até encontrar, no Império, o gosto inusitado de D. Pedro pela ciência. Na República, a mentalidade utilitária só permitiu a atenção com a ciência em ocasiões especiais. Afina! Manguinhos só existe graças ao surto de varíola que tornou convincente o argumento de Oswaldo Cruz junto ao governo. E a Universidade de São Paulo (1934) foi uma iniciativa que visava dar a São Paulo a liderança política do país, perdida pela oligarquia cafeeira em 1930.

Fora isto, outros centros de pesquisa e incentivo ao trabalho científico só foram criados por atitudes de benemerência, como no caso da família Guinle — importante meceno do qual se aproveitaram os intelectuais e cientistas brasileiros nos anos 30 e 40.

Usando a borduna. Mas, se havia descaso, mesmo nos períodos de maior autoritarismo, como no Estado Novo, o governo desenvolvia enorme esforço de persuasão ou cooptação de intelectuais. E no governo Vargas, quando se prendia e torturava, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, tinha em seu staff intelectuais

como Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Mello Franco, entre outros. Mas tais métodos foram abandonados após 1964. "Trocou-se a persuasão pela borduna", costuma lembrar o presidente da OAB, Raimundo Faoro, conhecedor do comportamento do patronato brasileiro, sobre o qual escreveu o já clássico *Os*

Donos do Poder.

Este método violento deixou marcas inconfundíveis nas instituições atingidas. Manguinhos hoje é apenas um laboratório de vacinas, úteis para resolver momentos de aflição das autoridades responsáveis pela saúde pública. O professor Lent, no seu depoimento, expõe as conseqüências das cassações dos cientistas de Manguinhos: extinção sumária de várias linhas de pesquisa; eliminação de estagiários e alunos ligados aos cientistas afastados; extinção do laboratório de neurofisiologia, ligado à Organização Internacional do Estudo do Cérebro; além do perigo de destruição (pelo descaso com os laboratórios) de uma grande criação de insetos transmissores da doença de Chagas, mantidos vivos há cerca de 40 anos.

Atividade livre. "As cassações de 1969/1970 foram um desastre de que até hoje o governo está tentando se recuperar", afirma o professor Schwartzman, que vê as relações entre o Estado e os cientistas "constantemente tensas".

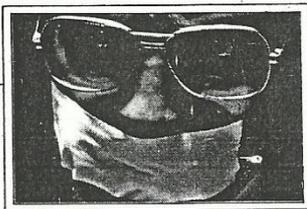
"O governo fica tentando guiar a pesquisa científica, mas tem que se socorrer dos próprios cientistas, e então fica envolvido pela maneira de pensar dos cientistas. Na medida em que o governo quiser ter uma política continuada de apoio à ciência, tem que deixar os cientistas produzirem o que quiserem." Mas aí, acentua o professor Schwartzman, "a pesquisa torna-se uma atividade mais aberta e mais livre do que muita gente gostaria".

De todo modo, a única forma de fazer ciência é empregando cientistas. Mas os governos militares não se preocuparam com isso e puniram sem medidas. "Em inúmeras punições, o problema que o governo criou foi muito maior do que o alijamento do atingido. Ninguém duvida que

Os punidos de 64 a 74

	Punidos	Porcentagem
Cassação de mandato	18	0,4
Suspensão de direitos políticos	518	10,7
Cassação e suspensão	522	10,8
Aposentadoria	1.124	23,2
Reforma	844	17,4
Demissão	1.775	36,7
Destituição	40	0,8
TOTAL	4.841	

Quadro extraído do livro "Legitimidade e Coação no Brasil pós-64," de Lúcia Klein e Marcus Figueiredo



quando se cassa um homem como Leite Lopes está se brigando com a física inteira”, adverte o professor Schwartzman.

Quem está perdendo? Assim, neste choque entre governo e comunidade científica e acadêmica, após 1964, quem perde são mesmo os punidos?

O professor Eremildo Viana, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mata a charada ao dar uma resposta irônica ao problema dos cientistas que hoje estão fora do país: “Acho que os que estão no exterior não têm nenhuma razão para voltar. Afinal, empregados aqui, eles vão receber os 10 mil 764 cruzeiros que eu ganho como catedrático”. O professor (leia quadro na pág. 28) tem vários pecados na consciência e nem sempre disse a verdade. Mas, no caso, está dizendo.

A forçada evasão de cérebros das instituições de pesquisa e universidades tem custo inestimável para o país. Pessoas do nível das que foram afastadas são um bem escasso no Brasil. Mas, para elas, não foi difícil a sobre-

vivência. Maria Yeda Linhares foi dar aulas na França; Haity Moussatche (era da USP, leia texto na pág. 32) leciona e faz suas pesquisas na Venezuela; e Leite Lopes está na Alemanha — para citar apenas alguns exemplos — recebendo muito mais do que o modesto salário ganho pelo professor Eremildo Viana por suas aulas de História Medieval.

O papel dos vilões. Se pela lista de punidos é fácil verificar, na maioria dos casos, a punição de cunho político, não é difícil encontrar também as punições ensejadas por animosidades pessoais ou denúncias com finalidades carreiristas do delator. E, naqueles momentos de maior acirramento de ânimo punitivo do regime, havia sempre quem estivesse disposto a aplaudir as punições. Puxando a claque de Manguinhos estava o ex-ministro Rocha Lagoa. Na Universidade de São Paulo, o ex-ministro Gama e Silva, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o professor Eremildo Viana, ele mesmo. São os homens que o professor Lent chama de “vilões” quando lembra que, “tanto em Manguinhos, quanto na USP ou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram acoiados de subversivos e afastados os que traba-



Schwartzman: simplesmente incrível

lhavam ativamente, lutavam e reclamavam seus direitos ‘para beneficiar’ os que nada faziam e obtinham postos e as facilidades”.

Simples coincidência? Mas exatamente após a demissão em massa, um expurgo para tentar manter o controle ideológico da atividade cultural do país, o governo, historicamente indiferente aos destinos das instituições culturais e dos tra-

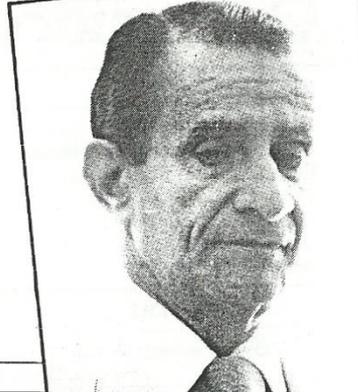
O professor Eremildo Luis Viana, ex-reitor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil, pode ser considerado, com todos os méritos, um dos mais exemplares enfermos de uma típica doença brasileira pós-64: intoxicação ideológica. Célebre desde os dias vitoriosos do movimento que derrubou Goulart, quando ocupou o Rádio Ministério da Educação e Cultura e, em nome do anti-comunismo, proibiu a execução de obras de compositores russos situados entre Rimski-Korsakoff e Rachmaninoff — ele pretendeu iniciar a escalada do próprio ministério. Esperava contar com os favores dos órgãos de segurança, e, para cativá-los, ainda no ano de 64 denunciou 44 professores da Faculdade Nacional de Filosofia à Comissão de Investigação da UFRJ por “atividades subversivas”. Estava mostrando serviço, mas nem por isso conseguiu o posto que ambicionava.

Hoje encostado na direção do Departamento de História da UFRJ, lecionando História Antiga e Medieval mas exercendo um rígido controle ideológico no departamento, diz que a

... sua imagem de Toqueado, foi feita pelos comunistas. Eu convivo até muito bem com os comunistas, desde que no desempenho do cargo público eles não funcionem para fazer agitação e propaganda subversiva para destruir a Constituição do país”, proclama.

À procura de nova imagem. Circunspeto nas suas andanças pelos corredores do Instituto de Filosofia,

Eremildo: um vendaval macartista

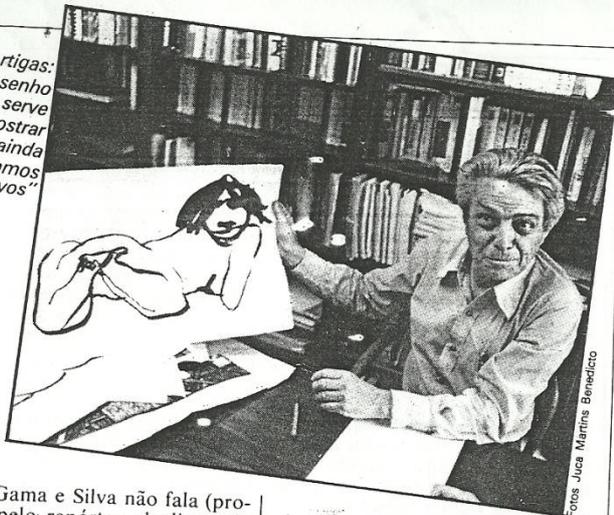


... nova imagem para novos tempos. se exime de qualquer responsabilidade pela denúncia de professores como Maria Yeda Linhares, José Leite Lopes, Manoel Mauricio de Albuquerque e Moema Toscano, entre outros, cassados e afastados do Instituto de Filosofia: “Acho que seria até razoável uma concessão de anistia, mas uma anistia parcial e limitada”.

Mas por detrás da conversa mansa e ingênua ele deixa escapar suas verdadeiras preocupações: “Quem fala em anistia ampla e irrestrita está planejando vingança, revanchismo”. Uma advertência que, na boca de Eremildo Viana, soa como denúncia ou delação, porque, para ele, pouco importam as conseqüências. Foi assim que denunciou aos organismos de segurança a existência de uma “célula comunista” na Faculdade de Filosofia, chamada “Anchieta”, e organizada por professores. Como via fantasmas, sua denúncia, naquele caso, embora tenha se transformado num inquérito, acabou arquivada por ordens do então ministro da Educação, Flávio Suplicy.

Seu gesto mais ousado, entretanto, visou a professora Maria Yeda Linha-

Artigas:
"O desenho
para mostrar
que ainda
estamos
vivos"



dorias. Gama e Silva não fala (procurado pelo repórter, declinou de conceder uma entrevista), mas de qualquer modo, por maior que possa ser sua responsabilidade pessoal no episódio, seria demasiado ingênuo atribuir a um indivíduo as culpas do regime. Pois é o fato de o regime ser autoritário que possibilita a ação impune dos grupelhos. E, é claro, um regime autoritário só pode sobreviver alimentando-se e aproveitando-se do autoritarismo de grupos presentes nas diversas instituições sociais. Sob esse prisma, pode-se dizer que a universidade brasileira é um pouco vítima de si mesma, pois nela autoritarismo é o que nunca faltou.

O estigma do "cassado". Para as vítimas do arbítrio, porém, isso não é consolo. Muitas delas dedicaram boa parte da existência a uma universidade que se transformou em casa — e numa casa que se ama, as goteiras e tacos soltos não são desvantagens definitivas. Ser expulso de casa é perder uma parte da vida, e é isso que se lê nos olhos do arquiteto João Batista Villanova Artigas. Aposentado como auxiliar de ensino (apesar de ocupar uma cátedra em 1969), com vencimentos de 1.700 cruzeiros por mês, sua máquina não reside no fato de ter sido submetido a um esbulho econômico — autor do projeto do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária, talvez mais do que os outros aquela era a sua casa.

Como tantos outros, Artigas encontrou dificuldades para iniciar uma vida fora do ambiente universitário, pois o fato de ter sido aposentado era a razão para fazer com que possíveis clientes, e mesmo colegas

de profissão, o considerassem impedido de exercer a arquitetura.

A falta de trabalho atingiu a quase todos os aposentados — alguns, como o físico Jayme Tiomno, o médico Luís Hildebrando P. da Silva, o bioquímico Isaias Raw, receberam imediatamente convites para lecionar em universidades estrangeiras, nas quais a maioria permanece até hoje. Os demais sentiram na pele o peso de carregar o estigma do "cassado": de acordo com o Ato Complementar nº 75, os aposentados não poderiam trabalhar em qualquer organismo que se beneficiasse de verbas federais, categoria em que se enquadra a virtual totalidade das universidades brasileiras. A maioria acabou se arranjando, uns em boas condições, outros nem tanto. A saída mais original foi encontrada por Fernando Henrique Cardoso, Elsa Berquó, José Arthur Giannotti, Paul Singer e Octávio Ianni — decidiram fundar sua própria instituição de pesquisas, o Centro Brasileiro de Análises e Planejamento—Cebrap.

Fábricas de diplomados. A universidade perdeu muito com a saída de tanta gente em condições tão traumáticas. Os integrantes do Cebrap, porém, vêm em sua independência com respeito às estruturas acadêmicas a origem de uma efetividade científica maior do que a universidade pode oferecer. "O melhor foi termos nos aproximado", diz o economista Paul Singer. "Vivemos, no Cebrap, uma interdisciplinaridade que a organização universitária torna muito difícil. Não teríamos produzido, isoladamente, o que conseguimos produzir reunidos." A

estatística Elza Berquó chega a dizer que se "sentiria pior se não tivesse saído da universidade, pois nela não existem condições de desenvolver investigação científica".

O principal empecilho: a Reforma Universitária, que transformou as universidades brasileiras em fábricas de diplomados, treinados para exercerem suas profissões de maneira mais acrítica possível. Para o físico Mário Schemberg, "introduziu-se no Brasil um tipo de universidade norte-americana mediocre, voltada não para a educação, mas para a simples instrução". É claro que esse tipo de visão da educação se afina com o "modelo" de desenvolvimento imposto ao país; e, como aponta Schemberg, o "modelo" não se dá bem com a oposição. É aí que ele vê a razão principal para as aposentadorias impostas a ele e seus colegas: "invariavelmente, se tratava de pessoas de grande atuação", que incomodavam por exercer seu poder de crítica.

Voltar? Talvez... Imagina-se que, mais cedo ou mais tarde, deverá haver no país algum processo de anistia para certas categorias de punidos pelo regime. Se isso ocorresse com os professores, eles voltariam? A resposta, em muitos casos, é um cauteloso "não sei". Mário Schemberg, por exemplo, trabalhou durante trinta anos na USP antes de ser aposentado e poderia, com toda justiça, continuar retirado depois de reabilitado. Além disso, seu lugar já foi, há muito, ocupado. Há ainda quem não tenha para onde voltar, como Paul Singer: em 1969, ele e Elza Berquó trabalhavam no Departamento de Estatística da Faculdade de Saúde Pública (Singer, no Centro de Estudos de Dinâmica Populacional anexo ao departamento). Esse departamento não existe mais, pois a Estatística hoje faz parte do Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação. Para Elza, ser reintegrada à Estatística significaria interromper seu trabalho. Para o economista Singer, seria impensável entrar de repente para a Estatística, ao passo que não se sentiria bem na Faculdade de Economia, com que nunca manteve vínculos.

De qualquer modo, a volta dos punidos teria como condição prévia profundas modificações nas estruturas acadêmicas. Nas palavras de Eunice Durham: "Não acredito em democratização em abstrato; ela se faz democratizando instituições".

Eleição assim arrebenta com a democracia

Não há democracia que agüente uma eleição como essa de 15 de novembro. Nem há regime que suporte uma campanha como esta, roída pelo dinheiro e pelo ácido do ridículo.

Curioso como tais verdades tão nítidas e cristalinas custam a se infiltrar na cabeça da gente. E como boas intenções, que, desacompanhadas de competência, não conduzem a nada a não ser ao desvio dos equívocos. Pois que o governo está sinceramente convencido de que abriu o que pôde e de que as eleições coroam o processo da restauração democrática, no seu primeiro estágio experimental. E nós estamos diante de uma evidência, por ela envolvidos por vezes até emocionalmente, na torcida por um candidato ou na fé partidária, e não percebemos que o que está em marcha é uma imensa e inexorável decomposição do que resta das nossas derradeiras esperanças, as últimas ilusões que escaparam nos desvãos da alma. Isto é o fim de um período, o fecho de uma época. Ao menos essa certeza pode consolar-nos e reabastecer as pilhas da confiança.

Um espírito maquiavélico não montaria, depois de muitas vigílias, um mais perfeito e diabólico esquema para a desmoralização da democracia, para atirar contra ela uma opinião pública mobilizada pelos mais sofisticados meios. Essa amostragem que está sendo exibida de funcionamento da aparelhagem democrática é mesmo de decepção para o mais convicto dos fanáticos.

Antes de mais nada e acima de tudo, até mesmo da Lei Falcão, o que mancha o processo eleitoral com a nódoa indelevel da desafeição popular é que todo mundo está percebendo que a eleição foi sugada da sua significação e que seus resultados não vão decidir coisa nenhuma. Até que não é inteiramente verdade. Mas o suficiente para minar a credibilidade nas urnas, quebrar o fetichismo do voto.

É exato que o governo precisa — e desesperadamente — vencê-las. O atual, para exibir o diploma da aprovação popular a cobrir os desacertos de um desempenho administrativo medíocre e de uma atuação política



cheia de altos e baixos. E que baixos! E o futuro necessita pousar a sua intranquilidade numa maioria parlamentar construída pelo voto direto.

Mas tais valores bóiam numa tina de caldo sujo e grosso. Fica difícil o povo distingui-los em meio à imundície, à lama que escorre de uma campanha caricata e pavimentada pelo dinheiro abundante e corruptor.

O caráter estadual da campanha aconselha a tomar cautelas na generalização. Pois o que é verdade num Estado não é em outro. Algumas rivalidades regionais sustentam o entusiasmo de algumas lutas. Mas são casos à parte. Como no Rio Grande do Norte, onde aluizistas e dinartistas decidem uma pendenga de vida e de morte. Ou no Rio Grande do Sul, de antiga e velha tradição de seriedade e intensa participação política. Mas não é a regra. E por todo lado o dinheiro está correndo solto, num desperdício escandaloso, num desacato a uma legislação de mentira, num deboche às autoridades que não se dão ao respeito.

Mercado do voto. Aqui no Estado do Rio, ampliado pela fusão, um deputado candidato à reeleição confessou-nos que desistiu de correr o interior e sair do Rio porque a concorrência elevou a tabela de preços a alturas inimagináveis.

O mercado do voto está funcionando às escâncaras, no despudor da certeza da impunidade, com aquela gana de aproveitar o máximo porque o fim do mundo está próximo.

A Lei Falcão não emporcalhou a campanha apenas com o desfile de cretinos. Mas valorizou o cabo eleitoral, inflacionou o câmbio negro do voto.

A campanha perdeu todo o sentido de uma disputa entre partidos, de um confronto de idéias, do entrechoque de temas. Virou um corpo-a-corpo feroz, um salve-se-quem-puder desatinado.

De toda essa massa fétida vai bro-

tar, em todo o caso, um Congresso importante, porque, apesar dos pesares, de todo o lixo que o sistema empilhou em cima da eleição, será o único poder com uma autenticidade haurida na vontade do povo.

Vamo... assim desembocando num dos paradoxos mais intrigantes desses tempos lastimáveis. O governo do presidente Geisel ainda não entendeu que já acabou, que a sua missão está esgotada, que fez tudo quanto podia e até muito mais.

E, enquanto corre contra o tempo, na urgência de fútil arrogância de deixar o futuro arrumado, não percebe que as suas últimas construções têm uma fragilidade tão evidente, tão ostensiva, que o país está pouco se importando com elas. Não é uma cidade eterna de papel que está sendo erguida no corre-corre de reformas de um governo que consumiu tanto tempo reverenciando o arbítrio e se divertindo com o espetáculo de lançar carne às feras. Mas um cenário de papelão, caído pela brocha esfíapada por uso indevido e manejada por mãos suspeitas.

Refazendo. Creio que, mais instintivamente do que por um raciocínio maturado, o general João Baptista Figueiredo já se deu conta de que terá que refazer tudo, praticamente a partir da estaca zero.

As emendas constitucionais derrubaram o AI-5 e varreram parte do entulho dos atos de exceção. Mas foi apenas uma vassourada e nada mais. Limpou o chão para que nele se plante o amanhã. Esta Lei de Segurança Nacional apenas arrombou cadeados para dar passagem à anistia.

É possível que tenham razão os que agouram para o governo Figueiredo todas as crises e todas as desgraças. Mas nunca foi mais fácil enxergar o dever de um governo, o seu único caminho, o seu exclusivo compromisso com o povo e com o destino do país.

A gigantesca tarefa talvez possa ser simplificada pelo rastro de evidências. Uma delas está aí, desnuda na sua indecência. Não é possível humilhar o povo com outro espetáculo de uma eleição degradada, de uma campanha apodrecida pelo dinheiro e pela abjeção teratológica da Lei Falcão. Uma eleição precisa ser a disputa limpa do poder, dedetizada dos biónicos.

Está na hora de dizer as verdades por inteiro. O elenco de fraudes cometidas nos últimos tempos redime a República Velha. Perto do "pacote de abril", as atas falsas e as eleições a bico de pena são traquinagens de recém-nascido.

constantes do grupo de militares e policiais era o golpe conhecido no jargão policial como "arrepio". De posse de informações de elementos infiltrados nas quadrilhas, os policiais e militares se apossavam das mercadorias desembarcadas ilegalmente e as retinham até que os contrabandistas concordassem em pagar pela "proteção" da operação de contrabando. A partir desse primeiro paga-

mento, os militares, valendo-se de carros e armamentos do Exército, davam cobertura ao desembarque e ao transporte de novas mercadorias contrabandeadas. Os contrabandistas, assim, ficavam protegidos não só da ação de outras quadrilhas como também da repressão oficial.

Manes Leitão descreve várias operações de "arrepio", como uma liderada pelos oficiais reformados da PM Álvaro Cardoso Machado, Milton Felipe de Almeida e Wilson Crespo

de Oliveira. Eles contaram, ainda, com o apoio de policiais ligados ao CODI, como Euclides Nascimento.

Foi durante uma operação de contrabando em meados de 1972 que a sociedade entre o grupo de contrabandistas e os militares se concretizou. Foi roubado um grande carregamento de mercadorias contrabandeadas (roupas e cosméticos) — avaliado em cerca de 450 mil cruzeiros — de um posto de gasolina na estrada Rio-Petrópolis. Os "roubados" acertaram então um *modus vivendi*, na expressão usada pelo promotor: pagariam a partir daí uma "proteção", variando entre 2 e 5 mil cruzeiros por serviço.

Noite infeliz. A sociedade ia de vento em popa. Na noite do dia 21 para 22 de novembro, entretanto, eles foram surpreendidos por dois policiais, que se recusaram a entrar no "negócio" porque lhes ofereceram pouco. O promotor Manes Leitão descreve assim o episódio, apoiado no relatório do IPM: "Os acusados Wilson Crespo de Oliveira, Álvaro Cardoso Machado e Milton Felipe de Almeida realizaram um desembarque de mercadorias contrabandeadas no Caju, contando com a 'cobertura' dos acusados capitão Ailton Guimarães Jorge, sargento Euler Moreira de Moraes, com o concurso dos policiais Euclides do Nascimento, José Ferreira Crespo e Luiz Gonzaga Aguiar Marques, valendo-se os dois primeiros da sua condição de militares".

Após o desembarque, a mercadoria foi interceptada pelos policiais José Carlos e Wander. O capitão Guimarães e o sargento Euler tentaram um acordo, mas "os citados policiais — diz a denúncia — fizeram exigências muito elevadas". Guimarães e Euler tentaram resolver a questão *manu militari*, chamando um choque da 1ª Companhia da Polícia do Exército, onde serviam, sob a alegação de que "corriam perigo". A escolta chegou e os policiais, que tentaram receber um dinheiro elevado pelo silêncio e cumplicidade, foram embora, ante a mira de armas e a ameaça de prisão. O golpe em cima do golpe não tinha dado certo.

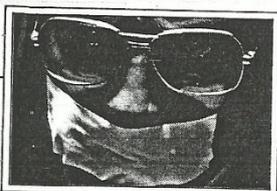
Embora tivesse sido usada uma viatura de transportes de presos da 1ª Companhia da PE, o fato não foi registrado. O subcomandante da PE da 1ª Companhia (Vila Militar), capitão Newton Ferrari de Oliveira, soube da ocorrência, mas não tomou providências, segundo a denúncia do promotor. Foi julgado em ação separada e absolvido. Já o tenente Eugênio Pacely Pires Pereira, oficial-de-dia na noite da ocorrência, morreu em 1976 em desastre de automóvel, do qual não houve testemunhas.



"...mediante emprego de armamento do exército, roubaram mercadorias contrabandeadas, a fim de auferir vantagens..."

ISTOÉ 28/3/1979

BRASIL



USP, também vítima si mesma

CLÁUDIO WEBER ABRAMO

A evocação e as lições do episódio que aposentou 27 professores

Os boatos corriam soltos na Universidade de São Paulo, no início de 1969: vivia-se o clima do recém-editado (dezembro de 1968) Ato Institucional nº 5, e nada mais de acordo com o negrume daqueles tempos do que o constante receio de punições vindas das alturas do Poder. Falava-se em expurgos, cassações, garantia-se a existência de listas.

Se pela mente de alguns passava o reconfortante pensamento de que o destino dos boatos é o de serem desmentidos, logo a ilusão se desfazia: no dia 25 de abril, uma sexta-feira, o Ministério da Justiça deu a conhecer uma extensa lista de pessoas que, a partir daquela data, eram aposentadas dos cargos que ocupavam. Dentre eles, três professores da USP — o sociólogo Florestan Fernandes, o físico Jayme Tiomno e o arquiteto João Batista Villanova Artigas. As primeiras ondas de choque ainda mal haviam alcançado a comunidade acadêmica quando na segunda-feira, dia 28, o Ministério da Justiça repetia a dose, com outra imensa lista de punições, agora com os nomes de mais 24 professores que o decreto dava como pertencentes à USP: Alberto Carvalho da Silva (médico, ex-diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo); Bento Prado Ferraz Jr. (filósofo); Caio Prado Jr. (historiador); Elza Berquó (estatística); Emília Viotti da Silva (historiadora); Fernando Henrique Cardoso (sociólogo); Hélio Lourenço de Oliveira (então

vice-reitor em exercício da USP, pois o reitor, Luís Antônio da Gama e Silva, era o ministro da Justiça, e não se afastara da Reitoria); Isaias Raw (bioquímico); Jean-Claude Bernardet (cineasta); Jon Andori Maitrejean (arquiteto); José Arthur Giannotti (filósofo); Júlio Pudeles (médico); Luis Hildebrando P. da Silva (médico); Luís Rey (médico); Mário Schemberg (físico); Olga Baeta Henriques (bolista do Instituto Butantã); Paula Beiguelman (cientista política); Paulo Duarte (historiador); Paul Israel Singer (economista); Paulo Mendes da Rocha (arquiteto); Pedro Calil Padis (economista); Octávio Ianni (sociólogo); Reynaldo Chiaverini (médico); Sebastião Baeta Henriques (zoológico).

Explicar? Como? As aposentadorias foram dadas a conhecer ao país da maneira diletta do regime: sem explicações. Falava-se, vagamente,

Paulo"). Ainda menos compreensível era a circunstância de sete dos 24 nomes da segunda lista não serem, na época, funcionários da USP (Júlio Pudeles, Reynaldo Chiaverini, Luís Rey, Sebastião Baeta Henriques, Olga Baeta Henriques, Pedro Calil e Caio Prado Jr.). Como aponta a professora Eunice Durham, membro da comissão da Adusp, a arbitrariedade é a mais óbvia característica das aposentadorias. As acusações de subversão são as primeiras a não resistirem a um exame mais detalhado: "Quando houve um mínimo de possibilidade de defesa", diz Eunice, "como por exemplo em Inquéritos Policiais-Militares, as acusações se revelaram infundadas e os acusados foram absolvidos". Sequer houve alguma coerência na repressão: Eunice nota que "muitas pessoas consideradas 'de esquerda' não foram punidas, e muitos dos aposentados não eram pessoas 'de esquerda'".



Mário Schemberg



Elza Berquó



Eunice Durham



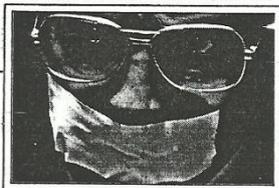
Paul Singer

em "atividades subversivas", e só. Se em 1969 e nos anos seguintes o clima político não era particularmente propício à cobrança de explicações, hoje elas estão sendo exigidas pela comunidade acadêmica. A Associação dos Docentes da USP, por exemplo, que constituiu uma comissão para levantar a trajetória da universidade desde 1964, tem martelado sistematicamente na tecla dos aposentados. E o capítulo dedicado a eles no levantamento (que será tornado público nas próximas semanas durante uma reunião do Comitê Brasileiro pela Anistia) mostra que o regime teria, na verdade, muita dificuldade para explicar seja o que fosse.

A começar pelo fato de os decretos publicados no *Diário Oficial* dos dias 28 e 29 de abril de 1969 aposentarem, de "cargos que ocupam em órgãos do serviço público federal", professores de uma universidade estadual (ambos os decretos seriam, depois, republicados no *D.O.* com o adendo "e da Universidade de São

Vítima de si mesma. Disso se desprende que não foi apenas a desconfiança ideológica do regime com respeito a certas pessoas o móvel das aposentadorias. Algumas delas são até mais bem compreendidas como o desenlace de situações de atrito acadêmico, a maneira encontrada por determinadas "igrejinhas" para se desfazer de críticos incômodos. De fato, um bom número dos punidos tinha em comum o fato de formar na oposição à Reforma Universitária que se preparava na época (e que foi, pouco depois, implantada no país). Há também entre os aposentados uma boa concentração de professores que passaram pelo Conselho Universitário da USP e que lá haviam objetado contra decisões administrativas do reitor Gama e Silva. Vai daí...

Vai daí que a USP tem um vilão sob medida para o episódio: Luís Antônio da Gama e Silva, reitor da USP e ministro da Junta Militar que decretou as aposenta-



cebidos de entidades governamentais ou particulares, nacionais ou estrangeiras, foi realizada sob a presidência do próprio presidente da comissão de investigações do Ministério da Saúde e visou alguns cientistas, justamente aqueles que mais intensamente usavam os auxílios que aplicavam em seus trabalhos. Os inquiridos foram também questionados sobre seu pensamento político ou atitude ideológica.

Antes mesmo de serem iniciados tais inquéritos, vários cientistas que exerciam funções de chefia (dois chefes de divisão, Walter Oswaldo Cruz, da Divisão de Patologia, e Herman Lent, da Divisão de Zoologia, e seis chefes de seção, J. F. Teixeira de Freitas, Henrique Velloso, Haity Moussatché, Fernando Ubatuba, Hugo de Souza Lopes e Massao Goto) foram afastados dessas chefias pelo ministro da Saúde, Raymundo de Brito, que assim proclamou um pré-julgamento justamente no momento em que se iniciavam os inquéritos (...)

Conspiração no laboratório? Com esse respaldo e seus objetivos obscurantistas, a pressão exercida sobre a pesquisa no instituto foi sendo imposta acentuadamente. O novo diretor discriminava, agredindo os que não lhe eram simpáticos, não proporcionando recursos para a pesquisa, impedindo que os auxílios já obtidos (Fundação, Ford, Fundação Rockefeller,

National Institute of Health etc.) fossem diretamente entregues aos já escolhidos por essas próprias organizações, querendo ele próprio se constituir em selecionador e distribuidor (...)

No início de 1965, concluídas as investigações e sem notícia da apuração de qualquer delito, alguns dos cientistas representaram junto ao ministro da Saúde, Raymundo de Brito, informando inclusive à imprensa sobre o que se passava no instituto (...). Em janeiro de 1966, já agora sob acusação direta do dr. F. P. Rocha Lagoa, a Seção de Segurança do Ministério da Saúde intimou 16 cientistas apontados pelo diretor, que os discriminara em quatro grupos, a prestarem informações sobre a acusação de "conspirar em seus laboratórios".

Golbery nega subversão. (...) De todos esses episódios nunca apareceram as conclusões finais; contava-se, no entanto, que os processos eram arquivados, pois o tempo decorrido levava a essa interpretação. Informações verbais prestadas a alguns cientistas, não só pelo dr. Alberto Ferreira como, também, pelo general Aluísio Falcão e pelo capitão Pedro Augusto Lisboa Baptista, encarregado dos aludidos inquéritos, diziam não ter sido encontrado fundamento algum para indicição. Nessa mesma época, um dos cientistas que depois veio a ser cassado (Augusto Perissé) necessitou ir à França atendendo a um convite desse país. Impedido por Rocha Lagoa, requereu uma certidão que o general Golbery do Couto e Silva, então chefe do Serviço Nacional de Informações,

despachou nos seguintes termos: "No relatório final da extinta Comissão Geral de Investigações, o nome do requerente não figura entre as pessoas em relação às quais a CGI julgou aplicáveis as sanções do Artigo 7 do Ato Institucional. A Subcomissão de Investigações do Ministério da Saúde, que procedeu a investigação sumária no Instituto Oswaldo Cruz, cujos autos encontram-se em poder do SNI, nada apurou relativamente à prática de atividades subversivas, corrupção ou improbidade pelo requerente" (...)

Decorreu desta forma o governo Castello Branco e a gestão no Ministério da Saúde do dr. Raymundo de Brito, que, apesar de prejudicar os resultados dos inquéritos e de sofrer a insistência do diretor do Instituto Oswaldo Cruz, não via elementos, embora pressionado, para afastar os cientistas que enfrentavam as iras de Rocha Lagoa (...)

Com a nomeação do dr. Leôncio Miranda para ministro da Saúde do governo Costa e Silva, tentou novamente o dr. Rocha Lagoa, que continuava no cargo de diretor de Mangueiros, eliminar os cientistas alvos de suas hostilidades. E o fez por várias vezes, e sob alegações infundadas, que não surtiram efeito. Igualmente tentou prejudicar os auxílios concedidos pelo Conselho Nacional de Pesquisas, de cujo Conselho Deliberativo fazia parte como representante do Ministério da Saúde. Ali, sua figura desprestigiada e vingativa ficou bem conhecida. Contudo, em outras áreas do governo, a atuação de alguns dos cientistas que vieram a ser cassados

Rocha Lagoa: Quem? Eu?

Dedicado exclusivamente "a fazer o bem", como gosta de dizer, o ex-ministro da Saúde, Francisco Paula Rocha Lagoa, não se lembra mais do tempo em que era acusado de fazer o mal ao progresso das pesquisas científicas brasileiras e aos cientistas de Mangueiros, em particular. Nega, com destreza, todas as acusações que lhe foram imputadas. As punições aplicadas no seu tempo de diretor de Mangueiros debita na conta do então ministro da Saúde, Raymundo de Brito, e como ministro da Saúde empurra a culpa das perseguições ao presidente Médici.

Quebrando o silêncio que manteve desde o dia em que foi afastado do Ministério da Saúde, por razões mal-encarecidas, Rocha Lagoa voltou a falar do assunto.

ISTOÉ. O sr. faria uma autocrítica das punições aplicadas aos cientistas de Mangueiros?

Rocha Lagoa. Eu não tive qualquer envolvimento naquelas punições. Todas elas tiveram um caráter revolucionário, e basta conhecer as normas do procedimento revolucionário para se ver que os atos foram de única e exclusiva responsabilidade da Presidência da República.

ISTOÉ. Mas o sr. acompanhou o processo de degola de todos esses cientistas?

Rocha Lagoa. Quando eu cheguei ao ministério, já existiam duas comissões de inquérito investigando a atuação dos cientistas. Uma comis-



Rocha Lagoa: obras de benemerência



Moussatché e Massao Goto: duas vítimas das punições em Manguinhos

era observada de forma diferente. Em junho de 1967, o ministro Magalhães Pinto, das Relações Exteriores, incluiu os nomes de Tito Cavalcanti, Haity Moussatché e Herman Lent como convidados ao almoço-reunião de cientistas que escolhera, os quais desejava ouvir sobre os problemas relacionados ao êxodo de numerosos cérebros que considerava úteis à nação (...)

Um telegrama a Prestes. Uma vez nomeado ministro do governo Médici, Rocha Lagoa viu seu caminho ainda obstado pelo chefe da Seção de Segurança do Ministério da Saúde e supervisor da administração, general Armando Barcellos, que permanecera nos cargos que assumira na gestão Leonel Miranda e era contrário às punições propostas. Foi necessário a Lagoa afastá-lo para que seu objetivo de tantos anos pudesse ser atingido (...). Afastado este último empecilho, com a exoneração do militar, que é hoje o chefe de segurança da Comissão Nacional de Energia Nuclear, estava livre o caminho para a execução do que logo veio, com data de 1º de abril de 1970. O *Diário Oficial* de 2 de abril publicou o decreto suspendendo

os direitos políticos por dez anos de Haity Moussatché, Herman Lent, Moacyr Vaz de Almeida, Augusto Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Braga e Tito Arcoverde Cavalcanti (...). Em seguida, o *Diário* de 6 de abril publicou decretos de aposentadoria dos mesmos, adicionando os nomes de Massao Goto e Domingos Arthur Machado Filho, também do Instituto Oswaldo Cruz. Estas aposentadorias foram assinadas por Médici e Lagoa (...).

As acusações de comunismo no Instituto Oswaldo Cruz se iniciaram com base em um episódio acontecido em 1946, um telegrama dirigido ao então senador Luís Carlos Prestes e que nos habituáramos a ver ressurgir quando alguém interessado o promovia, porém com seus termos odiosamente modificados (...). Em todas as ocasiões em que se procurou atingirmos, e foram várias, sempre se pretendeu ligá-lo a outra declaração atribuída a Prestes a respeito de sua atitude em relação à possibilidade de uma guerra entre o Brasil e a União Soviética. Transformava-se, deste modo, o sentido inconfindível do telegrama assinado, para fazê-lo de apoio

a país estrangeiro eventualmente em guerra contra o Brasil. Não vejo, porém, como conciliar esta asserção falsa, que sempre desmentimos, com os termos claros do telegrama: "Em defesa do nosso povo e da soberania e integridade do território nacional (...)"

A destruição. O massacre de Manguinhos, para mim, não se refere tanto ao que aconteceu com os dez cientistas cassados. Atingiu mais o Instituto Oswaldo Cruz, atingiu profundamente o país. A destruição não se limitou ao afastamento daquelas pessoas; outras foram dali deslocadas e deixaram de contribuir para o desenvolvimento da ciência: Laerte Manhães de Andrade, microbiologista; Jorge Guimarães, patologista; Mário Vianna Dias e Charles Esberard, fisiologistas, foram transferidos por Lagoa para outros locais, onde não puderam prosseguir seus trabalhos. E muitos se aposentaram, quando possível, enojados (...).

Oito anos se passaram. E é possível, de cabeça fria, raciocinar sobre o acontecido. A esses homens de 60 anos ou mais, que realmente nunca precisaram justificar-se, e para quem, contudo, a reparação moral não deixa de ser importante, me parece necessário prestar atenção. Eles foram mostrar sua capacidade em países distantes, na Venezuela, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, na França, em Moçambique, em atividades nacionais não-governamentais. Eles deixaram discípulos que isso apreçoam da cabeça erguida, e também receberam de alguma forma a herança da perseguição imposta (...)

são civil e outra militar. Ambas instauradas na gestão de Raymundo de Brito. Eu, de fato, era ministro no desfecho do episódio, mas a ação pertenceu unicamente à Presidência da República.

ISTOÉ. *Mas antes de ir para o ministério o sr. não foi diretor de Manguinhos?*

Rocha Lagoa. Fui diretor de Manguinhos de 64 a 69 e não tive nada a ver com aquelas questões. Todas as punições correram sob a responsabilidade do ministro da Saúde. Confesso que não gosto desse assunto. Não estou mais interessado em política. Eu hoje vivo só para as obras de benemerência. Passo a semana toda em Petrópolis e só vou duas vezes ao Rio, para as reuniões da Ordem de Malta. Dedico minha vida agora a visitar ambulatórios, pessoas doentes...

ISTOÉ. *O sr. acha que o Brasil perdeu alguma coisa com a evasão de cientistas?*

Rocha Lagoa. Não sei, meu filho. Não tenho acompanhado os acontecimentos e não posso avaliar. Essa pergunta poderia ser respondida pelo presidente do CNPq, que está em contato com o meio e pode avaliar melhor.

ISTOÉ. *O sr. conheceu pessoalmente os cientistas punidos?*

Rocha Lagoa. Conheci apenas como funcionários de uma mesma repartição em que trabalhava.

ISTOÉ. *Essa Ordem de Malta tem algum caráter político-ideológico?*

Rocha Lagoa. Nada disso. Malta é um Estado soberano, como o Vaticano. Seus membros se dedicam a obras de benemerência. A Ordem de Malta nasceu há mil anos, para

dar proteção às Cruzadas. Organizava as hospedarias sagradas, onde os cruzados eram assistidos durante a viagem. Só numa fase a ordem teve caráter militar. Foi quando criou um exército, mas exatamente para defender esses hospitais. Serviu também para defender a ilha...

ISTOÉ. *O sr. é anticomunista?*

Rocha Lagoa. Sou e sempre fui apolítico. Por isso escolhi a ciência para minha profissão. Eu gosto mesmo é da ciência e da caridade.

ISTOÉ. *Como o sr. explica a sua saída do Ministério da Saúde?*

Rocha Lagoa. Eu era um técnico impossibilitado de executar meus planos. Minha saída aconteceu já no final do governo... Mas não houve nada de anormal... Não houve atributos, mal-entendidos, nada...